

TIJOLO POR TIJOLO

MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA DO PESSOAL DA CAIXA

Brasil

união, lutas e comp

40

**TIJOLO POR
TIJOLO:**

**MEIO SÉCULO
DE HISTÓRIA DO
PESSOAL DA CAIXA**

**TIJOLO POR
TIJOLO:**

**MEIO SÉCULO
DE HISTÓRIA DO
PESSOAL DA CAIXA**



 **V CONGRESSO NACIONAL
DOS EMPREGADOS DA C.E.F.**
BRASÍLIA JULHO / 89

REPRESENTAÇÃO DA C.E.F. E DOS BANCOS

PREFÁCIO

O JEITO FENAE DE FORTALECER A CAIXA E O BRASIL

Jair Pedro Ferreira*

Protagonismo, inovação, criatividade, lucidez, transformação. Um adjetivo sozinho não dá conta de definir a importância política da Fenae para o Brasil, para a Caixa Econômica Federal e para os direitos dos trabalhadores. As primeiras sementes, plantadas em 29 de maio de 1971, floresceram ao longo dos anos, criando uma trajetória... de sonhos, desafios, planejamentos, mobilizações, conquistas, comemorações e, sobretudo, de aprofundamento de nossa democracia. Desde então, o caminho percorrido segue a trajetória da queda dos rótulos, para que a realidade seja experimentada tal como se apresenta.

Nessa caminhada, a luta por uma Caixa como banco público, a serviço do Brasil e de sua população, sempre prevaleceu. A atuação coletiva na defesa dos direitos dos trabalhadores, assim como o incentivo a práticas sociais, esportivas e culturais, serve a esse credenciamento.

Muitas podem ser as apresentações do movimento nacional dos empregados da Caixa. As variantes permanecem abertas e são plurais. O radar da Fenae, entretanto, é a “coisa pública”, cuja origem *res publica* diz respeito ao interesse público de todos os cidadãos.

Assim, como um diário de anotações de circunstâncias e formulação de deslocamentos, o cenário é de compromisso com condições dignas de trabalho e qualidade de vida, através de ações e atividades de lazer, bem-estar e formação profissional. Isso ajuda a inspirar o amanhã no ambiente do único banco 100% público e social do país.

Como a cada dia surgem novas ameaças contra a Caixa pública e contra os direitos dos trabalhadores, a Fenae, entidade representativa dos empregados da Caixa e parceira dos movimentos da sociedade civil, destacadamente os sindicais e de moradias, reafirma seu legado histórico de resistência e proposição. Existe um desafio comum: todos juntos, nenhum direito a menos! A Fenae se joga nele com a consciência de que é preciso seguir em frente para tornar-se mais forte e representativa a cada dia.

Mais do que cada qual defender o seu pedaço, é fundamental ter uma visão abrangente da construção da cidadania e da inclusão social, respeitando a diversidade, incorporando demandas específicas

Na página anterior, executiva Nacional dos Empregados da CEF (5º Conecef), de 7 a 9 de julho de 1989, em Brasília (DF).

a uma agenda mais geral da sociedade. Esse é o principal desafio colocado ao movimento nacional dos empregados do banco nos espaços institucionais.

Na Caixa e no Brasil, a construção da cidadania se multiplica a cada momento, e com ela a necessidade de ferramentas como este livro, o primeiro que registra a história da Fena e da mobilização dos trabalhadores do banco sob os mais diversos aspectos, de modo a assegurar acesso, transparência e participação.

Esta nossa publicação é um precioso registro histórico da participação coletiva e democrática da sociedade na construção de nosso país nas últimas cinco décadas.

As luzes dessa trajetória vão nos ajudar a entender e enfrentar esse novo período, no qual é preciso estar atento aos movimentos que formam novas ideias e sentimentos e que moldam a compreensão do mundo, pavimentando valores e inclinações.

A forma como vivemos determina profundamente a maneira como pensamos e sentimos. É necessário contar e registrar a nossa história. É necessário recomeçar sempre.

Tenho a satisfação de fazer parte desse movimento. E é assim que deve ser: fomentar nossa união, o compromisso e a solidariedade uns com os outros. Boa caminhada a todos!

**Jair Pedro Ferreira é presidente da Fena.
Brasília, setembro de 2019.*



Sumário

- 4 **Prefácio**
O jeito Fenaé de fortalecer
a Caixa e o Brasil
por Jair Pedro Ferreira

1

- 8 **No mais futuro dos tempos:
a fundação da Fenaé**

2

- 37 **Quando juntos somos mais:
o movimento associativo**

3

- 62 **Na luta, a gente se encontra:
greves e conquistas**

4

- 90 **Uma federação olímpica:
que comecem os jogos**

5

- 119 **Do verbo à música:
a cultura na medida certa**

6

- 147 **A emancipação financeira:
uma experiência de sucesso**

7

- 172 **APCEFs**

- 181 **Posfácio**
A importância da Caixa
Econômica Federal
pública, social e forte
por Jessé Souza

Na página anterior,
manifestantes
durante a
Campanha
pelas Seis
Horas, em
Florianópolis
(SC), 1985.



1

**NO MAIS FUTURO
DOS TEMPOS:**

**A FUNDAÇÃO
DA FENAE**



1 *Fenae Notícias*, ano I, n. 1, p. 11, jan. 1973.

*Em decorrência da Unificação das antigas Caixas, o 6º Congresso Nacional das Associações Econômiárias, que se realizou em maio de 1971, precisamente no dia 29, em Curitiba, decidiu fundar a Federação Nacional das Associações Econômiárias (Fenae)[,] destinada a coordenar, em âmbito nacional, a ação das nossas entidades de classe de todos os Estados.*¹

Quando aqueles quase 200 brasileiros concluíram os três dias de intensas atividades — debates, negociações, plenárias, deliberações, demandas e revisões para a acomodação das diversas realidades de um país regionalmente desigual —, materializou-se uma vitória preciosa diante do que reservava o futuro. Não houve, como se espera em ocasiões como essa, grandes celebrações. Não era por cansaço, tampouco desânimo; havia, isso, sim, ainda muito por construir. Mas a primeira — e decisiva — missão estava cumprida. Nascia a Fenae.

A entidade que pavimentou a unificação dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal (CEF) nasceu em 29 de maio de 1971, no Clube Curitiba, em Água Verde, bairro tradicional da capital paranaense, com casas antigas e prédios baixos. Lá, aconteceu o 6º Congresso Nacional das Associações Econômiárias, convocado para tratar da urgente agenda da criação de um canal que iria zelar pelos interesses de todos os empregados da Caixa.

Na tarde nublada daquele sábado de outono, de temperaturas abaixo dos 20 graus e garoas bissextas, a Fenae surgiu com objetivo determinado e urgente: estabelecer interlocução direta com a presidência do banco — unificado havia somente dois anos — e coordenar as ações das entidades de classe nos estados. Juntos, os então economiários seriam mais fortes.

Na verdade, a pauta da centralização surgiu em 1959, no 1º Congresso Nacional das Associações Econômiárias, em São Paulo. Das muitas discussões plenárias, brotou o consenso de reunir os empregados em uma organização capaz de falar pelo Brasil inteiro. Seriam essenciais muito trabalho, toda a dedicação e infinita paciência para construir a união, mas havia a convicção de que o associativismo era um caminho sem volta.

O país vivia, então, sob democracia, o que inspirava os trabalhadores a lutar por seus anseios mais prementes. O presidente Juscelino Kubitschek (JK) acelerava a construção de Brasília para inaugurar a nova capital no ano seguinte, enquanto os brasileiros saboreavam a alegria do primeiro título mundial de futebol, conquistado na Suécia, em 1958. Eram os tempos da bossa nova, da garota de Ipanema no doce balanço a caminho do mar, como eternizada por Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Um otimismo — como poucas vezes se veria dali por diante — tomava conta da sociedade.

No mundo da Guerra Fria, os debates políticos, econômicos e sociais estavam permanentemente influenciados pela dicotomia capitalismo *versus* comunismo — e as agendas sindicais iam junto. No ano seguinte, 1960, o Brasil escolheria Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, como

Nas páginas anteriores, integrantes da reunião extraordinária da Fenae para aprovação dos estatutos da Federação, em São Paulo, 1971 e Congresso Nacional e Museu Histórico de Brasília em construção. Foto de Marcel Gautherot, 1960.



sucessor de JK, e toda a perspectiva animadora iria se dissolver rapidamente. Viriam anos turbulentos, deflagrados pela intempestiva renúncia do eleito, que se agravariam com o projeto do novo presidente, o gaúcho João Goulart, de mudanças estruturais chamadas reformas de base, ataque direto ao conservadorismo ancestral da sociedade brasileira.

E justamente ela se incendiou diante das possíveis mudanças, reagindo com força. A família marchou com Deus pela liberdade, os dois lados acirraram-se, até que, no fim de março de 1964, veio o golpe militar, tornando tudo mais complicado para os trabalhadores em geral — incluindo, claro, os empregados das Caixas Econômicas. Uma das primeiras medidas do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao assumir a Presidência, foi decretar a Lei Antigreve e o banimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Houve outros cinco congressos de economiários, com poucos avanços, especialmente pelo ambiente de repressão e autoritarismo em que o Brasil mergulhou. O cenário piorou em 1968, com a decretação, em dezembro, do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que deu à ditadura sua face mais radical e cruel, com o fechamento do Congresso, a asfixia do Supremo Tribunal Federal e a eliminação de direitos individuais, como o *habeas corpus*.

Só no encontro de maio de 1971 a Fenae saiu dos sonhos para a vida real. Até a reunião da criação, a Federação correu alto risco de não acontecer. Reunir representantes de todas as associações do país demandava número considerável de passagens aéreas e leitos de hotel — inviável, diante da fragilidade orçamentária das entidades dos trabalhadores. Cada uma enviaria de oito a dez representantes para pelo menos três dias de negociações. Como realizar o evento?

À esquerda, Roberto Kraemer, da associação do Paraná, e, a seu lado, Luís Mitoso, da associação do Amazonas, na Missa de Ação de Graças pela criação da Fenae.

Como todos os trabalhadores conquistam os avanços: pressionando o patrão. Assim, o presidente da associação do Paraná, Renato Câmara Kraemer, e o vice-presidente, Antônio Dilson Pereira, decidiram viajar ao Rio de Janeiro para reivindicar que a Caixa patrocinasse o encontro. Os dois reuniram-se com Giampaolo Marcello Falco, primeiro presidente do banco unificado, e conseguiram os recursos para viabilizar o congresso em Curitiba.

Convencer o executivo foi menos difícil do que poderia parecer a princípio. Mesmo com todas as limitações impostas pelo regime de exceção em vigor no Brasil, havia muito a negociar com os empregados, e a Caixa tinha dificuldade de dialogar com uma estrutura descentralizada. Logo, o interesse pela Federação era mútuo.

O fim da década de 1960 marca momento decisivo na história do banco criado ainda na época do Império. As primeiras Caixas Econômicas (isso mesmo, no plural) surgiram em 1830, nos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas apenas a mineira, que funcionava em Ouro Preto, sobreviveu até 22 de agosto de 1860, quando a Lei dos Entraves tentou regular a atividade. No ano seguinte, em 12 de janeiro, d. Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, criando a Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. A finalidade seria conceder empréstimos e estimular o hábito de poupar dinheiro entre a população, até então tida como imprevidente. Com vocação progressista, a instituição permitia, por exemplo, que escravizados economizassem para suas cartas de alforria, pagando juros de 6% ao ano.

Instalada na Cadeia Velha, na Rua da Misericórdia (onde, no século seguinte, foi erguido o Palácio Tiradentes, sede do Congresso Nacional na antiga capital e, depois, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com a transferência da capital para Brasília), a Caixa Econômica emprestava pequenas somas sob a garantia de metais preciosos, brilhantes e outros valores. Às nove da manhã da segunda-feira, 4 de novembro de 1861, a instituição começou oficialmente suas operações. Na época, o Brasil tinha quase 10 milhões de habitantes, e 150 mil viviam na capital.² Nos primeiros dias de funcionamento, consolidou-se a vocação da Caixa de assistir a população mais pobre: os depósitos dos 50 primeiros clientes variavam entre 10 mil e 50 mil réis. À época, uma refeição custava em torno de 2 mil réis.

Senhoras penhoravam suas joias mais singelas, e pequenos comerciantes fugiam da agiotagem graças aos empréstimos mais camaradas da Caixa. A instituição manteve-se próxima dos brasileiros excluídos do universo econômico e da participação política, no século 19. Pequenos comerciantes, homens e mulheres de baixa renda, submetidos a trabalhos braçais de pouco ganho; mulheres e homens negros escravizados, sonhando com a alforria; ou escravizados recém-libertados que buscavam a liberdade financeira tornaram-se clientes do “banco dos pobres”, como a Caixa ficou conhecida.

² PEREIRA, L. A. (coord.); PEREIRA, L. V. O setor público brasileiro: 1890/1945. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro: Ipea, n. 845, p. 1-81, nov. 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0845.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

Acudir essas pessoas foi processo inovador à época, contrariando a estratégia de todos os outros bancos do Império, que se concentravam nos aspectos cruéis do capitalismo nascente e no efetivo mecanismo da usura, prática de cobrar juros excessivamente altos por empréstimo pecuniário, lesando o devedor. O objetivo do setor era realizar ganhos imediatos e volumosos, ignorando o fator humano.

Em uma sociedade que se aproximava do fim da escravidão e passava por grandes mudanças, o banco que socorria os desgarrados sociais prosperou rapidamente, mostrando-se uma iniciativa à frente de seu tempo. Em 1874, d. Pedro II autorizou a criação de Caixas Econômicas nas províncias do Império — a primeira surgiu em São Paulo, na Praça da Sé.

Todos os estados ganharam as suas, em uma estrutura peculiar — eram as Caixas Econômicas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul etc. Estruturas ligadas à União, mas com autonomia, que se conectavam apenas no Conselho Nacional, formado pelos presidentes de cada Caixa (sistema emulado depois pela Fenaef), responsável por diretrizes bem genéricas. O dia a dia da operação era determinado regionalmente. As peculiaridades multiplicavam-se — inclusive nas então Associações Regionais de Econômiários (as futuras Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Apcefs), que obedeciam a características e circunstâncias de cada estado, sem maiores preocupações com o distante conceito de unidade nacional.

Na maré centralizadora que veio a reboque da ditadura militar, o general-presidente Artur da Costa e Silva assinou, em 12 de agosto de 1969, o Decreto-lei nº 759, que determinava, em seu artigo 1º:

Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal – CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único: A CEF terá sede e foro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Para resumir: saíram de cena as Caixas Econômicas dos estados, dando lugar à Caixa Econômica Federal... do governo federal.

Previsivelmente, a metamorfose não teve nada de simples. Para os empregados, a primeira alteração foi migrar para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como no setor privado. Produziu-se, então, um impasse: antes servidores públicos — sem direito à sindicalização, portanto —, eles agora estavam subordinados a outro regime, mas continuavam em uma empresa estatal (o Banco do Brasil, diferentemente da Caixa, é de economia mista). No fim, permaneceu a proibição, que combinava com os tempos de arbítrio.

Os dilemas chegavam até à nomenclatura. Os outros trabalhadores do aparelho estatal sempre se denominaram funcionários públicos, mas na Caixa uma cultura muito específica foi consolidada: lá, são todos *empregados*. Sem poder adotar o termo *bancários*, surgiu, ainda na primeira metade do século 20, um neologismo igualmente controverso: *economiários*.

Está no *Dicionário Houaiss*: “pertencente ou relativo à Caixa Econômica Federal”, ou simplesmente “funcionário da Caixa”. A palavra, integrante da coleção exclusiva do português brasileiro, surgiu por causa dos eventos de inauguração da Associação dos Servidores de Alagoas, a futura Apcef/AL, em 2 de agosto de 1953. Uma celebração elegante ocupou o salão do aristocrático Clube Fênix Alagoana, e a imprensa local chamou o encontro de “I Festa dos Economiários”.

Não foram os participantes do evento que criariam o rótulo, mas eles decidiram rapidamente assumi-lo, passando a utilizá-lo para identificar todos os empregados da Caixa (até ser oficializado pelos dicionários). Ressignificaram a expressão até incluí-la nos compêndios do setor. Serviu para dar autoestima aos trabalhadores da instituição, que, assim, ganharam identidade própria — e poderosa.

Faltava, na verdade, o resto todo, uma extensa agenda de reivindicações. Aqueles eram servidores públicos, sim; bancários, também. A situação híbrida deixava-os vulneráveis aos ventos dos governos — os deveres eram cobrados, mas cada demanda de direitos trabalhistas recebia um “não” como resposta.

As privações vinham de longe, desde 18 de agosto de 1938, quando os empregados da Caixa foram surpreendidos pelo Decreto-lei nº 627, que determinava sua associação ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), mas não ganharam os direitos dos profissionais do setor. Sem poder sequer filiar-se a sindicatos, foram obrigados a contribuir

Selo comemorativo dos 40 anos da Fenaé, em maio de 2011.

Quadrinho do Juska para o *Fenaé Notícias* de agosto de 1988.



mensalmente com a instituição em troca de assistência médica — benefício que a Caixa já concedia — e ainda perderam a aposentadoria integral, padrão no serviço público.³

As nuvens pesadas só se esvaneceram nove anos depois, na 6ª Reunião Congressual das Caixas Econômicas Federais. Com base em parecer dos advogados Antônio Cornélio Pompéia e Carlos Dunshee de Abranches, o presidente do Conselho Superior das Caixas, Luiz Rodolpho de Miranda, encomendou projeto ao consultor jurídico, o professor de direito penal e futuro sócio benemérito da Fena, Carlos José de Assis Ribeiro.

O 1º Congresso dos Empregados das Caixas Econômicas Federais, em outubro de 1947, no Rio de Janeiro, formalizou as (muitas) reivindicações e tomou a decisão de procurar apoio político. O escolhido foi um craque da articulação: Ulysses Guimarães. Sob o número 2.486, o projeto foi aprovado no Congresso, mas vetado pelo então presidente, Café Filho.

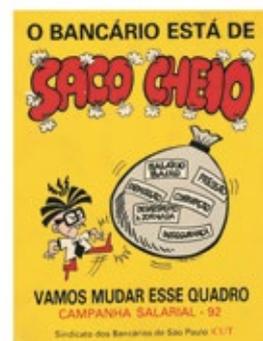
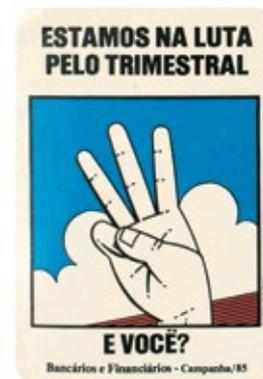
Os trabalhadores insistiram: rebatizaram a ideia como Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (Sasse) e, com a ajuda do então senador Tarso Dutra, emplacaram novo projeto, de número 1.523/1956, que foi aprovado no Congresso em 21 de maio de 1957. O novo presidente, Juscelino Kubitschek, sancionou a iniciativa no dia seguinte, data consagrada a santa Rita de Cássia, padroeira das causas impossíveis.

A relação entre a Caixa e seus empregados era um conjunto de nós por desatar, e a unificação dos dois lados da moeda trabalhista foi a melhor solução. Seria inviável a interlocução regional com o comando patronal centralizado em Brasília. Os empregados precisavam de um representante igualmente central. Com a Fena, ganharam força, e estabeleceu-se canal mais eficiente para escoar as muitas demandas. Para resumir: a Federação significou mudança radical — para melhor — na vida dos empregados.

Na reunião de Curitiba, em 1971, ficou decidido que a sede seria no Rio de Janeiro. Na decisão sobre o primeiro presidente, não houve disputa — o único nome lembrado foi o de Arthur Ferreira de Souza Filho, da associação da então Guanabara (o estado, que tinha apenas a cidade do Rio de Janeiro, só desapareceria em 1974, na fusão com o estado do Rio). O prestígio era tamanho que ele sequer estava presente no encontro no Clube Curitibano, e ainda assim terminou eleito por aclamação dos representantes das associações de todo o Brasil. “Ele era muito inteligente, organizado e responsável”, define Luís Augusto Mitoso, um dos enviados pela Apcef do Amazonas. “A Fena diminuiu as desigualdades entre as associações ricas e pobres. Com a unificação, nivelou-se tudo, ao menos em importância”, acrescenta ele, referindo-se às entidades do Centro-Sul em relação às do Norte-Nordeste.

O amazonense, que trabalhou na Caixa de 1961 a 1979, estava presente na principal solenidade pela criação da Fena, a Missa de Ação de Graças, no dia seguinte à criação da Federação. No mais, ninguém estava muito para festa — o foco unânime era mesmo trabalhar na construção da nova defensora dos empregados da Caixa.

3 BUENO, E.
Caixa: uma história brasileira. São Paulo: Metalivros: Buenas Ideias, 2002. p. 297-289.



Bottoms e adesivos de diversas lutas dos empregados da Caixa, entre elas a Campanha pelas Seis Horas e pela recomposição salarial.



O passo seguinte aconteceu exatos quatro meses depois, em São Paulo, com a reunião de aprovação do estatuto da Fenaef e a consequente formalização da entidade. Presidentes de todas as associações existentes estiveram presentes no encontro e avalizaram o documento por unanimidade. Além do presidente escolhido em Curitiba, foram eleitos Gilberto Afonseca Rogê Ferreira, primeiro vice-presidente; Olindo de Oliveira Maia, segundo vice-presidente; Héber Carneiro Jardim, primeiro secretário; Fausto Santiago de Oliveira, segundo secretário; Vicente de Freitas Cosate, primeiro tesoureiro; e Manuel Fernandes Aparício Filho, segundo tesoureiro.

Como reza o estatuto desde o início de sua criação, a Diretoria Executiva estava subordinada ao Conselho Deliberativo Nacional (CDN), que teve os integrantes escolhidos no mesmo evento. O primeiro presidente foi o paulista Bernardino Fonseca de Carvalho, com Valdimar de Oliveira como vice e Honory Bonadiman como tesoureiro. Os eleitos (incluídos os do Conselho Fiscal) tomaram posse em sessão solene na Associação 18 de Agosto, mantida pelos tesoureiros da filial paulistana da Caixa, com a presença de diretores do banco e do Sasse.

O estatuto aprovado na reunião também definiu a constituição da Federação — formada “pelas associações de economiários federais estabelecidas no território nacional” —, seus símbolos — “a bandeira e o escudo aprovados por dois terços das associações” —, e assegurou a autonomia das integrantes da nova entidade. O CDN — “órgão máximo da Fenaef, supervisor e coordenador de todas as atividades nacionais e regionais das associações federadas” — ganhou, logo na origem, o formato definitivo, com um representante de cada entidade de empregados em situação de igualdade (sem diferenciação por antiguidade, tamanho de estado, força política ou qualquer outro parâmetro). Coube ao Conselho a missão de eleger a Diretoria Executiva Nacional, que teria dez integrantes e mandato de dois anos, e o Conselho Fiscal, com três integrantes (e igual número de suplentes), para mandato de três anos.

A sede da Fenaef, em um primeiro momento, ficou na Avenida 13 de Maio, entre o Largo da Carioca e o Theatro Municipal, no Centro do Rio de Janeiro. Em 27 de maio de 1976, transferiu-se para seu primeiro endereço em Brasília, no 13º andar do Edifício União, no Setor Comercial Sul, vizinho à Associação dos Economitários da capital. O escritório carioca foi mantido como representação, para auxiliar na administração das muitas demandas da Federação.

O comandante dos primeiros passos da Fenaef fazia jus à escolha unânime de Curitiba. Mestre na articulação, na negociação e, sobretudo, nas relações humanas, Arthurzinho, como era conhecido no banco, ostentava o perfil perfeito para construir as pontes necessárias ao atendimento das numerosas agendas no processo de unificação. Ele se aposentara quatro anos antes da criação da Fenaef, mas cuidou de manter vivas e firmes suas relações com os colegas.

Era, não havia dúvida, o nome indicado à penosa missão. Para funcionar — e sobreviver — naqueles tempos de arbítrio, uma entidade de trabalhadores precisava pisar em ovos. Cada passo teria de ser ponderado, as negociações precisariam ser conduzidas com o máximo cuidado, e os eventuais recuos exigiriam paciência e serenidade. A bula perfeita para o intelectual moderado, consciente das necessidades dos trabalhadores, mas sabedor de que as conquistas viriam lentamente. A caminhada seria longa, mas no fim as recompensas chegariam.

“Arthur era uma pessoa moderada, sabia conversar. Tínhamos posições muito similares, o que facilitou a implantação da Fenae e o diálogo entre as diferentes associações”, lembra Antônio Dilson Pereira. “Além de tudo, tinha bom trânsito com a diretoria da Caixa, o que era muito importante, principalmente naquele momento difícil no país”, confirma ele, que foi vice-presidente da Fenae entre 1976 e 1980.

Um dos primeiros pontos cruciais foi a necessidade da implantação de um plano de cargos e salários, fundamental para criar um padrão que aproximasse empregados das mais variadas regiões do país. Foi, talvez, a grande conquista de Arthur, materializada em 1974. “O professor não via a Federação apenas como um negócio. Ele fazia questão de criar um ambiente saudável, valorizando e destacando a importância do funcionalismo a todos”, descreve Alexandre Siqueira Monteiro, que conheceu

À esquerda,
foto da primeira
reunião da
Diretoria Executiva
provisória da
Fenae, em 29
de maio de 1971.

Arthur F. de
Souza, primeiro
presidente da
Fenae, no encontro
para aprovação
dos estatutos e
da eleição da
primeira diretoria
da instituição,
entre setembro
e outubro de 1971.



Arthur quando tinha 18 anos e começou a trabalhar na Fenaec Corretora de Seguros — criada na gestão do primeiro presidente. “Veteranos da Fenaec como ele tinham uma relação muito forte e apaixonada, dedicaram muito tempo em prol de um projeto. São milhares de associados. Eles se destacavam pelo esforço e pelo trabalho em prol de todos. O professor foi um homem muito grande”, define.

ARTHUR FERREIRA DE SOUZA FILHO: O PRIMEIRO PRESIDENTE DA FENAEC

Silenciosamente, Arthur Ferreira de Souza Filho formatou o ambiente de gestão característico da Fenaec, ao longo de seus 12 anos à frente da entidade. Fundamento puro: eficiência e aplicação, sem negligenciar o bem-estar e os anseios dos empregados. Daí, a Federação tornou-se algo único no ambiente trabalhista brasileiro. E os primeiros passos foram decisivos para a consolidação do perfil da entidade.

Contador, economista, jornalista, advogado e professor (do Senac), Arthur entrou na Caixa do Rio de Janeiro em 30 de maio de 1935, como estafeta. Defensor intransigente do estudo e da cultura como caminho para a ascensão social, ocupou diversos cargos no banco, como técnico em economia popular, secretário, diretor de aperfeiçoamento (cuidando de treinamentos e cursos internos) e delegado regional do Sasse. Foi também primeiro secretário do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na gestão de Barbosa Lima Sobrinho. Pioneiro do Teatro Experimental do Pessoal da Caixa, aposentou-se como gerente de agência, em 30 de junho de 1967. Era, então, presidente da Associação dos Empregados da Caixa da Guanabara, cargo que deixou para assumir a Fenaec.

Habilidoso, não permitiu que a dificuldade de diálogo típica das ditaduras inviabilizasse o atendimento às demandas dos empregados da Caixa. Peregrinou incessantemente pelos gabinetes do poder, sem se negar a conversar com qualquer interlocutor. Assim, manteve unidos os trabalhadores que ajudaram na criação da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), conquistou a reclassificação de cargos por tempo de serviço e conseguiu cumprir o primeiro item de sua gestão, o Plano de Cargos e Salários, com direito a concurso interno para ocupantes da carreira de auxiliar no banco.

Outra agenda absorveu toda a (grande) capacidade de negociação de Arthur, algo que espreitava trabalhadores havia alguns anos: o fim do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (Sasse). A extinção do Sasse seria decorrência da unificação previdenciária no Brasil, iniciada em 1966 com a fundação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, primeiro ministro da Previdência Social, pasta criada em 1º de maio de 1974, no governo Geisel, pregava a universalização da proteção — e nela não caberiam serviços específicos de sindicatos, associações e categorias profissionais.

Os trabalhadores, naturalmente, receberam a proposta com angústia e desconfiança, preferindo manter suas conquistas a salvo das mudanças. Em 13 de agosto de 1974, a Diretoria Executiva da Federação decidiu “emprender campanha de âmbito nacional visando a preservação do Sasse”, como informou o *Fenae Notícias* de setembro daquele ano. No encontro, ficou evidente a importância vital do Sasse para os economiários. O professor Assis Ribeiro leu detalhado trabalho sobre o funcionamento da instituição, desde a implantação até suas movimentações e conquistas.

Arthur ficou com a incumbência do *lobby* — percorrer os gabinetes do poder com os argumentos em defesa do Sasse. Outros diretores mobilizariam as associações pela causa por todo o Brasil.

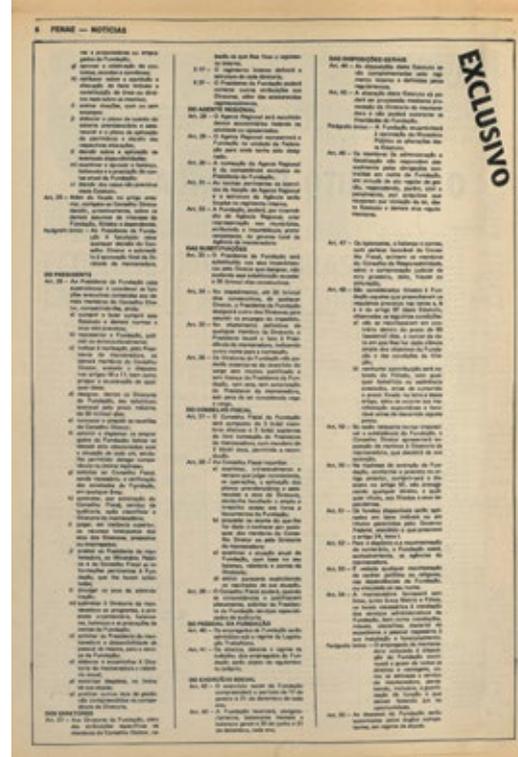
Em um primeiro momento, o movimento pareceu que seria bem-sucedido, com o apoio dos senadores Renato Franco e Lourival Batista e palavras tranquilizadoras do próprio ministro de que o órgão previdenciário dos empregados da Caixa não seria extinto, a princípio. O presidente da Fenae não relaxou e pediu nova reunião com Nascimento e Silva, para ratificar seus argumentos.

Em 18 de março do ano seguinte, Arthur levou a causa à esfera mais alta da República. Acompanhado pelos conselheiros José Chagas Horta e Vasco Rodrigues da Costa, foi recebido em audiência pelo presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, e, depois de detalhar o momento da Fenae, solicitou especial atenção para o Sasse. O general, então, garantiu que conversaria com seu ministro da Previdência. O presidente da Fenae aproveitou para lhe entregar um relatório com os argumentos para a manutenção do órgão previdenciário dos empregados da Caixa. O texto, de 431 palavras, reivindicava:⁴

⁴ *Fenae Notícias*, p. 3, jan./abr. 1975.

O Sasse, criado, mantido e dirigido pelos economiários federais, constitui, há 18 anos, uma iniciativa pioneira que conseguiu provar, com dados e resultados patrimoniais irrefutáveis, a viabilidade de ser conseguida uma previdência social ao lado de um serviço assistencial ímpares no Brasil. Órgão que não teve necessidade de receber dos cofres públicos qualquer subsídio para sua manutenção, com patrimônio construído e conseguido exclusivamente com os recursos de seus associados, recursos decorrentes das contribuições que eles pagam, mês a mês, ao lado da parcela arrecadada de sua empregadora, a Caixa Econômica Federal, não poderá, amanhã, dentro de uma possível reorganização de todo o esquema previdenciário brasileiro, ser alijado de sua autonomia.

Não adiantou. No fim de 1975, chegou à Fenae informação de que Nascimento e Silva encaminhara um projeto de lei que determinava a extinção do Sasse. A reação veio em frentes diversas: telegramas a um grande número de autoridades, do Executivo e do Legislativo, questionando a proposta; incentivo às associações estaduais para que deflagrassem



Matéria do Fenaec Notícias sobre o objetivo da Caixa de qualificar seu pessoal, em maio/ agosto de 1975.

Estatuto da Fundação Nacional dos Economiários, aprovado pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em setembro de 1975.

movimentos de protesto; e novos pedidos de audiência no Congresso, para defender a sobrevivência da instituição. Arthur alongou-se na correspondência ao chefe da Casa Civil (e figura superpoderosa no governo), o general Golbery do Couto e Silva, no estilo dos telegramas, comunicação solene e urgente da época pré-internet:

CONSCIENTE DE QUE SÓ HÁ COLABORAÇÃO SINCERA COM DIVERGÊNCIAS LEAIS VG APENAS NESSE ESPÍRITO PATRIÓTICO É QUE A FEDERAÇÃO NACIONAL ASSOCIAÇÕES ECONÔMIÁRIAS VG ÓRGÃO CONGREGA ASSOCIAÇÕES CLASSE SERVIDORES CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TODO PAÍS VG APELA À LÚCIDA COMPREENSÃO VOSSÊNCIA SENTIDO DE QUE CONTRIBUA NÃO SEJA CONSUMADO EQUÍVOCO EXTINÇÃO SASSE VG IDEALIZADA VG POR ORIGEM VG SEGUNDO PRESSUPOSTOS RÍGIDOS VG EM INILUDÍVEL CONFLITO COM O PRIMADO DAS RAZÕES SOCIAIS QUE VG NOTORIAMENTE VG PERMEIA E IMPULSIONA AS GRANDES REALIZAÇÕES DO ATUAL GOVERNO PT POR FORÇA ALTA ADMIRAÇÃO E RESPEITO VG RECEBA VOSSÊNCIA OPORTUNIDADE EXPRESSÕES RECONHECIMENTO CLASSE ECONOMIÁRIA PT ARTHUR FERREIRA SOUZA FILHO PRESIDENTE DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL.

Para manter a pressão sobre o governo, a Fenaec reuniu diversos argumentos, dentro do contexto da unificação. A extinção do Sasse iria onerar os planos de previdência complementar dos economiários; a manutenção da instituição não atrapalharia a unificação da Previdência Social no Brasil; vários ex-governantes aprovavam os métodos do sistema



Segunda audiência da Fenae com Emílio Garrastazu Médici, em dezembro de 1973.

previdenciário dos economiários; em toda a história do serviço, não houve ônus para o governo; todos os associados e beneficiados aprovavam o trabalho do órgão e não queriam mudar o regime a que estavam submetidos.

Por todo o Brasil, ocorreram manifestações, missas, comícios, protestos pela manutenção do Sasse. A mobilização mostrou o potencial de engajamento dos economiários.

Escreveu Maria do Socorro Mota e Silva, cronista do *Jornal da Fenae*, na página 13 da edição de janeiro/abril de 1976:

É quase como se fosse uma mania. E é. É quase como se fosse um grande amor. Também o é. É mania e é amor o que se sente pela nossa CEF. É amor e é mania o que se sente pelo nosso Sasse. É como se um não conseguisse subsistir sem o outro. É como se, à falta de um, o outro ficasse às escuras, tateando, buscando o sol. É mania querer que os outros entendam o que o Sasse significa para o servidor da CEF. É amor o medo que se tem de perdê-lo. Afinal, são 19 anos que o instituto serve a uma classe satisfeita de sua existência.

Tudo em vão. Apesar do esforço e do barulho dos economiários, o Sasse foi extinto em 7 de julho de 1977, com a promulgação da Lei nº 6.430, que transferiu os segurados para o INPS. Foi criado, na ocasião, o Programa de Melhoria de Proventos Previdenciários (PMPP), sob responsabilidade da Caixa, para complementar os benefícios dos economiários aposentados durante a vigência do Sasse.

No entanto, derrotas proporcionavam aprendizado e não podiam ser muito lamentadas, porque havia outras agendas à espera. Escreveu Arthur, n' *O Globo*, em 6 de novembro de 1971, em razão do Dia do Economista:

Se alguma vez o desânimo nos chega, ante o adiamento das soluções para os nossos problemas, ou se se apresentam certas medidas cerceadoras de conquistas arduamente alcançadas [...], nosso amor à CEF se sobrepõe a tudo, e prosseguimos trabalhando sem esmorecimento — pois “se não fora tão longo amor, tão curta a vida”.

A CRUZADA DOS AUXILIARES DE ESCRITÓRIO

Mais adiante, com sua gestão perto do fim, o primeiro presidente da Fenae viu eclodir importante movimento para o futuro das relações entre o banco e seus empregados. Era 1981, os auxiliares de escritório decidiram dar um basta na condição subalterna em que se encontravam. O cargo deles, criado sob a presidência de Gil Macieira, tinha o claro objetivo de achatar salários. A ditadura militar agonizava no Brasil, entre outros motivos, pela inflação crescente e pelo crescimento pífilo da economia. O piso pago aos auxiliares era aproximadamente metade do recebido pelos escriturários, que exerciam funções semelhantes. Um escárnio, expresso na diferença salarial de até 53%.

Não havia como suportar tal injustiça. Mesmo sob a repressão dos tempos de arbítrio, a revolta cresceu e o movimento foi junto, superando os limites do medo. Em uma articulação consistente, surgiram comissões por todo o país, até dar no 1º Encontro Nacional dos Auxiliares de Escritório, realizado em 1983, no Rio de Janeiro. A Fenae tinha, então, seu segundo presidente, o também carioca José Gabrielense Gomes Duarte.

Eleito em março de 1982, durante a 11ª Reunião Anual do CDN, em Cuiabá, o economista e contador entrou na Caixa em 1951, foi gerente de filiais na Bahia e no Rio Grande do Sul, chefe de planejamento da presidência e coordenador da Loteria Esportiva, e era superintendente de Loterias quando se aposentou, em 1987. Além disso, presidiu a Associação dos Economiários da Guanabara em 1963, mostrando, desde a primeira experiência no cargo, estilo muito firme e centralizador, mas praticante do diálogo e sempre disposto a negociar, sem jamais prescindir da defesa dos filiados à Fenae. (De 2007 a 2009, emprestou sua experiência à União Nacional dos Economiários, da qual também foi presidente.)

Gabrielense estava à frente da Fenae enquanto o desejo por democracia chegava ao clímax país afora, em uma mobilização histórica: a campanha pelas Diretas Já, entre 1983 e 1984, pá de cal na ditadura agonizante. Iniciada em um pequeno comício em Manaus, a caravana liderada por Ulysses Guimarães (sim, o mesmo deputado decisivo para os economiários, décadas antes) cresceu em sua jornada rumo ao Sudeste, até reunir milhões de brasileiros sedentos por liberdade nos comícios da Candelária, no Rio de Janeiro, e da Praça da Sé, em São Paulo.

De seu lado, os auxiliares de escritório exigiam a extinção do cargo e o conseqüente enquadramento automático ao Plano de Cargos e Salários vigente na Caixa à época. O movimento carregava a força da reivindicação legítima, inescapável. “Foi algo puxado por pessoas que saíram do movimento estudantil e entraram na empresa a partir de 1980. Era uma época de efervescência política, e o movimento teve grande unidade”, relembra Pedro Eugenio Beneduzzi Leite, que chegou à Caixa em 1982 e seria presidente da FenaE por seis anos no século 21. “Não havia organização por tendências políticas, partidos, nada disso. Foi um movimento completamente espontâneo”, atesta ele.

Em uma odisséia marcada por reuniões e assembleias crescentemente numerosas, o “chão da fábrica” conseguiu se fazer ouvir pela direção. O início da solução veio no estabelecimento de um concurso interno, para os auxiliares se habilitarem ao cargo de escriturário. Mas não seria simples — quando saiu o edital, eles notaram que várias demandas não estavam contempladas nas regras, e a mobilização continuou, com muitos desistindo de participar e pregando o boicote ao processo, classificado nos corredores das agências como fachada.

Em 15 de março de 1984, prazo-limite de inscrição, São Paulo batia recorde nas abstenções, em um profundo desgaste político para a direção. O gerente-geral da Caixa no estado, Afro Furtado de Carvalho, decidiu dobrar a aposta: em reunião com os não inscritos, ordenou que todos se inscrevessem até o dia seguinte, 16 de março, sob pena de demissão compulsória.

O confronto radicalizou-se, 12 empregados não cederam e acabaram demitidos — cinco deles, por não se inscreverem, e os outros sete, por datarem as fichas, para registrar a arbitrariedade patronal. “Os auxiliares de escritório eram o segmento mais discriminado”, constata Pedro Eugenio, lembrando que, ainda em 1984, houve mais um concurso interno para tentar acabar com a distorção. Mas não se chegou ao enquadramento reivindicado — a nomenclatura “auxiliar de escritório” foi extinta apenas mais adiante.

A injustiça e a arbitrariedade acabaram se virando contra a direção do banco, que viu nascer pela primeira vez um movimento de empregados organizado nacionalmente, com reivindicações mais ambiciosas: jornada de seis horas, sindicalização e direito de ser bancário. Isso desembocou no 1º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado em Brasília a 19 de outubro de 1985, quando decidiu-se pela greve de 24 horas no dia 30 de outubro, fechando todas as agências e unidades da empresa.

A paralisação chegou ao Congresso Nacional, vencendo a resistência contra o projeto de lei que garantia a redução da jornada de oito para seis horas e o direito à sindicalização. O par de conquistas passou à história como resultado da capacidade de mobilização dos empregados. No bojo, as Apcefs deixaram de ser atreladas à direção do banco e passaram a atuar como entidades dedicadas à defesa e ao bem-estar do pessoal da Caixa.

Na página seguinte, matéria sobre a luta dos escriturários-base, os EBS, no *FenaE Notícias* de março/abril de 1987.

EB's

retomam a luta

EB's realizam encontros em todos os Estados e preparam reunião nacional para traçar nova estratégia de ação. Aqui, um pouco da trajetória desta luta até hoje.



Eles foram os primeiros a mobilizarem-se dentro da CEF, em 1983. Depois, em 1985, engrossaram o movimento das 6 horas e sindicalização. Em 1986, deram uma força enorme à Campanha Salarial. E até agora nada conseguiram das suas reivindicações específicas, a não ser a recuperação de algumas vantagens sociais pelo Acordo Coletivo de Trabalho. É por isso que os EB's já estão considerando-se figuras apenas ilustrativas dentro da pauta geral dos bancários da CEF ou até mesmo "bucha de canhão" dos movimentos reivindicatórios.

O objetivo dos EB's, porém, não é o de dividir o movimento dentro da CEF mas sim o de fortalecer as suas reivindicações específicas dentro da luta geral da categoria. Com esse propósito, durante o mês de março, eles realizaram encontros estaduais em todo o Brasil, onde elegeram um representante que deverá participar da reunião nacional que ocorrerá em Brasília, no dia 11 de abril de 1987, na qual se traçará uma estratégia de ação única a partir das propostas encaminhadas por cada Estado.

LUTA ANTIGA

O movimento iniciou de mansinho, com um abaixo-assinado encabezado pelos EB's do Rio de Janeiro, solicitando ao então Presidente da CEF, Gil Macieira, a realização de concurso interno para a ascensão dos chamados, na época, Auxiliares de Escritório. Lançado a nível nacional, o movimento em seguida pegou fogo em alguns Estados. Na Bahia, por exemplo, em quatro dias, 500 Auxiliares assinaram o documento.

Em 1983, o medo de reivindicar ainda imperava dentro da instituição CEF. Os empregados perdiam direitos e vantagens, mas o máximo que faziam era ficar descontentes, revoltados, porém, calados. A "ousadia" do abaixo-assinado, no entanto, encorajou a muitos. Na Bahia iniciou-se um movimento clandestino dos EB's, que reuniam-se à noite em suas próprias casas para

discutirem seus problemas. Esse movimento tomou um papel muito importante na campanha saudosa companheiro Esmeraldo Bulhões Santa Inês para a presidência da AEB/BA, a vez que em sua plataforma comprometia-se a sumir a luta dos EB's. E, de fato, alcançada a vitória, no primeiro dia de sua gestão, Esmeraldo lançou uma nota contundente em favor dos EB's. A Associação assumiu publicamente a luta e realizou uma reunião onde foi escolhido um representante para levar as propostas da Bahia para o I Encontro Nacional dos EB's que se realizaria no Rio de Janeiro.

No I Encontro, que se realizou em fevereiro de 1984, foi escolhida uma Comissão Nacional que levou a Brasília a grande reivindicação do grupo: ENQUADRAMENTO JÁ. Mas o presidente Gil Macieira negou-se a atender.

Pouco tempo depois, porém, todos os Auxiliares que já possuíam um ano de CEF foram convocados a prestar concurso interno. No entanto, por os 12.000 AE's em condições de se inscreverem a CEF oferecia apenas 2.000 vagas.

Nessas condições, sobretudo de limite de vagas, e achando que o enquadramento deveria ser feito automaticamente, alguns companheiros de São Paulo recusaram-se a fazer suas inscrições apesar das pressões das chefias imediatas. Encerrado o prazo de inscrição, no dia 15 de março de 1984, 30 Auxiliares de Escritório de SP não haviam se inscrito. No dia 26 de março, foram então chamados à Gerência Geral e pressionados pelo gerente Afro Furtado de Carvalho a efetuar a inscrição mesmo fora de prazo, ou seja, no dia seguinte, 27 de março de 1984, mas com a observação de que as fichas não poderiam ser usadas. Mesmo assim, cinco companheiros não inscreveram e sete dataram a ficha de inscrição. Resultado: Os 12 "desobedientes" foram demitidos. De lá para cá, a história dos 12 já é bastante conhecida através dos jornais da FENAE e das Associações. Hoje, aguardando a homologação do Acordo que os conduzirá de volta à CEF, os 12 companheiros consideram que sua readmissão "é uma grande vitória política", apesar dos termos do acordo não serem os mais justos e vez que não lhes ressarcem as custas processuais nem os encargos sociais.

AÇÕES NA JUSTIÇA

A demissão dos companheiros de São Paulo em abril de 1984 gerou uma desmobilização



ALI, COMEÇAVA O FUTURO

E seria com democracia — no Brasil e na Fena. O ano da greve na Caixa foi também o do fim da ditadura militar, com a eleição (indireta) de Tancredo Neves à Presidência da República. O político mineiro, *virtuoso* do diálogo e da articulação, morreu antes de tomar posse, e em seu lugar assumiu o vice, José Sarney. A grande urgência nacional era a hiperinflação, que sufocava a economia e castigava duramente os mais pobres. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tentou uma saída heterodoxa, o Plano Cruzado, congelando preços — mas o desabastecimento e a pressão inflacionária derrotaram a iniciativa mais adiante. Antes, deu imensa popularidade a Sarney e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que ganhou os governos de 22 dos 23 estados.

A inflação voltou com força, corroendo, além do poder de compra, o prestígio dos governantes com a população. Outros choques foram tentados, sem sucesso, e ao fim daquela década — que passou à história com o rótulo de perda — o Brasil parecia fadado a conviver para sempre com a ciranda incessante da alta de preços. As relações entre patrões e empregados, em todos os setores, eram de permanente tensão, e greves integraram-se ao cotidiano nacional. Tradicionalmente uma das categorias mais engajadas, os bancários (em especial os das instituições públicas) realizaram paralisações importantes, com os empregados da Caixa protagonizando a mobilização.

A inflação ruía a vida dos brasileiros com a remarcação de preços. Acima, foto de um supermercado durante o Plano Cruzado, 1986.

As campanhas salariais eram invariavelmente tensas e desgastantes, marcadas por greves, assembleias, manifestações e piquetes. Nelas, os trabalhadores tratavam de outras entidades, como a Funcef, além de defender a própria Caixa e cobrar a apuração de escândalos financeiros — vivia-se a época dos “crimes do colarinho-branco”, como ficaram conhecidas as falcatruas cometidas por poderosos. Havia ainda a permanente batalha pela preservação de direitos sob risco.

A população entendia as demandas dos empregados. Depois de uma paralisação, de 20 de abril a 5 de maio de 1989, o banco encomendou aferição⁵ entre os clientes para saber a opinião deles sobre o que, segundo a narrativa patronal, fora um transtorno. A enquete, com 1.115 pequenos, médios e grandes depositantes, comprovou que, durante o movimento, 85,83% dos entrevistados não cogitaram trocar de instituição financeira; 83,14% não alteraram seu cotidiano com a Caixa; e 74,08% mantiveram intacto o desejo de continuar cliente. Além disso, 95% consideraram que o culpado pela interrupção do funcionamento bancário era o governo, com sua política de arrocho salarial.

Para além das batalhas, havia o que festejar no Brasil: a consolidação da democracia, com a ansiada eleição direta para presidente, em 1989. A disputa histórica teve impressionantes 22 candidatos no primeiro turno, e o duelo entre Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) no segundo. A vitória do autodenominado “caçador de marajás”, ex-governador de Alagoas, que teve apoio de forças conservadoras da política e do empresariado, vitaminou o discurso de satanização do aparelho estatal, animando os defensores das privatizações.

A brisa da cidadania também soprava para os lados da Fenaé, que à mesma época experimentou evolução importante em relação às regras do início de sua existência. Em março de 1989, uma reunião do CDN no Rio de Janeiro construiu o novo estatuto, que previa eleições diretas para a Diretoria Executiva da Federação dali a um ano. Até então, a escolha dava-se de forma indireta — participavam apenas os presidentes das associações estaduais. Com a mudança, todos os empregados e aposentados da CEF, filiados às associações dos estados, estariam habilitados a votar, na mais significativa mudança nos estatutos desde sua criação.

O anteprojeto do novo estatuto foi praticamente assunto único no encontro do CDN. Sua análise ocupou sozinha todo o primeiro dia, com a leitura cuidadosa de cada parágrafo. Muitas alterações foram propostas, e todas votadas pelos participantes, estendendo o processo decisório. Mas não houve cansaço nem impaciência — não havia dúvida sobre a importância do passo que seria dado.

A nova “lei da Fenaé” foi aprovada definitivamente em nova reunião do CDN, no Rio de Janeiro, dias 7 e 8 de agosto de 1989, mas somente depois de mais discussão sobre o processo de escolha da próxima diretoria.

Dos 21 conselheiros presentes, 16 votaram na opção mais democrática, enquanto outros quatro — das associações de Ceará, Pernambuco, Paraíba e Santa Catarina — optaram pelo pleito indireto. O representante de Alagoas absteve-se e, curiosamente, a associação fluminense, anfitriã, não participou. Decidiu-se ainda que o mandato da diretoria seria ampliado para três anos.

Houve outra alteração fundamental — o nome da Fenaé, que passou a ser Federação Nacional das Associações de Pessoal da CEF,⁶ mantendo a sigla consagrada em 18 anos de mobilização e crescimento. A proposta foi apresentada no encontro pelo presidente da Apcef/SC, Hélio Cervelin, sendo referendada por 18 votos e uma abstenção.

O estatuto foi publicado em encarte especial na edição 42 do jornal da Federação, naquele mesmo mês. As eleições foram convocadas pelo CDN em edital divulgado também no jornal, em dezembro de 1989, e realizadas na segunda quinzena de março de 1990, em turno único, com voto direto, secreto e facultativo, conhecendo-se a chapa vencedora por maioria simples.

A opção do Brasil pela democracia conectava-se com a escolha da Fenaé. O próprio CDN ganhou mais poder a partir da chegada de novos empregados à Caixa, uma geração mais jovem, que tinha voz e autonomia como valores inegociáveis. Assim, a Federação precisou adequar-se aos novos tempos, discutindo ainda mais suas estratégias e decisões. Em troca, aumentaram o engajamento e a participação dos associados, processo que o futuro batizaria de “ganha-ganha”.

Um dos mais destacados participantes desse período entrou na Caixa no Piauí, por concurso, em 1984. Wellington Dias rapidamente chegou a gerente e, dois anos depois, elegeu-se presidente da Apcef/PI. Em 1987, assumiu a presidência do Conselho Deliberativo Nacional da Fenaé, e cinco anos depois conquistou cadeira na Câmara de Vereadores de Teresina. Foi deputado estadual, deputado federal, senador e quatro vezes governador do Piauí, consolidando-se como um dos principais quadros nacionais do PT, sem nunca abandonar as raízes de bancário e ativista, que foram seu aprendizado para a carreira política.

Para a primeira eleição no formato novo, duas chapas inscreveram-se: “Movimento”, chapa da situação, encabeçada pelo então presidente da Fenaé, o gaúcho Sérgio Nunes da Silva — o Serginho, entre os colegas da Caixa e da Fenaé —, que, após dois mandatos, tentava mais um; e a chapa “Conquistar a Vitória com Democracia e Luta”, de oposição, liderada por Alfredo Martins do Monte Neto, da Apcef/SP. A votação foi marcada para 28 de março de 1990, ao fim de intensa campanha por agências e escritórios de todo o Brasil.

Abertas as urnas, participaram 29.633 trabalhadores, que deram a vitória à Chapa 1, da situação, por 21.759 votos (73,4%) a 7.874 (26,6%). Serginho tomou posse em 26 de abril de 1990, para ficar até 1993,

6 Antes era Federação Nacional das Associações Economiárias.

ampliando a interação da Federação com as associações estaduais. Sua diretoria atravessou tempestades variadas, mas a Fenae sempre se fortaleceu. “Conseguimos o respaldo da categoria para liderar nossas reivindicações”, lembra o dirigente, que entrou na Caixa em 1975, como escriturário, na filial de Porto Alegre.

A manutenção da estabilidade no emprego, as reposições salariais e a defesa da Caixa como instituição pública marcaram suas gestões. Nos primeiros anos, antes da eleição direta, Sérgio bateu com força, apontando contradições, como o investimento, com dinheiro da Caixa, em propagandas do Plano Cruzado. Os sinais de fragilidade orçamentária da empresa foram desprezados em nome da tentativa de iludir a sociedade sobre o programa econômico que começava a naufragar. Atacou ele em editorial no *Jornal da Fenae*, de agosto de 1986:

Nossa empresa vem sofrendo sucessivos esvaziamentos por parte da área econômica do governo, com claro intuito de reduzir nossas linhas de atuação e conseqüentemente diminuir o porte da CEF, tornando-a quem sabe, futuramente, uma simples subsidiária do Banco do Brasil. Pelas atitudes que o governo vem tomando [...] nos parece que existe uma clara disposição de nos enfraquecer, e até mesmo de utilizar a CEF apenas como instrumento de promoção de suas atitudes e de seus programas.

O presidente da Fenae, José Gabrielense, com o deputado federal Pimenta da Veiga durante a Campanha pelas Seis Horas, 1985.



As observações de Sérgio eram pertinentes. Logo depois, a Caixa mergulhou na maior crise de sua longa história, um processo de enfraquecimento decorrente de medidas do governo que geraram problemas de liquidez. Escreveu o presidente da Fenae na edição de outubro de 1986 do jornal da Federação:

Além disso, existe um notório esvaziamento político da CEF e também do Banco do Brasil nas decisões da área econômica e que afetam particularmente as duas instituições. Parece-nos que o todo-poderoso da política econômica do governo, o ministro da Fazenda, senhor Dilson Funaro, está esquecendo que é um homem público e, como tal, independentemente do seu relacionamento com os dirigentes das duas empresas, tem a obrigação de fortalecê-las, sob pena de colocar em risco o patrimônio público.

A incerteza sobre a própria Caixa fazia sentido. Os trabalhadores encaravam as decisões de autoridades da área econômica com angústia em relação a seus empregos e à saúde financeira da instituição. Em 1986, o governo mexeu nas regras para penhores (especialidade ancestral da Caixa), determinando a redução de 20% nas aplicações feitas pelo próprio banco. Funaro ainda pôs em dúvida a data-base — setembro — para

Reunião do movimento “Não toque em meu companheiro”, na Apcef/SP, em 25 e 26 de janeiro de 1992.



reajuste dos bancários, ignorando lei aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente José Sarney. Em meio ao ágio no preço dos produtos e ao desabastecimento que afetava até os itens mais básicos da alimentação — criando as condições para a volta da inflação —, Sérgio questionou se os brasileiros estavam sendo enganados, em plena democracia, depois de toda a odisseia para derrubar a ditadura.

Tamanha entrega para vencer as batalhas pelos empregados da Caixa haveria de render vitórias. Uma das mais preciosas foi a reintegração dos cerca de 108 demitidos do banco em uma arbitrariedade no início da era Collor — processo penoso, que levou um ano para ser concluído, mas terminou em contundente prova de força da Fena. A entidade assumiu os salários dos excluídos na canetada do governo graças à solidariedade dos filiados, que aceitaram descontar de seus vencimentos o valor necessário para os pagamentos dos colegas.

Não foi fácil, porque, em 16 de março de 1990, o confisco do dinheiro depositado nas cadernetas de poupança (investimento tradicional na Caixa) acima de NCZ\$ 50 mil (algo como R\$ 9.980, em valores de julho de 2019) empurrou o Brasil para o abismo da recessão. O cinto apertou como nunca se viu, mas os empregados da Caixa sustentaram a empatia com os colegas demitidos. Do sacrifício, saiu uma categoria profissional ainda mais unida.

Os três mandatos de Sérgio também dobraram a aposta na profissionalização como alicerce para a evolução da Fena. Ele e os outros dirigentes entenderam rapidamente, de forma definitiva, o valor da independência financeira como proteção contra eventuais retaliações da Caixa, nas batalhas em defesa de direitos dos trabalhadores. Começou aí o investimento em eventos, ferramenta perfeita para aumentar a credibilidade da Federação — além de ganhar espaço para encontrar os filiados e solidificar a consciência de todos sobre a importância da mobilização política. A confiança dos empregados na Fena como mediadora de suas demandas crescia quando eles se deparavam com a qualidade das realizações. “Se não tivéssemos eficiência no trato das muitas questões de nossos colegas, fracassaríamos”, atesta o ex-presidente.

A BUSCA DA IGUALDADE DE GÊNERO

Mesmo tendo no DNA a busca da modernização, a Fena carrega, ao longo de sua trajetória, algumas agendas ainda por cumprir. A igualdade entre os gêneros manteve-se no terreno das utopias, diante da pouca presença feminina nos cargos de comando, seja na Diretoria Executiva, seja no Conselho Deliberativo Nacional. Ao longo das décadas, as mulheres conquistaram espaço crescente no quadro de empregados da Caixa, mas os lugares para elas nos postos mais altos da hierarquia na Federação ou nas Apcefs não avançaram na mesma proporção. O espaço dado às mulheres restringiu-se a setores e temas muito específicos. O poder continuou sendo substantivo masculino.

Não foi por falta de atitude delas, presentes desde a formação da entidade. Em 1973, na 2ª Reunião da Fenae, no auditório da filial da Caixa em Belo Horizonte, as mulheres tiveram participação fundamental na realização do evento. Maria do Socorro Mota, Egly Fortes de Souza, Zilda Gomes, Inês R. Grandinetti e Mercedes Gonçalves, da Associação dos Economiários de Minas Gerais, viabilizaram os debates de pontos importantes, como a recente unificação das Caixas Econômicas, a implantação da correção monetária e a gestão da Loteria Federal.

Na integração das associações sob o guarda-chuva da Fenae, o professor Carlos José de Assis Ribeiro, benemérito da Federação, enxergava papel estratégico nas economiárias. “Precisamos sempre convocá-las para nossas atividades e campanhas”, pediu ele no discurso pelo segundo aniversário da entidade, em 29 de maio de 1973, no auditório da filial da Caixa na Guanabara. Já naquela época, havia, portanto, o entendimento de que a diversidade era necessária e inegociável.

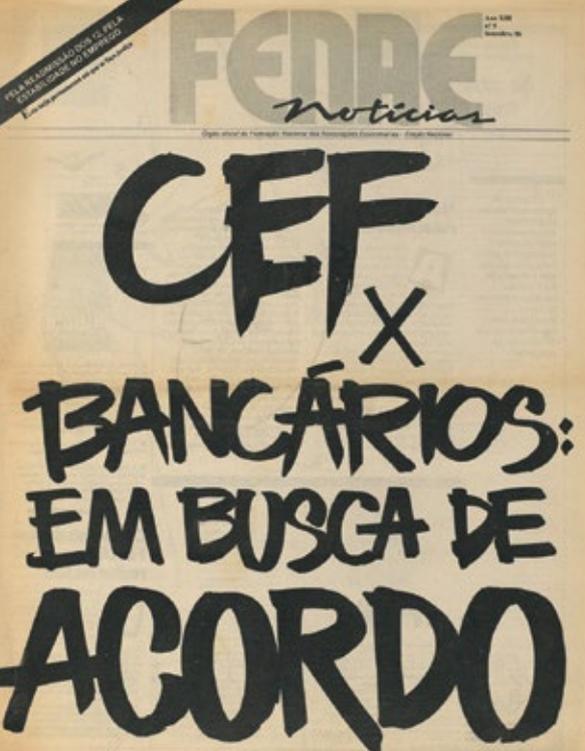
Naquele mesmo ano, a Fenae elegeu rara prioridade feminina: a elaboração de um plano específico para as trabalhadoras da Caixa, privilegiando, em especial, a aposentadoria com 30 anos de serviço. Além disso, como pregava o texto da página 11 da edição junho/agosto de 1973 do *Jornal da Fenae*, o

[...] direito imprescritível de levar, como parte integrante e indivisível de seus proventos, todas as vantagens, sejam de que espécie for, a qualquer título, dentro do mesmo princípio que rege a aposentadoria para os homens; negar esse direito, que devia ser reconhecido de plano, seria profundamente injusto e conflitante com qualquer política social.

Os estudos para o projeto foram conduzidos por técnicos selecionados cuidadosamente e enviados aos chefes dos três poderes. As mudanças na legislação viabilizadas à época tungavam os direitos dos trabalhadores — e os dirigentes da Fenae sabiam da importância do apoio das principais autoridades do país àquelas iniciativas. “Uma questão de justiça”, concluía o texto no jornal.

Assim, a Federação posicionou-se na vanguarda da batalha pelo reconhecimento da aposentadoria aos 30 anos de serviço para as mulheres. Em 1973, Arthur, Gilberto Afonseca (primeiro vice) e Olindo de Oliveira Maia (segundo vice) foram ao então chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, com um parecer endereçado ao general-presidente Emílio Garrastazu Médici, defendendo o direito para as economiárias. O “estudo técnico-jurídico” pedia a alteração da norma que regia os funcionários públicos, estabelecendo o limite de três décadas de trabalho para elas.

Para reforçar os argumentos, invocaram até o Concílio Vaticano II, na referência ao Progresso Cultural, que recomenda enfaticamente ser “conveniente que possam as mulheres assumir plenamente, de acordo



A luta pela estabilidade no emprego e pela readmissão de 12 empregados, na capa do *Fenae Notícias*, em setembro de 1986.

Assembleia da campanha “Readmitir para não destruir a Caixa – um banco social”, em junho de 1990.

com a própria índole, o papel que lhes toca”. E mais: “É dever de todos reconhecer e promover a participação específica e necessária da mulher na vida cultural, social e econômica.” Os diálogos, na fase mais fechada do regime autoritário, eram travados com cautela, em passos estudados cuidadosamente.

Dois anos depois, a diretoria da Fenae repetiu as ponderações e acrescentou outras ao novo presidente, o também general Ernesto Geisel. No documento, enviado a 25 de novembro de 1975, lembrou que aquele era o Ano Internacional da Mulher, segundo decisão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), para reivindicar o avanço. Em 2 de janeiro de 1976, uma primeira resposta negativa: documento assinado pelo então chefe do Gabinete Civil, o general Golbery do Couto e Silva, negou a reivindicação, mas deixou uma brecha: na “oportunidade dos estudos do regime jurídico do servidor público, tarefa a que o Dasp irá empenhar-se, o assunto poderá ser cogitado”, referindo-se ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Não demorou. Em 22 de fevereiro, o diretor-geral do órgão que regulava o funcionalismo, Darcy Siqueira, anunciava n’*O Globo* estarem em fase final “os estudos para a regulamentação da aposentadoria integral da mulher aos 30 anos de serviço”. A conquista consumou-se em 5 de dezembro de 1977, data em que começou a vigorar a Lei nº 6.481, concedendo a aposentadoria às trabalhadoras da Caixa aos 30 anos de serviço, com as vantagens da função gratificada ou cargo em comissão que exerça há cinco anos, ou por dez anos não consecutivos, à época da solicitação. A regra teve efeito retroativo a 15 de março de 1968, beneficiando todas as que se aposentaram desde essa data.

FALA A MULHER ECONOMIÁRIA

MARIA DO SOCORRO
MOTA E SILVA

CINCO ANOS DE CEF



Dia 31 de julho, a empresa pública Caixa Económica Federal completará cinco anos.

Transformada a sua natureza jurídica através do Decreto-Lei n.º 9, de 12.08.69, e do Decreto n.º 303, de 06.03.70, a CEF iniciou uma nova fase a partir daquela data. Deixou de ser apenas reposição das economias populares — pelo qual se firmara no coração do povo durante anos — para um dos maiores organismos financeiros do País. Tornou-se forte. Aumentou seu prestígio. Cresceu e multiplicou-se. Sua imagem modificou-se com os novos encargos que foram e ainda o têm sido conhecidos pelo Governo. A administração da Loteria Esportiva, do PIS e, último, do FAS — que a transformará num verdadeiro Banco de desenvolvimento Social — deixa-a vanguarda dos maiores progressos sociais, ajudando a desenvolver a política social prevista no II

este quinto aniversário como

empresa pública, vamos encontrar a CEF totalmente solidificada como instituição financeira. E o economiário? Que dizer dele desde a unificação? O economiário recorda bem que numa segunda-feira ao chegar à CEF, para o cumprimento de suas funções, encontrou-a transformada, embora aparentemente, tudo se mantivesse de forma anterior. Ao se abrirem as portas ao público naquela manhã, era algo de novo que se lhe oferecia e lá estava o economiário pronto para novas posições. Assim, ele assistia à transformação, recebendo-a com receios mas com muitas esperanças. Era o *aceite* que se dava ao desafio contido no próprio decreto governamental que, ao alargar o campo de operações da CEF, ao lhe abrir novas frentes de trabalho, alterava também o regime de trabalho de seus servidores e deixava para trás uma estrutura autárquica de anos — estrutura essa que se tornara pequena para suportar o desenvolvimento da própria

instituição, além da evolução económico-financeira do País.

E toda uma classe viu e sentiu as mudanças como o descortinar de uma nova alvorada e esperou a sua hora. E, confiante no seu trabalho, cofiante de que mais dias menos dias haveria de ser valorizado, ele engrandecia a instituição e vibrava no fim de cada exercício financeiro ao verificar os saldos positivos dos Balanços, para os quais havia concorrido com parcela do seu esforço.

E, de repente, começou a brilhar mais intensamente uma estrela — a da esperança, que nunca abandonou o economiário. Surgiu a possibilidade do diálogo franco: a certeza do reconhecimento a uma classe laboriosa; a abertura que sentiu o economiário com uma administração que está voltada para os interesses da classe; que pro-

cura adequar o homem certo ao lugar certo; que concede estímulos e busca meios para corrigir as distorções providas de erros administrativos passados.

Tudo isso é a CEF unificada, com mandantes e mandatários percorrendo o mesmo caminho na busca de um fim comum: o bem estar e a satisfação do economiário e a grandeza da Instituição.

Sr. Presidente, Srs. Diretores, colegas Economiários: congratulemo-nos por mais um ano de CEF e pelo seu êxito. Congratulemo-nos nós, caros colegas, com aqueles que têm em mãos a difícil arte de bem administrar e que tão bem têm sabido fazê-lo.

Nós, os economiários brasileiros, estamos certos de que as reivindicações consideradas prioritárias para a classe, continuarão a ser alcançadas. Em troca, ratifiquemos a nossa fé nos homens do poder e ofereçamos o nosso esforço diário em prol do engrandecimento da CEF.

Enquanto aguardava a decisão do governo, a Fenaec cuidou de outros aspectos importantes do cotidiano das trabalhadoras. O CDN aprovou, na 5ª Reunião, em Florianópolis, a proposta da primeira secretária, Maria do Socorro Mota e Silva, que solicitava a criação de creches nas unidades da Caixa.

O manifesto evidencia a importância das mulheres e o dever de “pedir, reivindicar, exigir até” o que elas julgavam importante para desempenharem o papel múltiplo de trabalhar, estudar, ser dona de casa e mãe, em busca de lugar digno na sociedade. Mas a própria reivindicação pecava ao restringir a contribuição feminina pela ocupação mais intensa na criação dos filhos, como se os homens não pudessem exercer tal papel. O Brasil dos anos 1970 continuava machista — e assim permaneceria pelos anos afora, século 21 adentro —, e o máximo que se pedia para elas era a conjugação de ser mãe e economiária. O extremo permitido para a ambição feminina era criar as condições para elas realizarem os deveres funcionais — “e esperar que, quando tiver que olhar o caminho percorrido, não tenha razões para lamentar a mãe ausente ou a economiária relapsa”, para citar a argumentação da própria Maria do Socorro.

Ela, aliás, é uma exceção feminina entre os personagens com papel importante na origem da Fenaec. Titular da coluna “Fala a mulher economiária” nos primeiros anos do jornal da Federação, oferecia lições

Acima, a coluna
Fala a Mulher
Economiária, de
Maria do Socorro
Mota e Silva, no
Fenaec Notícias, de
maio/agosto
de 1975.

preciosas do saber feminino em textos estruturados, claros e combativos. Apontava méritos da entidade, especialmente na relação com a diretoria da Caixa, mas não deixava de cobrar avanços e atenção às variadas agendas dos trabalhadores — sem esquecer as demandas das economiárias. “Nesses quatro anos de existência, a Fenaé tem dado o seu recado. Atuante, segura de sua força e coerente com seus princípios, ela tem se firmado, não somente no seio da classe, mas também e sobretudo perante a administração da CEF”, escreveu ela na edição de janeiro/abril de 1975. Com entendimento preciso da importância do movimento dos trabalhadores, a coluna saudava a aposta dos colegas na entidade criada havia pouco tempo.

A mesma publicação evidenciava o quanto ainda havia por progredir na busca do equilíbrio de gênero. Uma pequena reportagem celebrava a mostra de pinturas da economiária Lilly Bueno, também mineira, no Departamento Cultural da Associação Médica de Minas Gerais. Ela apresentara trabalhos anteriormente em três exposições individuais e duas coletivas, sob elogios de público e crítica “ao seu estilo neoclássico com tendência ao Impressionismo”. Sem negar o valor da arte, ficava claro que os postos de protagonismo na estrutura da Fenaé estavam ocupados — por homens.

Na edição de novembro/dezembro, a Fenaé publicou um balanço das demandas e conquistas alcançadas naquele ano 1975, período de “diálogo produtivo” com a direção da Caixa, marcado por encontros com o então presidente, Karlos Rischbieter, e outros diretores. Os empregados conseguiram atendimento a reivindicações importantes, solicitadas há tempos, como: a concessão do auxílio-alimentação para aposentados e pensionistas; o enquadramento dos auxiliares no cargo de escriturário, a partir de realização de concurso interno; e a inclusão do Sasse na Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, referente à contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço público e privado. Em sua coluna, à página 13, Maria do Socorro lembra que, graças aos economiários, a empresa crescia dia a dia, tornando-se “um verdadeiro banco de desenvolvimento social”, e atribui tal sucesso à tranquilidade proporcionada pelo Sasse.

Somente em 1979 foi dado um pequeno passo no caminho da igualdade de gênero: em toda a estrutura da Caixa no país, Filomena Pires Machado tornou-se a primeira mulher chefe de gabinete, na diretoria de Fundos e Programas. “Com apreciável experiência administrativa, Filomena possui o curso de Serviço Social, e está cursando o sexto semestre de Ciências Contábeis”, informou o *Jornal da Fenaé* de abril/junho de 1979. Empregada do banco desde os 16 anos, ela teve uma única antecessora, mas na Caixa do Rio de Janeiro, pré-unificação: Mafalda de Andréa, no gabinete do presidente (e general) João Simplício Alves de Carvalho. Pela raridade, era mesmo notícia.

Três anos passaram-se, e a negociação da creche não encontrava seu fim por causa de sucessivos adiamentos determinados pela direção da empresa, sob desculpas cada vez mais burocráticas. Consequência virtuosa da demora foi o aumento de economiários engajados na batalha, com o registro da demanda em publicações de várias associações regionais — Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Os empregados entenderam, bem antes do banco, que a oferta do serviço para os filhos das economiárias beneficiaria o trabalho. Seria, assim, um investimento em qualidade de vida para as trabalhadoras e suas famílias, mas também para o cotidiano da própria Caixa.

Até que, no segundo semestre de 1979, o direito à creche foi finalmente garantido, inscrevendo definitivamente o nome de Maria do Socorro Mota e Silva na história da Fenae e da Caixa. O banco e a Funcef firmaram convênios com instituições especializadas para atendimento às mães com filhos pequenos. O serviço começou a funcionar efetivamente no início de 1980. Como registrou o *Jornal da Fenae* de outubro/novembro:

É uma notícia feliz, particularmente feliz porque coincide com o I Ano Internacional da Criança, que atualmente se celebra. E melhor forma não existe de comemorá-lo do que prestando assistência efetiva e concreta à petizada de hoje, que dirigirá o Brasil grande de amanhã.

A busca do equilíbrio entre os gêneros e o enfrentamento ao machismo continuam como agendas por cumprir. Ao longo das décadas, as mulheres avançaram muito, mas ainda falta. O empoderamento feminino transformou-se em realidade, influenciando mais intensamente a história e o funcionamento da Federação. “Nada com a gente foi fácil, nem aconteceu de um dia para o outro”, constata Rita Lima, diretora de Relações do Trabalho da Fenae na gestão de Jair Pedro Ferreira. “No processo político, a luta das mulheres sempre esteve presente.” Ela lembra que a paridade na gestão e a igualdade de gênero serão sempre agendas necessárias.

Mais de duas décadas depois, a revista *Fenae Agora* de março/abril de 2007 ocupou-se do tema sempre urgente da saúde da mulher, para mostrar que muita coisa mudou — e muito ainda havia por mudar. Na página 4, uma entrevista com a socióloga Elizabeth Saar, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, descreveu à perfeição o malabarismo imposto ao cotidiano feminino: levar os filhos ao dentista, o marido ao médico, a sogra à consulta de emergência; largar o trabalho no meio do dia para resolver alguma necessidade imprevista e urgente. “Que atire a primeira pedra quem nunca conheceu uma mulher assim, que atende todas as demandas, menos as próprias necessidades”, sustentou ela, alertando que, quando a mulher negligencia a própria saúde e, por questões culturais — e, claro, pelo machismo —, deixa de se cuidar, arrisca-se a morrer jovem, deixando filhos e toda uma vida pelo caminho. “As consequências atingem toda a sociedade”, concluiu Elizabeth.

A mesma reportagem listou outras mazelas do universo feminino, como a incidência de câncer de mama, a mortalidade materna, a feminização da Aids — causada pela “subordinação das mulheres aos homens, no campo da reprodução e da sexualidade, e em uma dificuldade moral de negociar o uso de preservativo”, constatava, no artigo, Dirce Guilhem, professora de Enfermagem da Universidade de Brasília (UnB). No alto, uma foto lembrava a urgência de enfrentar a violência que vitima as mulheres desde sempre no país.

Tudo a ver com o que escreveu Maria do Socorro lá em 1979:

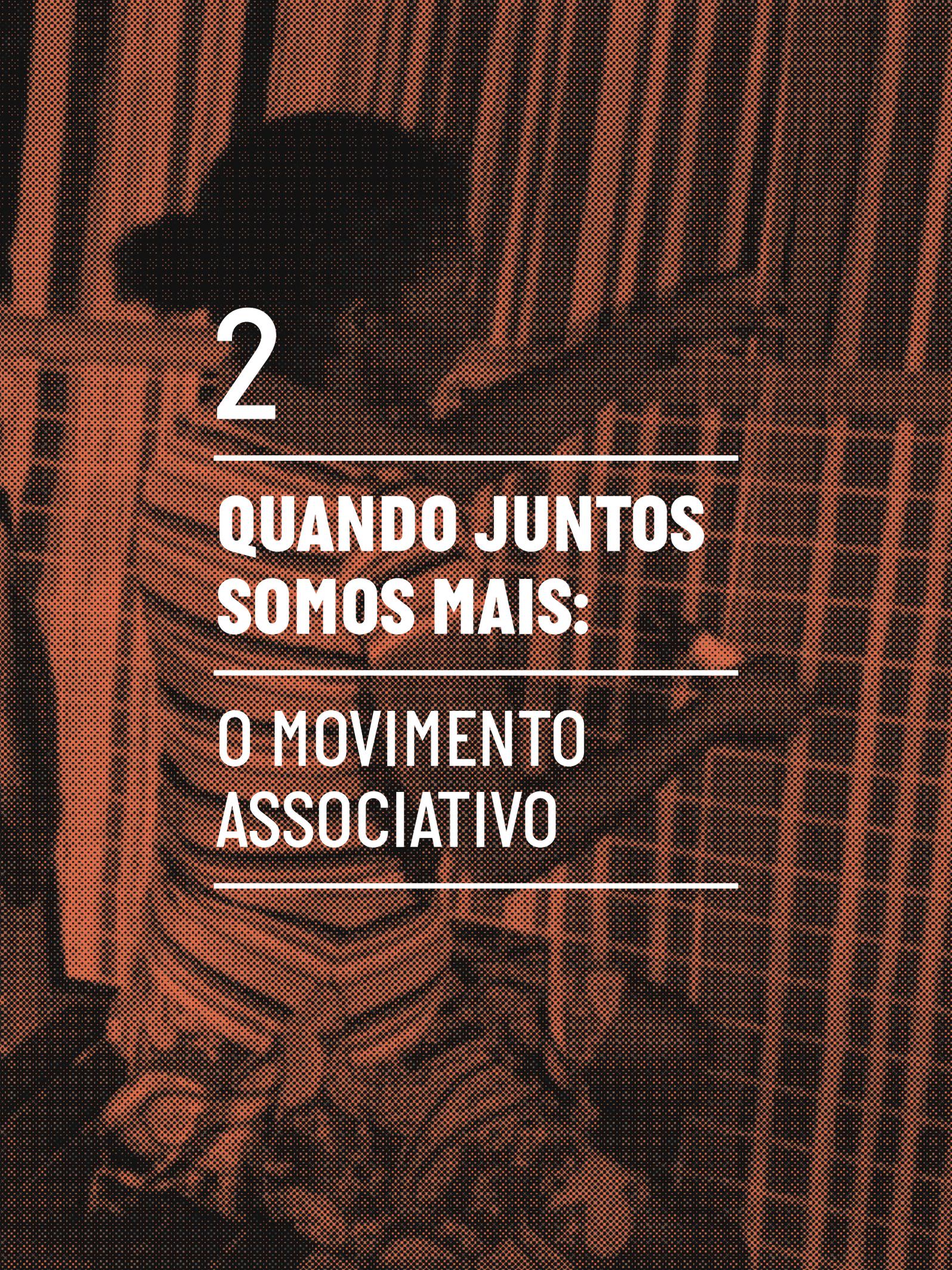
Na verdade não pode haver diferença. Entendo eu que, se diferença houver, não pode estar presa ao sexo, e sim à capacidade de cada um, indistintamente, uma vez que tanto há homens como mulheres mais ou menos capazes [...]. As diferenças têm de estar nesses aspectos que caracterizam o ser humano homem ou mulher.

Afora isso, ela lembrava, por óbvio, que eram todos servidores, trabalhando pelo crescimento da empresa, independentemente do gênero. Tal lembrança pode parecer pueril, mas ela se manteve atual, como demanda, pelas décadas seguintes.

A dedicação de pioneiras como Maria do Socorro e suas sucessoras não terá sido em vão. “Desde o início, a Fenaé sempre teve a preocupação de proporcionar bem-estar aos funcionários, não só em questões trabalhistas, mas também nos aspectos social, cultural, esportivo”, ratifica José Carlos Alonso. “Tudo isso graças ao alinhamento dos gestores com os objetivos estabelecidos desde o início da Federação.” Entre batalhas e conquistas, avanços e experiências, realizações e alegrias, confirma-se a avaliação precisa e pioneira de Arthur Ferreira de Souza Filho, que, ao ser convocado de maneira unânime para dirigir a nascente Fenaé, fundou os parâmetros de sustentabilidade (muito antes de o termo popularizar-se e ganhar importância no mundo corporativo e político) que nortearam a instituição para sempre.

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenaé) nasceu pela necessidade de unir trabalhadores do país inteiro sob uma mesma entidade, para dar eficiência à interlocução com a empresa, mas cresceu, transformando-se em um instrumento de defesa dos direitos diante das muitas tempestades econômicas do Brasil. Atravessou a hiperinflação e as tentativas de privatização do antigo “banco dos pobres”, buscando eficiência e apostando sempre em qualidade. Cuidou invariavelmente de fortalecer sua estrutura, sem abrir mão dos valores expressos em sua fundação.

A construção de legado tão extenso e sólido pavimentou a confiança dos empregados da Caixa, que entenderam ter um porto seguro em sua Federação. E o que viria em seguida confirmou o acerto da aposta.



2

**QUANDO JUNTOS
SOMOS MAIS:**

**O MOVIMENTO
ASSOCIATIVO**



Nas páginas anteriores, tecelã da comunidade de Lagoas, localidade de Belágua (MA), inserida no Movimento Solidário. Foto de 2018 e horta comunitária em Caraúbas do Piauí (PI), um dos projetos desenvolvidos pelo Movimento Solidário.

Negociação, condições de trabalho e salário. Esporte, cultura, lazer, convivência. Desenvolvimento profissional, cursos de línguas, de jardinagem, de empreendedorismo, de artes, de moda, de fotografia. Prêmios. Viagens. Descontos. Cooperativa de leite no Piauí, tanques de peixes no Maranhão. Projetos sociais, inspiração, inovação, cidadania. Defesa da Caixa. Todas essas frentes desenvolvem-se sob o guarda-chuva do movimento associativo organizado pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), juntamente com as Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Apcefs). Por sua abrangência, e também por sua independência em relação à Caixa e a governos, o conjunto Fenae/Apcefs destaca-se no universo das organizações de trabalhadores no Brasil como um modelo singular. A Fenae, junto com as Apcefs, atua na defesa de interesses dos empregados (como os sindicatos) e de seu bem-estar geral (como muitas outras associações), liderando ações voltadas para a justiça social e o bem do Brasil que têm como fontes recursos próprios e doações de cerca de 55 mil associados.

A história dessa organização singular é centenária. Começa em São Paulo, no ano 1907, quando o Brasil era uma jovem República, com população de pouco mais de 17 milhões de habitantes, que recentemente abolira a escravidão e iniciava um processo de modernização, só concluindo sua primeira etapa nos anos 1930. A capital, Rio de Janeiro, começava a grande reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906 e era o centro político e cultural do país. Mas a grande transformação econômica acontecia a 400 quilômetros dali, em São Paulo, uma ainda modesta cidade de cerca de 240 mil habitantes (no Rio, eram 811 mil).¹ A riqueza oriunda do café financiava a indústria nascente, cobrava investimentos em estradas de ferro, energia e outras obras de infraestrutura, e fez com que São Paulo fosse a segunda capital a ter uma Caixa Econômica. A primeira agência paulista da Caixa foi inaugurada em 1875. Nesse cenário, foi fundada a primeira associação de empregados da Caixa Econômica no Brasil — e a primeira de uma instituição financeira. Essa história é também, portanto, uma história de pioneirismo. Só nos anos 1920 surgiram outras associações de empregados de bancos, como a Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco de Commercio e Indústria de São Paulo. Em um período ainda muito incipiente do sistema financeiro brasileiro, a categoria dos bancários nem existia com esse nome — estava incluída na mesma rubrica dos comerciários.²

Nascida com o nome de Sociedade Beneficente dos Empregados da Caixa Econômica Federal de São Paulo, a associação seguia um modelo de organização de trabalhadores comum na época. Era uma sociedade de auxílio mútuo, voltada para atendimento de necessidades como pequenos empréstimos, aquisição de remédios e auxílio-funeral. Refletia a origem da própria Caixa Econômica, inspirada nos montes de socorro (os montepios) europeus, tábua de salvação para as classes menos favorecidas, que

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo de 1900*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 9 set. 2019.

² RIBEIRO, P. C. *1907-2017: um século de lutas. A história da Apcef/SP*. Trabalho inédito, realizado para a Apcef/SP.

não tinham acesso a estabelecimentos bancários e, por conseguinte, não podiam contrair empréstimos.

Nesse período de construção do capitalismo e das relações trabalhistas, as questões relativas a remuneração e a condições de trabalho eram tratadas pelas chefias. As sociedades de auxílio eram sustentadas pelos empregados — no caso da Sociedade Beneficente da Caixa, por meio de uma contribuição mensal equivalente a 2% do salário —, e muitas faziam parte da estrutura da empresa, à qual também interessava que os empregados fossem atendidos em suas necessidades de saúde, por exemplo. A Sociedade, que teve como primeiro presidente o contador Herculano Bressane, tinha vínculo com a Caixa previsto em estatuto: estava sob controle do Conselho de Administração e só poderia ser dissolvida com autorização deste. Sua primeira sede funcionava em uma sala no primeiro prédio próprio da empresa, na Travessa da Sé, hoje Rua Venceslau Brás.

A segunda associação a ser criada foi a Sociedade Beneficente dos Empregados da Caixa Econômica Federal de Pernambuco, em 1917. O Brasil vivia anos de desenvolvimento industrial, impulsionado pela Primeira Guerra Mundial, que obrigou o país a substituir importações da Europa. O surgimento de fábricas de grande porte deu origem a sindicatos maiores e mais organizados do que as agremiações profissionais que marcaram a primeira década do século 20. Entre 1917 e 1920, as principais cidades brasileiras foram palco de greves importantes. A primeira greve geral do Brasil aconteceu em 1917, em São Paulo, onde 50 mil trabalhadores cruzaram os braços por melhores condições de trabalho e aumento salarial.³ Na Caixa, em que a organização dos empregados era ainda incipiente e a sindicalização era proibida, esse ambiente externo não provocou nenhum movimento reivindicatório. No entanto, estava ali o embrião de uma discussão que se estende até os dias atuais sobre qual deve ser o papel das associações.

A palavra “beneficente” ainda apareceria no nome original de entidades criadas nas décadas seguintes. Contudo, o espectro de atuação começou a se ampliar. As entidades criadas na década de 1930 passam longe das reivindicações salariais, mas já esboçam uma característica que faz parte do embrião do movimento associativo: a promoção de oportunidades de convivência dos empregados fora do ambiente de trabalho. Embora com estrutura e organização ainda bem distantes das belas instalações e dos grandes eventos que viriam marcar a história das associações, os encontros sociais, as partidas de futebol, as festas comemorativas de efemérides foram importantes para formar a identidade coletiva dos empregados da Caixa. Nesse período, de profundas transformações trazidas pela Revolução de 1930 na legislação trabalhista e sindical do Brasil, foram criadas três associações de empregados da Caixa. A da Bahia nasceu em 1930, já como Associação dos Economiários da Bahia. No Paraná, a Associação Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica Federal tem origem curiosa.

3 Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoOperario> e <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>. Acesso em: 9 set. 2019.



Acima, comissão julgadora do concurso do logotipo da Fenae, promovido em março de 1980.

Logotipo da Fenae usado a partir da década de 1980.

Em 1935, o contador Othelo Werneck Lopes notou a frequência com que os empregados pediam antecipação de salário por meio de vales e teve a ideia de criar uma organização à qual se pudesse recorrer em caso de necessidade de auxílio financeiro. Surgiu, assim, a associação paranaense, que concedia empréstimos com prazos de pagamento longos e juros favorecidos, que eram revertidos para a entidade a título de remuneração. Nada que levasse a imaginar a poderosa estrutura construída ao longo dos anos, com várias sedes espalhadas pelo estado. Em 1938, foi criada a Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

A partir de 1937, com instalação do Estado Novo (1937-1945), o direito de associação passou a ser muito restrito. A própria estrutura sindical criada sob o governo de Getúlio Vargas era completamente tutelada pelo Estado, e o direito à manifestação foi duramente reprimido até 1945. Não é de espantar que as poucas associações existentes tenham se mantido ligadas à Caixa, sem movimentos reivindicatórios e com atuação assistencial e recreativa que se confundia, por vezes, com a própria empresa — até porque a filiação a essas associações era automática, feita no ato da contratação. Em 1939, quando a Caixa de São Paulo mudou-se para o recém-construído Edifício Sé, a Sociedade Beneficente instalou-se em um andar inteiro, que contava até com uma sala equipada para pequenas cirurgias e curativos e outra para realização de radiografias.

O primeiro movimento que pretendeu desatrelar a associação de empregados da estrutura da empresa aconteceu em 1948, em São Paulo. Um grupo que discordava do estatuto da Sociedade Beneficente criou o Grêmio Recreativo dos Empregados da Caixa Econômica Federal de São Paulo. Eram duas as discordâncias principais: o vínculo orgânico com a Caixa e a exigência de um tempo mínimo de associação para ter direito a pleitear um assento na

diretoria da Sociedade, o que fazia com que os empregados mais antigos, e aferrados a velhas ideias, fizessem entre si um rodízio de cargos. O Grêmio inovou ao lançar as bases dos primeiros movimentos reivindicatórios, mas também ao pregar a pluralidade de idades, de origem social, de cor. Funcionou como entidade recreativa, que, além de fazer jus ao nome com as tradicionais festas juninas, de Natal e de Ano-Novo, promoveu eventos como os concursos de *Miss Caixa*, versões internas dos popularíssimos certames que legariam para a posteridade nomes como Martha Rocha (*Miss Brasil* 1954, que perdeu o título de *Miss Universo* por causa de duas polegadas a mais), Adalgisa Colombo (*Miss Brasil* 1958) e Ieda Vargas (*Miss Universo* 1963).

ANOS 1950

Em 1956, a campanha por abono salarial liderada pelo Grêmio resultou na primeira concentração de empregados da história da Caixa no quarto andar do prédio da empresa. Àquela altura, já haviam sido criadas associações no Ceará (1949), em Minas Gerais (1952), no Pará (1952), em Alagoas e no Rio Grande do Sul (1953), no Amazonas (1954), na Paraíba e em Sergipe (1957), no Espírito Santo e no Maranhão (1958), refletindo tempos de crescimento e democracia recém-reconquistada com a queda do Estado Novo, em 1945.

De volta ao poder, dessa vez eleito, Getúlio Vargas (1951-1954) deu início a um novo ciclo de desenvolvimento de cunho nacionalista. Em 1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, ainda sem o “S” de “Social”) e, no ano seguinte, no bojo da histórica campanha “O petróleo é nosso”, criou a Petrobras. Encerrada tragicamente a Era Vargas com o suicídio do presidente, em 1954, Juscelino Kubitschek (1956-1961) colocou o país em ritmo de “50 anos em 5”, tendo como símbolo a nova capital, Brasília. As associações de empregados da Caixa mantinham o caráter de assistência à saúde e auxílio financeiro, mas iam deixando de se autodenominar “beneficentes”. Muitas chamavam-se “Associação dos Economiários”, enfatizando a unidade profissional existente entre os trabalhadores da empresa.

A inauguração da nova capital, em 1960, ensejou a criação da Caixa Econômica Federal do Distrito Federal e a transferência para Brasília de dezenas de empregados. Vindos de todos os cantos do Brasil, eles haviam encarado a aventura de mudar-se para uma capital ainda inacabada, onde a cor predominante ainda era a da terra vermelha, em troca de boa compensação salarial, promoção e outros benefícios. Mas, assim como todos os que participaram dos tempos pioneiros de Brasília, haviam deixado para trás família, amigos e outros vínculos. Tinham pela frente o desafio de se adaptar, e desejavam fazê-lo o mais rapidamente possível. Assim, no ritmo acelerado que predominava no alegre Brasil de então, foi criada a Associação dos Economiários de Brasília (AEB). A AEB tinha o caráter cultural,

esportivo, social e beneficente necessário ao acolhimento dessas pessoas e o decidido apoio da Caixa, também interessada — como, de resto, todo o governo do “presidente bossa-nova” — no sucesso da mudança da capital para o Planalto Central do país.

Para muito além de um festivo e fértil espaço de convivência, estava sendo criado ali um campo inédito de troca de experiências e ideias que seria precioso para a formação de uma “cultura Caixa”, que, pela primeira vez, podia contar com a contribuição de pessoas de diferentes regiões do país. Isso era algo impossível na configuração da empresa na época, com unidades que funcionavam com autonomia praticamente total, resultando em realidades distintas, inclusive em termos de salário e condições de trabalho. Vale lembrar que eram tempos de comunicação precária. A maior parte dos domicílios não tinha telefone, e mesmo quem tinha precisava recorrer à telefonista para um simples telefonema interurbano; televisão era artigo de luxo; e, dependendo do destino, cartas demoravam mais de uma semana para ser entregues. Assim, a AEB — e a própria unidade da Caixa em Brasília — foi um *locus* que antecipou o que aconteceria com a unificação das Caixas e a criação da Fenaec, dez anos depois.

Além da AEB, foram criadas, em 1960, as associações de Goiás, do Piauí, do Rio Grande do Norte, todas com nome de Associação de Econômicos, e de Santa Catarina, esta já com o nome de Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, que seria adotado unificadamente em 1989. Mato Grosso fecha a lista dois anos depois, com a Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal do Mato Grosso. As associações mais recentes só seriam criadas a partir do fim dos anos 1980 nos estados que substituíram os territórios de Rondônia (1988), Acre (1989), Roraima (1991), Amapá e Tocantins (1992). As associações criadas nessa época tiveram a vantagem de nascer no regime democrático. No entanto, enfrentaram as agruras do Plano Collor, que confiscou a poupança e mergulhou o país na mais profunda recessão, iniciando um poderoso desmonte das estatais, incluindo a Caixa. Nada de ajuda para as Apcefs. A solução foi voltar às origens. No Amapá, por exemplo, um dos primeiros passos foi a compra de um terreno para a construção da sede social, que inicialmente resumia-se a uma pequena maloca de 25 metros quadrados. A segunda providência foi a construção de um campo de futebol, em regime de mutirão. Cada associado levava sua ferramenta e trabalhava nos fins de semana para abrir a clareira onde existe o atual campo, gramado.

A discussão sobre o papel das associações de empregados ganhou fôlego a partir de meados dos efervescentes anos 1950. Em 1955, o Grêmio Recreativo dos Empregados da Caixa Econômica Federal de São Paulo mudou seu nome para Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal e assumiu em estatuto o papel de, além das atividades sociais e esportivas,



[...] promover o esclarecimento dos servidores em torno dos problemas e reivindicações da classe, incentivando sua união e solidariedade; pugnar por medidas acauteladoras de seus direitos; defender, nos termos da lei, seus interesses individuais e coletivos perante autoridades administrativas e judiciais.⁴

Com maior ou menor organização, surgiram em algumas associações, nesse período, iniciativas como a criação de cooperativas de gêneros alimentícios e farmácias, com o objetivo de firmar convênios com estabelecimentos comerciais e oferecer produtos a preços mais baixos aos empregados — benefícios que foram incorporados mais tarde, definitivamente, ao leque de frentes de atuação do movimento associativo do pessoal da Caixa.

O tema “papel das associações”, e, mais tarde, “papel da Fenae”, ocuparia ainda muitas e muitas horas de discussão no movimento associativo da Caixa nas décadas seguintes. O golpe de 1964, no entanto, interrompeu esse e muitos outros debates por pelo menos 20 anos. O governo militar reprimiu fortemente todas as formas de organização de trabalhadores. Sindicatos foram fechados, dirigentes foram presos. Empresas públicas foram alvo de inquéritos, e na Caixa isso incluiu as associações de empregados. Aquelas que já tinham assumido papel reivindicatório ainda tentaram resistir e brigar por salários. Em meados de 1965, foi deflagrado um movimento por melhores salários. A Associação dos Servidores da Caixa de São Paulo baseou-se em estudo feito pela Universidade de São Paulo (USP),⁵ que mostrava ser insuficiente para o sustento de uma família o salário médio pago aos empregados da Caixa, de 83 mil cruzeiros. O salário ideal seria de aproximadamente 119 mil cruzeiros, para o sustento

Futebol de salão durante as eliminatórias dos Jogos da Fenae, em Manaus (AM), em 25 e 26 de julho de 1987.

Capa do jornal a APCE, com destaque para a miss APCE, na década de 1970.

4 RIBEIRO, P. C. Op. cit.

5 RIBEIRO, P. C. Op. cit.

de um casal com até três filhos. No editorial de junho de 1965, o informativo *Iniciativa*, da Associação, chamava os empregados à luta.

De nada adianta os economiários ficarem reclamando pelos corredores da Caixa, dizendo que estão ganhando pouco, ou que o salário de fome que estão recebendo não dá para comprar o mínimo necessário para seus lares. Lamúrias de nada adiantam. Se não falarmos bem alto, os senhores da República não nos ouvirão. Portanto, unidos para a luta!

A mobilização não resultou em reajuste, até porque os “senhores da República” não estavam dispostos a ouvir muita coisa, principalmente no que se referia a reivindicações salariais. Ainda eram recentes as greves dos governos Jânio Quadros e João Goulart, os discursos inflamados deste, o Comício da Central do Brasil e todo o ambiente que deu pretexto à tomada do poder pelos militares, em março de 1964. A volta da ameaça de tomada do poder pelos “comunistas” era suficiente para fazer com que o destino do informativo fosse a lata de lixo do primeiro burocrata que o recebesse. A partir de 1968, com a luta pela liberdade, que se espalhou pelo mundo — e, no Brasil, teve sua face mais visível na Passeata dos Cem Mil, deslanchada pela morte do estudante Edson Luís —, a queda de braço foi acentuada.

Reprimiu-se todo e qualquer movimento organizado, porém o regime militar foi pródigo em estimular as atividades sociais, esportivas e de lazer nas empresas estatais. Os dirigentes dessas empresas foram autorizados a fazer aportes nas respectivas associações para compra, construção, reforma e ampliação de complexos esportivos — o que, nos anos que se seguiram à unificação da Caixa, em 1970, significou uma boa injeção de recursos nessas entidades. Eram tempos de grandes empreendimentos, embalados pelos altos índices de crescimento econômico do chamado milagre brasileiro, ao som de “Pra frente Brasil”, de Miguel Gustavo, composta para a Seleção Brasileira, que conquistaria, no México, o tricampeonato mundial de futebol. Nada mais normal do que as grandes estatais de então investirem em clubes de proporções equivalentes aos planos do “País que vai para a frente”, outro sucesso da época, na voz de Os Incríveis.

A UNIFICAÇÃO DA CAIXA

Com a unificação da Caixa, em 1970, era previsível que a criação de uma entidade nacional representativa dos empregados fosse incentivada. A Fenae nasceu nesse ambiente de extrema centralização e teve a atuação possível em uma ditadura. Seu primeiro presidente, Arthur Ferreira, reuniu extrema habilidade de articulação e um pragmatismo que marcou a atuação da Federação e das Apcefs até meados dos anos 1980. No primeiro número do jornal *Fenae Notícias*, de janeiro de 1973, Arthur expõe sua visão de como deveria ser o relacionamento entre Fenae, Caixa e governo federal:

As associações, impedidas de transformarem-se em sindicatos, exercem também a defesa dos interesses econômicos, na esfera das reivindicações profissionais. Com o surgimento da Fenae, as postulações de âmbito nacional, na forma estatutária, ficam a seu cargo. Carece, pois, a nossa representação associativa de subvenções da CEF, como acontecia com as antigas Caixas, situação interrompida com o advento da Unificação da CEF, para o cumprimento a programas de assistência e recreação ao servidor, os quais — em última análise — reverterem em favor da própria empresa pública. Cada vez mais, há necessidade de entrosamento entre dirigentes e dirigidos. Nem estes nem aqueles podem viver divorciados das realidades. É imprescindível que seja propiciado um clima favorável de relacionamento, através de uma política de pessoal adequada, que venha resolver problemas que angustiam a classe e a inquietam. Por outro lado, é da maior importância que se efetivem condições favoráveis para as relações públicas internas, conhecendo os servidores as metas pretendidas pela alta administração. Ainda recentemente, no Ceará, o sr. Presidente da República, em diálogo com um grupo de dirigentes sindicais, enfatizou que a orientação do seu governo é no sentido de valorizar os trabalhadores dentro dos sindicatos e recomendou que estes se dirijam ao Ministro do Trabalho pleiteando não apenas laboratórios e farmácias, mas também piscinas e recreação para suas sedes.

Apresentação
do grupo Skank
durante a segunda
edição do Talentos
Fenae/Apcef 2017,
em Curitiba (PR).



Era essa a visão dominante, que os jovens que entraram na Caixa a partir dos concursos públicos unificados dos anos 1970 encontraram na empresa. Por esse motivo, embora encontrassem Apcefs bem equipadas e instaladas, enxergavam nessas associações estruturas das quais podiam usufruir, mas não algo que pudesse representá-los. Mesmo porque a associação à Apcef continuava automática, com ficha de adesão entregue no ato da contratação, junto com toda a papelada da empresa. A deputada Erika Kokay (PT-DF) lembra que, quando passou no concurso da Caixa, em 1982, não percebia a diferença entre os benefícios oferecidos pela Apcef e pela Fena e aqueles que faziam parte da política de benefícios da empresa. Sua percepção era de uma tentativa de “capturar a alma do empregado, com clube, assistência, plano de saúde, restaurante barato, tudo que fosse necessário para suprir todos os aspectos da condição humana”. Erika tornou-se, ao longo dos anos, uma entusiasta da ação da Fena. Em 2019, presidiu a sessão solene comemorativa do 48º aniversário da Federação, representando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e enfatizou, em sua saudação, a importância das muitas frentes de atuação da Federação:

Em um mundo marcado pelo individualismo, a Fena tem uma ação transformadora. Por meio de variados projetos[,] seus associados, incluindo os aposentados, ganham bem-estar e qualidade de vida ao participar de atividades culturais e esportivas. Esses benefícios não se restringem aos associados. Por meio de seu comitê de responsabilidade social, a Federação promove verdadeiras transformações junto a comunidades.

JOVENS AGUERRIDOS

A partir do fim dos anos 1970, os movimentos reivindicatórios espalharam-se pelo Brasil. Primeiro, unindo-se em torno das lutas pela redemocratização, entre as quais se destacaram as campanhas da anistia (1979) e das Diretas Já (1984). Em paralelo, fortaleciam-se os pleitos de trabalhadores por melhores salários, condições de trabalho e liberdade de organização e manifestação. Nesse período, alguns dos jovens aguerridos e recém-concursados empregados da Caixa começaram a perceber que poderia ser interessante ocupar politicamente o espaço das Apcefs, aproveitando uma infraestrutura que a maioria dos sindicatos não tinha. Em algumas associações, a ala então denominada mais combativa do movimento organizou chapas para concorrer às eleições. Ao longo dos anos seguintes, quando ocorreram os grandes avanços decorrentes da vitória do movimento pela jornada de seis horas (narrada em detalhes no Capítulo 3), as chapas oriundas do movimento dos empregados venceram a disputa na maior parte das Apcefs. As lutas que se seguiram tornaram obsoleta a ligação que existia entre as organizações do pessoal e a Caixa.

Página virada, com uma consequência inicialmente difícil de administrar — a perda dos recursos provenientes de convênios, por exemplo —, abriu-se a oportunidade de independência financeira, uma das grandes marcas de singularidade do movimento associativo liderado pela Fenae.

O avanço da organização deu origem a um sistema sólido e cada vez mais integrado entre a Fenae e as Apcefs. Formalmente, esse processo refletiu-se na unificação dos nomes das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal, em 1989, e na identidade visual comum, adotada a partir de 2006. Usando azul e laranja, as cores da Caixa, as duas logomarcas representam figuras humanas, que formam um círculo. Na marca da Fenae, todos os elementos com a mesma cor, demonstrando a união, e, na das Apcefs, destacando-se um indivíduo, em branco. Mais do que mera formalidade, essas duas ações traduziram a consolidação de uma identidade real do pessoal da Caixa, alicerçada em frentes importantes do movimento associativo, que foram se somando e se transformando ao longo do tempo.

Em esportes e em cultura, existiam ações espalhadas pelos estados. Não é surpresa alguma, em se tratando de Brasil, que o esporte inicial tenha sido o futebol. Jogado em modestos campos de pelada muitas vezes construídos pelos próprios empregados, nos fins de semana, esse foi o esporte que congregou o pessoal da Caixa. As instalações esportivas cresceram e diversificaram-se, incorporando um contingente cada vez maior de empregados. A partir de 1987, a Fenae passou a organizar jogos nacionais a cada dois anos, assumindo papel que até então fora exercido pela Caixa. Esses jogos tornaram-se o maior evento esportivo entre bancários e um dos maiores do Brasil. Na música, o primeiro Festival da Canção dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Fenec), depois rebatizado de Música Fenae, aconteceu em 1986. Desde 2016, a música, tanto na composição quanto na interpretação, é o carro-chefe do Talentos Fenae, evento anual que estimula o empregado (e, em alguns casos, também seus dependentes) a mostrar suas habilidades artísticas em fotografias e filmes, desenhos e pinturas, contos, crônicas e poesia. O *slogan* da edição 2019 do Talentos resume bem o espírito: “Deixe brilhar o artista que existe em você”.

São iniciativas cujo alcance vai muito além dos eventos em si. Têm influência positiva importante na qualidade de vida de uma categoria que trabalha em condições difíceis, sob muita pressão, exercendo funções de muita responsabilidade. O benefício é mais evidente no esporte, pelo exercício físico, mas as atividades culturais também têm papel fundamental, até mesmo pela preparação dos eventos, que envolvem troca de ideias, planos, treinos, ensaios. Trazem à cena também as famílias, que torcem e se emocionam a cada etapa das competições, sendo inspiradas pelas possibilidades de crescimento pessoal, saúde e qualidade de vida que essas atividades proporcionam. A cultura tem ainda uma plataforma

específica, dedicada ao Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC), criado em 2006 com o lançamento do projeto Eu Faço Cultura (EFC), com a utilização de recursos da Lei Rouanet. As ações começaram por incentivar os associados a destinar até 6% do imposto de renda devido a projetos culturais e evoluíram para a promoção de eventos que contaram com a participação de centenas de milhares de pessoas no Brasil, além de abrir espaço para produtores culturais oferecerem ingressos para espetáculos, filmes e outras atividades por meio da plataforma. Mais recentemente, ganharam dimensão de inclusão ao patrocinarem sessões de cinema e teatro voltadas para pessoas com necessidades especiais (ver mais sobre as ações culturais da Fenaec no Capítulo 5).

A constatação da importância das Apcefs no cotidiano dos empregados da Caixa levou a diretoria da Fenaec eleita em 2008 a iniciar um ciclo de investimentos na melhoria das instalações físicas das associações. Construídas, em sua maioria, nos anos 1970, elas haviam sofrido poucas modificações. No período pós-democratização, a luta por direitos ganhou espaço, e a Caixa deixou de apoiar financeiramente a representação dos empregados. Nos anos 1990, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso jogaram pesado, com privatizações, reajuste zero e perda de direitos. A partir de 2003, com a chegada do governo Lula, as empresas públicas voltaram a ganhar importância, e as Apcefs precisavam de um impulso para acompanhar esse novo momento. Nesse período, todas as 27 associações receberam investimentos da Fenaec.

Encerramento das atividades do Eu Faço Cultura com show do Trio Baru, em Ilhéus (BA), 2012.

Projeto Biblioteca Renovada do programa Eu Faço Cultura, realizado pela Fenaec em 26 de junho de 2016, no Tocantins.



Em seu conjunto, essas ações mostram que a Fenae está presente no dia a dia do empregado da Caixa. Ou, nas palavras de Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae eleito para seu segundo mandato em 2017, a Federação quer “atender ao trabalhador e ao cidadão, que vive além da jornada de trabalho”. Essa é a chave que o movimento associativo do pessoal da Caixa utilizou para construir uma federação autônoma e forte como a Fenae — sigla que carrega o nome original, de Federação Nacional das Associações de Economiários, categoria incorporada à dos bancários e que, depois dessa grande vitória, preserva a história de construção da identidade de todos os que trabalham na Caixa.

PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO

A partir dos anos 2000, a tecnologia adquiriu papel central no relacionamento entre Fenae, Apcefs e empregados ativos e aposentados da Caixa. Todas as frentes de atuação do movimento associativo estão acessíveis por plataformas digitais. Uma das mais dinâmicas e inovadoras é a Rede do Conhecimento, plataforma de cursos criada em 2016 a partir de uma pesquisa que constatou a sede de saber dos empregados da Caixa e sua enorme variedade de interesses. A Rede do Conhecimento firmou-se como uma poderosa e democrática ferramenta de qualificação profissional e desenvolvimento, porque é capaz de atingir associados de todas as cidades do país, e não apenas os que vivem nos grandes centros. “Foi uma iniciativa ousada da diretoria”, diz Clotário Cardoso, diretor de Administração e Finanças da Fenae, que espera firmar a plataforma como uma das maiores de educação a distância do Brasil. Em apenas três anos, chegou a oferecer 104 cursos de educação a distância, reunindo 40 mil participantes — entre associados da ativa, aposentados e seus dependentes — em 85 mil matrículas.

Os cursos vão de moda a planejamento financeiro pessoal, de fotografia para iPhone a empreendedorismo e inovação, de inglês a harmonização e degustação de vinhos. A Rede do Conhecimento também oferece cursos especiais para bancários, como o CPA 10 e o CPA 20, certificação obrigatória para o exercício de funções específicas. O interesse é enorme: há empregados que já concluíram 90 cursos. Em alguns casos, são oferecidos cursos também na modalidade presencial.

A Rede do Conhecimento tem, entre suas características, outra marca importante do movimento associativo, que é criar oportunidades de trocas de experiências para o pessoal da Caixa. Parte-se do princípio de que é melhor aprender em ambientes colaborativos e transdisciplinares. O objetivo é criar uma cadeia que inclua todas as etapas do processo produtivo, ou seja, formação, criação, produção, distribuição, acesso, gestão de conhecimento, memória e inovação. Para reforçar essa filosofia, a plataforma possibilita o acesso ao Inspira Fenae, grande evento anual de

troca de experiências e de conhecimento dos empregados da Caixa, com palestras de profissionais que são referência em formação de lideranças.

Criado em 2017, o Inspira Fenaé teve sua primeira edição realizada em Brasília, e a segunda, no Rio de Janeiro. Em 2019, o evento reuniu em Belo Horizonte 400 associados, que participaram de palestras sobre a felicidade na sociedade contemporânea, com o filósofo Mário Sergio Cortella, e sobre vida saudável, com o professor de educação física Marcio Atalla e a nutricionista Bela Gil. Temas que estão na ordem do dia, como inclusão e democracia, também compuseram a programação — o primeiro, com o judoca medalhista olímpico Flávio Canto, e o segundo, com o filósofo Clóvis de Barros.

Mário Sergio Cortella resumiu assim sua experiência na Rede do Conhecimento:

Se dois homens vêm andando por uma estrada, cada um com um pão, e, ao se encontrarem, trocarem os pães, cada um vai embora com um. Se dois homens vêm andando por uma estrada, cada um com uma ideia, e, ao se encontrarem, trocarem as ideias, cada um vai embora com duas. Isso é o que estamos fazendo aqui.

FAZENDO A DIFERENÇA

A responsabilidade social é parte integrante da Fenaé, que representa empregados de uma instituição como a Caixa, empresa pública que atua em habitação, saneamento e outras áreas-chave para a redução da desigualdade no Brasil. Sempre foi muito forte a adesão dos empregados a movimentos de solidariedade. Nos anos 1990, a mobilização que resultou na criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, teve a adesão espontânea do pessoal da Caixa, lembra José Carlos Alonso, que presidiu a Fenaé entre 2003 e 2008. Primeiro, por meio da doação individual de *tickets* alimentação; depois, de forma mais organizada, articulada pelas Apcefs. A Fenaé também deu continuidade à tradição de apoiar projetos de cunho social. Além de participar de ações de parceiros, faz-se presente desde 2002 no Lar de Crianças Nossa Senhora das Graças, em Petrópolis (RJ), que acolhe, em regime integral, meninos e meninas cujas famílias não têm como arcar com sua criação. Em 2004, participou da implantação, em parceria com a Apcef/PB, do projeto Direito de Sonhar, para atender crianças carentes, de 7 a 9 anos, com reforço alimentar, alfabetização e saúde. O projeto da Paraíba contou com o apoio financeiro dos empregados da Caixa, da comunidade e de empresas privadas, e tornou-se piloto para ações em outros estados.

Existia, no entanto, a vontade de ir além, com ações que fizessem diferença na vida das pessoas, com impacto mensurável e possibilidade

de multiplicação. Assim nasceu, em 2005, o Movimento Solidário, voltado para o resgate da cidadania em um Brasil que vivia tempos de esperança de maior justiça social, depois da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de 2002. O momento era mais que propício a iniciativas inspiradoras. A eliminação da ameaça de privatização abriu o caminho para o resgate e o fortalecimento do papel de banco social ocupado pela Caixa ao longo de sua história. No editorial da revista *Fenae Agora*, número 36, de fevereiro de 2004, a diretoria acentua que, entre os passos dados pelo novo governo, destaca-se a ampliação da Caixa como agente de políticas públicas.

A Caixa tem contribuído, inclusive, nas fases de elaboração de programas e projetos governamentais, extrapolando a condição de mera repassadora de recursos. A mudança da trajetória de desmonte representou ainda a reversão da política de ataques sistemáticos aos empregados e às suas entidades sindicais e associativas.

A primeira ação do Movimento Solidário destinou-se a tirar da extrema pobreza um município que estivesse na lanterna do *ranking* de indicadores sociais no Brasil. O município escolhido foi Caraúbas do Piauí, com menos de 6 mil habitantes e um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do Brasil. Em 2005, mais de 80% da população viviam com menos de um dólar por dia; só 15% dos jovens entre 15 e 24 anos sabiam ler e escrever; 89% dos jovens estavam desempregados; e quase 11% das crianças com até 2 anos sofriam de desnutrição.⁶ O desafio era articular ações para atingir quatro das oito Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000. As metas escolhidas, com apoio total de Wellington Dias, governador do Piauí e ex-presidente da Apcef/PI, foram erradicação da pobreza, educação básica, sustentabilidade ambiental e parceria global para o desenvolvimento.

O trabalho durou dez anos. Nesse período, a economia da cidade ganhou vida, com orientação adequada e programas de formação. Em Caraúbas, foram construídas padaria, horta comunitária, cooperativas de leite e de artesanato. A saúde ganhou o reforço de uma ambulância, e a educação, computadores com acesso a cursos de informática. A primeira biblioteca da cidade foi inaugurada nesse período. Os resultados são esplêndidos. A mortalidade infantil foi reduzida a praticamente zero, em boa parte pela melhoria das condições de saneamento, com maior acesso a água potável, tratamento de esgoto e coleta de resíduos. O conjunto de medidas fez o IDH do município subir de 0,121 para 0,505. Caraúbas do Piauí passou de baixo para médio IDH. Na lógica de ensinar a pescar em vez de dar o peixe, o Movimento Solidário encerrou, em 2015, suas atividades no município, com resultados encorajadores para prosseguir.

Em Belágua (MA), segundo município a receber o Movimento Solidário, em 2015, o desafio era a fome. Com população de pouco mais de 7 mil

⁶ Ver *Movimento Solidário*, livro editado pela Fenae.

habitantes, a cidade vivia de programas governamentais e de atividades como extrativismo e pesca. Educação, saúde, emprego, abastecimento de água, saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo tinham indicadores pífios. Apenas 4% dos moradores contavam com saneamento, 42% não tinham acesso a água e 75% da população adulta eram analfabetos. Quatro em cada dez crianças morriam de desnutrição e fome. Por isso, o objetivo principal, depois de algumas ações emergenciais em saúde, foi o apoio à produção de alimentos, atividade que, além de mitigar o problema central da cidade, cria oportunidades de trabalho, reduzindo a miséria. Com recursos e apoio do Movimento Solidário, foram construídos tanques para criação de peixes, com capacidade para produção de 400 quilos de pescado a cada seis meses, galpões para criação de galinhas e estruturas para hortas comunitárias. O abastecimento de água foi incrementado, com a perfuração de poços artesianos.

Quatro anos depois de iniciado, o projeto de Belágua já tem resultados importantes. A produção de peixes e de hortaliças já é suficiente para a alimentação das famílias envolvidas e conta com excedente que pode ser vendido, com resultado revertido para a ampliação ou a melhoria de instalações. O mesmo acontece com a criação de galinhas. A prefeitura cadastrou os produtores no programa da merenda escolar e apoia a realização de uma feira, recolhendo os produtos e cedendo as barracas.

Fachada do Lar
Nossa Senhora
das Graças, em
Petrópolis (RJ),
2005. A entidade
é assistida pelo
Movimento
Solidário.





Sem os gastos com transporte e aluguel de barracas, os produtores fazem preços mais baixos, beneficiando a população local. É a economia solidária gerando renda e bem-estar.

Nos dois projetos, a Fenaé teve papel articulador importante, com os governos do Piauí e do Maranhão e instituições como Sebrae e Embrapa, que detêm o *know-how* da capacitação e da assistência técnica da população local. David Borges, diretor do Instituto Fenaé Transforma, diz que a experiência acumulada e os resultados alcançados pelo Movimento Solidário em Caraúbas do Piauí e Belágua em projetos de segurança alimentar e geração de renda levaram a diretoria da Fenaé a solicitar ao Instituto estudos para que as ações possam ser replicadas em outros municípios. “A experiência acumulada em planejamento, estrutura de apoio e modo de operar permite-nos pensar em ampliar nosso campo de ação”, diz David, enfatizando que os resultados alcançados no envolvimento do pessoal da Caixa também são alentadores. Entre 2015 e 2018, o número de doações feitas pelos empregados mais que dobrou: passou de 51 mil para 112 mil. Um resultado especialmente importante em um momento de cortes nos programas sociais e aumento do desemprego como o que o Brasil atravessa desde 2016, mostrando como a possibilidade de transformar vidas é algo compensador para cada pessoa envolvida. Quem doa tem a satisfação de estar praticando o bem. Quem vai conhecer os projetos de perto volta diferente, mais otimista em relação ao futuro. “Eu acredito que a solidariedade é que vai mudar o mundo”, diz Luceny Lima, doadora do Movimento Solidário e associada à Apcef/MA.

Acima, morador trabalhando na produção de leite, que fez parte do Movimento Solidário, em Caraúbas do Piauí (PI), 2011.

Para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, a Fenae firmou parceria com organizações não governamentais (ONGs), como a Fundação Abrinq (Associação Nacional da Indústria de Brinquedos) pelos Direitos da Criança, que aderiu ao Pacto Global da ONU em defesa dos direitos humanos, para a melhoria nas relações de trabalho, em defesa do meio ambiente e para o combate à corrupção. Compartilha dos princípios propostos pelo Instituto Ethos, um polo de troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para apoiar as empresas em suas ações voltadas para a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Entre as ações pontuais de que participou, está a parceria feita em 2011 com o Comitê Betinho para construir dez cisternas no estado do Piauí, no município de Sigefredo Pacheco. Fabiana Matheus, então diretora de administração e finanças da Fenae, destacou, na ocasião:

Parcerias como esta, em benefício da comunidade, são uma tradição do pessoal da Caixa. A Apcef/SP e o Comitê Betinho construíram duas brinquedotecas na rede pública de saúde em São Paulo, em 2002 e 2003, e também editaram 30 mil cartilhas em combate ao trabalho infantil.

INSTITUTO FENAE TRANSFORMA

A atuação social da Fenae evoluiu, em 2016, para o lançamento do Instituto Fenae Transforma, que teve como uma das primeiras ações a assinatura de um convênio inédito com a Fundação Yunus de Negócios Sociais, que tem à frente o professor Muhammad Yunus, de Bangladesh. Yunus ganhou o prêmio Nobel da Paz em 2006, junto com o Grameen Bank, primeira instituição especializada em microcrédito no mundo, fundada em 1976. O Grameen Bank tem 2.185 agências e já emprestou o equivalente a 5,72 bilhões de dólares para 6,61 milhões de mutuários em todo o mundo, todos pobres, 97% dos quais mulheres, e ostenta uma baixíssima taxa de inadimplência. A Fenae identificou ali ideais comuns aos seus no que se refere à busca de justiça social e à construção de um mundo melhor, além da oportunidade de contar com a *expertise* da Fundação Yunus no apoio a projetos concretos. Atualmente, a Fenae é a maior cotista do fundo operado pela Yunus no Brasil, com recursos investidos em quatro empreendimentos privados: 1) Assobio, criado por duas engenheiras agrônomas formadas na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, dedica-se ao reflorestamento e à educação florestal; 2) o Instituto Muda promove desde 2007 práticas sustentáveis de coleta de lixo residencial em São Paulo e já atua em mais de 150 condomínios, destinando 100 toneladas mensais de materiais recicláveis a cooperativas formadas por famílias de baixa renda; 3) a 4YOU2, fundada pelo jovem empreendedor Gustavo Fuga, é uma escola de inglês voltada para jovens de baixa renda, melhorando suas condições de acesso ao mercado de trabalho. A mensalidade custa R\$ 79,00, incluindo

o material didático. Está presente em São Paulo, em Minas Gerais e na Paraíba, e conta com 10 mil alunos; e 4) o Redação Online fornece, a preços acessíveis, pacotes de correção de redações para o Enem e concursos.

No evento Inspira FenaE 2018, Yunus agradeceu em vídeo à Federação pela parceria na grande causa de sua vida, que é transformar vidas por meio de negócios sociais. “Estou impressionado com a FenaE, instituição em que todos os empregados se juntam não apenas para defender seus interesses, mas também para fazer o bem a outras pessoas. E isso não exige muito dinheiro, nem grandes sacrifícios, e impacta muitas vidas”, disse Yunus, concluindo que “é possível fazer ainda mais e inspirar outras instituições a seguir seus passos”.

O Instituto FenaE Transforma centraliza atualmente toda a atuação social da Federação e prepara-se para abrir novas frentes. Além das ações de desenvolvimento sustentável e impacto social do Movimento Solidário, o Instituto vai aproveitar a experiência da Rede do Conhecimento para lançar uma plataforma de educação voltada ao público externo e investir em projetos incentivados. Para medir o impacto desse conjunto de ações, está em gestação o Observatório Social, que vai produzir estatística e indicadores para apoiar novos projetos e verificar o que precisa ser aprimorado em cada um.

DEMOCRACIA NA VEIA: MULHERES E JOVENS

Nas instituições democráticas, o consenso é raro. O que as caracteriza é exatamente a capacidade de abrigar ideias diferentes e buscar ideais comuns. Democracia também rima com diversidade e inclusão, o que permite dar espaço a questões específicas dentro do contexto geral de luta por melhores salários e condições de trabalho e pela preservação da Caixa como banco público. Alguns temas acompanham a evolução da sociedade brasileira, outros representam desafios de todo o movimento associativo do pessoal da Caixa. O aumento da participação feminina nos cargos de direção das Apcefs e da FenaE enquadra-se no primeiro caso. Fabiana Matheus, primeira mulher a presidir a Apcef/SP e a coordenar a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), lembra que o empoderamento feminino encontrou inicialmente bastante resistência, na Caixa e no movimento.

O que era uma bandeira presente no início da década de 1970, anos de fundação e estruturação da FenaE, foi perdendo espaço no rol de lutas e conquistas das décadas seguintes. Aparecida Santos, primeira mulher a presidir a Apcef/PB, que o diga. Em 1976, quando passou no concurso da Caixa, com apenas 23 anos, disse na entrevista que pretendia tornar-se auditora. Ouviu o seguinte: “Então, já vou lhe avisando que não vai conseguir, porque não existem mulheres auditoras.” No início dos anos 1990, quando essa discussão começou a ganhar corpo, muitos homens faziam

chacota com a participação feminina. “Eles perguntavam se a gente estava trocando receita”, lembra Fabiana. Hoje, assim como acontece no Brasil, as mulheres têm questões específicas, tanto no trabalho quanto no movimento. Mas o avanço é inegável. Em 2014, o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) estabeleceu cota de 30% para a participação feminina em cada delegação, passando a 40% no ano seguinte. Atualmente, as mulheres têm de compor metade de cada delegação. O não preenchimento dessa cota resulta no corte da delegação. No mesmo ano, foi decidido que na eleição seguinte só poderiam concorrer chapas em que a participação de um gênero fosse de no mínimo 30%.

Os jovens compõem outro grupo desafiador para o movimento associativo. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Central Única dos Trabalhadores (Contraf-CUT), metade da categoria dos bancários tem entre 18 e 35 anos e enfrenta questões bem diferentes daquelas da geração que construiu o movimento em sua feição atual. Estão na pauta atual mudanças no mercado de trabalho e nas próprias condições de trabalho, com inovações tecnológicas crescentes, surgimento de *startups* financeiras e arranjos como trabalho remoto, que reduzem os espaços de convivência. Somam-se a isso os valores que predominam neste século 21, com estímulo ao individualismo e o conseqüente desestímulo a ações coletivas.

Em 2019, pesquisa apresentada na 21ª Conferência Nacional dos Bancários pelo economista Marcos Pochmann mostrou um desafio especial. A maior parte da geração de empregos formais nas instituições financeiras não pertence somente à categoria bancária. Aqueles que trabalham em áreas como plano de saúde, seguro, previdência, de cartões não estão protegidos pelos sindicatos de bancários. De acordo com a Rede Bancários/Dieese, os bancários são somente 55% desses trabalhadores. Essa estatística inclui os bancos privados. Portanto, não corresponde à realidade atual da Caixa. No entanto, no cenário de privatização e de rediscussão do papel dos bancos públicos, esse é um grande desafio, com evidente impacto sobre os novos empregados da Caixa. Foi esse o pano de fundo que levou à criação, em 2016, da Diretoria de Juventude, que teve Rachel Weber como primeira diretora. “O desafio não é abrir espaço para o jovem, porque esse espaço já é nosso. Queremos é interagir mais, saber melhor o que se pensa, quais são os anseios e angústias desse pessoal”, diz Rachel. Desde a criação da diretoria, foram realizados vários movimentos de aproximação, que culminaram, em julho de 2019, em um grande evento intitulado #prontofalei. Realizado em Brasília, o encontro teve a participação de jovens empregados convidados pelas Apcefs de cada estado e a coordenação do apresentador Serginho Groisman, que comanda o *Altas horas*, na TV Globo. O temário foi bem amplo. Durante todo o dia, foram discutidos o futuro do emprego, as novas tecnologias, a força das redes sociais, o poder do coletivo e a Caixa como banco público.

A maior aproximação com as Apcefs e a atenção a questões regionais é outra vertente da construção cotidiana da democracia na Fena. Na mesma mudança de estatuto que criou a diretoria da juventude, em 2016, foram instituídas cinco diretorias regionais — Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste —, para aumentar a participação dos estados nas decisões da Federação. Aparecida Santos recorda que principalmente a região Nordeste vinha reivindicando mais espaço na Fena. Em 1992, chegou a se formar um fórum regional para organizar essa discussão, liderado por Carlos Borges, que se tornaria, em 2003, o primeiro presidente nordestino da Federação. O estreitamento da relação com as Apcefs cumpre também o papel estratégico de abrir espaço para diferentes visões do que deva ser o papel dessas associações — uma discussão que remonta à primeira metade do século 20, quando começou a se esboçar nas jovens associações o movimento reivindicatório de melhores condições de trabalho e salário, em paralelo à assistência e às atividades sociais e esportivas.

Às vésperas da terceira década do século 21, persistem basicamente duas correntes sobre o assunto. Uma considera que o principal papel das associações é dar oportunidade aos empregados de conviver fora do ambiente de trabalho, incentivando atividades sociais, culturais e esportivas e deixando para os sindicatos a organização dos movimentos reivindicatórios por salário e condições de trabalho. A outra não vê sentido em restringir o papel das Apcefs, até porque a realidade não é uniforme. Há sindicatos fortes e atuantes, outros são menos organizados. O importante é somar, como a Fena faz na articulação com a Contraf/CUT e outras representações do movimento dos bancários. Paulo Moretti, presidente do Conselho Deliberativo Nacional (CDN), avalia que a sabedoria está no equilíbrio. Lembra que esse pêndulo já oscilou de um extremo ao outro muitas vezes ao longo da história do movimento associativo liderado pela Fena.

Já houve um conjunto de Apcefs mais voltado para uma atuação mais especificamente sindical, que por vezes não deram a devida importância à gestão das entidades. E tivemos problemas. Hoje acredito que a gente tenha um mix mais interessante. Precisamos estar à frente da luta nas defesas da Caixa, mas precisamos ter também Apcefs sólidas. Não podemos olhar somente para uma coisa.

Sergio Takemoto, vice-presidente da Fena, lembra que nunca foi fácil a vida do militante que quer mudar o mundo. “Se fosse fácil, já teríamos conseguido”, diz. No mundo de hoje, tanto sindicatos quanto associações precisam repensar as formas de atuação. O incentivo ao individualismo e à meritocracia torna mais difícil atrair trabalhadores para participar de qualquer tipo de associação profissional. A mudança do perfil do mercado, com *home office*, por exemplo, exige que o movimento estenda-se para os

bairros, as comunidades. A estrutura de convivência proporcionada pelas Apcefs pode fortalecer o movimento associativo.

“Harmonizar” é a palavra que define o papel da Fenae para Jair Pedro. É preciso buscar a harmonia dos diferentes pontos de vista para garantir o principal: que todos estejam juntos pela manutenção da Caixa como banco público. Essa é a bandeira que reúne a luta dos bancários da Caixa por melhores condições de vida e trabalho e a luta da sociedade brasileira pela redução da desigualdade no país. Jair Pedro enfatiza a importância de mostrar o papel do programa “Minha Casa Minha Vida” na construção de moradias para uma faixa da população que não tinha como conseguir financiamento, e na geração de emprego na construção civil e nos setores a ela ligados. Lembra também que, se a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) deixar de ser centralizada pela Caixa, o financiamento imobiliário fica em risco, assim como obras de saneamento e infraestrutura que melhoram a qualidade de vida e a saúde da população. O FGTS tem sido a maior fonte de recursos para a habitação popular e o saneamento básico. Ao defender a privatização das loterias, por exemplo, o governo não informa que, de cada um real de aposta, 37 centavos vão para programas sociais, sustenta Carlos Borges. O discurso oficial também omite que, de todos os prêmios não resgatados por seus donos (os chamados prêmios prescritos), mais de 90% vão para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). As loterias arrecadaram R\$ 14 bilhões em 2018. Desse montante, R\$ 6 bilhões foram devolvidos à sociedade.

É uma guerra de comunicação, acentua Rachel. “É preciso disputar a opinião pública em todos os *fronts*, inclusive, com muita força, nas redes sociais. E dizer o que parece óbvio: o FGTS não tem um bom rendimento, mas leva saneamento a lugares que não interessam à iniciativa privada;

Evento Inspira
Fenae 2019,
realizado em
26 e 27 de abril
de 2019, em Belo
Horizonte (MG).



a poupança da Caixa constrói casa para quem não tem onde morar.” Para Rachel, essa é a estratégia capaz de enfrentar o desmonte que vem acontecendo, com a redução do número de empregados decorrente de planos incentivados de demissão e aposentadoria e a conseqüente queda na qualidade do atendimento. Tânia Aguiar, uma das mais antigas e ativas militantes do movimento associativo do pessoal da Caixa, diz que a Fenae tem manifestado um posicionamento sólido em defesa da empresa e das demais estatais, que são patrimônio público fundamental para o desenvolvimento e para a construção de uma sociedade mais igualitária. Alerta, no entanto, para a necessidade de formação de uma assessoria parlamentar, tecnológica e de comunicação altamente especializadas: “A luta política está cada vez mais difícil nessa disputa desigual com o capital, num cenário de poderes da República reféns ou fragilizados, incapazes de defender os direitos da população e os direitos da soberania nacional”.

O BRASIL PRECISA DA CAIXA

Célia Zingler, ex-presidenta da Apcef/RS e atual diretora de Aposentados, Previdência e Saúde da associação, defende o envolvimento direto nas causas sociais ligadas à atividade da Caixa, como saneamento. Em 2014, a Apcef gaúcha teve participação importante na luta contra a privatização do abastecimento de água no município de Santa Cruz do Sul. “O estatuto da Apcef fala na defesa de direitos ambientais e direitos difusos, direitos amplos da sociedade. A Caixa financia o saneamento. E nós entendemos que esse financiamento não deveria ir para empresas privadas, mas, sim, para o controle público. As empresas privadas têm como único objetivo o lucro e não permitem nenhum controle social”, diz Célia, que recebeu várias homenagens do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sindiágua) por sua participação na briga contra a privatização.

A ameaça de desmonte da Caixa não é nova. Com exceção dos governos Lula e Dilma, que reforçaram o papel social dos bancos públicos e da Caixa, em particular, todos os outros fizeram movimentos de esvaziamento da empresa — seja explicitamente, com planos de privatização, como no governo Fernando Henrique Cardoso, seja com monumentais programas de demissão e aposentadoria voluntárias, em nome de enxugar os gastos públicos, seja ainda com campanhas difamatórias, em que os empregados da Caixa eram mostrados como marajás. A Fenae sempre reagiu a essas ameaças. Foram muitas as campanhas em defesa da Caixa — “Defenda a Caixa você também”, “Readmitir para não destruir”, “O Brasil precisa da Caixa”, “Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil”, “A Caixa é do povo brasileiro”, “A Caixa é toda sua” – campanha lançada em outubro de 2019. Em 2018, foi lançado o manifesto “Não tem sentido privatizar a Caixa”, que justamente trata de traduzir a importância da Caixa para a população brasileira. Diz o documento:

Não tem sentido privatizar a Caixa. Não tem sentido andar para trás. Não tem sentido enfraquecer, fatiar e reduzir a Caixa. Não tem sentido jogar fora tudo que conquistamos. Poupança, penhor, habitação, FGTS, programas sociais inovadores, eficientes e reconhecidos no mundo inteiro. Ao longo de sua existência, a Caixa consolidou o seu protagonismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Seus empregados desenvolveram no trabalho do dia a dia um valioso conhecimento sobre [o] Brasil, as brasileiras e os brasileiros. É fácil perceber que praticamente todos os brasileiros têm ou já tiveram uma relação com a atuação da Caixa.

O texto faz um retrospecto do papel da Caixa e aponta o risco de sua privatização. Além de ser o banco da casa própria, da poupança, do saneamento básico e de projetos sociais, a Caixa é o banco das loterias, cujos recursos destinam-se a programas em áreas tão diferentes como segurança pública e esporte, cultura e seguridade social. E termina com uma convocação: “Faça a sua parte. Participe compartilhando: Não tem sentido privatizar a Caixa!”.

A Fenae tem se empenhado também em desmascarar o discurso oficial sobre os “excelentes resultados” da Caixa. Enquanto a diretoria da empresa comemora, a Federação chama a atenção para o fato de que o lucro tem sido decorrente do abandono gradual do papel da Caixa. Em 2018, quando foi anunciado lucro líquido de R\$ 11,5 bilhões no terceiro trimestre, com alta de 83,7% em 12 meses, o *site* da Fenae publicou uma análise do resultado, mostrando que, em setembro, a carteira de crédito ampla havia sido reduzida em 2,6%; as receitas com prestação de serviços haviam sido aumentadas em 8,7%, o que significa alta de tarifas; e as despesas com pessoal haviam encolhido 7,1%, com redução no número de empregados e agências. Evidentemente, não é essa a Caixa que a Fenae e as Apcefs defendem, com apoio de todo o movimento dos bancários, de organizações da sociedade civil e de parlamentares comprometidos com o desenvolvimento e a justiça social.

O movimento associativo do pessoal da Caixa tem uma longa história de luta, que chega à segunda década do século 21 com enormes desafios pela frente. O Brasil vive uma batalha de visões antagônicas sobre o país e o mundo. Para Jair Pedro, o fundamental é a união.

Considero um ponto forte a capacidade de ouvir essas partes todas e juntar num objetivo comum. Eu ouço meus pares. A questão é como a Caixa vai sobreviver. Precisamos de todos juntos. Os trabalhadores estão perdendo direitos. É uma onda mundial, e aqui no Brasil vivemos um momento muito perigoso, de retrocesso. Com a reforma trabalhista, os sindicatos estão vivendo uma transição, em que será preciso lutar por direitos que já estavam conquistados e garantidos em lei. A luta sindical vai continuar, e as Apcefs vão continuar também. Sou otimista. Ao longo de sua história, de 158 anos, a Caixa passou por muitos altos e baixos, superou muitos obstáculos. Não vai ser diferente agora.

3

**NA LUTA, A GENTE
SE ENCONTRA:**

**GREVES E
CONQUISTAS**



Nas páginas anteriores, homem segura faixa com os dizeres “Estamos em greve” e empregados da Caixa ao redor de carro de som em manifestação no centro financeiro de São Paulo, em 1985.

O Brasil voltava a respirar os ares da democracia naqueles meados da década de 1980. O general João Baptista Figueiredo (1979-1985) assumira com discurso de “prendo e arrebento”, mas a ditadura perdia fôlego dia a dia. A anistia permitira a libertação e a volta ao país de cerca de 4 mil brasileiros condenados por suas ideias políticas; o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a Lei de Segurança Nacional já não existiam; os universitários haviam reconquistado a União Nacional dos Estudantes (UNE); e os trabalhadores enfrentavam, de peito aberto, a truculenta Lei de Greve (Lei nº 7.783/1989).

Em 1982, a oposição venceu a primeira eleição direta para governadores, deixando a ditadura ainda mais encurralada. Na Caixa Econômica Federal (Caixa), a janela que se abriu para fazer entrar essa lufada democrática foram os concursos públicos, realizados a partir de 1972, que fizeram ingressar nos quadros da instituição jovens recém-saídos das universidades em um tempo em que a idade máxima admitida era de 24 anos. Eram concursos disputados, em tempos muito difíceis na economia, com inflação em alta e atividade econômica em baixa, na ressaca do milagre brasileiro dos anos 1970. Muitos desses jovens tinham antipatia pela ideia de fazer carreira em uma empresa pública e viram nos concursos apenas uma chance de passar um tempo ganhando um bom salário. No entanto, formados no clima das grandes manifestações por liberdades democráticas, chegaram dispostos a seguir o exemplo de metalúrgicos, petroleiros, bancários e outras categorias na luta por melhores salários e condições de trabalho. A maioria fez carreira.

Os empregados da Caixa tinham uma bandeira peculiar, em se tratando de trabalhadores de um banco: queriam ser reconhecidos como bancários, com a jornada de seis horas garantida à categoria, e ter direito à sindicalização. Mas eram economistas, designação que identificava os empregados da Caixa e das Caixas estaduais. E, apesar de já terem tido seu direito à jornada de seis horas reconhecido em 1974 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), continuavam obrigados a trabalhar durante oito – a não ser que fizessem opção irretratável pela redução da jornada, aceitando redução proporcional do salário e sendo impedidos de assumir qualquer função de confiança.

Em 1984, a campanha pelas eleições diretas varreu o Brasil, e nem mesmo o banho de água fria que foi a derrota da Emenda Dante de Oliveira¹ impediu que os movimentos reivindicatórios ganhassem novo fôlego. Os empregados da Caixa uniram-se em torno da luta pelas seis horas e pelo direito à sindicalização, construindo um movimento que dividiu a história da instituição. No dia 30 de outubro de 1985, a Caixa parou por 24 horas. Foi a primeira greve nacional do banco criado por Dom Pedro II, em seus 124 anos de existência. A adesão foi de praticamente 100%.

A greve de 1985 foi o ápice de um movimento anterior, liderado pelos auxiliares de escritório, categoria criada pela direção da Caixa no concurso

¹ A Emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, restabelecia as eleições diretas para presidente da República. Foi derrotada em 25 de abril de 1984.

de 1981, junto com uma carreira paralela, que pagava salários mais baixos que os da tabela técnico-administrativa. O salário dos auxiliares de escritório correspondia à metade do piso de técnico administrativo, posto até então inicial da carreira. Com um detalhe: as atividades desenvolvidas por ambos eram idênticas. Essa situação absurda, que atingia cerca de 10 mil empregados da Caixa, deu origem a uma intensa mobilização. Por todo o país, foram criadas comissões abertas, para discutir o primeiro movimento de manifestação externa do pessoal da Caixa. Os auxiliares de escritório realizaram, em 1983, um encontro nacional no Rio de Janeiro. Apesar de muito específico, o movimento pelo enquadramento automático de todos os concursados no Plano de Cargos e Salários vigente começou a ganhar visibilidade inédita na história da Caixa. A direção tentou contornar a situação com um polêmico concurso interno, que, em sucessivas edições, fez os auxiliares de escritório passarem a escriturários. Foi uma vitória parcial, mas suficiente para incendiar os demais empregados da instituição na luta pela jornada de seis horas e pela sindicalização. O saldo negativo foi a demissão de 12 empregados lotados em São Paulo que se recusaram a participar do concurso.

A LUTA PELAS SEIS HORAS

Em 1984, a luta ganhou uma bandeira concreta: a aprovação do projeto de lei do deputado Léo Simões, que modificava a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para estender aos empregados da Caixa a jornada de seis horas e o direito à sindicalização. Os meses que se seguiram foram de intensa mobilização.

Por meio de algumas Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Apcefs), ou em comissões abertas articuladas com o movimento sindical, o movimento foi ganhando força. No começo, com trabalho de formiguinha, em cada unidade da Caixa. Depois, com reuniões ampliadas, manifestações de rua, a criação do Dia Nacional de Luta pela Jornada de Seis Horas, os encontros estaduais. Em abril, empregados da Caixa do Ceará e de Brasília cruzaram os braços por duas horas, em demonstração de organização e força que reforçou o ânimo para a luta.

As lideranças articulavam-se como podiam. Viajavam pelo interior, às vezes de ônibus, e hospedavam-se em casas de colegas. Não deixavam de fora nem municípios minúsculos, com menos de 5 mil habitantes. Cada um pagava as despesas do próprio bolso. Rodavam boletins em mimeógrafo e, em tempo de comunicação precária, usavam até o malote da Caixa para trocar informes. Acabaram conseguindo criar uma Comissão de Mobilização e organizar o Encontro Nacional dos Empregados da Caixa, que unificou as propostas de luta e abriu caminho para o I Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado em 20 de outubro de 1985, em Brasília.

Na página seguinte, piquete na porta do Edifício Sé, uma das mais tradicionais agências da Caixa, de 1939, no centro de São Paulo, que abriga o Centro Cultural Caixa.



CAIXA

CEF/REGIONAL/SE
POR 6 HORAS DE MEDICALIZAÇÃO

ESTAMOS EM GREVE



O congresso reuniu mais de 500 participantes, de todos os estados, no Conjunto Cultural da Caixa, e foi palco de debates acalorados entre os que defendiam greve por tempo indeterminado e os que, prudentemente, preferiam uma paralisação de 24 horas. A decisão foi pela greve de advertência por um dia, em 30 de outubro, com nova paralisação por tempo indeterminado a partir de 6 de novembro, se as reivindicações não fossem atendidas.

“Ver ali empregados de todo o país decididos a escrever novas páginas na história foi um marco de um movimento que mudou a trajetória de milhares de vidas”, lembra Tânia Aguiar, que entrou na Caixa em 1978 e tornou-se uma das referências da história de luta dos empregados da empresa.

No dia seguinte, os principais jornais do país deram destaque à decisão dos empregados pela greve. As delegações promoveram manifestação em frente ao Congresso Nacional e depois foram em passeata até os Ministérios da Fazenda e do Trabalho. À tarde, mais de 500 empregados concentraram-se em frente à matriz da Caixa, em Brasília, entoando o *slogan* “De Norte a Sul, o Brasil aqui está; se não vier seis horas, a Caixa vai parar”.

Na preparação para o dia 30, houve passeatas concorridas nos estados, para ganhar o apoio da população, e uma frenética campanha boca a boca nas unidades da Caixa. A organização foi minuciosa. Os empregados que já estavam decididos a parar foram orientados a se dirigir a uma agência

Foto de manifestantes hasteando bandeira da Campanha pelas Seis Horas, em São Paulo, em 1985.

diferente daquela em que estavam lotados, para evitar confronto com os que não aderissem à greve. Mutirões foram formados para produzir faixas e cartazes. Na véspera do grande dia, ninguém dormiu direito. As reivindicações tinham o apoio dos líderes de todos os partidos, exceto o de Pimenta da Veiga, líder do governo. O presidente da Caixa, Marcos Freire, apoiava o movimento desde 1979, quando era senador, e enviara ofício ao presidente José Sarney, reafirmando sua posição. No entanto, ainda estava fresca na memória dos brasileiros a violenta repressão às greves do fim dos anos 1970. Esse medo podia resultar em esvaziamento da paralisação. Na madrugada do dia 30, era esse o pensamento que rondava as lideranças do movimento, enquanto se dirigiam às unidades da Caixa em todo o país para organizar os piquetes – ou as “comissões de esclarecimento”, como alguns preferiam chamar.

Quando amanheceu, estava tudo pronto. “Fizemos uma organização como se o movimento fosse para tomar o poder”, lembra a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), uma das líderes da greve em Brasília. Em algumas unidades, bandeiras do Brasil estendidas no chão davam o recado: para entrar, é preciso pisar no símbolo da pátria. Próximo ao horário de abertura do expediente, a tensão atingiu o pico: e se o movimento fracassasse? Mas as pessoas foram chegando e ficando do lado de fora. Alguns voltaram para casa, outros permaneceram, vários se integraram aos piquetes. Em algumas cidades, nem o gerente-geral entrou.

No Paraná, o comando de greve recebeu a notícia de que uma agência a 100 quilômetros de Curitiba estava aberta e não teve dúvida: enviou cinco representantes para convencer os empregados a parar. Conseguiu. De norte a sul do Brasil, a Caixa parou, em uma demonstração de unidade que surpreendeu até os organizadores do movimento e que foi decisiva para que, no dia 4 de novembro, o deputado Pimenta da Veiga finalmente assinasse o requerimento de urgência urgentíssima para votação do Projeto de Lei nº 4.111.

Capas dos exemplares do jornal *Fenae Notícias* mostram a luta dos empregados em momentos diversos: a greve de 1988, a Campanha pela Readmissão e a Campanha pelas Seis Horas, todas em 1990.





BANCÁRIOS DA CEE PELAS HORAS E SINDICALIZAÇÃO

AGENCIA SÃO JOÃO
PELAS 6 HORAS E SINDICALIZAÇÃO

HORÁRIO REPOSICIONADO

AG. VILA PEREIRA NA LUTA PELAS 6 HORAS E SINDICALIZAÇÃO

DIPLOMATA NA LUTA
"UMA CAUSA QUE É JUSTA"

ECONOMIARIOS E BANCÁRIOS
PELAS 6 HORAS E SINDICALIZAÇÃO

AG. CANOAS NA LUTA PELAS 6 HORAS E SINDICALIZAÇÃO
"UMA CAUSA QUE É JUSTA"

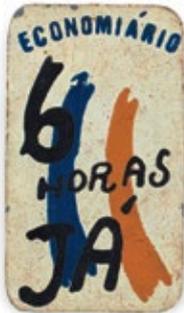
AGENCIA MOINHOS DE VENTO
E CONCURSOS DA CEE

AG. SÃO JOÃO
POR UM BANCO CEE MOBILIZADOS
PELO HORÁRIO BANCÁRIO E SINDICALIZAÇÃO.

PROTÓCOLO DE IGUALDADE:
JUSTIÇA E SINDICALIZAÇÃO

HORÁRIO BANCÁRIO
E SINDICALIZAÇÃO

PEDESTRE
AGUARDE O
VERDE



Acima, *bottoms*
e adesivo da
Campanha pelas
Seis Horas.

Na página
anterior, grevistas
fecham rua do
centro de Porto
Alegre (RS),
em 1985.

No fim de novembro, veio a vitória histórica. A Câmara aprovou a jornada de seis horas e o direito à sindicalização. No início de dezembro, o Senado confirmou. E, no dia 17, no apagar das luzes de 1985, o presidente José Sarney sancionou o projeto. Ao longo de 1986, desenvolveu-se uma ampla campanha de sindicalização dos empregados aos sindicatos dos bancários de todo o país. A efetivação da jornada de seis horas viria em janeiro de 1987.

LUTA PRIORITÁRIA PARA A FENAE

Os jovens líderes do movimento das seis horas reconheciam o trabalho das Apcefs, que haviam se engajado na luta pela redução da jornada. Mas desconheciam – ou não valorizavam devidamente – o papel da Fenae nessa luta, que havia começado em 1972, no período mais duro do regime militar, e apenas um ano depois da criação da entidade.

Em junho de 1972, a diretoria, presidida por Arthur Ferreira de Souza Filho, entregou ao presidente Emílio Garrastazu Médici um memorial, pleiteando a jornada de seis horas para os empregados da Caixa. A tentativa era impedir o arquivamento do projeto de lei do senador Virgílio Távora, que reconhecia o direito de os então chamados economiários serem considerados bancários.

Ao longo dos anos seguintes, a Fenae brigou em todas as frentes pelas seis horas. Tratava-se, na verdade, de restabelecer uma jornada fixada em lei de 1934, quando o parecer de especialistas em medicina do trabalho determinou que empregados de casas bancárias deveriam trabalhar em dias úteis apenas seis horas contínuas, pelas características de insalubridade e desgaste dessa atividade. Adotada naquela ocasião, a jornada de seis horas vigorou na Caixa até 1967, quando o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco simplesmente suprimiu esse direito, previsto na CLT. Adotado o regime de 40 horas, a ditadura cassou também o direito à sindicalização dos empregados da Caixa. Na justificativa do projeto de lei de 1985, o deputado Léo Simões classificou como “inexplicáveis” os motivos pelos quais o texto de Távora não havia prosperado.

Para a Fenae, essa luta sempre foi prioritária e levada à frente com as armas disponíveis sob o regime militar. Com o avanço da luta democrática, a entidade percebeu a importância de somar forças com o movimento liderado pela nova geração de empregados. José Gabrielense Gomes Duarte, que assumiu a presidência da Fenae em 1982, foi o timoneiro na travessia da entidade para uma nova forma de atuação. Ele abriu as portas para reuniões do movimento, franqueou acesso à estrutura e conseguiu construir um espaço de diálogo entre visões diferentes sobre os rumos a serem seguidos. Foi peça fundamental para a realização do I Conecef.

Em 1985, a Fenae participou de reuniões com a Comissão Nacional de Mobilização pelas Seis Horas, inclusive na que se realizou em Porto

Alegre, e aprovou a realização do Conecef. A aproximação também fez os aguerridos líderes do movimento reconhecerem o valor da Federação na luta pelas seis horas e em outras conquistas importantes para os trabalhadores da Caixa ao longo da década de 1970. O direito à aposentadoria da mulher aos 30 anos de serviços trabalhados, com incorporação da função, é uma das principais. Foi uma luta que começou em 1973 e foi vitoriosa em 1977, com a aprovação de lei que garantiu ainda a aplicação desse benefício a todas as aposentadorias concedidas a partir de março de 1968. A Federação viabilizou também a opção retroativa pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a reclassificação por tempo de serviço de empregados da Caixa, corrigindo distorções importantes na carreira, além de estar permanentemente na linha de frente das negociações com a direção em favor dos empregados.

A vitória de 1985 marcou a passagem geracional do bastão. A partir de 1986, todos os presidentes da Fenae são “filhos” desse movimento. Sérgio Nunes da Silva (1986-1993), Carlos Alberto Caser (1993-1999), Carlos Augusto Borges (1999-2003), José Carlos Alonso (2003-2008), Pedro Eugenio Beneduzzi Leite (2008-2014) e Jair Pedro Ferreira (2014-2020) enfrentaram grandes desafios nos anos que se seguiram, durante os quais o país passou por profundas transformações.

Unidades da Caixa de todo o país aderiram à greve. Abaixo, registro do ato em Belo Horizonte (MG) e em Florianópolis (SC), em 1985.



REVÉS E FOGO CRUZADO

O primeiro revés veio logo em 1986, na primeira campanha salarial dos bancários depois da aprovação da lei que instituiu a jornada de seis horas e permitia a sindicalização. A mobilização foi intensa, uma vez que o Plano Cruzado, lançado em fevereiro, congelava preços e também salários. Veio a greve, e os empregados da Caixa aderiram, mas um detalhe importante transformou o movimento em grande frustração: a data-base dos bancários já tinha sido unificada em setembro, e a Caixa, por ser empresa pública, seguira até então a data-base de janeiro, válida para os servidores públicos federais. Pelo mesmo motivo, a negociação com os patrões ocorria em fóruns diferentes: empregados de bancos privados, com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban, o braço sindical da Federação Brasileira dos Bancos), e bancários do Banco do Brasil, com o BB. Os empregados da Caixa teriam de negociar diretamente com a empresa, que alegou ser janeiro a data-base. Os bancários fecharam um acordo razoável, com reposição de pouco mais de 8%, e no primeiro momento o pessoal da Caixa ficou a ver navios.

No entanto, o mundo dá voltas, e pode-se dizer que o Brasil dá cambalhotas. Editado em fevereiro, o Plano Cruzado – primeiro da desastrosa sucessão de mágicas para controlar a inflação – começou a naufragar já no segundo semestre. O congelamento de preços provocou desabastecimento, ágio, os “fiscais do Sarney” foram acionados, e a inflação começou a dar sinais de que voltaria a fugir do controle. Com isso, o mecanismo previsto no Plano Cruzado de reajuste automático de salários, quando a inflação atingisse então impensáveis 20%, muito provavelmente seria acionado em janeiro. Diante da expectativa de disparo do famoso gatilho, a direção da Caixa mudou de posição e ofereceu o mesmo índice conquistado pelos bancários, retroativo a setembro. Mais que o índice em si, uma vez que todos sabiam que a inflação ia corroer rapidamente qualquer ganho salarial, o movimento comemorou a unificação da data-base. Ninguém contava com uma desavença interna no governo. O Ministério do Trabalho aprovou o acordo, mas o Ministério da Fazenda questionou.

Nesse fogo cruzado, a edição de outubro de 1986 do *Fenae Notícias* retratou em editorial a perplexidade que tomou conta do movimento e a confusão que tomara conta do Brasil:

Mas onde estamos, que País é esse em que uma simples pessoa pode colocar em risco uma empresa e tem poderes para opor-se ao reajuste dos trabalhadores, que lhes é devido por lei? Por que o senhor Ministro da Fazenda não usa essa força para acabar com o ágio e com a falta de gêneros alimentícios? Será que o poder dos empresários é maior que o do ministro, ou será que ele só demonstra força em cima da classe trabalhadora? Onde está a Nova República, onde está a democracia preconizada todos os dias na angariação de votos? O povo saiu às ruas para combater a ditadura e democratizar o país. Será que fomos enganados?²

² *Fenae Notícias*, n. 25, jan./fev. 1988.

O acordo foi finalmente assinado. E incluiu duas vitórias importantes: o reconhecimento de setembro como data-base também para os empregados da Caixa e a readmissão dos 12 que haviam se recusado a participar do concurso interno de 1984. Ironicamente, a unificação da data-base, uma das mais importantes vitórias dos empregados da Caixa, que ganharam força ao poder participar da campanha salarial dos demais bancários, acabou conquistada pelo gatilho de Sarney.

Sepultado o Plano Cruzado e substituído o ministro Dilson Funaro por Luiz Carlos Bresser-Pereira, o Brasil chegou a junho com mais um plano de combate à inflação, o único que levou o nome de seu autor. O Plano Bresser chegou com os empregados da Caixa em plena mobilização para a primeira campanha salarial com data-base igual à dos demais bancários. A reivindicação era um reajuste de 76% mais 15% de produtividade – índices que, naquele tempo, apenas repunham perdas provocadas pela escalada da inflação.

A direção da Caixa jogou pesado. Na tentativa de desqualificar a Comissão de Negociação, realizou uma reunião aberta na matriz, em Brasília, para expor a proposta patronal. Os empregados responderam com uma vaia em uníssono e a decisão de greve. A paralisação durou três dias e teve adesão de 95% dos empregados, sem necessidade de um único piquete. O resultado foi uma grande vitória: 41,72% de reajuste, mais 15% de produtividade. A reação da Caixa anunciou novos e difíceis tempos de relacionamento com os empregados, com desconto dos dias parados e perda de função para muitos. A Fenae também foi alvo de retaliação: a Caixa rompeu o convênio para administração do auxílio-alimentação, fonte fundamental de recursos financeiros para a entidade.

DESMONTE DAS ESTATAIS

Ninguém se intimidou. No ano seguinte, logo no primeiro semestre, veio a campanha salarial de março, destinada a reivindicar reposição das perdas provocadas pela inflação, que já chegava a 15% ao mês. A campanha foi decidida em fevereiro, em reunião do Comando Nacional dos Bancários, e cobrava reposição de 42% mais reajuste mensal equivalente à inflação do mês anterior, além de estabilidade no emprego por 180 dias para todos os bancários.

Os empregados da Caixa tinham uma questão específica: exigiam a realização imediata do concurso anunciado oficialmente, com edital e cobrança de taxa de inscrição paga por 800 mil jovens, e suspenso sob alegação da necessidade de conter o *deficit* público. Na época, a Fenae chamou a atenção para o processo de desmonte das estatais. Um processo que apenas se esboçava, como se veria nas décadas seguintes. A entidade apontou um *deficit* de 20 mil postos de trabalho na Caixa e a sobrecarga



Faixa da agência Avenida Paulista, São Paulo, em defesa da Campanha pelas Seis Horas, em 1985.

que isso representava para os empregados, com repercussão negativa sobre a qualidade do atendimento.

O editorial do *Fenae Notícias*, antecipando uma frente de luta que se tornaria recorrente, fez a seguinte avaliação:

Nossos clientes, apesar das filas, dos atrasos nos extratos, da demora nas informações, continuarão, mesmo assim, à custa de seu tempo, de sua paciência, nos honrando com a sua preferência, apesar do interesse do governo e do FMI em transferi-los para os bancos privados. Tudo isto em troca de uma grande falácia, que é a de imputar o déficit público aos trabalhadores das estatais. Todos sabem (menos o governo) que a razão do déficit público são as obras faraônicas do governo, as operações em moedas estrangeiras, o pagamento dos juros da dívida, os subsídios e as mordomias.³

3 *Fenae Notícias*, n. 25, jan./fev. 1988.

O descontrole da inflação manteve a reposição de perdas salariais como principal bandeira da Fenae. Mas, em 1988, a grande batalha foi pela equiparação ao Banco do Brasil. Uma reivindicação que esbarrava na mesma característica ambígua da Caixa que tanto atrapalhou a luta



pelas seis horas. Por ser pública, a empresa não tinha as questões trabalhistas tratadas pela Justiça do Trabalho, e sim pela Justiça Federal, com impasses resolvidos pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR). Os empregados da Caixa já eram bancários, mas, como a empresa era pública, o TST considerou-se incompetente para julgar o dissídio, que foi então remetido ao TFR. Daí por diante, a história ganha enredo de filme, com final feliz.

O TFR nunca havia julgado um dissídio coletivo, apenas apreciara ações individuais. Em si, isso não se constituiria em obstáculo, porque o tribunal não era proibido de atuar em ações coletivas. O problema foi de outra natureza: a Constituição de 1988 extinguiu o TFR, substituindo-o por Tribunais Regionais Federais, e determinou que o órgão só apreciaria as ações que já estivessem em tramitação. As futuras ações seriam remetidas ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A situação era inédita: um tribunal julgaria uma ação coletiva pela primeira e última vez em sua existência, e a decisão não criaria jurisprudência, porque o órgão fora extinto. Essa conjunção esdrúxula acabou conspirando a favor dos empregados da Caixa. Possivelmente, os ministros levaram essa realidade em conta, porque nunca antes na história da empresa houve um resultado tão favorável aos empregados, que viram todas as suas reivindicações atendidas e conquistaram a equiparação com o Banco do Brasil.

O governo Sarney desfazia-se em 1989. O ano abriu com inflação de 50% em janeiro, mais um plano econômico – o Verão – e um arrocho sem

Acima, ato público no Piauí, em agosto de 1985. Economiários lutavam pela sindicalização e jornada de seis horas.

Na próxima página, primeiro número do *Fenae Notícias*, de janeiro de 1973. A jornada de seis horas era uma reivindicação antiga dos empregados da Caixa.

PROMOÇÕES

CEF APROVA REGULAMENTAÇÃO

Em contato, a 27 de dezembro findo, com o Sr. Presidente da CEF, Professor Giampaolo Marcelo Falco, esta Federação teve a oportunidade de receber, em primeira mão, notícias de interesse da classe, que transmitimos aos colegas economiários de todo o Brasil, através de COMUNICADO.

Uma delas, foi a Norma de Serviço n.º 160/72, regulamentadora do sistema de promoções dos servidores da empresa pública (íntegra de N.S. na pág. 4).

Duas outras notícias foram, ainda, adiantadas à Fenae, como a criação da FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS e a entrada em rotina do PAGAMENTO DA LICENÇA-PRÊMIO.

Sobre este último assunto, podemos esclarecer que, no período de 1.º de abril a 31 de dezembro de cada ano, a CEF receberá os pedidos de conversão da licença-prêmio em dinheiro, sendo os pa-

gamentos efetivados a partir de março do ano seguinte.

Com relação aos pedidos de 1973, os requerimentos deverão ser protocolizados no período de 2 de janeiro a 28 de fevereiro, a fim de possibilitar o pagamento dentro do exercício, conforme previsão financeira.

Os que se aposentaram entre 30-2-72 até a data do novo ATO receberão, ex-offício, a licença-prêmio (não gozada e não computada para a aposentadoria).

O Presidente Giampaolo Marcelo Falco, acompanhado dos Diretores Sebastião França dos Anjos e Cláudio Medeiros, dispensou a melhor atenção aos representantes desta Federação (seu presidente e o 2.º Vice-Presidente Olindo Maia), deixando antever perspectivas favoráveis para o ano que ora se inicia.

Esclarecimento

A presente edição da já estava organizada.

A liberação das Promoções pela CEF determinou alterações neste número, a fim de divulgarmos, na íntegra, a Norma de Serviço n.º 160/72.

Oportunamente, após exame acurado da aludida N.S. e contato com as Federadas, faremos apreciação do documento que acaba de ser aprovado pela Diretoria da CEF.

De qualquer modo, a divulgação de promoções para os servidores da CEF constitui uma abertura para os economiários, depois de longos anos de expectativa.

Jornada de SEIS HORAS para os economiários

Conheça a atuação da FENAE — Página 8 — Veja o que a FENAE pugnou em 1972 em favor da classe.
(Página 12)

COMUNICAÇÃO... FATOR DE PRODUTIVIDADE

O mundo atual proscreveu o isolamento.

A lição vem de muito alto, da esfera espiritual, e é dada pelo Sumo Pontífice, saindo da quietude do Vaticano, para dirigir-se aos mais distantes países da terra, a fim de comunicar-se com os altos dignitários das diversas Igrejas. Os chefes de Estado das mais poderosas nações do mundo deixam as sedes dos seus governos, visando ao intercâmbio com outros povos, para que se estabeleçam melhores condições da coexistência entre os homens. Para onde quer que voltemos os olhos, sentimos a ânsia e a necessidade de comunicação, sob os mais variados aspectos.

Na empresa, a comunicação é indispensável. As estreitas relações funcionais entre dirigentes e dirigidos, o diálogo, a informação oportuna, são elementos altamente positivos para o bem-

estar de qualquer coletividade. A comunicação cria a segurança, a tranquilidade, a confiança no futuro, a dedicação integral às tarefas atribuídas a cada um. A falta de comunicação produz a dúvida, a desconfiança, o espírito de especulação, o desenvolvimento das fantasias, o cultivo de enganosas esperanças, com as conseqüentes frustrações tão danosas ao psiquismo do homem.

Infelizmente, nunca se deu ênfase na Caixa Econômica, nem no anterior regime das Caixas autônomas, nem na atual CEF, a uma sábia prática de comunicação entre dirigentes e dirigidos. Daí o quadro que sempre se deparou em nossa Instituição: uma comunidade inquietada, minada pelas mais atrozes dificuldades, nascidas de distorções que datam de muitos anos, constituindo-se, assim, em excelente caldo de cultura, para os mais diversos, contraditórios e até

inverossímeis boatos, com o conteúdo de doces ilusões, que afinal se tornam amargos pela sua irrealdade e irrealização. Tudo isto se evitaria se houvesse comunicação. Se os boatos fossem esmagados no seu nascedouro por uma palavra autorizada, se as afirmativas dos supostos bem informados sofressem a contradita de quem pode realmente esclarecer, então é certo que se não engrossaria esse mar de suposições, diariamente alteado, um verdadeiro mar de espumas, onde se desfazem e renascem, dia-a-dia, tantas e tantas ilusões. Com isto, ganharia a Caixa, que teria aumentada a produtividade dos seus servidores; com isto, lucraríamos os servidores, que ficaríamos libertos de um verdadeiro entorpecente.

Vamos entrar, na Caixa Econômica Federal, numa era de verdadeira comunicação?

precedentes. Em novembro, o Brasil votou para presidente da República pela primeira vez em 29 anos, e Fernando Collor de Mello venceu Luiz Inácio Lula da Silva com 52% dos votos. Nem o mais pessimista dos pessimistas poderia ter ideia da dimensão do desastre que se seguiu.

Em março de 1990, foi anunciado o Plano Collor, com confisco do dinheiro depositado nos bancos, inclusive a sagrada caderneta de poupança e os recursos em conta-corrente. Os saques foram limitados a 50 cruzeiros por CPF. Além de atingidos pelo plano, os empregados de estatais e demais empresas públicas foram alvo de implacável perseguição. Tachados de marajás, em alusão ao que seriam salários milionários, sofreram demissão em massa. Ao completar cem dias de governo, em 18 de junho de 1990, Collor anunciou a dispensa de mais de 100 mil trabalhadores de estatais. Na Caixa, foram cerca de 2.500 demissões em uma só canetada do presidente da empresa, Lafaiete Coutinho. Foi um ato de extrema covardia. Os demitidos haviam prestado concurso no final do governo Sarney e foram chamados de “marcianos”, por terem começado a trabalhar em março. Ganhavam os menores salários da empresa, nem de longe eram marajás. O corte não poupou nem mulheres grávidas.

A notícia das demissões provocou reação imediata. A ordem era organizar a resistência, o que ocorreu com a campanha “Readmitir para não destruir a Caixa – um banco social”. O combate à política de desmonte da Caixa foi levado à frente pela Fenaes, junto com as Apcefs e entidades sindicais. Em todos os estados, foram realizadas assembleias, que decidiram por paralisações curtas, de advertência. Estavam todos de acordo que o momento não era propício para greves, porque a truculência do governo Collor já tinha atingido seu principal objetivo: amedrontar os trabalhadores.

Apesar disso, os empregados da Caixa conseguiram organizar-se e fizeram da readmissão item prioritário da pauta de reivindicações da campanha salarial de 1990. Em todo o Brasil, houve protestos e negociações, além de campanhas de arrecadação de fundos, a fim de contribuir para a manutenção dos demitidos e suas famílias. Três meses depois, o acordo coletivo incluiu expressamente a reintegração dos demitidos de junho. Os bancários da Caixa foram a única categoria a conseguir a reintegração ainda no governo Collor. A reivindicação salarial, que previa reposição superior a 100%, ficou longe de ser atendida. Além de menor, a reposição foi parcelada. Mas houve conquistas importantes, como a extensão do acordo coletivo por dois anos, a garantia de emprego por 120 dias para todos os empregados e a manutenção do pagamento no dia 20 de cada mês, embora a Caixa pretendesse passar a data para até o dia 5 do mês seguinte. No fim, o acordo foi considerado uma grande vitória do movimento, que já compreendia ser sua principal bandeira a luta política em defesa da Caixa. O futuro demonstraria o acerto dessa compreensão.



Acima, um dos frutos da Campanha pelas Seis Horas foi a criação do Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal, o Conecef.

Ao lado, fotos do 5º Conecef, realizado nos dias 7 a 9 de julho de 1989, em Brasília.

“NÃO TOQUE EM MEU COMPANHEIRO”

A campanha salarial de 1991 pode ser comparada, em importância, à greve de 1985. Pela primeira vez na história, os bancários uniram-se aos petroleiros em suas reivindicações, com uma greve conjunta de 20 dias contra o governo Collor e sua política de desmonte das empresas públicas. A greve, que teve adesão de praticamente 100% dos trabalhadores das duas categorias, foi considerada ilegal em 27 de setembro, uma sexta-feira. No dia seguinte, o Comando Nacional dos Bancários decidiu pela continuidade do movimento. No domingo, o presidente da Caixa, Álvaro Mendonça, usou a Globo para anunciar, no *Fantástico*, que aqueles que não voltassem ao trabalho seriam demitidos. O objetivo, claro, era esvaziar a paralisação, o que de fato aconteceu. Na segunda-feira, a greve aconteceu em apenas três estados: Paraná, São Paulo e Minas Gerais. A Caixa cumpriu a ameaça e demitiu por justa causa 108 empregados desses estados. Entre os demitidos do Paraná estava Jair Pedro, que seria eleito presidente da Fenae em 2014. Em São Paulo, Sérgio Takemoto, então diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, foi encarregado de dar a notícia aos demitidos – entre eles, sua própria esposa.

O movimento de solidariedade que se formou a partir daí chamou-se “Não toque em meu companheiro” e é uma das páginas mais bonitas da história dos movimentos em defesa dos trabalhadores brasileiros. Os empregados da Caixa mobilizaram-se para manter financeiramente os colegas demitidos, doando 0,3% de seu salário para o Fundo de Reintegração. Essa solidariedade, que teve o apoio logístico e financeiro dos sindicatos, das Apcefs e da Fenae, foi fundamental para a sobrevivência dos demitidos e de suas famílias durante o ano em que ficaram desligados da empresa. Com recursos do Fundo, foram pagos salários, inclusive o 13º, despesas médicas e de deslocamento dos demitidos, assim como foram produzidos camisetas e outros materiais de divulgação da luta dos empregados pela readmissão. Em paralelo, as lideranças do movimento



articularam-se com a sociedade civil para denunciar a arbitrariedade do governo e o projeto de desmonte das empresas públicas.

Em outubro de 1992, logo depois da abertura do processo de *impeachment* contra Collor, todos os demitidos foram reintegrados aos quadros da Caixa. Em dezembro, o presidente deixou definitivamente o cargo e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

O fracasso retumbante do governo Collor deixou o país mergulhado em recessão e inflação descontrolada, até que a chegada do Plano Real, em julho de 1994, embalou a esperança de matar finalmente o dragão da inflação. O resultado foi a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que, à frente do Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco, lançou as bases do programa. O sucesso do sétimo e último plano de estabilização da moeda no Brasil teve como contrapartida a ampliação da agressiva política de privatizações iniciada por Collor. Seguindo a cartilha neoliberal ditada pelo Consenso de Washington, de 1989, FHC privatizou mais de cem empresas em seus dois mandatos. Símbolos do Brasil, como a Vale (que ainda tinha Rio Doce no nome), passaram às mãos da iniciativa privada, assim como os serviços públicos. Em 1996, foi criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, abrindo caminho para a privatização dos bancos estaduais, como Banerj (1997) e Banespa (2000). Em 1997, foi quebrado o monopólio da Petrobras em exploração, refino e transporte do petróleo.

A Caixa viveu dias difíceis. Sob o comando de Sérgio Cutolo (1995-1999) e Emílio Carazzai (1999-2002), fez três Programas de Aposentadoria ou Demissão Voluntária (PADV), que mostravam aos empregados a chance de

Na foto da página anterior, grevistas em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal em Brasília, 1985.

Ao lado, foto da manifestação em defesa das seis horas, em Fortaleza (CE), em 1985.





abrir seu próprio negócio, libertando-se para sempre da figura do patrão. Na verdade, a escolha era terrível: abrir mão de um emprego conquistado em concurso e enfrentar toda a incerteza do mercado de trabalho, ou permanecer na empresa, sujeitando-se a chantagens, sobrecarga e ataques à sua dignidade profissional. A Fena, em conjunto com as Apcefs e os sindicatos, denunciou o conto do vigário e cerrou fileiras contra a utilização ilegal de mão de obra terceirizada na Caixa. Conseguiram algumas vitórias, que foram, no entanto, insuficientes para barrar um plano de desmonte que, em última instância, pretendia privatizar a Caixa – embora essa fosse uma ameaça velada.

Firmava-se vitoriosa, naquele momento, a visão neoliberal sobre o caminho para equilibrar as contas públicas: corte de gastos, em vez de aumento da arrecadação tributária por meio de aumento do poder de compra dos salários (e, conseqüentemente, do consumo). O setor público foi apontado como o grande responsável pelos descaminhos da economia brasileira, e os trabalhadores das estatais e demais empresas públicas, como sorvedouros de recursos que poderiam ter destino mais nobre. O governo veiculava informações sobre gastos públicos e fazia comparações com o que seria possível construir com esse montante: leitos hospitalares, salas de aula, quilômetros de redes de água e esgoto.

Reunião dos empregados da Caixa em ginásio de Curitiba (PR), em 1985. Na pauta, reivindicação da jornada de seis horas e reposição salarial.

Na Caixa, esse discurso, que polarizaria a sociedade brasileira por muitos anos, traduziu-se não apenas em PADVs e terceirização, mas também em arrocho salarial (política de reajuste zero), demissões sem justa causa (a RH 008, que atingiu sumariamente quase 500 empregados), desrespeito à jornada de trabalho e transferências compulsórias de empregados. Um plano de cargos e salários com direitos reduzidos na saúde e na Funcef foi instituído para os novos concursados. De acordo com a Contraf-CUT, entre 1994 e 2002, o quadro funcional da Caixa minguou de 65.076 empregados para 55.691. Uma redução de 9.385 postos de trabalho em uma empresa que já havia sido duramente espoliada no governo Collor.

A Fena liderou resistência cerrada a esses ataques. Propôs a criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa, participou da coordenação do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos e articulou-se com a sociedade civil pela Frente Parlamentar Municipalista para iniciativas conjuntas com prefeitos e lideranças municipais. Em meio a tanta dificuldade, era importante reforçar os laços com as entidades representativas do conjunto dos bancários. A Federação cerrou fileiras com a Confederação Nacional dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores (CNB-CUT), mais tarde chamada Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), e a categoria fez conquistas importantes, inicialmente nos bancos privados: unificação nacional dos pisos salariais (em 1991) e a primeira Convenção Coletiva de Trabalho de âmbito nacional (em 1992). Em 1995, os bancários tornaram-se a primeira categoria a obter a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A Fena empenhou-se, então, em estender essa grande conquista aos empregados da Caixa, o que se concretizou em 2003.

Assim como ocorrera no Plano Cruzado, que foi esticado muito além do razoável por motivos eleitorais, o Plano Real já dava sinais de esgotamento no segundo semestre de 1998. Mas a paridade entre real e dólar foi mantida e garantiu a reeleição de Fernando Henrique em primeiro turno. Em janeiro de 1999, veio o que já era esperado: uma forte desvalorização do real, negada durante toda a campanha eleitoral, seguida de escalada vertiginosa da taxa básica de juros, que escancarou as perdas salariais e fez recrudescer a insatisfação com os rumos do país, que enfrentava forte aumento de desemprego. Em agosto, uma grande marcha em Brasília reuniu 100 mil manifestantes contra as privatizações e a corrupção, confirmando o eixo principal da atuação da Fena nos anos seguintes.

No processo eleitoral de 2002, a Federação atuou com firmeza, para obter dos candidatos o compromisso de manter a Caixa como empresa pública, e intensificou a articulação com a Frente Parlamentar Municipalista, para formular iniciativas conjuntas com parlamentares, prefeitos e lideranças locais. Finalmente, a eleição de Lula trouxe a esperança de um novo tempo para os trabalhadores brasileiros, em particular para os empregados das empresas públicas, tão vilipendiadas nos governos anteriores.

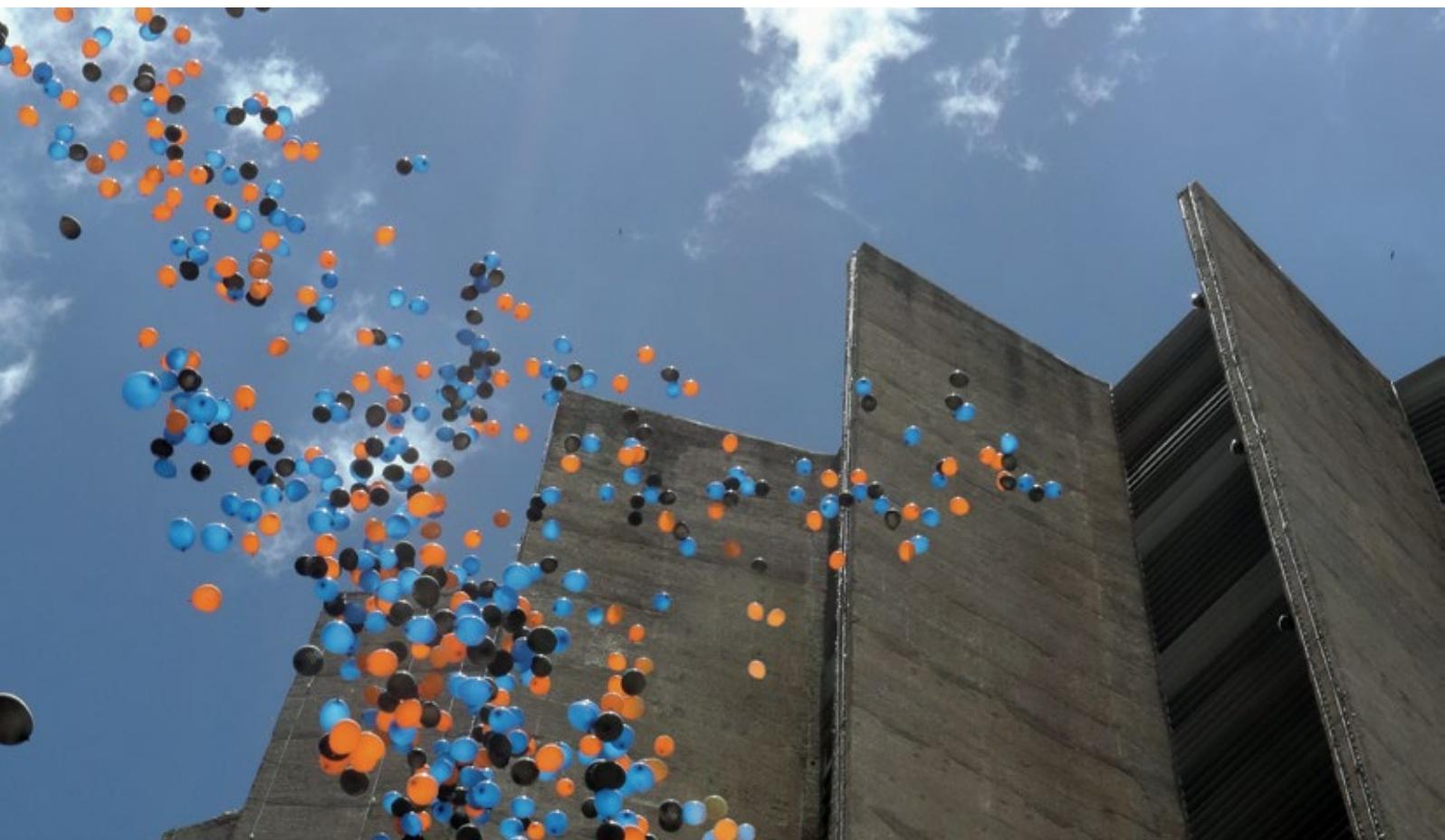
A transição entre os governos FHC e Lula foi conturbada, com boatos de novo confisco da poupança, reestatização geral das empresas privatizadas, proibição de remessa de lucros para o exterior. A turbulência levou o dólar a bater quatro reais, patamar que só voltou a ser atingido em 2015. A democracia brasileira saiu vitoriosa, com um longo período de prosperidade, que resistiu até à tenebrosa crise financeira de 2008.

Nesse período, a Caixa voltou a merecer tratamento digno e fortaleceu-se com a valorização de seu papel social. No primeiro mandato de Lula (2003-2006), a empresa lançou um programa de inclusão bancária que permitiu a 4,6 milhões de brasileiros ter, pela primeira vez na vida, uma conta bancária e acesso a crédito. As concessões de crédito habitacional passaram de 5 bilhões de reais, em 2003, para 14 bilhões de reais, em 2006, com prioridade para as famílias de menor renda. Internamente, os empregados lançaram a campanha “Por uma Caixa decente”, com o objetivo de estimular o debate sobre problemas que precisavam ser enfrentados para superar as marcas dos anos de espoliação e estabelecer uma negociação permanente para melhorar as condições de trabalho e de atendimento aos clientes.

Os empregados da Caixa tiveram muitas conquistas. Logo em abril de 2003, foi revogada a RH 008, que permitia demissões sem justa causa, pondo fim às dispensas arbitrárias ocorridas em passado recente. As contratações foram retomadas, e a política de reajuste zero terminou. Em 2003, a Caixa tinha 57 mil empregados e 2.126 pontos de atendimento; no fim

Na página anterior, manifestação pelas seis horas, em Porto Alegre (RS), em 1985.

Ato em defesa da Caixa, a campanha “Defenda a Caixa você também”, realizada em 28 de novembro de 2017, na agência matriz de Brasília.



de 2014, o banco chegou a ter mais de 100 mil empregados e quase 4.205 pontos de atendimento. E os bancários conquistaram reajustes salariais acima da inflação, acumulando ganho real de 20,7% nesse período. Foram conquistas obtidas com mobilização e luta de toda a categoria.

Em 2006, foi instituída a mesa única de negociações, envolvendo bancos públicos e privados, com o objetivo de fortalecer a unidade dos bancários. No mesmo ano, pela primeira vez, a Caixa assinou a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários. Em 2008, foi realizada a unificação das tabelas de planos de cargos e salários, uma das mais importantes conquistas dos empregados da Caixa, acabando com a desigualdade na progressão da carreira instituída no governo FHC. Nesse mesmo ano, a crise internacional que varreu o planeta mostrou a importância dos bancos públicos. Não fosse a oferta de crédito a partir da Caixa, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o país seria atingido de forma muito mais drástica.

PLR SOCIAL

Em 2010, o papel da Caixa no desenvolvimento com justiça social passou a se traduzir em uma modalidade especial de Participação nos Lucros e Resultados. A PLR Social, paga adicionalmente à PLR tradicional, valoriza os empregados pelo trabalho realizado em programas como Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Bolsa Família. Essa é uma das conquistas mais preciosas na história de luta dos empregados, por demonstrar que se, por um lado, como banco público, a Caixa tem lucro menor que os bancos privados, por outro o trabalho do empregado tem impacto no desenvolvimento do país e na redução da desigualdade. Esse ganho não é facilmente mensurável, mas nem por isso pode ser esquecido. A PLR Social concretiza-se na distribuição igualitária de 4% do lucro líquido por todos os empregados – enquanto a PLR varia de acordo com o salário –, pelo entendimento de que a ação da empresa depende do engajamento de cada um.

Em outra frente, a Fenae reforçou o trabalho de comunicação com a sociedade brasileira, com campanhas como “O Brasil precisa da Caixa”, que chamou a atenção para a função da empresa como agente de políticas públicas essenciais, justificando melhores condições de trabalho, respeito à jornada e salários dignos para seus empregados. Em 2007, com a campanha “Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil”, a luta por mais contratações tornou-se permanente, como forma de amenizar a sobrecarga de trabalho e, principalmente, amplificar o alcance das políticas públicas e da ampliação do crédito, trabalhando pela inclusão bancária dos brasileiros com menor poder aquisitivo.

A história da luta dos bancários não é feita apenas de conquistas financeiras. A categoria construiu também uma trajetória de reconhecimento de direitos específicos, que evoluíram, acompanhando avanços da



sociedade brasileira. Se, nos anos 1970, a Fenaé brigou para que as mulheres pudessem aposentar-se aos 30 anos de serviço, nos anos 2000 foi preciso ampliar direitos já obtidos e incluir novas reivindicações na pauta.

Em 2009, a licença-maternidade das bancárias passou de 120 para 180 dias. No mesmo ano, os casais homoafetivos puderam incluir seus companheiros ou companheiras no Saúde Caixa. No ano seguinte, a Convenção Coletiva de Trabalho incluiu pela primeira vez cláusula com mecanismo de combate ao assédio moral, que se desdobrou em proibição de *rankings* individuais de produtividade e outros mecanismos que expõem o trabalhador a constrangimento. Em 2013, a participação dos bancários foi fundamental para impedir a votação do projeto de lei da terceirização na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Os aposentados também estiveram no centro das atenções da Fenaé desde os anos 1970, na luta contra a extinção do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (Sasse), substituído pela Funcef em 1977. Desde então, a Fenaé trabalha permanentemente pela democracia nas decisões, com mais participação dos empregados e maior transparência na gestão.

Esses anos de fortalecimento da Caixa foram fundamentais para o enfrentamento de novos tempos com gosto de passado. O governo instituído em 2016 trouxe de volta ataques à função social da empresa e ações claramente destinadas à redução de suas operações. Voltaram os planos de demissões e aposentadorias, e em 2018 o número de empregados já havia recuado para 85 mil. Os direitos dos empregados voltaram a ser atacados. Resoluções das chamadas Comissões Interministeriais de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPARS) alteraram

Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenaé, e Erika Kokay, deputada federal, discursam em sessão solene na Câmara dos Deputados em comemoração aos 157 anos da Caixa, em março de 2018.



Foto de grevista em Vitória (ES), em 1985.

4 SOUZA, Herbert José de (Betinho). Como matar uma estatal. In: SOBRINHO, Barbosa Lima (org.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

regras dos planos de saúde e fundos de pensão de todos os trabalhadores de estatais, atingindo diretamente o Saúde Caixa e a Funcef. O governo de Jair Bolsonaro (2019) intensificou o movimento iniciado por Michel Temer (2016-2018), em uma estratégia diferente da adotada na era FHC. Em substituição ao discurso privatista, adotou-se um plano de fatiar a empresa, passando à iniciativa privada as operações mais lucrativas: seguros, cartões, loterias e, finalmente, a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS.

Há momentos em que a história parece andar para trás. Em 1990, o sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho (1935-1997), escreveu um artigo intitulado “Como matar uma estatal”.⁴ Era um libelo contra a política privatista de Collor. Nele, ironicamente, Betinho dava ao presidente uma receita que, resumidamente, condicionava a morte de uma estatal a suca-tear a empresa, expô-la à concorrência predatória da iniciativa privada e levá-la a fazer péssima prestação de serviços, até a sociedade convencer-se de que não seria preciso mantê-la como empresa pública.

Escreveu Betinho, em uma premonição que se revelou ainda mais triste do que já era na ocasião:

Elas levam tempo para nascer e para morrer, porque, ao contrário do que pensam certos economistas agora em Brasília, elas não são seres sem sentido histórico. No Brasil, elas começaram a crescer no tempo de Getúlio e depois não pararam de se desenvolver. Às vezes seguindo a onda nacionalista, mas também na onda internacionalista do período militar. No período Sarney, as estatais sofreram o que todos sofremos – a vingança da incompetência. Agora, com Collor, foi prometido o ataque final da privatização.



CUT Central Única dos Trabalhadores

 Sindicato dos Bancários de Brasília

CND Confederação Nacional dos Bancários

CUT Central Única dos Trabalhadores

BANCÁRIOS EM

GREVE

CUT Central Única dos Trabalhadores

 Sindicato dos Bancários de Brasília

CND Confederação Nacional dos Bancários

CUT Central Única dos Trabalhadores

BANCÁRIOS EM

GREVE

CND Confederação Nacional dos Bancários

CUT Central Única dos Trabalhadores

BANCÁRIOS EM

GREVE

CUT Central Única dos Trabalhadores

CND Confederação Nacional dos Bancários

CUT Central Única dos Trabalhadores

BANCÁRIOS EM

A verdade, no entanto, é que o passado não volta. Os trabalhadores da Caixa participaram ativamente de uma história de avanços importantes do Brasil desde aquele longínquo ano 1971, quando a Fenae foi fundada, em plena ditadura. Nos primeiros concursos públicos da Caixa, os aprovados tinham de apresentar certidão negativa do Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, de triste memória, extinto em 1983. Nessas quase cinco décadas, o país reconquistou a democracia, debelou a inflação, e os trabalhadores conquistaram direitos. Por isso, a nova investida do atraso encontrou a Fenae disposta a, mais uma vez, resistir. Juntamente com as Apcefs, e articulada com a Contraf-CUT, a Federação realizou seminários, audiências públicas e dias de luta para mostrar a importância da Caixa no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A defesa do conjunto de empresas públicas é outra frente de luta.

Em 2018, a Fenae e a Contraf entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016), para impedir a venda de subsidiárias de estatais sem aprovação do Congresso Nacional, e conseguiram liminar provisória, derrubada no ano seguinte. A queda de braço continua. Em maio de 2019 foi reeditada, pela nova legislatura, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, criada em 2017 em reação aos planos privatistas do governo Michel Temer. Com 209 assinaturas de parlamentares de 23 partidos, a Frente pretende analisar os projetos sobre os bancos públicos que estão no Congresso e trabalhar para barrar os que pretendem privatizá-los ou prejudicar sua ação social.

“A voz em defesa da Caixa e de seu papel social não carrega apenas palavras, mas também experiências, lutas, mobilizações, avanços, recuos, derrotas e vitórias, cujo saldo são conquistas dos empregados da Caixa e da sociedade brasileira”, resume Jair Pedro.

Na página anterior, adesivos em porta de agência, em Brasília, anunciam a greve dos empregados em 2005.



4

**UMA FEDERAÇÃO
OLÍMPICA:**

**QUE COMEÇEM
OS JOGOS**



A epopeia dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, iniciada em 1896, começou com eventos pequeninos, artesanais, interrompidos por guerras, mas seguiu em frente – até se transformar no maior (e multimilionário) show da Terra. Da organização às competições, será sempre trabalho de equipe, luta de muitos, cruzadas coletivas, que produzirão iniciativas semelhantes mundo afora. Um deles nasceu nos anos 1970 para, com os mesmos ideais, sobreviver a toda sorte de solavancos e crescer sob o destino do engajamento e da união: os Jogos da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), história de resiliência, determinação e competência iniciada na década de 1970, que superou mudanças econômicas, sufocos orçamentários e enfrentamentos políticos, sem abrir mão de seu destino – até se consolidar entre os maiores eventos poliesportivos do Brasil. Uma saga que dá até livro.

O sucesso nasce da convicção inegociável de que o principal predicado dos encontros esportivos não está na disputa em si, mas na mobilização embutida nas reuniões. Aproximar pessoas que pensam na mesma direção para valorizar as lutas essenciais – é quando o esporte ensina a vida real. Pode ser no desfile unido das duas Coreias, na abertura dos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, materializando o sonho da paz no lugar da guerra; ou no encontro de brasileiros de todas as regiões, para comungar dos ideais de uma categoria profissional que valoriza o próprio ofício.

Desde sempre, os Jogos da Fenae – mesmo quando tinham outros nomes (e foram muitos) – existem para mobilizar atletas e espectadores em torno das agendas dos empregados da Caixa. “Os Jogos trazem benefícios em todos os sentidos. Os empregados se sentem mais confiantes e mais fortes para agir coletivamente”, argumenta Jair Pedro Ferreira, presidente da Federação de 2014 a 2020. “A união de todo o país e a luta pela vitória são ganhos inestimáveis.” Seu antecessor, Pedro Eugênio Beneduzzi Leite, enfatiza a importância estratégica da reunião esportiva para o próprio fortalecimento da Fenae. Para ele, “a Federação precisa estar presente na vida dos empregados, que, em momentos como os Jogos, conscientizam-se da importância de se associar”.

Nas páginas anteriores, prova de atletismo masculino durante os 3^{os} Jogos da Fenae, em Vitória (ES), em 1991 e eliminatória de futebol dos 2^{os} Jogos Economiários, em Curitiba (PR), em 22 de outubro de 1977.

A HISTÓRIA DOS JOGOS

As dimensões da edição de 2018, em São Paulo, com a construção de estruturas próprias, o legado e até o aluguel do Pacaembu – estádio do futebol profissional –, são fruto da determinação dos trabalhadores da Fenae. O evento múltiplo, de tamanho e estrutura impressionantes, é o herdeiro de uma pequena disputa de futebol que começou em meados dos anos 1970. A saga esportiva da Fenae nasceu em outubro de 1975, em um fim de semana chuvoso de primavera, em Belo Horizonte, no 1^o Torneio Nacional de Futebol Economiário, patrocinado pela Caixa para marcar o centenário de abertura do banco em Minas Gerais.

A sede da então Associação dos Economiários Federais, na Pampulha, recebeu representantes de 18 estados, que, durante três dias, correram atrás da bola em partidas eliminatórias, com times de oito jogadores. A final, em um domingo, terminou com a vitória do Rio Grande do Sul sobre os donos da casa por três a um. O Distrito Federal ficou em terceiro lugar, e a Bahia, em quarto.

Na equipe campeã, o segundo atacante (que atua ao lado do centro-avante) destacou-se pelo empenho e pela inteligência na construção de jogadas ofensivas. Sérgio Nunes, o Serginho, viveu ali o sonho de ser profissional do futebol, que fora abandonado por causa do casamento ainda jovem e pela entrada na Caixa como escriturário, aprovado no concurso de agosto daquele ano. Serginho trabalhava em Porto Alegre, onde rapidamente se juntou à tribo do futebol.

Entre os espectadores da final histórica estava o então presidente da Caixa, Karlos Rischbieter, que entregou os prêmios aos campeões e participou da confraternização – churrasco –, acompanhado de diretores da instituição e de representantes da Fena. O desfecho do evento ficou por conta do coral da associação mineira, que realizou uma apresentação inesquecível. A semente estava plantada.

No ano seguinte, vôlei e basquete foram incorporados ao evento, rebatizado como 1^{os} Jogos dos Economiários, que aconteceram de 2 a 5 de dezembro, no Rio de Janeiro. Em 1977, Porto Alegre recebeu os atletas no fim de semana de 25 a 27 de novembro; em 1978, a sede foi Recife, de 10 a

Abaixo, atletas do 1º Torneio Nacional de Futebol Economiário, em 1975. O evento, realizado em Belo Horizonte (MG), contou com a presença do primeiro presidente da Fena, Arthur Ferreira (em pé, de camisa listrada).



12 de novembro. A preocupação de incluir mais gente na roda esportiva deu asas à criatividade. Assim, garantiram lugar modalidades menos físicas, como dama, canastra e sinuca, atraindo empregados veteranos e até aposentados.

Em 1980, o evento mudou novamente de nome, passando a se chamar Jogos da Caixa, e foi realizado em Recife, com suporte técnico e trabalho logístico a cargo da Fena. O mesmo ocorreu dois anos depois, em Curitiba, quando as mulheres chegaram: foi a estreia do torneio de vôlei feminino, primeiro passo no caminho sem volta do empoderamento.

O auge das competições patrocinadas pela Caixa deu-se no Rio de Janeiro, em 1984. A sede da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Acpef) carioca, em Jacarepaguá, recebeu grande festa, com direito a espetáculo da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis e uma *performance* inesquecível da lendária passista Pinah. Um dos grandes nomes da história do Carnaval carioca, “a cinderela negra que ao príncipe encantou” – como definiu o samba-enredo campeão de 1983, referência à dança com Charles, o herdeiro do trono britânico, em sua visita ao Rio –, comandou o encerramento apoteótico dos Jogos.

Esse espetáculo foi como a derradeira calma antes de um tempo de tempestades. Após 25 anos de arbítrio, a democracia afinal renasceu no Brasil em 1985 – e os empregados da Caixa tiveram as próprias batalhas para travar. A mobilização começou pelo “chão da fábrica”, os auxiliares de escritório que buscavam melhorias salariais. E, ao longo do ano, acrescentou um par de objetivos: a jornada de seis horas e o reconhecimento como bancários, com o conseqüente direito à sindicalização. A partir de março daquele ano, os trabalhadores construíram admirável mobilização, até a paralisação de 24 horas em 30 de outubro, que pavimentou a vitória.

Naqueles duros anos da década de 1980, a hiperinflação aparentemente invencível acirrava a luta de classes, e os empregados engajaram-se às greves em protesto às perdas decorrentes do Plano Cruzado. Em 1986, 500 mil bancários paralisaram as atividades em todo o país, e, em 1987, 800 mil trabalhadores cruzaram os braços por nove dias. Como retaliação, a Caixa, entre outras medidas, desembarcou da organização dos Jogos. Mas nunca foi somente esporte, tampouco festa; sempre foi, principalmente, mobilização e luta – e a Federação dos empregados assumiu a organização do evento a partir de 1987. A mesma Belo Horizonte do encontro original, doze anos antes, abrigou a primeira edição dos Jogos da Fena.

O evento mostrava imenso potencial para expandir a mobilização trabalhista. Agregadora das Acpefs, a entidade nacional precisava estar presente na vida dos empregados da Caixa. Mesmo com as vitórias dos anos 1980, seu papel sempre foi, até então, de coadjuvante do Sindicato dos Bancários, o que diminuía a participação na categoria. Era



necessário construir uma relação e ganhar a confiança das pessoas. Nasceu aí o propósito dos Jogos: inserir a Fena e no cotidiano dos associados das organizações estaduais. “Precisávamos construir uma relação com o maior número possível de colegas, fora dos canais institucionais, sem ser por cima”, aponta Sérgio Nunes. “Tínhamos que sensibilizar a base dos trabalhadores.”

Na abertura, na bela sede da Apcef, na Pampulha, o assunto dominante entre os mais de mil atletas e torcedores (todos empregados) foi a pauta de reivindicações após o fim da greve daquele ano. E, de cara, verificou-se o resultado inesquecível: José Carlos Teixeira, diretor de Captação e representante do presidente da Caixa, ouviu contundente vaia ao ter o nome anunciado pelo sistema de som. Algumas delegações, como a de Manaus, desfilaram com bandeiras de luto e tarjas pretas nos braços.

Teixeira, no entanto, encontrou um meio para dissolver a tensão entre os empregados da Caixa e anunciou, para surpresa geral, anistia para os empregados que estavam em greve. “É dentro do espírito de conciliação, fraternidade e entendimento que, em nome da Diretoria da CEF, em terras de Minas Gerais, tenho a felicidade de anunciar, neste instante, a palavra ANISTIA em favor daqueles que lutaram pelos direitos da gente”, disse. Os apupos, claro, viraram aplausos, e os Jogos transcorreram em clima de alegria permanente.

A responsabilidade de organizar as competições, em 1987, significou a aposentadoria esportiva de Sérgio, que, tricampeão no soçaito e campeão no salão, elegera-se presidente da Fena e no ano anterior. (Em uma trapaça do destino, ele, que nunca se lesionara em campo, torceu o joelho na correria

Eliminatória da prova de natação, em Belo Horizonte (MG), para os 2^{os} Jogos Econômiários, em 1977.

como dirigente.) O Mineirinho, principal ginásio de Belo Horizonte, concentrou a maior parte das disputas dos cerca de 800 atletas que lutaram pelas medalhas, da quarta-feira, 28 de outubro, ao domingo, 1º de novembro.

O mineiro Paulo Roberto Damasceno contou com o incentivo dos conterrâneos para exibir incrível desempenho no atletismo. Garantiu o ouro nos 1.500 metros e nos 5.000 metros rasos, ratificando a competência que mostrara nos Jogos da Caixa, três anos antes, quando ganhara o primeiro lugar nos 1.500 metros. Ele repetiria a façanha na competição de 1989, aumentando a coleção de vitórias iniciada ainda na juventude. Foi recordista sul-americano infantojuvenil dos 1.500 metros, bem como campeão mineiro e brasileiro dos 800 metros, 1.500 metros e 5.000 metros.

INSTRUMENTO DE CONFRATERNIZAÇÃO

Quando entrou na Caixa, Paulo Roberto já havia parado com o esporte de ponta, mas não resistiu a participar das corridas com os colegas. “É muito interessante você representar seu estado, conhecer outras pessoas. O esporte é bom não só para a saúde, mas como instrumento de confraternização. A sensação de participar dessas competições é a melhor possível.” Indo muito além das pistas, Paulo Roberto engajou-se nas lutas dos bancários e tornou-se, a partir de 2007, presidente da Apcef/MG por sucessivos mandatos. Como dirigente, passou a apoiar e a incentivar os colegas na preparação para os jogos regionais e nacionais. “A Fenae é uma organização fantástica. Quem está de fora não sabe o tamanho do envolvimento para a realização de uma competição dessas”, apontou ele. “Mantemos sete ou oito equipes permanentes. Meu passado no esporte ensina a importância de estimular a prática esportiva.”

Em 1987, as medalhas de Paulo Roberto contribuíram para os anfitriões ficarem com o título por equipes, após as disputas em 22 modalidades. Quase todas as Apcefs participaram da primeira edição dos Jogos da Fenae e mandaram representantes. A maior delegação foi a de Minas, com 83 atletas; as menores, de Mato Grosso do Sul e do Maranhão, enviaram dois atletas cada.

Dois anos depois, o circo esportivo da Federação transferiu-se para Natal e realizou, de 29 de outubro a 4 de novembro, a segunda edição dos Jogos da Fenae. Novamente, perto de mil empregados lotaram o Sesi da ensolarada capital potiguar para a cerimônia de abertura. Coube a Raimundo Correia da Silva, da associação anfitriã, conduzir o fogo simbólico e acender a pira, enquanto os rojões subiam ao céu, do lado de fora.

O complexo esportivo ganhou *status* de cidade durante os seis dias de competições. Em expressivo sinal de crescimento e popularidade, o evento passou a oferecer serviços como posto de correio, miniagência da Caixa, sala de imprensa – com três jornalistas e dois fotógrafos encarregados da divulgação diária –, posto médico, feira de artesanato, tendas de

lanche e restaurante. Foram servidas cerca de 900 refeições diárias, com muitas saladas e frutas da região. Os atletas ainda receberam tíquetes-refeição para experimentar as muitas opções gastronômicas da cidade.

Na edição seguinte, nos Jogos de 1991, em Vitória, a situação reverteu-se: a Caixa e seus empregados estavam sob ataque do governo Fernando Collor e sua sanha privatista, entre outras tentativas de impor a agenda liberal. Cerca de 2.500 bancários da instituição foram demitidos sumariamente logo após assumirem o cargo, em março de 1990, numa canetada do mandatário da empresa, Lafaiete Coutinho. Essa medida fazia parte do desmonte do Estado promovido pelo primeiro presidente do Brasil eleito democraticamente após a ditadura.

A Fena pagou caro por sua tenacidade com os Jogos. A Caixa até prometeu arcar com a passagem dos atletas, dos técnicos e dos acompanhantes, mas na hora H deu calote – e a Federação viu as dívidas avolumarem-se em progressão geométrica. Chegava uma era de crise, tempo de muito mais “não” do que “sim”.

Os problemas financeiros caíram no colo de Carlos Caser, o capixaba eleito presidente da Fena em 1993. A organização da quarta edição dos Jogos, em Curitiba, virou um sucessivo desatar de nós, que pipocavam por todos os lados. Até mesmo a liberação do ponto dos empregados-atletas, necessária para que pudessem comparecer às competições sem sacrificar as férias nem ter o dia de trabalho descontado, passou a ser um desgaste com a Caixa – além, claro, dos recursos para receber a pequena multidão esportiva na Apcef paranaense.

A solução encontrada foi realizar eliminatórias regionais dos esportes coletivos – só os campeões viajariam para as finais. A Fena dividiu o país

Finais da prova de corrida de 1.500 metros masculina nos 1^{os} Jogos da Fena, em Belo Horizonte (MG), em 1987.



Jogadoras de vôlei feminino saúdam-se durante eliminatória regional para os 2^{os} Jogos Economiários, em Belém (PA), em 1977.



para as disputas, considerando especialmente a proximidade geográfica dos adversários. No Nordeste, por exemplo, grupos reuniam estados vizinhos; Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul formaram o seu; São Paulo juntou-se aos estados da região Sul; e assim por diante. Ao todo, 2.500 pessoas participaram.

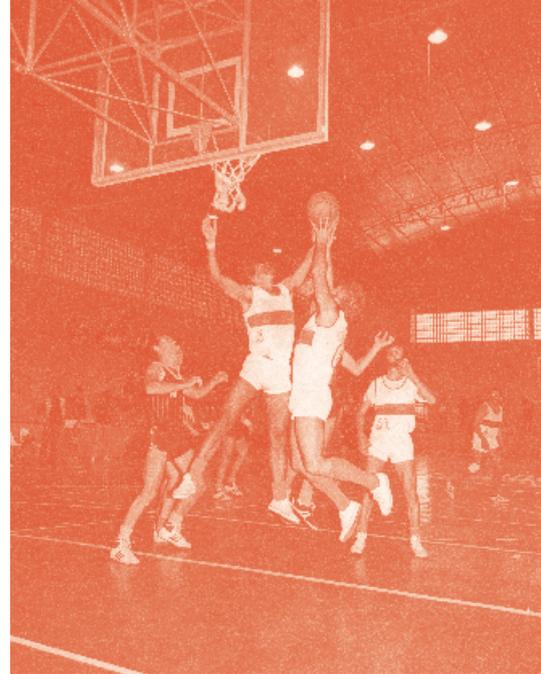
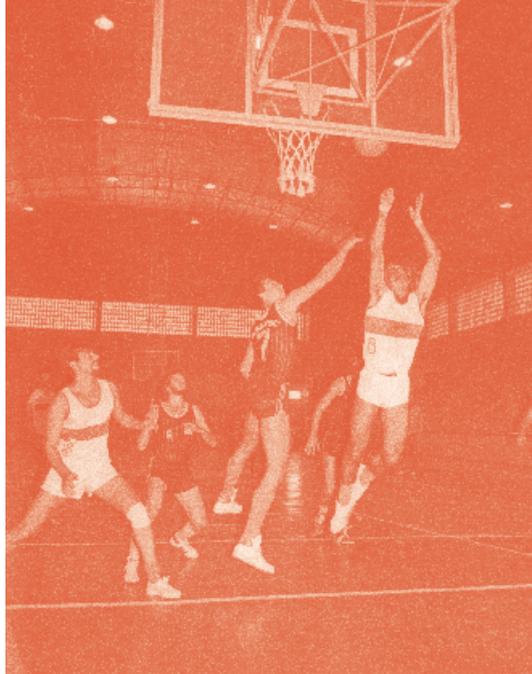
Ao fim das disputas, 798 atletas credenciaram-se para os Jogos, que ostentaram um orgulho novinho em folha: o ginásio da Apcef/PR, inaugurado dois meses antes. O engajamento manteve a intensidade tradicional – diante da dificuldade, as entidades regionais bancaram as passagens, e algumas delegações encararam longas viagens de ônibus. Maior grupo da edição, os 67 representantes de Minas Gerais, por exemplo, atravessaram 977 quilômetros de estrada, em uma odisséia de aproximadamente 15 horas até o endereço dos Jogos.

De 19 a 26 de novembro de 1994, a Fenaе materializou nova demonstração de força, com as competições de 13 modalidades. Os atletas entenderam o momento difícil e contribuíram para a realização do encontro esportivo. Cada um doou 20 tíquetes-alimentação, mostrando que o aperto não diminuiu a mobilização.

JOGOS E RESISTÊNCIA

Quando a pira dos Jogos apagou-se, a avaliação foi totalmente positiva; uma virada diante de cenário inicialmente inóspito. Mas quem imaginou calma encara tempestades ainda mais pesadas nos anos seguintes. O governo Fernando Henrique Cardoso e as gestões nos estados passaram nos cobres o patrimônio estatal, apostando em privatizações por todos os setores da economia, e vários bancos públicos entraram no rol das instituições cobiçadas.

Ao lado e na próxima página, sequência de imagens da prova eliminatória do basquetebol masculino entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina para os 1^{os} Jogos da Fena, em Florianópolis (SC), em 1987.



Naquele momento – e ao longo de toda a turbulenta década de 1990 –, a Fena transformou-se no foco de resistência pela salvação da Caixa. O prestígio da Federação foi cevado por sua determinação diante de todas as adversidades, quando ela garantiu a quinta edição dos Jogos, em Salvador, acabando com as eliminatórias regionais, para viabilizar a presença de mais participantes no evento. “Estávamos obrigados a dar uma resposta para o clima de tensão com as demissões e fechamentos de agência”, recorda Pedro Eugenio. “Precisávamos mostrar nossa força.”

Assim, 1.400 atletas, mais 550 técnicos, dirigentes e acompanhantes, viajaram à capital baiana entre os dias 17 e 27 de abril de 1998 com as associações regionais, bancando a hospedagem em 12 hotéis da cidade. A Caixa Seguros custeou as passagens – de ônibus, para quem estava a menos de 500 quilômetros de distância, e de avião, para os outros.

Não foi simples botar a empreitada de pé naqueles dias de constante enfrentamento político. A edição baiana dos Jogos acabou espalhada por instalações que ficavam a até 60 quilômetros de distância umas das outras, o que prejudicou a logística, como lembra o maranhense Carlos Borges, então diretor financeiro (e futuro presidente) da Fena. Ex-volante do Sampaio Corrêa, ele foi lateral no time da Apcef/MA no torneio de futebol da segunda edição dos Jogos, em Natal, em 1989. Na edição de Salvador, atuou na equipe que viabilizou a estrutura, vencendo os endêmicos congestionamentos da capital.

Os aborrecimentos da vida urbana esvaneceram-se com o desfile de abertura, que foi marcado pela passagem emocionante de um solitário representante da Apcef caçula, a de Tocantins. O único time do estado participando dos Jogos era o de futebol-soçaite, que àquela hora estava em campo, então o presidente da associação, Alceu Catapan, carregou a bandeira do estado sob empolgados aplausos da plateia.



As competições foram marcadas pela consolidação de uma rivalidade. Pela terceira vez consecutiva, gaúchos e baianos enfrentaram-se na final do futebol (a modalidade mais concorrida), com vitória épica dos donos da casa por 3 a 2. Em 1991, a taça fora para a Apcef/RS e, em 1994, ficara com a Apcef/BA. O desempate praticamente antecipou o início do Carnaval de 1999 na Bahia.

Os dias de encantamento tiveram sua apoteose na noite do sábado, 25 de abril, na festa de encerramento dos Jogos, em Salvador. Com a justa euforia da grande vitória e da superação dos muitos obstáculos à realização do evento, a alegria singular dos baianos conduziu a noite, no ritmo do axé.

Ainda bem. Porque a volta à vida real seria um desafio. Em um movimento ao mesmo tempo difícil e inevitável, a diretoria decidiu não realizar os Jogos de novo, até que a situação econômica melhorasse. Freio de arrumação inescapável, diante do pesadelo conjuntural em que o Brasil mergulhou nos anos seguintes: o maior desemprego de sua história até então; apagão de energia; e até a volta da inflação – não nos patamares insustentáveis dos anos 1970 e 1980, mas consideravelmente acima do aferido depois do Plano Real.

No universo particular da Caixa, não estava diferente. A sombra da privatização teimava em permanecer – e, apesar de ter escapado de ser vendido, o banco foi desidratado, ficou sem concursos, com *deficit* de empregados, e sofreu aumento exponencial de terceirizados. “A Fenaé não vai acabar” virou mantra entre os diretores e justificativa para realizar eventos como os Jogos de Salvador, que os preceitos de gestão indicavam cancelar.

Foi mesmo resistência pura.

Mas as tormentas, afinal, dissiparam-se no segundo semestre de 2002. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil,



Na página anterior, partida de tênis masculino durante os 3^{os} Jogos da Fenae, em Vitória (ES), em 1991. Um dos atletas representava a Apcef/RS.

a estrutura estatal, a Caixa e a Fenae entraram em uma nova época de valorização e investimentos. Mesmo assim, o caminho até a retomada dos Jogos da Fenae demorou seis anos para ser percorrido. Somente em 2004 foram reunidas as condições para a sexta edição do evento – de certa forma, uma volta ao começo, diante da sede escolhida: o mesmo Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte, da primeira vez, em 1975.

“Não foi preciso ir a Atenas para ver de perto o espírito olímpico”, assegurava o anúncio na segunda página da revista oficial do evento, lançada em setembro de 2004. A referência às Olimpíadas na capital da Grécia, naquele mesmo ano, tinha procedência. Mais de 1.500 empregados da Caixa, de todos os 27 estados, participaram de aproximadamente 400 disputas individuais, em duplas e coletivas, nas 21 modalidades do programa esportivo. Como observou José Carlos Alonso, o então presidente da Federação, a retomada significou vitória preciosa para os empregados, donos do esforço conjunto da realização.

Os números são consequência do fim das eliminatórias regionais; sem elas, teve início um círculo virtuoso, que permitiu maior número de atletas e acompanhantes nos Jogos, desembocando em mais integração entre os trabalhadores, objetivo central da história toda. Sob patrocínio da Caixa Seguros e da PAR Corretora de Seguros (futura Wiz), a sexta edição dos Jogos aconteceu entre 23 e 28 de agosto, mês que acabou consagrado como ideal para o encontro, exatamente por estar na reta final da mobilização para a campanha salarial, em setembro.

Forte nos esportes coletivos, a Apcef/MG, dona da casa, levou o título por equipes, com a Apcef/RS em segundo lugar e a Apcef/PR em terceiro. Quatro estados estrearam no pódio – Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins –, fechando a distribuição de medalhas entre todas as Apcefs do país. Mas a maior emoção ficou por conta do gaúcho Pedro Daniel Rocha dos Santos, por vários anos líder e capitão da equipe de futsal do Rio Grande do Sul, tetracampeão dos Jogos da Fenae. Por causa de um acidente de carro, ele acabou amputando uma perna, mas a determinação venceu o destino. Passou a jogar futebol para pessoas em sua condição (seu primeiro gol após a tragédia foi festejado até pelos adversários) e teve a honra de acender a pira na volta dos Jogos.

Provavelmente, esse foi o momento mais emocionante de toda a história da Fenae. A caminhada firme e determinada de Pedro, carregando o fogo-símbolo do esporte, encaixou-se como perfeita metáfora para a tribo que enfrenta qualquer adversidade, encontra-se na luta e não recua jamais. O atleta levantou as mãos e dividiu a tocha com todos os participantes, sendo saudado por longos aplausos e muitas lágrimas da plateia. Pedro, no entanto, não se conteve em participar apenas de seu esporte campeão, competindo ainda nos jogos de damas. Mais adiante, seriam criadas competições para portadores de deficiência, somando mais participantes na ciranda esportiva.

A ERA DO RENASCIMENTO

Para além das emoções, das vitórias, das disputas e até da integração, o renascimento dos Jogos significou a virada de um capítulo na longa história esportiva da Federação. Em Belo Horizonte, deu-se o primeiro passo da era do profissionalismo e da estrutura. O saber acumulado nos duros tempos artesanais e voluntaristas indicou o caminho até os eventos monumentais do século 21.

Como se não houvesse desafio suficiente, dois anos depois o Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenaes escolheu pela primeira vez uma sede fora das capitais. Blumenau, no nordeste de Santa Catarina, abrigou a sétima edição dos Jogos, reunião ainda maior do que a anterior. De 19 a 26 de agosto, aproximadamente 2.200 empregados da Caixa participaram de competições empolgantes, acompanhados por torcedores eufóricos, em reuniões inesquecíveis.

A caravana da Fenaes ocupou todos os leitos de hotel disponíveis na cidade. Em troca, a prefeitura realizou uma mini-Oktoberfest (ninguém se animou a chamar de “Augustfest”) para saudar os visitantes, que movimentaram a economia local. Outra característica consolidada na fase contemporânea dos Jogos foi que a Federação passou a contratar o maior número possível de profissionais e serviços da cidade-sede, estimulando a geração de emprego e renda.

Com quatro quadras cobertas, piscina aquecida e campos de boa qualidade, o Centro Esportivo Bernardo Werner, do Sesi Blumenau, abrigou quase todas as disputas (só o tênis foi jogado nas quadras de saibro de um clube próximo), além de ceder 200 funcionários para trabalhar no setor de alimentação, manutenção dos espaços esportivos e na arbitragem. Cerca de 30 pessoas foram contratadas para trabalhar no apoio. A Fenaes comprou 1.970 passagens aéreas para os atletas, que circularam pela cidade em 24 ônibus (cinco cedidos pela prefeitura).

No fim, a Apcef/DF sagrou-se campeã geral, referendando reflexão preciosa de seu presidente, Ismael Galeazzi. “A prática regular do esporte, os torneios locais e os jogos regionais e nacionais promovem a socialização e também a interação no trabalho, contribuindo para a melhoria do desempenho nas atividades diárias e para o crescimento profissional”, discursou ele, ao receber o troféu ouro e prata do primeiro colocado. O sucesso foi consequência de planejamento rigoroso, que mirava chegar entre os três primeiros colocados. Assim, a associação promoveu uma miniolimpíada cinco meses antes dos Jogos e manteve treinamentos regulares até a hora de viajar a Blumenau. Além disso, treinadores de todas as modalidades ganharam ajuda de custo para preparar os atletas. Sabe as Olimpíadas? Isso mesmo – preparação e entrega, os outros nomes da vitória.

Os elogios de Ismael justificaram-se no trabalho dos organizadores, que cumpriram com sobras o desafio de levar os Jogos ao interior catarinense. “A realização dos Jogos é um incentivo à participação, à integração e ao



Disputa de xadrez entre o Paraná e o Rio Grande do Sul durante as eliminatórias para os 2^{os} Jogos da Fena, em Florianópolis (SC), em 1989.

Na foto à direita, Paulo Roberto de Moura Ferro, vencedor do tênis de mesa nos 4^{os} Jogos da Fena, em Curitiba (PR), em 1994.



fortalecimento do espírito de amizade, contribui para o fortalecimento do movimento associativo e para promover a melhoria da qualidade de vida dos empregados da Caixa”, sublinhou Emerenciana Rego, então presidente do CDN da Fena. Para a Apcef/SC, foi um orgulho. “Tínhamos certeza de que, em função do espaço do Sesi, a integração entre os atletas seria marcante pelo fato de eles ficarem mais tempo juntos. E este terminou sendo o grande ganho dos Jogos da Fena 2006: a integração”, atestou o presidente da Apcef/SC (e anfitrião) Isair Dallazen.

Em 2008, a caravana esportiva da Federação tomou a capital do país. Realizada de 26 de julho a 2 de agosto, a oitava edição dos Jogos cristalizou o apelido “Olimpíadas dos empregados da Caixa”. As competições foram de alto nível, em 21 modalidades, a organização foi impecável e todo o tempo prevaleceu o clima de confraternização. O sentimento era de colher os frutos, após cultivar as sementes de uma estrutura sonhada e construída por gerações de trabalhadores. Celebração, também, à amizade e à parceria.

A abertura, no Centro Comunitário da Universidade de Brasília (UnB), representou o principal sentimento da empreitada patrocinada pela Fena Corretora, com apoio da Caixa, da Funcef e da Caixa Seguros. Silvana Bacchin, ouro no vôlei pela Apcef/DF, e Luciano Gomes Pinto, campeão de atletismo pela Apcef/MG, acenderam a pira sob aplausos. E como era finalzinho de julho, a noite terminou em animada festa julina no clube da Apcef anfitriã, com show das bandas Xamego Bom e Alínea 11.

Os donos da casa levaram o título geral, com desempenho impressionante no atletismo, de onde vieram dez das 15 medalhas de ouro. Uma feijoada no clube da Apcef/DF encerrou os Jogos de 2008. “Nesta edição, demonstramos muita força, e a satisfação entre os participantes foi além do que esperávamos”, exultou Marcos Saraiva, diretor de Esportes da Fena. “O retorno positivo muito nos orgulha.”



Naquele momento, o evento esportivo dos trabalhadores vivia outra similaridade com os Jogos Olímpicos: a disputa entre cidades para abrigar o evento. A direção da Fenae recebia pedidos de cidades grandes, médias e pequenas interessadas em receber os atletas e preocupava-se em promover um rodízio pelas regiões brasileiras. Assim, em 2010, na nona edição, os Jogos chegaram a Fortaleza, retornando ao Nordeste, que recebera a segunda edição em Natal.

Uma estrela do esporte brasileiro iluminou a abertura do evento: Vanderlei Cordeiro de Lima, medalha de prata nas Olimpíadas de Atenas (2004). Ele gostou tanto que pediu à organização para acompanhar o restante dos Jogos, no que foi atendido. Após a corrida rústica, deu uma disputada palestra aos atletas, ensinando segredos do esporte de alto rendimento.

Final de vôlei feminino de areia durante os 6^{os} Jogos da Fenae. A equipe do Paraná disputa com a equipe gaúcha, em Belo Horizonte (MG), em 2004.

BOLEIRAS ENTRAM EM CAMPO

Os Jogos de Fortaleza tiveram 25 modalidades de esportes, quatro a mais do que o encontro de Brasília. Exatos 2.283 atletas ralaram e suaram em busca das medalhas, diante de uma torcida de aproximadamente 500 acompanhantes. Um dos esportes estreados foi o futsal feminino, resultado da luta de bancárias do Brasil inteiro, que se empenharam no *lobby* pela inclusão.

Uma das mais ativas, a gaúcha Sabrina Muniz, ainda revive a alegria das partidas femininas da edição de Fortaleza, fruto de uma batalha que começara seis anos antes, nos torneios regionais. “A Caixa sempre cuidou da equidade de gênero, os Jogos precisam repetir isso”, argumentou ela, em uma reunião na Apcef/DF, ainda em 2008. Ela foi à capital federal para um curso, mas na primeira oportunidade apresentou o pleito feminino. A modalidade acabou entrando como exibição em Brasília, na oitava edição, valendo medalha dois anos depois.

Na Caixa desde 2002, Sabrina destaca-se como ala avançada e pivô. Sua luta por espaço na modalidade – que, na Fena, teve ajuda de boleiras como a colega Maria Alice Pigatto – vem de longe: ela começou a jogar com 12 anos, ainda na escola, e nunca mais parou. Nem depois de operar os dois joelhos. “Somos teimosas”, resume. Para jogar futebol no país do machismo, tem de ser.

Outro dos vencedores de 2010 sagrou-se tricampeão também no futsal: Tiago Ferreira dos Santos, goleiro da Apcef/RJ, capitão do time que venceu o da Apcef/BA por 7 a 2 na prorrogação. Profissional do esporte – atuou no Vasco e no Botafogo – que escolheu fazer carreira na Caixa, participou dos Jogos da Fena até quando estava de licença, vivendo em Portugal. Começou em 2004, ano de sua entrada no banco, conquistou os três títulos, de 2006 a 2010, e mais dois, no soçaito, em 2016 e 2018. “A gente conhece funcionários com outras histórias de vida, e isso é único”, elogiou Tiago. “Só um evento que reúne mais de 2 mil empregados pode proporcionar uma situação dessas”, constatou ele, referindo-se aos Jogos de Fortaleza – que, aliás, terminaram com o inédito título geral da Apcef/SP.

Pegando carona no vocabulário esportivo, o sarrafo subiu mais um pouco dois anos depois, na décima edição, em Vitória. Nela, foram comemorados os 25 anos dos Jogos da Fena, o que serviu de incentivo para uma festa ainda mais inesquecível. Foram sete locais diferentes de provas – Apcef/ES, Clube Álvares Cabral, ginásios Jaime Navarro e Jones dos Santos Neves, Estação Conhecimento da Vale, Complexo Esportivo Tancredo Neves e Arena Praia de Camburi –, que abrigaram 25 modalidades em sete dias de competição (de 18 a 25 de agosto). Ao todo, 1.736 homens e 600 mulheres disputaram as medalhas, beneficiando-se da estrutura construída ao longo de um ano, que ocupou 300 pessoas na equipe de trabalho.

Famílias inteiras de bancários empenharam-se nas competições, como o casal capixaba Luiz Alberto e Lúcia Minete do Rosário, a filha deles, Vanessa, e três irmãos da matriarca. Ex-jogador de futebol, Luiz Alberto competiu no jogo de canastra, e Lúcia integrou a equipe de vôlei pela oitava vez. “É muito gratificante estar com os parentes nessa experiência”, festejou ela, apesar de seu time ter ficado nas oitavas de final. “No fim, conta mesmo a confraternização.”

Nenhum deles supera, no entanto, a paixão de Vanessa, que acompanha o encontro esportivo desde criança e estreou no futsal nos Jogos de 2012, um ano depois de ingressar na empresa. “Sempre ouvi falar dos Jogos e acompanhava a preparação dos meus parentes em casa”, disse ela. “É muito gostoso participar com pai, mãe e tios. Vamos estar sempre juntos nos próximos.”

Em uma tradição criada na edição anterior, o aparato dos 10^{os} Jogos também teve aval de atletas olímpicos. Os irmãos Esquivá e Yamaguchi Falcão, boxeadores medalhistas de prata e bronze em Londres, 2012, participaram da cerimônia de abertura e testemunharam a eufórica integração dos empregados da Caixa. Eles também revelaram aos “colegas” alguns segredos sobre esforço e superação.

A final do futebol-soquete, entre as Apcefs do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, ganhou tratamento VIP, com a narração, pelos alto-falantes, de Silvio Luiz, ex-TV Bandeirantes. Vários bordões dele, como “Pelo amor dos meus filhinhos” e “Pelas barbas do profeta”, foram ouvidos durante o jogo, que terminou 2 a 1 para os craques do Planalto Central.

A Apcef/DF, aliás, recuperou o título geral, após ter ficado em segundo lugar em Fortaleza. Trocou de posição com a Apcef/SP, que antes havia

Abaixo e na página seguinte, imagens da cerimônia de abertura dos Jogos da Fenae 2018, no Estádio Pacaembu, em São Paulo. Em destaque, representantes das Apcefs de São Paulo, Maranhão, Rondônia e Paraíba.



ficado em primeiro, deixando a Apcef/PR no mesmo terceiro lugar de 2010. Os Jogos de Vitória encerraram-se em um animado churrasco com pagode, pontilhado por elogios à organização. “O nível de preparação foi alto, e conseguimos prover a estrutura necessária, sem pendências de logística”, avaliou Fabiana Matheus, diretora de Administração e Finanças da Fenae e integrante da comissão organizadora que, pela primeira vez, cuidou integralmente do evento. “Verificamos os problemas e acertos das edições anteriores, para oferecer o melhor em Vitória.”

A 11ª edição dos Jogos seria em 2014, ano em que, no Brasil, aconteceu a “Copa das Copas”, como pregava o rótulo ufanista do Mundial de futebol. Assim não tinha saída: a Fenae precisava fazer melhor – de novo. “A Federação entende os Jogos como importante ferramenta para cumprir a missão de defender os direitos e promover o bem-estar do pessoal da Caixa”, referendou o presidente da Fenae, Jair Pedro. “Eles são planejados e realizados a cada dois anos para os empregados do banco. É muito bom ver que a categoria acredita no evento.”

Goiânia abrigou, entre os dias 16 e 23 de agosto, 2.157 atletas e perto de 500 acompanhantes. O Sesi Antônio Ferreira Pacheco, principal local de provas, recebeu muitas crianças, reforçando o clima familiar das competições. A parceria dos patrocinadores – PAR Corretora de Seguros e Caixa Seguros – permitiu erguer o Espaço Exclusivo, um estande à beira do lago com oferta aos participantes de massagem, água, bebidas isotônicas e sofá para descanso, além da oportunidade de contratar produtos e serviços na área de seguros e previdência. Diante do sucesso, oferecer ambientes semelhantes – e até maiores – passou a ser protocolo nas edições seguintes.



Nos campos, quadras, piscinas e pistas, a Apcef/DF sagrou-se bicampeã geral. Um dos ganhadores iniciou em Goiânia um reinado que duraria pelas duas edições seguintes. Abner Cortinhas, do tênis de mesa, bateu o baiano Fernando Simões, primeiro colocado de 2012, levando o ouro. Nascido no Pará, Abner começou na Caixa em 2003, quando passou no concurso para técnico bancário, em Campinas. Dois anos depois, mudou-se para Brasília, onde foi trabalhar no setor de TI como analista pleno. Filiado à Federação Brasileira de Tênis de Mesa, ele disputa campeonatos nacionais pela Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Em 2016 e 2017, conquistou títulos nacionais na categoria sênior.

O tênis de mesa faz parte de sua vida desde a infância, quando jogava nas aulas de educação física. Um professor era entusiasta do esporte e funcionou como incentivador. Mais tarde, em Brasília, onde Abner cursou a faculdade, um amigo convidou-o para jogar no Clube Cultural e Recreativo Nipo-Brasileiro. Daí, não parou mais. Não confunda o tênis de mesa com o descompromissado pingue-pongue, que se joga como lazer. Abner mantém rigorosa rotina de treinos, atividades de fortalecimento muscular e alimentação balanceada, que conjuga com o trabalho. Vida de atleta. A determinação assegurou as vitórias nos Jogos de Goiânia.

Carina Queiroz,
da Apcef/BA,
a única mulher
participante
da prova
paralímpica de
25 metros nado
livre nos 12^{os}
Jogos da Fena,
em Blumenau
(SC), em 2016.



HISTÓRIAS DE SUPERAÇÃO

Em 2016, a cidade de Blumenau, sede dos Jogos uma década antes, recebeu de volta a caravana esportiva dos trabalhadores da Caixa, entre os dias 20 e 27 de agosto. Foi a 12ª edição dos Jogos e talvez a mais importante da história, por ter carregado a marca da inclusão. Pela primeira vez, houve uma prova paralímpica, os 25 metros nado livre. Estrelas do evento, os nove competidores ganharam a torcida de todos, e a plateia apagou a rivalidade regional em nome de celebrar os novos atletas.

Coube à única mulher participante da competição, Carina Queiroz, da Apcef/BA, acender a pira na cerimônia de abertura, que novamente aconteceu no Centro Esportivo Bernardo Werner do Sesi da cidade catarinense. Um show pirotécnico, com impressionantes efeitos especiais, foi acompanhado ao vivo pela internet, no site dos Jogos. “Parabenizo os idealizadores pela inclusão dos empregados com deficiência”, festejou Carina, em seu discurso. “Afinal de contas, somos empregados de uma mesma empresa, e se sentir parte do todo é essencial, a verdadeira inclusão.”

Adeílson Costa Gois foi outro pioneiro paralímpico. Nascido no Piauí, mudou-se ainda criança para Aracaju (SE), onde passou no concurso da Caixa em 2001. Trabalhou em duas cidades do interior, Propriá e Estância, até voltar à capital, em 2007. “Às vezes, você tem muitas ferramentas e não sabe o que fazer da vida”, ponderou ele, portador de poliomielite na perna direita desde os seis meses de vida. “Com menos possibilidades, com pouco, dá para fazer muito”, arrematou, entre sorrisos.

Na adolescência e juventude, Adeílson chegou a jogar futebol, toureando as limitações com muita disposição. Sequer era sócio da Apcef/SE quando soube, no trabalho, da competição paralímpica. Associou-se e, em seguida, procurou os organizadores da equipe do estado para se integrar ao time de natação paralímpica. Começou nas piscinas em 2008, com o objetivo de fortalecer a musculatura da coluna e fugir da dependência de aparelhos, próteses e órteses. “Não fosse o esporte, minha coluna não teria aguentado, e hoje estaria usando algum tipo de suporte”, garantiu ele.

Adeílson coloca sua participação pioneira nos Jogos entre os grandes momentos de sua vida. “Estar na competição, conhecer o país com seus colegas de trabalho, seus amigos, e começar a ouvir as pessoas dizerem ‘você é uma referência pra mim’... É incrível”, admirou-se. “Passei a ver os colegas também como ídolos, né? Eles realmente são fora de série nos Jogos, em várias modalidades.”

Na estreia, após duas provas, o paratleta da Apcef/SE conquistou a medalha de bronze (levaria a prata em 2018), o que foi um ganho de autoestima precioso. “A gente está acostumado a ver ídolos na televisão, e a Fenaé nos proporciona experiência semelhante. Você participa da competição, aparece no canal no YouTube, dá entrevista, interage com os colegas. É ótimo!”, avaliou. “Foi muito encorajador. Os Jogos da Fenaé são importantíssimos para a qualidade de vida dos empregados da Caixa. Fundamentais.”

Adeílson não se esquece da plateia que lotou o Sesi de Blumenau, das arquibancadas aos camarotes, para acompanhar a prova paralímpica. “Em geral, as competições acontecem simultaneamente. A nossa foi a única que todo mundo parou e assistiu”, orgulhou-se, recordando o nervosismo – que não existe mais. “Deu tremedeira, era o começo de tudo. Aí, o tempo passa, vem o ano seguinte... E você vira artista, né? Dá até entrevista”, brincou ele, sorrindo.

Além de Carina e Adeílson, os pioneiros paralímpicos dos Jogos da Fenaef foram Sigfrido Junior (Apcef/SC), Wanderley de Paulo Sobrinho (Apcef/GO), Thiago Luiz Neves Campos (Apcef/PA), Pedro Daniel Rocha dos Santos (Apcef/RS), Irapuan de Souza Coelho (Apcef/RJ), José Vieira da Cunha Filho (Apcef/AM) e Francisco Teodoro Assis Carvalho (Apcef/SP). Todos medalha de ouro na prova mais importante: a da superação. “É um grande incentivo aos colegas que têm algum tipo de deficiência. É uma forma de mostrar a todos que é possível, sim, vencer as limitações”, saudou Sigfrido. “Sem fé, não teria conseguido chegar até aqui”, atestou Thiago (medalhista nos Jogos Parapan-Americanos de Toronto, em 2015). “A vida não para porque você tem uma deficiência”, ensinou Irapuan.

Atividade física e competições saudáveis ajudam a curar outros males. Em 2014, James Fialho Lima, da Apcef/MA, descobriu um câncer de próstata em um exame periódico. Ele encarou a doença e venceu a batalha, ultrapassando diversos receios. Ficou o desafio de melhorar a rotina – a hora do esporte, primeiro com caminhadas, depois apertando o passo. “As corridas me deram mais vontade de vencer. Estou recuperado e, também por isso, incentivo os colegas a adotarem novos hábitos em suas vidas. Adotem o esporte. Ganhei em qualidade de vida e em vontade de cuidar de mim mesmo”, explicou James, que nos 12^{os} Jogos disputou os 1.500 metros rasos e o revezamento no atletismo.

Com Rúbia Menezes, da Apcef/MT, foi um câncer de mama, quatro meses antes do casamento. Trapaça do destino, vencida à base de (muita) coragem. Nem a quimioterapia alterou seus planos, e ela foi para o altar usando uma charmosa boina. “Fiz o câncer se adaptar à minha vida, e não o contrário. E o esporte foi tudo para mim, depois de ter passado por tanta coisa ruim”, agradeceu ela, que engordou 15 quilos após quase três anos de tratamento. “Quando fui para os Jogos da Fenaef, nem acreditei que estava ali, depois de ter superado tanta coisa. Para mim, nem precisava ganhar, competir já era suficiente.”

Ingressar na tribo do esporte ajuda a resolver vários tipos de problema. O aposentado José Miranda Neto (Apcef/ES) participou desde os primeiros Jogos, sempre na corrida rústica. A adoção do hábito saudável foi uma das principais atitudes que tomou para vencer um episódio de depressão. “Além de ter melhorado minhas taxas nos exames de sangue, a corrida me ajudou a reduzir o número de remédios que tomava por causa da doença”, relatou ele. “Correr me garante mais saúde e me faz superar as dificuldades da vida, não tenho dúvida.”

A hospedagem dos visitantes somou quase 23 mil diárias em 18 hotéis – 11 em Blumenau, sete em Balneário Camboriú. Foram consumidas 12 mil refeições (ou oito toneladas de alimentos), e 300 pessoas trabalharam na equipe de apoio. Todos receberam 13.200 brindes e participaram 6.800 vezes das ações oferecidas pela organização. O nível de aprovação bateu consagrados 92,6%.

Nas competições, o empenho dos 2.299 atletas em 25 modalidades terminou com a Apcef/DF sustentando seu reinado, no terceiro título geral consecutivo, conquistado graças a 13 medalhas de ouro, oito de prata e nove de bronze. A solidez nos resultados atraiu a torcida, que lotou as arquibancadas, em uma festa permanente. A batucada na plateia do atletismo foi o ponto alto e deu combustível extra aos atletas. A Apcef/SP e a Apcef/RS completaram o pódio dos Jogos de Blumenau.

A mineira Fernanda Daldegan destacou-se na natação, com medalhas em todas as seis provas (duas de ouro, duas de prata e duas de bronze) que disputou. Ela foi decisiva para o domínio da Apcef/MG, que ficou com o título absoluto e máster nas disputas femininas aquáticas.

Assim como na edição de 2006, a cidade envolveu-se no evento e afe-riu significativo impulso na atividade econômica. Os 12^{os} Jogos da Fenae terminaram em uma grande confraternização no Espaço Eisenbahn Biergarten, na Vila Germânica, com a alegria agregadora de atletas, acompanhantes e organizadores.

Atletas do futsal feminino, pela primeira vez nos Jogos da Fenae 2010, comemoram o campeonato. As representantes da Apcef/MG ficaram em segundo lugar.





A FESTA NA MAIOR CIDADE BRASILEIRA

Nenhum símbolo resume melhor a força dos Jogos seguintes, a 13ª edição, do que o estádio do Pacaembu. Principal endereço esportivo da América do Sul até a construção do Maracanã, abrigou o desfecho do encontro esportivo da Fena, em uma contundente demonstração de vigor. Realizado em julho de 2018, o evento ganhou a maior cidade brasileira, para provar a eficiência e a capacidade realizadora da Federação.

O conceito de integração que mora no bojo dos Jogos – explicação do permanente esforço por seu desenvolvimento – faz a entidade superar-se seguidamente no investimento por estrutura, para realizar competições de alto nível a cada edição. Brasil afora, mais empregados embarcam na causa esportiva, querendo participar das provas. Como atletas profissionais, adotam a bandeira das Apcefs, suam a camisa na preparação e vão à luta pelas medalhas. Todos viajam alegremente para uma reunião de colegas, mas empenham-se até o limite e além, no sonho de levar medalhas para casa. Daí, então, o esforço muitas vezes comovente, fruto do amor pelo que poderia ser somente trabalho. É muito mais.

Lá no movimento olímpico, como cá, a estrutura precisa acompanhar o engajamento dos atletas e o interesse do público. “Além da preocupação com o rodízio pelas várias regiões, temos de facilitar a mobilidade dos participantes entre alojamentos e locais de competições”, ensina Carlos Alberto Oliveira Lima, o Caco, diretor de Esportes da Fena à época do evento. “A oferta de hotéis e de lugares para as disputas foi decisiva na escolha”, atesta ele, baiano radicado no Rio de Janeiro, justificando a escolha por São Paulo.

Acima, disputa de futsal masculino entre as Apcefs de Sergipe (de uniforme branco) e do Paraná (de uniforme azul).

Ao lado, competição de natação durante os 6^{os} Jogos da Fena, em Belo Horizonte (MG), em 2004.

Mesmo no trânsito apocalíptico da maior cidade brasileira, apenas 20 minutos separavam as principais habitações do local da maioria dos jogos e provas. Outra vez em semelhança ao comitê organizador das Olimpíadas, a Fenae driblou as mazelas da metrópole ao concentrar seu evento no Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo, o Cepeusp. Construído para os Jogos Pan-Americanos de 1975 (que acabaram não sendo na cidade), o centro oferece, em seus 514.244 metros quadrados, uma infraestrutura com equipamentos para a prática de diversas atividades.

O Pacaembu, aliás, entrou na história não por causa do futebol, mas pela natação. As piscinas do Cepeusp não eram aquecidas, tornando a prática dos atletas muito penosa durante o inverno paulistano. Os organizadores encontraram água na temperatura adequada no parque esportivo do estádio municipal.

Mesmo a eficiência da capital paulista precisou, entretanto, de atualizações. Quando as instalações foram verificadas, constatou-se que os campos de futebol do Cepeusp precisavam de reforma. A Fenae encarregou-se das melhorias e deu de presente para a maior universidade do país um gramado impecável, além de fazer pequenas obras em outras instalações. Legado, de novo, como prega a melhor prática olímpica.

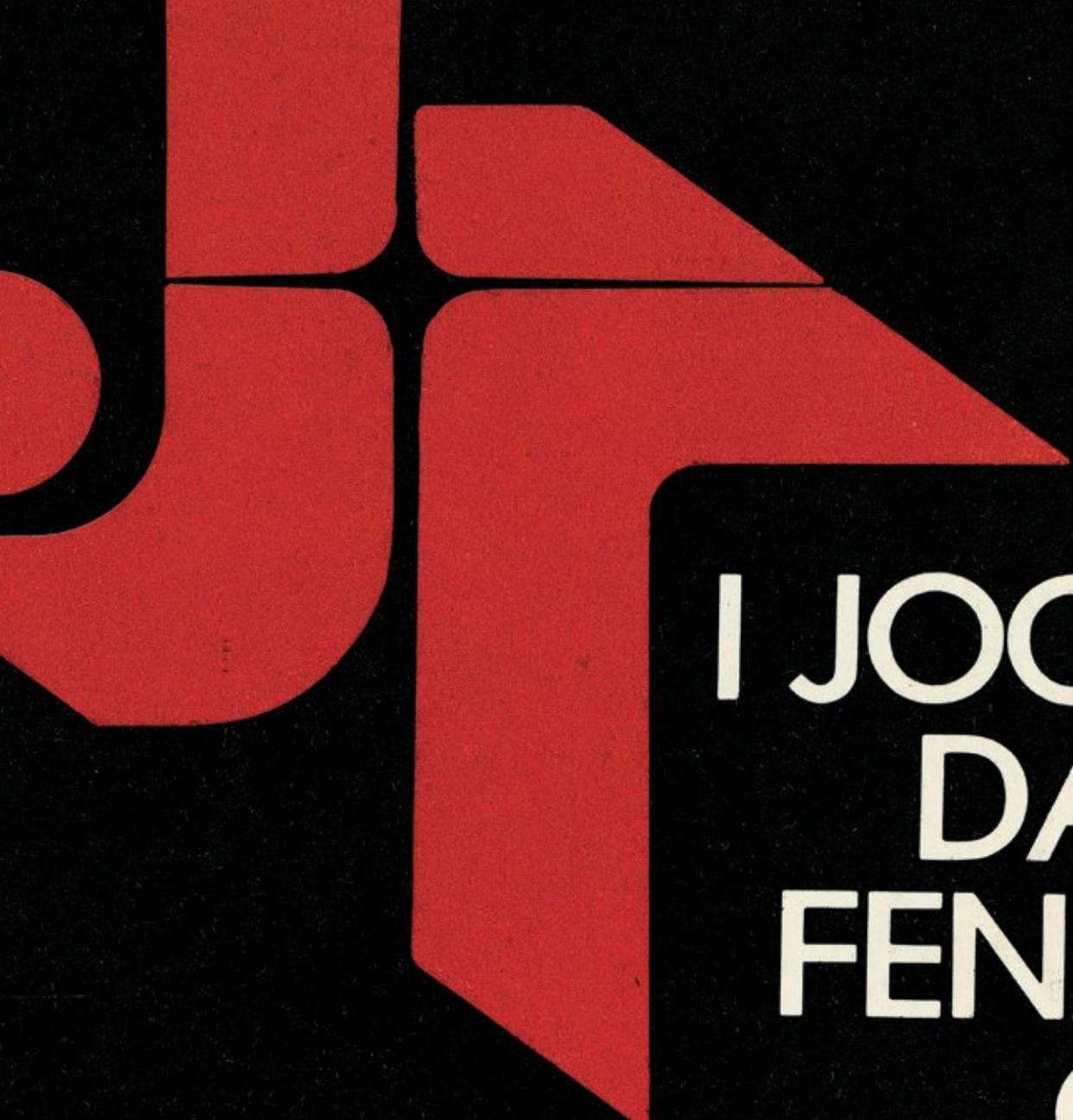
Os Jogos começaram no ginásio do Complexo Esportivo do Pacaembu, endereço da cerimônia de abertura, com o desfile das delegações das 27 Apcefs, identificadas por placas e bandeiras dos respectivos estados. Dado o pontapé inicial, os participantes encontraram uma surpresa que foi aprovada instantaneamente: o Espaço Viva Fenae/Apcef, concebido para promover a interação entre atletas e acompanhantes, transformou-se em ponto de encontro durante o evento, além de pouso para relaxamento entre as competições.

“A Fenae investe no bem-estar dos associados das Apcefs. Entendo esse espaço como uma forma de valorização dos seus sócios. A Fenae está sempre inovando”, saudou Juliana Celina Lorenzetti, atleta do Paraná. “Nossa preocupação é buscar atender os participantes da melhor maneira possível”, enfatizou o diretor de Administração e Finanças da Fenae, Clotário Cardoso, coordenador-geral do evento. “Por isso, além de oferecer instalações de qualidade, buscamos montar uma estrutura de integração dos atletas, para que eles interagissem com os projetos da Fenae e das Apcefs.”

Mantendo conexão com as agendas urgentes da vida real, o evento incentivou a solidariedade, com o apoio aos projetos sociais do Movimento Solidário.¹ Desde o início das disputas, a Estação Transforma do Espaço Viva Fenae/Apcef arrecadou R\$ 28.430,00 em pontos pela via do Mundo Caixa e R\$ 32.477,62 em venda de produtos confeccionados com lonas dos eventos da Fenae – como as ecobags de material sustentável feitas por artesãs de Brasília vítimas de violência doméstica, que foram um sucesso instantâneo.

Apenas dois dias foram suficientes para se acumular quantia equivalente à média de um mês de arrecadação – dinheiro destinado à construção de dois tanques de peixes, casa de farinha e da segunda etapa do

1 Movimento Solidário: programa de responsabilidade social da Federação, realizado em parceria com a PAR Corretora de Seguros e a Integra Participações, e com a colaboração de empregados da Caixa de todo o país. O principal objetivo é trabalhar pela diminuição da desigualdade social e pela melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da erradicação da pobreza extrema, da elevação dos níveis de ensino e de saúde e da promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres.



I JOGOS
DA
FENAE
87



projeto de abelha sem ferrão, dentro do combate à desnutrição em Belágua, cidade pobre no interior do Maranhão. As contribuições também ajudaram na reforma da quadra poliesportiva do Lar das Crianças Nossa Senhora das Graças, em Petrópolis (RJ).

Ao final, os empregados da Caixa do Distrito Federal garantiram o tetracampeonato – e mais quatro títulos, somando oito em toda a história dos Jogos –, consolidando seu domínio nas competições esportivas da entidade nacional. Ao somar 649 pontos, abriram significativa vantagem sobre os donos da casa, que ficaram em segundo lugar, com 468 pontos (a Apcef/BA terminou em terceiro, com 466). Os atletas do Planalto Central subiram ao pódio 25 vezes, para pôr no pescoço dez medalhas de ouro, oito de prata e sete de bronze.

Modalidade principal, o futebol-soçaite livre precisou dos pênaltis para conhecer seu campeão. O lendário gramado do Pacaembu recebeu, na manhã do sábado 21 de julho, as equipes do Rio de Janeiro e de Alagoas. Os cariocas terminaram com o ouro, ao vencerem o surpreendente time alagoano (responsável pela eliminação do time da casa, na semifinal) no desempate por 3 a 1, após o 1 a 1 com a bola rolando. Os representantes da terra de Romário garantiram, assim, o bicampeonato.

No basquete, São Paulo ficou com a medalha de ouro, ao derrotar o Distrito Federal por 55 a 52. O bronze foi para o Rio Grande do Sul, que superou Goiás por 59 a 33. “Estávamos atrás desse título há muito tempo. Ficamos um pouco nervosos no início do jogo, mas o time foi se soltando, e a torcida deu aquele apoio”, analisou o ala/armador Marcelo Barbosa Fernandes. “A gente se sentiu mais à vontade em quadra, começou a marcar, e veio a vitória.”

A Apcef/MG levou o ouro no voleibol masculino, após uma final eletrizante contra o Distrito Federal, decidida no *tie-break* após cinco *sets*. No feminino, Minas Gerais levou a melhor sobre as atuais campeãs do Rio Grande do Sul, vencendo a decisão por 3 *sets* a 1. “Foi realmente *hashtag* ‘supere seus limites’. O pior foi o desgaste, mas acabou sendo gratificante”, comemorou Giovanna Oliveira Gonçalves, ponteira da Apcef/MG.

Uma competidora do Acre destacou-se nas competições de atletismo, ao levar duas medalhas de ouro. Adriana Silva do Nascimento Brandão, da Apcef/AC, venceu brilhantemente os 100 e os 200 metros rasos em sua terceira participação nos Jogos. Ela agradeceu à Fenaes pelo evento. “A edição deste ano propiciou momentos de integração e de superação de limites”, constatou.

Outro atleta que correu pela terceira vez, Gustavo Luiz Froes Leal, da Apcef/MG, passou quatro meses se preparando. Valeu a pena – ele conquistou a medalha de ouro nos 10 quilômetros, categoria de 31 a 40 anos de idade. Volta por cima, depois da ausência em 2016, por uma lesão. “A medalha é a coroação do trabalho da Apcef de Minas Gerais, em conjunto com o treinador Maron, para que tivéssemos um bom desempenho”, destacou. “Os Jogos me motivam a continuar correndo, participando de outras disputas e procurando melhorar cada vez mais.”

Na página anterior, arte do programa dos 1^{os} Jogos da Fenaes, em 1987, realizado entre 28 de outubro e 1^o de novembro, em Belo Horizonte (MG).

A aplicação de atletas como Gustavo, com a crescente valorização das competições, produz benefícios para a própria Caixa. A preparação física para as disputas nas Apcefs e na Fena, em esportes como atletismo e natação, melhora a saúde dos empregados, que, assim, demandam menos dos serviços de atendimento médico oferecidos pelo banco.

OURO EM SINUCA

Nos Jogos da Fena, o maior colecionador de medalhas reina entre as bolas coloridas que correm suavemente no pano verde em direção às caçapas. Nivaldo Coqueiro, da Apcef/GO, conquistou em São Paulo o primeiro lugar pela nona vez consecutiva.

E nem adianta procurar o jogador de sinuca clichê, boêmio, que atravessa a vida – e as noites – de bar em bar, entre mesas enfumaçadas, o copo sempre ao alcance da mão. Para Nivaldo, sinuca é esporte de dedicação e treino, estratégia e ritual, concentração e respeito. “Não bebo enquanto jogo”, avisa, ao iniciar o inventário de suas conquistas. “Sempre tive aptidão e, quando podia, dava um jeito de jogar”, recorda ele.

Ao longo dos 28 anos em que trabalhou na Caixa (em Piracanjuba, Rialma e Goiânia, todos em Goiás), sempre conjugou trabalho e esporte. Aposentou-se

A sinuca é uma das modalidades adotadas, atraindo desde jovens empregados até veteranos. Abaixo, foto da competição nos Jogos da Fena 2018, em São Paulo (SP), no período de 14 a 21 de julho.



Ao lado, a pira, emblema olímpico, e uma chuva de papel picado na cerimônia de abertura dos Jogos da Fenae 2018, no Estádio Pacaembu, em São Paulo (SP), em julho de 2018.



em 2017, mas continuou representando a Apcef goiana também nas competições regionais e na Federação Nacional de Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef) – sem que a pressão pelas vitórias diminuísse. Quando se juntou à delegação que viajaria aos Jogos em São Paulo, ouviu a frase de sempre: “Uma medalha de ouro já está garantida.” “O pessoal não alivia”, resigna-se ele.

Mas, tudo certo – o Michael Phelps goiano ganhou de novo, batendo Marcelo Coelho, da Apcef/PR, por 5 a 2. Com o acúmulo de vitórias, Coqueiro acostumou-se a enfrentar também a torcida, que escolhe sempre o adversário. A turma não sabe de nada: “Dá mais incentivo ainda”, atesta ele, que chama atenção também pela altura: 1,97 metro. (Coqueiro não é apelido, mas sobrenome de batismo.) E fica maior ainda no alto do pódio, seu lugar pela nona vez, em 2018.

Atletas como o craque da sinuca, bem como muitos acompanhantes, passaram ao largo de um incidente que ficou em segredo nos 13^{os} Jogos. Na noite da quinta-feira, a cobertura de lona do restaurante construído para o evento pegou fogo, inutilizando o espaço. Não houve vítimas. Sem que ninguém percebesse, porém, os organizadores isolaram a área e transferiram as últimas refeições para o Espaço Viva/Fenae. Medalha de ouro em agilidade, para não atrapalhar o encontro.

“Vamos continuar defendendo o bem-estar e os direitos dos empregados da Caixa, e principalmente a Caixa 100% pública”, garantiu Jair Pedro no discurso de encerramento, em que agradeceu às duas patrocinadoras, Caixa Seguradora e Wiz Soluções. “A capacidade de realização é nosso grande orgulho. E se reverte em mobilização, ao tratar das demandas, da história, das lutas, da coletivização”, festejou Caco. “Contribui para a elevação da consciência”, finalizou ele.

A prova maior de que as vitórias e conquistas dos trabalhadores da Caixa vão se multiplicar na direção do futuro.



5

**DO VERBO
À MÚSICA:**

**A CULTURA NA
MEDIDA CERTA**



A política cultural da Fenae segue a trilha deixada pelas lutas dos empregados do banco: é uma obra sonora, visual e estética, em movimentos contínuos, que ecoa fatos da história social, política e econômica do Brasil. Foi sob o som reivindicatório dos anos 1980 que a cultura na Federação despertou. Resistiu às crises dos anos 1990 e reinventou-se nos anos 2000, profissionalizando-se para os desafios que viriam no século 21.

O ano era 1986, e os acordos culturais soavam potentes na capital do Espírito Santo. Vitória resumia em música todas as letras da identidade da Fenae. O 1º Festival Nacional de Música dos Empregados da Caixa (Fenec) surgia naquele ano para unir o espaço destinado à cultura de todas as Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Acpefs) da Fenae. O 1º Fenec foi um dueto harmônico entre a Apcef/ES (na época denominada Apce/ES) e a Federação.

A ideia de um festival de canções e vozes de empregados da Caixa surgiu da mente do jovem José Carlos Gonçalves Rodrigues. Organizado pela diretoria de Cultura da Apcef/ES, sob o comando da batuta de Eurico Scaramussa, o evento foi patrocinado pela Fenae, pela Corretora de Seguros, pela Caixa e pela Sasse Seguradora. O espírito empreendedor do grupo tinha notas comparáveis às das bandas de garagem que fizeram o Brock nacional e ganharam o país no Rock in Rio, em janeiro de 1985.

A certeza e a visão clara de um futuro de conquistas da juventude, que passava a atuar na cena gerencial da Fenae, levaram os diretores da associação do Espírito Santo a propor o festival e Sérgio Nunes, presidente da Fenae entre 1986 e 1993, a aceitar e apoiar o 1º Fenec. Não só: Serginho, apelido de Nunes, integrou o corpo de júri.

O tempo e a estrutura de 1986 permitiram a realização de um evento econômico, tanto nos custos quanto nas regras. A Apcef/ES e a Fenae fizeram o convite para as associações enviarem até dois representantes ao encontro musical. As emoções foram no sentido inverso ao dos recursos.

O 1º Fenec aconteceu nos dias 21 e 22 de novembro de 1986 (um ano após a greve histórica de 30 de outubro de 1985), sob o mesmo formato do Festival dos Festivais, promovido pela Rede Globo, que consagrou a canção “Escrito nas estrelas”, de Arnaldo Black e Carlos Rennó, interpretada por Tetê Espíndola. Os concorrentes do Fenec de 1986 subiram ao palco do Teatro Carlinhos de Oliveira, no Centro Cultural Carmélia M. de Souza, uma semana após as eleições diretas que levariam ao poder 22 governadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nos 23 cargos possíveis. Um resultado marcado, sem dúvida, pela euforia advinda do Plano Cruzado do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e do presidente José Sarney.

Em Vitória, os votos do júri consagraram “Galope procissão”, do representante da Paraíba, Raul Antônio de Oliveira, de 28 anos. Na letra, o autor falava em “união”, “fé” e “poder”, em uma clara alusão aos desejos da população brasileira naquele momento de abertura política: todos queriam acreditar que dias melhores viriam. No dia da premiação, o

Nas páginas anteriores, encerramento do projeto *Eu Faço Cultura* (EFC) com show do cantor Roberto Frejat, em 2008, em Belo Horizonte (MG) e atores da peça *Bumba, meu queixada*, no 2º Fenarte, em 1988.



Ao lado, registro em disco das canções campeãs do 1º Festival Nacional de Música dos Empregados da Caixa. Na foto, integrantes do grupo Gente de Casa, no Stúdio Eldorado, em São Paulo, em 1986.

campeão foi sutil e elegante na crítica àquele momento histórico. Disse que sua composição fora inspirada no instante político nacional. Em 2019, o autor reafirmou o sentimento que o guiou na composição: “A letra trata de um protesto contra as injustiças sociais”, lembrou.

Ao contrário da política partidária monopolizada pelo PMDB, as escolhas do júri do 1º Fenec apostaram na diversidade. O mineiro Ailton de Castro, de Sete Lagoas, e seu violão entoaram “Alegria” e conquistaram o segundo lugar. Os versos bem-humorados da letra indagavam pelo sentimento-título:

Será que já se mandou desse país
Será que a alegria está feliz
Ah! me diga por favor
Será que a alegria foi pro exterior?

Os campeões receberam, além do troféu e do prêmio, a gravação de um LP, com suas músicas e com as outras dez canções selecionadas no evento, produzida no Stúdio Eldorado, em São Paulo. A Fena e entregou 8 mil cópias às associações para venda ao público interno. Na festa da entrega dos prêmios, em 22 de novembro, o presidente da Apcef/ES, Carlos Caser, deve ter olhado para o céu e lido o destino que as estrelas tinham reservado para o festival. Caser, na época, declarou ao jornal *Fena e Notícias* que o 1º Fenec era um marco cultural e previu que o festival seria o ponto de partida para muitos outros. Acertou.

Estrelas da Caixa, diretores da Fena e da Apcef/ES escreveram, nesse momento, o capítulo inaugural da era dos festivais e definiram um marco:

o 1º Fenec foi a primeira ação cultural envolvendo uma associação e a Fena, dando início a uma série de eventos que construiu a história da Federação. O encontro musical de Vitória dividiu a cultura na Fena entre dois períodos muito claros: antes do Fenec e depois do Fenec. Após o encontro do Espírito Santo, surgiram o festival de teatro Fenarte, concursos de literatura, de artes plásticas, de fotografia, de vídeo, encontro de corais, shows, circo e ações sociais com impacto fortíssimo entre os associados da Fena.

Em um momento anterior ao grande evento do 1º Fenec, a cultura era realizada exclusivamente dentro e por meio das associações. A arte, para o empregado da Caixa, seguia firme na programação das entidades locais em eventos com repercussão estadual ou regional. Artistas ilustres e a elite da Caixa ocupavam os principais espaços de visibilidade nacional, tendo inclusive impacto no informativo oficial *Fena Notícias*.

O olhar do presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (Apacéf/RJ), Olívio Gomes, é fundamental para a compreensão de um novo sentido de cultura nos ambientes das associações a partir das propostas da Fena. Olívio entrou na Caixa do Rio de Janeiro em 1962 – antes da unificação das Caixas Econômicas Federais, em 1969 – e acompanhou de perto a era pré-Fenec. Viu a cultura ganhar corpo nas associações, a partir do fim da década de 1970, como ferramenta para “congregar e ampliar o raio de ação” das entidades estaduais e regionais. Recordar-se até mesmo de um festival estadual da canção em 1978, no Rio de Janeiro, que encorajou 180 empregados a compor músicas e a inscrever suas obras no concurso inspiradas pelos novos ares da política.

Na vida social brasileira, respirava-se uma atmosfera menos pesada. O ano 1978 seria marcado pela suspensão do AI-5, o ato institucional que inaugurou a fase mais obscura da ditadura militar, e pela despedida do general Ernesto Geisel do poder. O caldo ralo de democracia com tempero de esperança impulsionou a cultura nas entidades regionais. O decano da Caixa viu surgir eventos que mobilizaram companheiros de luta espalhados pelas associações do país, que promoviam jogos, encontros, saraus, exposições e concursos, alguns ultrapassando fronteiras.

No estado de Minas Gerais, berço de Adélia Prado e Carlos Drummond de Andrade, a Associação dos Economiários Federais (AEF/MG) fez um movimento para além de suas montanhas: quis conhecer o talento poético dos empregados da Caixa. A ideia era levantar a produção de poesia realizada de norte a sul do país. Projeto levado adiante em 1979, quando a AEF/MG promoveu o 1º Concurso Nacional de Poesia dos Economiários, com prêmio em dinheiro para os três primeiros colocados. O evento ganhou destaque nas páginas do *Fena Notícias*, que reportava alguns eventos culturais. O interesse do periódico, entretanto, recaía menos sobre os acontecimentos e mais sobre os talentosos empregados.

O nome de C. J. de Assis Ribeiro foi pauta constante na cultura e na articulação por conquistas para os empregados da Caixa. Em plena ditadura militar, C. J., que era pintor, escritor e professor de direito, transitava com desenvoltura

pelas artes e pelo cotidiano administrativo institucional. A contribuição para as causas dos empregados inspirava-o. O advogado redigiu a justificativa e o artigo 79 da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, sobre a contagem recíproca de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, emenda que garantia aos segurados do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (Sasse) os mesmos direitos concedidos aos de outros institutos. Ele colaborou também na redação do memorial, no qual se pleiteava a aposentadoria da mulher aos 30 anos de serviço. O documento foi encaminhado ao presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici, e contribuiu para a vitória da postulação. Além disso, C. J. fez história, ao redigir o estatuto e o regimento interno da Fenae.

O talento do advogado nas funções administrativas equilibrava-se nas artes dentro e fora da Caixa. Foi presidente do Sasse na década de 1970 e autor de livros de ciência do direito; expôs suas pinturas em galerias, na sede da Caixa Guanabara e no Salão de Exposições do Palácio da Cultura, na mesma capital, onde conquistou o Prêmio Aquisição de 1975, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Um artista de casa, que fazia milagres, foi sujeito e objeto nas artes. No dia 23 de dezembro de 1972, no cafezinho do jantar de confraternização – que contava com a presença de Arthur Ferreira de Souza Filho, primeiro presidente da Fenae, que ocupou o cargo por mais de um decênio (1971-1982) –, o artista plástico ganhou um presente antecipado de Natal. O cartunista Alvarus, pseudônimo de Álvaro Cotrim, eternizou o pintor em uma charge desenhada sobre a mesa do almoço de fim de ano.

Antes de a cultura na Fenae ser sinônimo de coletividade, era o indivíduo que brilhava nas páginas dos periódicos da instituição. Alvarus, entretanto, era um gênio do traço, dentro e fora do ambiente da Caixa. Empregado do banco no Rio de Janeiro, aposentado em 1960, historiador da arte, escritor e professor, escreveu sua história na cultura com traço e letras. Seus desenhos fizeram humor nas páginas dos jornais *A Manhã*, *Crítica*, *A Noite* e nas de muitas revistas. Seus artigos opinativos foram publicados no *Jornal do Brasil* e no *Jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)*.

O elenco de artistas da Caixa homenageados pela publicação da Fenae nos anos 1970 incluía ainda o pintor José Luiz Visconti, o Zéllo. O artista plástico começou na Contadoria de Depósitos na Caixa do Rio de Janeiro, em 1962, e seguiu para a sede em Brasília, em 1973, como desenhista. Mineiro, assinou o *Manual de Integração*, criou o logotipo dos Primeiros Jogos Economiários, o convite de aniversário da Loteria Esportiva e o adesivo da Apcef/DF – naquele momento, denominada Associação dos Economiários de Brasília (AEB). A Caixa consolidava sua identidade como empresa pública, nacional, única, ao passo que a Fenae ganhava força nos primeiros movimentos da luta reivindicatória. C. J., Alvarus e Zéllo eram a parte cultural mais visível até 1986. A partir do 1º Fenec, o holofote da nascente política cultural da Fenae passou a iluminar também a base dos empregados da Caixa e das Apcefs.

Os anos 1980 podem ser conhecidos como a década da coletividade, quando todos os artistas da Caixa foram convidados a participar do espaço

comum criado pelas Apcefs e pela Fena. A experiência do festival da canção é somada às iniciativas culturais das Apcefs na organização de grupos teatrais, como o Festival Nacional de Representação Teatral – 1º Fenarte. O encontro aconteceu entre os dias 8 e 15 de agosto de 1987.

Ao contrário dos Jogos da Fena, o Fenarte permitia a participação de artistas e técnicos de fora da comunidade de empregados da Caixa. As regras contemplavam os grupos das associações, que funcionavam também como espaço para formar novos atores e diretores e mantinham profissionais em seus quadros.

Em 1987, a luta pelas seis horas trouxe novos tempos para os empregados. E, nos bastidores da política, parlamentares discutiam questões da futura Constituição do país. Em agosto, mês em que o Fenarte entrou em cartaz, as peças *O mistério de Irma Vap*, *Sábado, domingo e segunda* e *Lucia McCarthey* dominavam a cena teatral carioca. Nos oito dias do festival, subiram ao palco do Teatro Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, 13 montagens assinadas pelos empregados da Caixa e por seus convidados. O evento foi realizado pela Fena e organizado pela Apcef/RJ, na época denominada Apce/RJ, presidida por Olívio Gomes Vieira. A Caixa e o Sasse deram apoio ao evento.

A importância do festival pode ser medida também pela participação do estado e da prefeitura. A Secretaria Estadual de Cultura e a Empresa de Turismo do Rio de Janeiro (Riotur) ajudaram, de forma espontânea, na organização do 1º Fenarte. O principal prêmio do festival ficou em casa. A peça *Godspell, a esperança*, de David Greene e John Michael Tebelak, encenada pelo grupo Falta Um, da Apcef/RJ, foi considerada o melhor espetáculo do festival. O júri era digno de estrelar uma montagem com o texto de Nelson Rodrigues:

Cena da peça
Um gesto por outro,
do grupo Luiz
Marinho, de
Pernambuco,
durante o
4º Fenarte,
realizado em
Brasília (DF),
em novembro
de 1992.





Rosamaria Murtinho, Mauro Mendonça, Carlos Kroeber, Antônio Pompêo e Felipe Carone. A premiação da melhor equipe técnica deu destaque a um diretor que se tornaria encenador, roteirista e cineasta brasileiro. Venceu *Woody Grude*, baseada na obra de Woody Allen, dirigida por João Falcão, na época com 28 anos. Depois do 1º Fenarte, o jovem recifense decolou para uma carreira múltipla. A coroação de João Falcão trouxe para o centro do palco uma característica comum à política cultural da Federação: a intercessão com a sociedade, ponto ressaltado por Sérgio Nunes, presidente da Fenaec em 1987.

A Fenaec promoveu, em 1987, três importantes eventos na política de integração pelas vias do esporte e da cultura: o 1º Fenarte, em agosto; os 1ºs Jogos da Fenaec, em outubro; e o 2º Fenec, em novembro. O festival da canção aconteceu no Teatro Donizete, em Manaus, nos dias 26, 27 e 28 de novembro, ainda sob influência da política nacional da época. A parceria musical dos compositores Ronaldo de Oliveira e Sérgio Benec levou o primeiro lugar na segunda edição do Fenec, com “Grito de esperança”. A letra da dupla estava em sintonia com a Assembleia Constituinte, instalada no Congresso Nacional, em fevereiro de 1987, para elaborar a Constituição de 1988:

Na vida abriu-se um espaço
Constituindo o meu sonho
E entre palanques armados
Cruéis desenganos [...]
Nos bares se ouvem comícios
Canções de um dia melhor
Constituinte da terra
Somos o pó.

Foto do espetáculo *Veríssimo em revista*, vencedor do 3º Fenarte, realizado em Canela (RS), em novembro de 1990.

A crítica social esteve presente em todas as canções premiadas pelo 2º Fenec. A música representante da Apcef/BA trouxe os versos de luta de Pedro Audi de Souza Pinto reunidos em “Do outro lado do vil”, a música vice-campeã:

Lutando na corda bamba
É Joana, Joaquina, Carmina
E o sol, só e calado, com tanto recado
Pra chuva que não cai no nosso roçado

A seca também inspirou Roberto Rafa e Sebastião Carnegie Bacelar Nunes na letra política de “Semente coração”.

Pelas calçadas
Não vemos brincar
Nossas crianças
Sem rumo e sem lar
A poeira levanta do chão
Falta chuva no meu coração
No caminho eu não vou perguntar
Quanto custa pra gente chegar

A festa musical e política do 2º Fenec confirmou o acerto de 1986. Embalados pelo sucesso do primeiro encontro em Vitória, subiram de 15 para 22 as Apcefs participantes. Doze finalistas ganharam o direito de ser faixas do LP oficial do evento, e os empregados, por sua vez, ganharam uma trilha para suas emoções e reivindicações de um mundo, um país e uma Caixa melhores. O Fenec passou a ser bienal. A edição seguinte seria em 1989.

Porém, o 2º Fenarte aconteceu em Salvador, um ano depois, entre 6 e 13 de agosto de 1988, e foi um sucesso de público e crítica favorável ao evento. O festival de teatro na capital baiana teve a bênção de todos os santos das 372 igrejas e dos incontáveis terreiros. Foram oito dias com lotação completa do Teatro Vila Velha, lugar que representava a nova Fena. Desde a inauguração, em 31 de julho de 1964, o “Velha” foi palco de resistência ao regime militar e abriu espaço ao tropicalismo, à contracultura, às lutas estudantis, aos movimentos sociais e ao teatro amador. O simbolismo espiritual e histórico de Salvador e do Velha moveram os organizadores e os fez superar a falta de apoio da filial baiana da Caixa. Segundo registros do *Fenae Notícias*, foi negado um simples pedido de uma sala, uma máquina de datilografia e um telefone à Apcef/BA, na época denominada AEB. O responsável por liberar os empregados das agências para o festival lavou as mãos e repassou aos gerentes o poder de decidir sobre quem poderia participar do festival. A fé, a esperança e a perseverança venceram o medo e o descaso. E revelaram arte de primeira: o 2º Fenarte transcendeu o 1º em número de estados participantes: de 13 para 17. A qualidade foi tanta que o corpo de jurados, liderado pela atriz Ittala Nandi, multiplicou os prêmios.



3 Forte

3 Forte

3 Forte

Além de melhor espetáculo, diretor, atriz, ator, cenário, figurino, iluminação, sonoplastia e maquiagem, foram criadas as categorias de atriz coadjuvante, ator coadjuvante e adereços, além do Prêmio Especial do Júri. Esse foi para *Viva eu, viva tu, viva o rabo do tatu*, do grupo Kaxa de Teatro, do Paraná. Os grupos de teatro de Pernambuco (Luiz Marinho) e do Rio Grande do Sul (Caixa de Pandora) dividiram a preferência do júri e conquistaram cinco prêmios cada.

O espírito de luta e união de Salvador mostrou-se concreto no festival de música seguinte, o 3º Fenec, que aconteceu em Porto Alegre, em 4 de maio de 1989. Com exceção de Sergipe, todas as outras 21 Apcefs estavam lá. Na estreia, os empregados da Caixa completavam o 15º dia de greve nacional. No dia 5, a Caixa e os trabalhadores fecharam um acordo, e a categoria decidiu encerrar o movimento. A comemoração na capital gaúcha foi com autêntica música regional, ao som de Neto Fagundes, a atração da noite. No dia 6, com o patrocínio da Caixa, a festa da vitória terminou no ritmo da gaita-ponto de Renato Borghetti, o Borghettinho.

A música campeã do 3º Fenec, “Pranto à africana”, de José Celso Padilha, fez um protesto em forma de lamento. O compositor cantou o desejo dos escravizados pela liberdade e deu a Alagoas o título do 3º Fenec:

Estão à beira de um rio
Querem ser livres como a água
Correr aonde se deseja
Jorrar o pranto proibido
E a implosão, em cada ser
Um dia há de se externar
Já é chegado o momento.

DA MÚSICA PARA AS ARTES VISUAIS

Em 1990, o Sul continuou sob os holofotes das artes. Entre os dias 2 e 10 de novembro, o 3º Fenarte, agora bienal, ocupou a Serra Gaúcha, em Canela, cidade vizinha da cinematográfica Gramado, sede do principal festival de cinema do país. Naquele ano, a sétima arte perdeu sua principal produtora, a Embrafilme, extinta pelo governo Fernando Collor. O clima ameno do município, um contraponto ao cerco federal à cultura, traduziu-se no evento. Dessa vez, a Caixa e o Sasse apoiaram o encontro de grupos de teatro amador, e os competidores, mais do que disputar prêmios, tiveram a chance de buscar conhecimento em oficinas de expressão corporal, expressão vocal, improvisação teatral e direção. As aulas foram ministradas por profissionais que formavam o júri, que incluía o ator Paulo Betti.

O destaque do festival foi um jovem ator de 18 anos, elogiado pelo desempenho na montagem de *O guardador de rebanho*, do grupo Kaxa de Teatro, do Paraná. Guilherme Weber reconhece a importância do prêmio para sua carreira. “Foi o primeiro marco. Sofria uma pressão familiar. O prêmio foi

Na página anterior, o grupo Raízes Novas, finalista do 3º Fenec com a canção “Bagaço de cana”, de Raul Marques e Reginaldo Ponciano. Porto Alegre (RS), 1989.

como uma chancela simbólica para mim e para meu pai.” Paulo Betti confirmou: “Em 1990, como em 2019, o governo perseguia a cultura e, naquele momento, o Fenarte foi muito importante, um conagração. Revelou um grande ator e diretor: Guilherme Weber foi uma unanimidade.”

O melhor espetáculo, entre os 19 que se apresentaram no palco do Hotel Laje de Pedra, foi *Veríssimo em revista*, baseado em crônicas do escritor gaúcho Luiz Fernando Veríssimo, encenado pelo festejado grupo Tabefe, de São Paulo. Tabefe não era uma simples referência ao grupo Tapa.¹ José Carlos Alonso, que, à época do 3º Fenarte, era diretor de Relações do Trabalho da Fena, revelou que o Tabefe foi reconhecido pela grande imprensa, e suas peças tinham espaço no caderno de cultura da *Folha de S.Paulo*, a “Ilustrada”. A premiação do 3º Fenarte foi democrática. Grupos do Ceará, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Sul, Piauí e São Paulo conquistaram pelo menos uma das 13 categorias. A equipe de *Amanusmente* voltou para Manaus de mala cheia, com o título de melhor atriz, figurino, maquiagem e sonoplastia.

¹ Importante e histórico grupo teatral, fundado no Rio de Janeiro, em 1974, que se transferiu para São Paulo em 1986.

DE VOLTA À MÚSICA

A quarta edição do festival de música, Fenec, reverenciou o primeiro, realizado em Vitória (ES), em 1986. O inverno de 1991 na cidade paulista de Campos de Jordão foi marcado por histórias e espetáculos gravados na memória de quem aplaudiu as apresentações do 4º Fenec, nos dias 16, 17 e 18 de agosto, no Auditório Cláudio Santoro. E o passado fez-se presente em dois pioneiros. A música vencedora, “Flor do campo”, era do mesmo compositor campeão do encontro da capital capixaba. Os cinco anos não haviam enferrujado o verbo politizado de Raul Antonio Marques de Oliveira, representante da Paraíba. Se a música da década anterior falava de união e luta, a canção apresentada em 1991 era uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada na porta de casa no dia 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande (PB).

Por que feriram Margarida,
flor do campo,
flor mulher,
(que história mais comprida),
Quanta força, garra e fé.

A canção “Manhãs do amanhã”, de Antonio Carlos Domingues da Silva, do Paraná, foi duplamente premiada: ficou em segundo lugar e recebeu o troféu de melhor interpretação pelo desempenho de Luciana Vieira. A cantora da Caixa esteve em ótima companhia durante o festival: Nana Caymmi encheu o auditório com sua voz única e um repertório de pérolas do pai, Dorival, dos irmãos, Dori e Danilo, de Vinicius de Moraes, de Sueli Costa e de outros. Adriana Calcanhotto, de cabelos louríssimos, fechou a festa com um show inesquecível. Ainda desconhecida do grande público, a cantora

ASSIS VISTO POR ÁLVARUS



Acima, caricatura de Assis Ribeiro no traço de Álvaro, publicada pelo *Fenae Notícias*, em janeiro de 1973.

Ao lado, selos do 3º Fenarte, que aconteceu em Canela (RS), em novembro de 1990.

mostrou bom humor e talento, e “foi uma revelação para muita gente”, segundo reportagem do *Fenae Notícias*, publicada em 1991.

Às 21 canções do 4º Fenec somaram-se as nove obras literárias selecionadas entre 695 trabalhos inscritos no 1º Concurso Nacional de Literatura dos Empregados da Caixa. Os três poetas, três contistas e três cronistas escolhidos pelo júri ganharam o direito de assistir ao festival da canção e subir ao palco para receber o troféu. As poesias, os contos e as crônicas foram publicados em uma antologia. A Serra da Mantiqueira testemunhou o movimento de aproximação da literatura e da música sob a orquestração da Fenae.

Em 1992, o país acompanhava pela TV a iminente queda de Fernando Collor. Tal fato viria a concretizar-se dez dias após o fim do 4º Fenarte, entre 12 e 19 de dezembro, no Teatro da Caixa, em Brasília, com a renúncia do presidente. No palco, entretanto, duas montagens tinham inspirações shakespearianas. A peça *O moço que casou com mulher braba*, do Argamassa Grupo de Teatro, do Rio Grande do Norte, conquistou o primeiro lugar do júri oficial e popular. A montagem foi baseada em *O homem que casou com a mulher braba*, farsa medieval do século 14 que inspirou o Bardo a escrever *A megera domada*.

Já o Caixa de Pandora foi direto a Shakespeare. A montagem pelo grupo gaúcho da comédia *Bem está o que bem acaba*, escrita pelo dramaturgo inglês em 1602, foi considerada a segunda melhor. Em terceiro pelo júri oficial e em segundo no popular, ficou *Um gesto por outro* (1951), de Jean Tardieu, do grupo Luiz Marinho, de Pernambuco. A monarquia também era assunto

que percorria o país. O tema dividiu espaço com o 4º Fenarte nas páginas do *Fenae Notícias* de janeiro e fevereiro de 1993. O jornal alertava os empregados da Caixa para o plebiscito que aconteceria em abril e que determinaria a forma e o sistema de governo do Brasil. Eis as questões: ser uma monarquia ou uma república, ser parlamentarista ou presidencialista.

Continuamos uma república presidencialista democrática em 1993. Na Fenae, Sérgio Nunes finalizava o segundo mandato na presidência, e Carlos Alberto Caser era eleito para o cargo em eleições diretas. No Brasil, o vice-presidente Itamar Franco passava a comandar o Executivo. Após a renúncia de Collor, a inflação chegava a 30% ao mês, e crianças eram assassinadas na porta da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro.

A arte do 5º Fenec, no Maranhão, ajudava a cicatrizar as feridas republicanas com o humor do rock balada do carioca Eduardo Duzek, o ritmo brasileiro do cantor maranhense Betto Pereira e as mensagens de paz da banda jamaicana nacional Tribo de Jah, atrações do festival. O evento ocupou o Convento das Mercês, em São Luís do Maranhão, entre os dias 4 e 6 de setembro, consagrando duas mulheres: a alagoana Wilma de Araujo Bezerra, por sua interpretação para a canção “Sol e lua”, do conterrâneo José Milton Peixoto, e a paranaense

Integrantes dos grupos de corais reunidos nas escadarias da Fundação Casa de Jorge Amado, no Pelourinho, em Salvador (BA), no 1º Encontro Nacional de Corais do Pessoal da CEF, em outubro de 1995.



Evelise Mary Tissor, campeã do 5º Fenec, que conquistou o título principal e o de melhor arranjo com “Ponto de luz”, uma reflexão sobre ambição: “Tentando alcançar sua glória./ Perdeu-se no espaço e hoje é apenas um ponto de luz”.

A quinta edição do Fenec é um “ponto de inflexão” na política cultural da Fena. As novas políticas da Caixa, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, primeiro como ministro da Fazenda e depois como presidente da República, levaram a Fena a agir intensamente na defesa da empresa 100% pública e do pessoal da Caixa. A cultura precisava ser reinventada, e o Fenec e o Fernarte já tinham fertilizado o terreno. Artes visuais e o tão sonhado encontro de corais germinaram, e os empregados da Caixa colheram os frutos.

LUTA E CANTO

Humor, realidade em preto e branco e representação em cores serviram de guia para que a Fena continuasse na trilha da luta pela união. Nesse sentido, a Federação lançou, em 1994, o 1º Concurso Nacional de Artes Visuais da Fena, com as categorias fotografia (em branco e preto), desenho de humor (charge ou cartum) e pintura (óleo sobre tela). No ano seguinte, os empregados da Caixa soltaram a voz no 1º Encontro Nacional de Corais do Pessoal da CEF, em Salvador. O diretor cultural da Fena em 1995, Emanuel Souza de Jesus, viveu, ao lado dos cantores e dos maestros dos corais, os dois lados do evento: o da cultura e o da política. Os dez grupos vindos das associações de todo o país desembarcaram na capital baiana justamente no período de greve da categoria. “Já estava tudo programado, e as passagens, compradas. Não foi possível desmarcar o evento”, contou Emanuel. As atividades artísticas ganharam, então, uma agenda reivindicatória. De dia, enquanto os corais programados para se apresentar à noite ensaiavam no teatro, os outros grupos sem agenda noturna participavam de piquetes, cantando em frente às agências da Caixa na capital baiana.

A união dos empregados concretizou-se em muitas vozes ao fim do evento. Todos os integrantes dos grupos reuniram-se nas escadarias da Fundação Casa de Jorge Amado, no Pelourinho, e cantaram três músicas em uníssono. A qualidade do show no bairro histórico foi garantida com planejamento. Três meses antes do encontro, a Apcef/BA e a Fena enviaram as partituras para os corais em suas sedes. Os grupos ensaiaram antes e durante o evento, e no fim o resultado foi harmônico, afinado e inspirador.

O equilíbrio entre arte e política no Pelourinho não foi em vão. Simbolizou a resistência dos empregados da Caixa à privatização da empresa e à falta de patrocínio para a cultura. A Fena e as Apcefs promoveram um concurso e dois festivais nos três anos seguintes. Em 1996, a literatura convocou autores da Caixa para o 2º Concurso Nacional de Literatura da Fena. Os três melhores nas categorias poesia, crônica e conto receberam troféu e tiveram suas obras impressas em livro.

O 5º Fenarte foi o último ato do festival de teatro da Fena. O evento exigia investimento que o momento político-econômico não permitia.

As cortinas abriram-se pela última vez, em abril de 1997, em Maceió, no Teatro Lima Filho. No país, naquele mês, a cena política era protagonizada por dois movimentos de resistência: os Sem-Terra ocupando Brasília, com 100 mil pessoas exigindo reforma agrária; e as batalhas nos tribunais e nas ruas para tentar impedir a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, vendida em 6 de maio.

Em Alagoas, 11 estados participaram do último encontro teatral. A Companhia Alucinathus, de Brasília, conquistou oito prêmios, entre eles o de melhor espetáculo por *Um pedido de casamento*, uma comédia de Anton Tchekhov. O júri popular escolheu *A noite das mal dormidas*, de Niels Petersen Schmidt, do grupo Risco da Paraíba.

No ano seguinte, a voz feminina foi o símbolo de resistência no 6º Fenec. O eco da crise monetária da Ásia, de junho de 1997, considerada a primeira da economia globalizada, ainda era sentido no cotidiano dos brasileiros nove meses depois. O colapso financeiro de países conhecidos como Tigres Asiáticos derrubou as bolsas mundiais e, no Brasil, elevou juros, aumentou o desemprego e ampliou as incertezas. Sem os mesmos recursos da Caixa e do Sasse, como em Campos de Jordão, sete anos antes, uma ideia da presidenta da Apcef/PB, Aparecida Diniz, viabilizou o evento de João Pessoa. A associação da Paraíba disponibilizou uma banda para acompanhar os 17 concorrentes do 6º Fenec, de março de 1998. O apoio reduziu os custos das Apcefs, que enviaram apenas o compositor e, quando necessário, um intérprete. O evento foi enxuto e afinado. Três atrações animaram o público: o grupo gaúcho Salada Mística, a banda paraibana Absurdus, composta só de mulheres, e o conterrâneo Zé Ramalho, que fez show para 6 mil pessoas.

Na premiação, um veterano e uma jovem dividiram as atenções. Raul Marques, campeão dos Fenecs de Vitória e de Campos de Jordão, conquistou o segundo lugar, com a música “Lixo”. A melhor intérprete, Luciana Walt, do Paraná, compôs “Minha voz”, o primeiro lugar do festival. A letra aborda dois pontos muito presentes na biografia da Federação, o sonho e a liberdade:

Um sonho tímido cresce em minha garganta.

O sopro único aflora e se agiganta.

Minha voz, prisioneira de mim, se liberta.

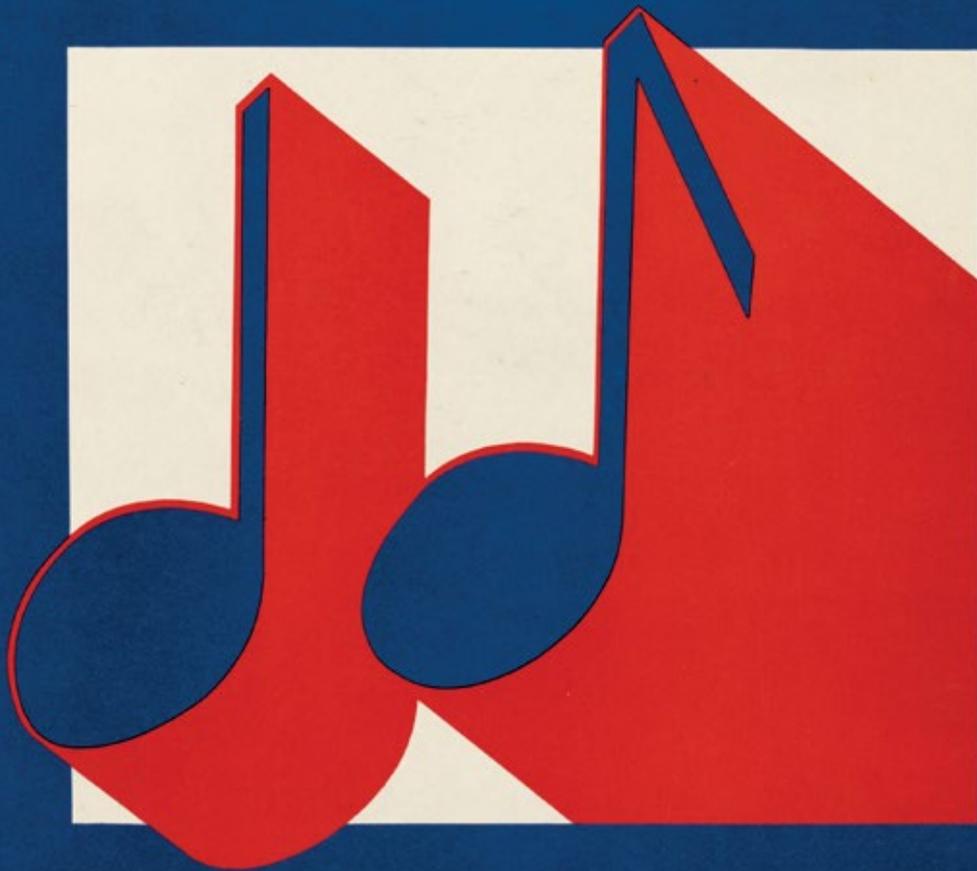
NOVA GERAÇÃO CULTURAL

O canto da cultura Fenaec ficou em silêncio por cinco anos e voltou rebatizado e mais sólido do que nunca. A partir de 2003, não por coincidência. A data é do primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, período de crescimento econômico, social e cultural. As artes definitivamente estavam ligadas em 220 volts. A eletricidade foi acionada por dois novos programas: o Circuito Cultural Fenaec e a plataforma de relacionamento do Pessoal da Caixa (Programa PAR). O Circuito deu nome e

Na página seguinte, capa do LP do 1º Festival de Música Economiária, organizado pela Associação dos Economiários da Bahia, em novembro de 1983.

1^o Time

1983



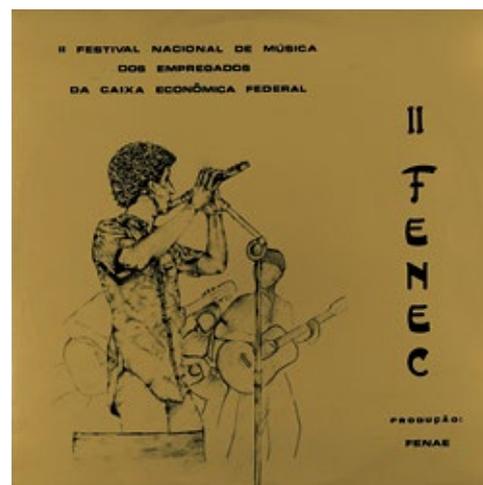
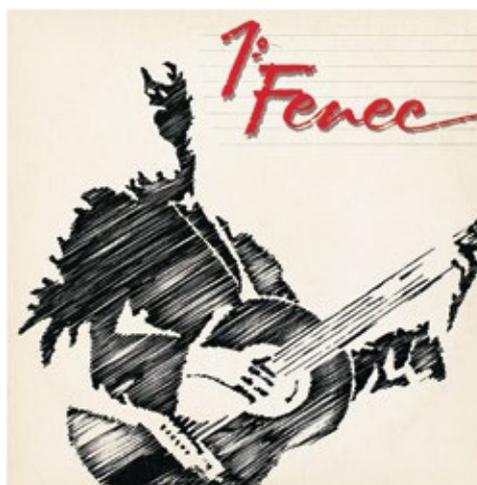
identidade aos concursos que aconteciam isoladamente, programando os eventos durante o ano.

O primeiro aconteceu em 2004, formatado em quatro categorias: conto, crônica, poesia e fotografia. A partir de 2005, o número de concursos aumentou, chegando a 15. Os eventos e concursos passaram a ganhar o nome da Fenae. A literatura recebeu o título de Letras Fenae. Pinturas, desenhos, ilustrações e quadrinhos compunham o Arte Fenae. Vídeo Fenae, Animação Fenae e Fotos Fenae completavam a família dentro do Circuito Cultural Fenae.

A segunda geração da cultura Fenae nasceu junto com a Web 2.0, fase da internet com novos serviços e comunidades. A programação constante passou a dialogar com as áreas de estratégia e de marketing da Federação e das Apecfs. Os certames ganharam regularidade e puseram as artes em pauta durante todo o ano. A cada mês, um ou mais concursos mobilizavam os artistas da Caixa. Os autores das melhores obras e suas criações eram anunciados em periódicos, nos informativos ou em cadernos do Circuito Cultural. Além de troféus, os três melhores de cada categoria recebiam pontos, que eram convertidos em prêmios dentro da plataforma do Programa PAR, que em 2009 transformou-se no Mundo Caixa (www.mundo-caixa.com.br).

O Circuito Cultural, segundo José Carlos Alonso, presidente da Fenae entre 2003 e 2008, mantinha a Federação e as associações próximas dos empregados. Mensalmente, a Fenae e as Apecfs enviavam informes às agências da Caixa, e as marcas das duas entidades ficavam expostas durante todo o ano como parceiras das artes. Os associados participavam como autores e júri, votando pela internet em trabalhos pré-selecionados por uma comissão de curadores e elegendo os melhores na categoria popular. Entre 2004 e 2013, o Circuito Cultural recebeu cerca de 8 mil trabalhos de empregados de norte a sul do país.

Em sequência,
capa dos LPs das
cinco primeiras
edições do
Festival Nacional
de Música dos
Empregados da
Caixa (Fenec).



Os jovens das famílias da Caixa também foram convidados a entrar no Circuito. Crianças e adolescentes, parentes de primeiro grau dos bancários, puderam mostrar seus talentos em desenhos e redações a partir de temas que chamavam à reflexão. Em 2005, essa turma desenhou o “Jardim do meu país”, chamando a atenção para o meio ambiente e para a cultura do Brasil. Em 2011, o tema da redação foi *bullying*, e os jovens autores apresentaram sugestões para combater a prática desse tipo de agressão.

A categoria desenho infantil fez escola e continuou existindo mesmo após o fim do Circuito Cultural, em 2013. Novas gerações de filhos de empregados da Caixa seguem os pais e, como eles, fazem arte. É o caso de Harumi Kimura Takahashi, cujos filhos tiveram seus trabalhos reconhecidos.

Um personagem emblemático e folclórico da cultura ajudou a ampliar o diálogo da Feneae com as crianças do mundo da Caixa. O Saci-Pererê entrou para a agenda de eventos culturais da Federação e das Apcefs, que passaram a promover o Dia do Saci, em outubro. Desde 2009, a Feneae patrocina e as associações organizam festas, brincadeiras temáticas e rodas literárias com histórias do folclore brasileiro, distribuindo gorros vermelhos para a criançada. A data em homenagem à lenda do Saci-Pererê, 31 de outubro, surgiu para resgatar e valorizar as tradições brasileiras junto ao público infantil, segundo leis aprovadas em municípios de São Paulo, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Ceará.

Um importante resgate da cultura da Feneae foi o sétimo festival da canção, em 10 de dezembro de 2004. O retorno do Fenec seis anos após a última edição amplificou o otimismo que estava no ar. No mês do evento, os jornais informavam que o país registrava até setembro um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 5,3%, o maior desde 1995. Nesse ambiente de economia próspera, o festival ressurgiu em Natal (RN) renomeado e com energia produzida pela eletricidade das guitarras de um novo baiano e de um novo talento capixaba. O som das cordas e da voz de Wagner Simonassi





Torres, do Espírito Santo, fez a sétima edição do Fenec – Música Fenae – pulsar e arrebatou o título para Welson Soares, autor de “Você me sufoca”. A guitarra de Moraes Moreira fechou em grande estilo o reencontro da Fenae e das Apcefs com o tradicional festival de canção.

VINTE ANOS DE FENEC

O Fenec de 1986, festival da canção que inaugurou todo um modo de conceber a cultura pela Fenae, completou 20 anos em 2006. Entre os dias 27 e 29 de abril, em Salvador, o Música Fenae 2006 festejou as duas décadas do evento, inovando em tecnologia e comemorando a renovação da identidade visual da Fenae e das Apcefs. A gravação do CD dos finalistas, produzido em estúdio, contou com uma banda-base, que recebeu as partituras de todos os 17 concorrentes. Entre as 1.300 pessoas que aplaudiram o show romântico de Flávio Venturini durante o evento, estavam integrantes das associações e da diretoria da Federação, que participaram da reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN). No dia 28 de abril, o CDN escolheu as novas logomarcas-irmãs da Fenae e das Apcefs.

O ano 2006 foi de efemérides marcantes para a Fenae, para o Brasil e para as artes. Em outubro, o presidente Lula reelegeu-se, e uma dupla fez história no patrocínio cultural: o Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC) foi criado para captar recursos e irrigar o estreante programa Eu Faço Cultura (EFC), promovendo workshops, oficinas, shows, teatro, circo, exibição de filmes e rodas de leitura, distribuindo livros e ingressos para peças, cinema, dança, concertos e exposição para os bancários da Caixa e, principalmente, para a população com pouco acesso às artes. O instrumento utilizado foi a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991).

Acima, Veríssimo em revista, encenada pelo grupo Tabefe, de São Paulo (SP). A peça recebeu o título de melhor espetáculo no 3º Fenarte, em Canela (RS), em 1990.

Na página seguinte, as novas marcas da Fenae e das Apcefs escolhidas em 2006.

UM GRANDE PROJETO

O DNA do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC) e do Eu Faço Cultura (EFC) é o mesmo do Fenec: musical. A gênese dos dois projetos está na criação de uma versão brasileira do “Umbria Jazz”, tradicionalíssimo festival da Perugia, Itália. A ideia era boa. Faltavam os recursos.

A geração de diretores que refundou a Fenae nos anos 1980 foi em busca de uma solução para a continuação da programação musical. Encontraram um mecanismo simples e eficiente: um plano de saúde de Minas Gerais fomentando cultura por meio de Imposto de Renda de médicos associados à entidade. A empresa mineira utilizava a Lei Rouanet, criada em 1991, que permite a destinação de até 6% do Imposto de Renda devido de pessoas físicas para projetos culturais, sem nenhum custo para o doador.

José Carlos Alonso, presidente da Fenae em 2006, aprovou o modelo, e a equipe técnica da Federação adaptou o projeto à necessidade do pessoal da Caixa. Nasceram o Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC) e o Eu Faço Cultura (EFC).

A primeira edição do “Umbria Jazz Brasil” aconteceu em Ouro Preto (MG), e a segunda, em 2007, em Brasília (DF), em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ). A renda dos shows foi revertida para programas de geração de emprego e renda em Caraúbas do Piauí (PI), município onde a Fenae implementou o programa Movimento Solidário, criado para fomentar o desenvolvimento econômico, social e sustentável em comunidades de baixa renda.

O Eu Faço Cultura foi, então, o início de um grande concerto. O modelo singular desenvolvido pela Fenae agilizava o processo de arrecadação. Os empregados da Caixa aderem ao programa Movimento Cultural do Pessoal da Caixa, a Federação adianta os 6% do imposto em nome do empregado, na conta do projeto. Quando o participante recebe o benefício fiscal – desconto do valor da doação no Imposto de Renda – este devolve para a Fenae, fechando o ciclo. O custo é zero para quem ajuda a financiar as ações. A iniciativa da Fenae teve efeito multiplicador: em apenas 45 dias de trabalho, o EFC tornou-se o maior projeto do Brasil financiado com recursos do Imposto de Renda de Pessoa Física, por meio da Lei Rouanet. Até 2005, a adesão de pessoas físicas à Lei Rouanet chegava a pouco mais de 3 mil por ano. Após o MCPC mobilizar mais de 8 mil pessoas físicas, o número em todo o país cresceu 290% e praticamente quadruplicou, passando para 11.700 adesões.

A música continuou regendo a história cultural da Fenae. O lançamento oficial do Eu Faço Cultura foi o retrato da importância do projeto. A cerimônia, em 19 de abril, foi realizada no auditório da Caixa Cultural, em Brasília, e teve a presença do presidente da Fenae, José Carlos Alonso, do presidente da Fundação dos Economistas Federais (Funcef – fundo de pensão do pessoal da Caixa), Guilherme Lacerda, da presidenta da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, do presidente da Caixa Seguros, Thierry Claudon, e de dois músicos, cantores e compositores. Nando Reis representou a classe artística. Outro astro completava a mesa, desempenhando o papel de político

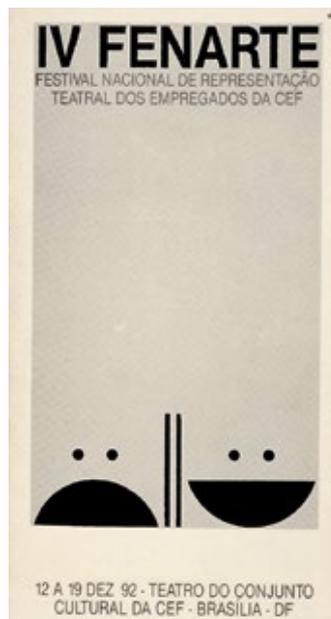
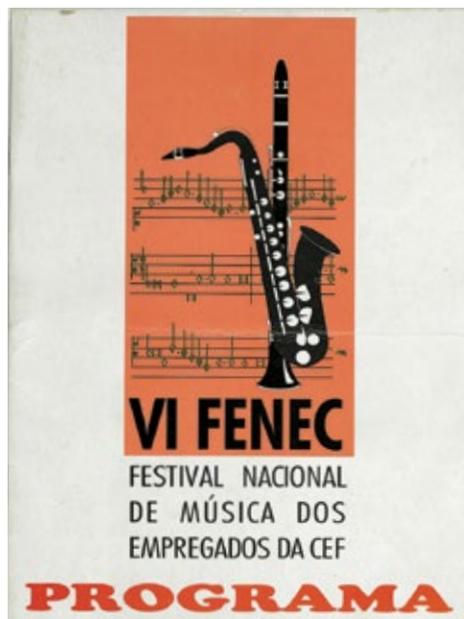


defensor das artes: o ministro da Cultura, Gilberto Gil, falando pelo Governo Federal. A repercussão do projeto atraiu parceiros importantes. Duas empresas (pessoas jurídicas) destinaram parte de seus impostos de renda para o projeto: a Caixa Seguros e a Brasil Telecom, empresa de telecomunicações incorporada posteriormente pela concessionária Oi.

RÉGUA E COMPASSO

Um verso de “Aquele abraço”, do ex-ministro Gil, ajuda a explicar o festejado desempenho da dupla MCPC e EFC. Mais do que escrito nas estrelas, o sucesso estava sustentado “na régua e no compasso” que a Fenae deu ao projeto, desenhando e planejando a estratégia e as finanças dos dois programas. A primeira fase foi projetada para levar semanas culturais a cidades do país, com espetáculos, workshops de música instrumental, exposição de fotos e rodas de literatura. E o acorde inaugural da nova fase da cultura na Fenae aconteceu em abril de 2007, em Belém, com oficinas de fotografia e de música abertas à comunidade. Os alunos do grupo de percussão SomCatado participaram do show de Nando Reis. Os jovens músicos e o ex-Titãs fecharam a semana de cultura da capital do Pará para uma plateia de 4.366 pessoas, formada por empregados da Caixa e pelo público em geral.

A régua definiu o fim da primeira fase do EFC, em 2013. Durante esse período, a contribuição dos empregados da Caixa promoveu espetáculos de grandes astros e estrelas, como Frejat, Lulu Santos, Rita Lee, Vanessa da Mata, em grandes capitais e em cidades pequenas e médias, como Londrina e Governador Valadares.



Programas do 6º Fenec, em João Pessoa (PB), entre os dias 19 e 21 de março de 1998, e do 4º Fenarte, no período de 12 a 19 de dezembro de 1992, em Brasília (DF).

Segundo Pedro Eugenio Beneduzzi Leite, presidente da Fenae no período, o MCPC trouxe motivação extra para o empregado da Caixa do interior. As agências incentivavam os bancários a participar do programa, para que o município pudesse entrar na programação de shows. Em sete anos, a contribuição de 26 mil empregados do banco levou cultura a 60 cidades por meio de 200 eventos, beneficiando diretamente 50 instituições e mais de 600 mil pessoas.

O compasso da cultura criou outra forma de o EFC contribuir para a sociedade. O modelo projetado levou arte e educação a comunidades carentes de 14 cidades, entre 2014 e 2015. As atividades do projeto ficavam concentradas em um espaço chamado Marco Cultural, onde os moradores participavam de oficinas de percussão, circo, fotografia, artes plásticas e dança. As crianças tinham uma área exclusiva, a Rua Cultural Brincante. A imersão nas artes era completada com exibição de filme nacional, teatro e música instrumental, com uma banda local e uma nacional.

Da prancheta da área cultural da Fenae saiu o terceiro modelo do EFC. Em 2016, o site www.eufacocultura.com.br abriu as janelas para produtores cadastrarem-se e para o público ter acesso às artes. O sistema desenvolvido é simples: os produtores cadastram-se e disponibilizam ingressos ou livros para o público. A pessoa com direito a participar do programa retira o bilhete ou o produto. Os recursos arrecadados pela Lei Rouanet ressarcem o produtor.

A plateia, por sua vez, é formada por beneficiários de programas sociais do governo federal: idosos, pessoas com deficiência, microempreendedores individuais, organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições de mesmo perfil que prestam serviço de assistência social. O ingresso é gratuito.

Na terceira fase, o EFC ampliou a área de atuação no segmento de educação e de inclusão. O projeto passou a atuar junto a bibliotecas de escolas públicas, distribuindo livros, e no patrocínio de sessões de cinema e teatro para pessoas com distúrbios sensoriais. Crianças e adultos com necessidades especiais puderam assistir a filmes e peças em condições específicas de som e temperatura, menos estímulos visuais e liberdade de deslocamento dentro do ambiente. “É um modelo extremamente democrático. O EFC permitiu que pessoas que nunca tiveram acesso à cultura pudessem pisar pela primeira vez em um teatro ou em uma sala de cinema”, afirmou Moacir Carneiro, diretor Sociocultural da Fenae.

A multiplicação e a diversificação da política cultural da Fenae não ofuscaram o tradicional festival da canção. E a cultura mostrou, mais uma vez, ser um antídoto momentâneo para crises. Tornar-se diversa e profissional era perfeitamente compatível com os princípios de valorização do pessoal da Caixa, tão bem representados pelo longo festival da canção. E, a partir desse princípio, a cultura serviu como meio de união em mais um momento de adversidade pelo qual passava a sociedade brasileira. Nos dias 4, 5 e 6



Na página anterior, *Veríssimo em revista*, encenada pelo grupo Tabefe, de São Paulo (SP).

de dezembro de 2008, a nona edição do festival Música Fenaé fez o público cantar e dançar em Maceió. Cerca de 1.200 pessoas puderam esquecer um pouco o abalo financeiro internacional provocado pela quebra do banco de investimento Lehman Brothers, em 15 de setembro. Primeiro, com a canção campeã, “Impressões amazônicas”, um convite a viver a natureza pelos versos: “Se senti na pele o sol queimar e no rosto o vento suave soprar”. Depois, com o ritmo caribenho da banda paraibana Capim Cubano.

Um dos traços marcantes do perfil da Fenaé ficou evidente na 10ª edição do festival Música Fenaé, em Goiânia. A união e a parceria dos compositores representantes das Apcefs deram origem a “Os Brasis de todos os cantos”, interpretada por 22 vozes antes competidoras: os primeiros versos da canção resumem o clima político do país, que acabara de eleger a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff:

Há um rio de esperança,
uma fonte que brilha
e uma ponte que une
esse povo que canta

Ely Custódio Freire, diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas em 2010, que já tinha comandado a cultura da Fenaé, estava na plateia, surpresa e emocionada: “Eles mostraram que não havia uma concorrência, e, sim, uma troca de talentos.”

A ideia da composição coletiva vinha sendo desenhada desde o festival de Salvador, quatro anos antes. E a letra foi composta em uma mesa da associação, repleta dos melhores petiscos. As receitas foram preparadas pelas mãos de Sebastião Rodrigues da Silva, o Tião Sodré, diretor de cultura da Apcef/GO em 2010. Assíduo participante dos festivais da Fenaé como intérprete ou compositor, mostrou que também dominava a arte de cozinhar. Preparando quitutes, servindo os companheiros durante a composição da música, participou de maneira afetiva da 10ª edição do festival Música Fenaé.

No meio do coro, as vozes da dupla Dimas Deptulski e Efraim Maia possivelmente eram as mais emocionadas. Dimas e Efraim, autores de “Camafeu”, arrebataram quatro dos seis prêmios do evento de Goiânia: primeiro lugar do festival, além de melhor arranjo, melhor letra e melhor interpretação. A missão de manter a festa no mesmo tom foi de Geraldo Azevedo e do coro de 420 pessoas que acompanhou o cantor pernambucano em “Bicho de sete cabeças”, “Dia branco”, “Dona da minha cabeça”, “Moça bonita” e “Adoro você”.

Em 2013, ano da 11ª edição do Música Fenaé, o Brasil assistiu, meio perplexo, a um fenômeno social e político. Convocadas pelas mídias sociais, milhares de pessoas participaram de uma série de manifestações de rua contra o aumento das passagens de ônibus urbanos. Os protestos desaguaram na, talvez, maior crise institucional já vista no país. A Federação antecipou-se aos fatos, acelerou a profissionalização e investiu em tecnologia, para manter



Candidatos da primeira edição do Talentos Fenaé/Apcef, concorrido concurso musical, em São Paulo (SP), dezembro de 2016.

a independência da entidade, sem perder as premissas de valorização dos empregados no trabalho, no lazer ou nas artes. E o festival foi um retrato daquele momento. Alcançou novos públicos pelos canais digitais e continuou revelando, naturalmente, a essência da identidade da Fenaé.

A expressão “família Caixa” ganhou corpo na parceria de João Cândido dos Santos Rodrigues e João Cândido Oliveira Rodrigues Júnior. Pai e filho, da Apcef/AM, conquistaram o público e os juízes com a canção “Louco menestrel”, um manifesto contra o individualismo, segundo os autores:

Vou acordar as ruas e acender.
As luzes da alegria aonde eu for.
A gente perde tempo,
e esquece de viver,
olhando só para sua dor.

As 25 canções do festival e as do repertório do show de Zeca Baleiro registraram a maior audiência dos encontros musicais da Federação até então. Além dos presentes, o pessoal da Caixa pôde assistir ao festival pela internet, em transmissão ao vivo. A tecnologia continuou presente após o 11º Música Fenaé. Em janeiro de 2014, um aplicativo permitiu compartilhar as 12 canções finalistas.

A tecnologia presente no festival de 2013 ganhou, em 2015, elementos do novo perfil da Federação. O 12º Música Fenaé valorizou a arte, o encontro, o social, a natureza, a tecnologia, a renovação. As 38,15 toneladas de carbono emitidas durante os três dias de cultura em Recife foram compensadas com o plantio de 241 mudas de árvores de espécies da mata atlântica em áreas próximas a rios e nascentes no Sistema Cantareira, que abastece a Região Metropolitana de São Paulo. Uma campanha de arrecadação de sandálias



para famílias de Belágua, no Maranhão, abriu caminho para a solidariedade. O público, que assistiu à vitória da canção “Mudar de rádio”, doou 500 pares de calçados para a cidade pelo programa de responsabilidade social Movimento Solidário. A música vencedora consagrou Rodolfo Santiago e Rafael Neves como melhores compositores e intérpretes do festival.

O 12º festival seria o último com a marca Música Fenaé. O processo, iniciado em 1986 e escrito nas estrelas, continuaria transformado pela história. No dia 4 de dezembro, o presidente da Fenaé, Jair Pedro Ferreira, olhou para o futuro: “Tivemos uma bela festa... Que venham outros festivais.” Vieram.

O futuro chegou em 2016. O mandato de Dilma Rousseff foi cassado, e a presidenta classificou o processo de *impeachment* como golpe de Estado. Na Fenaé, a democracia pôs todas as artes no mesmo palco. O presidente da Fenaé, Jair Pedro, e o diretor sociocultural da Federação, Moacir Carneiro, puseram em movimento um novo formato de festival, valorizando a música, a literatura, as artes plásticas, a fotografia e o audiovisual. A Música Fenaé e o Circuito Cultural uniram-se. Um casamento perfeito. Na primeira edição, em 2016, a adesão ao Talentos Fenaé/Apcef foi expressiva, com quase 3 mil associados inscritos.

A montagem
do grupo Caixa
de Pandora
*Bem está o que bem
acaba* ganhou o
segundo lugar
no 4º Fenarte, em
Brasília (DF), em
novembro de 1992.

O projeto Talentos Fenae/Apcef constitui-se em oito modalidades: Imagem (Fotografia e Vídeo), Artes Visuais (Desenho e Pintura), Literatura (Poesia e Crônica & Contos) e Música (Composição e Interpretação). A seleção é feita em etapas. A final reúne todas as artes em um grande evento, com a presença dos vencedores das fases regionais. Selecionados em Composição e Interpretação apresentam-se ao vivo, sendo então anunciados os vencedores das oito modalidades. O Talentos manteve a tradição dos registros das canções finalistas em CD e inovou, mostrando o evento ao vivo pelas redes sociais, exibindo os shows, os premiados e os bastidores. O CD e a transmissão confirmam a ideia lançada em 1986, com o 1º Fenec, de posicionar os holofotes da cultura em todo o pessoal da Caixa.

A tecnologia digital, incorporada pelo Talentos, não desconecta a cultura Fenae de seus criadores. Eurico Scaramussa, o diretor Cultural da Apcef/ES durante o primeiro festival de música da Federação, voltou a subir ao palco 30 anos depois. Dessa vez, como concorrente. No passado, ele ajudara a viabilizar o primeiro Fenec, reservando hotéis, criando cartazes, divulgando na imprensa e cuidando de toda a organização, junto com a direção da associação. Em 2016, o filme *Nossa história, história viva*, dirigido por Scaramussa, ficou em segundo lugar, a mesma colocação da fotografia “O coração da pedra”, em 2017. A definição do fotógrafo e videomaker para sua arte ajuda a traduzir um pouco da cultura na Fenae. “Meus trabalhos evocam o tempo, a memória e a história de forma simples. Jogam luz em pessoas e fatos que considero importantes serem conhecidos e reverenciados.”

O tom político da cultura Fenae foi dado por um dos integrantes do júri do encontro de 2017, na casa de shows Live Curitiba, na capital paranaense. Luiz Carlos Sá (da dupla Sá e Guarabira), autor do *jingle* “Vem pra Caixa você também”, fez a ligação de arte com as lutas da Fenae e das Apcefs: “Defenda a Caixa você também”, uma referência à campanha por uma Caixa 100% pública. A conexão política e cultural de 2017 foi vitoriosa em Natal (RN). “Eu defendo a Caixa 100% pública”, disse em alto e bom som o primeiro colocado da modalidade Composição no Talentos Fenae de 2018, Murilo Timo Neto, do Distrito Federal, autor de “Dívida de vida”. O presidente da Fenae, Jair Pedro, seguiu na afinação cultural, política e social: “Para fortalecer um país, é preciso incentivar a cultura, a educação e outras políticas públicas, para reduzir as desigualdades sociais. E a Caixa tem sido fundamental nesse processo de transformação; por isso, precisamos defender que continue 100% pública.”

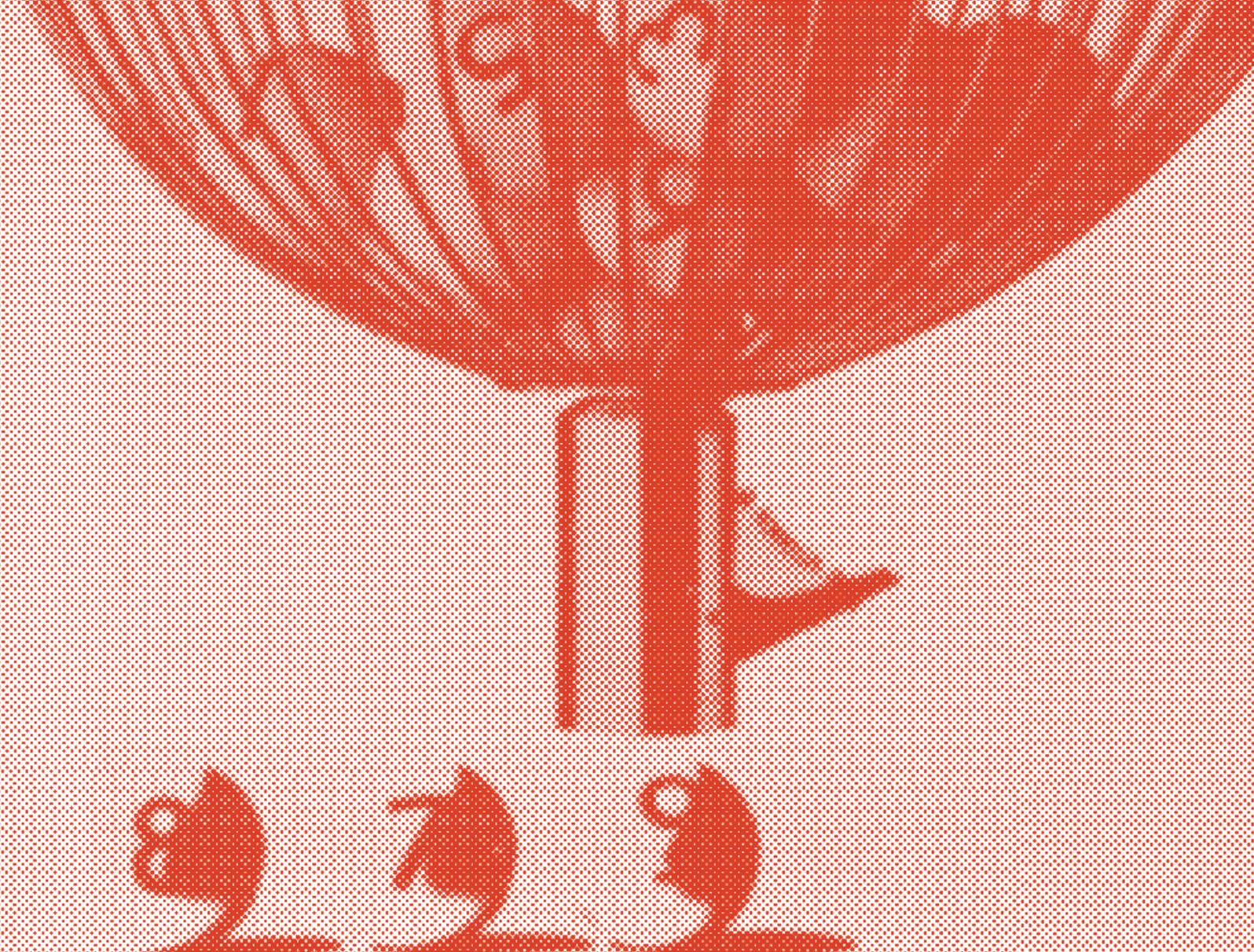
Após o cantor Toni Garrido e a atriz Ana Paula Grande anunciarem os 24 premiados de 2018, o show do baiano Saulo Fernandes manteve o pessoal da Caixa nos mesmos movimentos de luta e de cultura de 1986.

Uma proposta de Federação e Associação
das Empresas de Casa Econômica Federal

6

**A EMANCIPAÇÃO
FINANCEIRA:**

**UMA EXPERIÊNCIA
DE SUCESSO**



COM ESSA CENTENA VOCÊ GANHA SEMPRE

FENAE é o maior do Brasil Conselho de Segurança. É a maior entidade brasileira e continental representativa dos empregados do Comércio. Por isso, você ganha vantagens ao aderir ao plano saúde FENAE-Corinthians. Sua família e seu bem-estar são o nosso compromisso. Garanta a melhor cobertura disponível para você e sua família.

A FENAE-Corinthians de Segurança oferece o melhor plano de saúde de sua categoria. Os benefícios incluem cobertura hospitalar, odontológica, oftalmológica, maternidade, parto, parto de emergência, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-funeral, auxílio-maternidade e auxílio-funeral. É um plano de saúde de cobertura FENAE-Corinthians. Não deixe de garantir a melhor cobertura para você e sua família. FENAE-Corinthians. Sua família e seu bem-estar são o nosso compromisso.

PROCURE SUA ASSOCIAÇÃO NO SEU ESTADO



Nas páginas anteriores, capa do *Fenae Notícias*, de outubro de 1988, com manchete sobre a loteria Dobradinha Fenae 88 e peça publicitária da Fenae Corretora, publicada no *Fenae Notícias*, em agosto de 1988.

A independência financeira é um dos valores da Fenae e essencial para a defesa dos direitos dos empregados da Caixa pela manutenção da empresa 100% pública. Esse movimento de associações por sua independência financeira é uma luta inédita. A busca da autonomia vem da constituição da Federação. O primeiro presidente da Fenae, Arthur Ferreira de Souza Filho, sabia que o momento histórico exigia diplomacia, posições fortes e uma visão estratégica. O bom relacionamento com os representantes do poder durante a ditadura não impediu a Federação de criar instrumentos para ter liberdade de agir em benefício do empregado e das associações.

A criação da Fenae Corretora foi o primeiro movimento do projeto de independência econômica da entidade. A ideia surgiu durante um encontro entre Arthur e Murillo Ferreira, os dois integrantes do Conselho Fiscal da Sasse Seguradora, a Companhia Nacional de Seguros Gerais, responsável pelos seguros da Caixa e controlada pelo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizáveis, o Sasse. Arthur e Murillo viram na empresa uma possibilidade de a Federação obter recursos com a corretagem de seguros e investir na Fenae e nas associações. O presidente levou o tema da conversa a uma reunião da entidade, e o projeto caminhou.

O anúncio oficial da Corretora aconteceu durante a 2ª Reunião do Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae, em Belo Horizonte, em março de 1973. O fato ocupou um pequeno espaço no periódico da Federação, o *Fenae Notícias*, de fevereiro/maio daquele ano. A terceira nota de uma coluna informava que a Fenae Corretora de Seguros e Administração de Bens S/A estava em fase de instalação. O texto curto, quase uma certidão de nascimento e de compromisso, terminava dizendo que as associações também tinham participação na Corretora e que o objetivo era obter recursos em benefício do pessoal da Caixa.

A atuação inicial da nova Corretora foi em serviços exclusivos para a Caixa. A empresa foi criada em 1º de outubro de 1973 com função definida: corretagem de seguros cativos,¹ contratados pela Caixa para se proteger de riscos provenientes de suas atividades empresariais. O primeiro ano da empresa foi dedicado à conquista da autorização para intermediar os seguros. O presidente da Caixa, Karlos Rischbieter, concedeu a permissão em 4 de dezembro de 1974, um ano e dois meses após o início da operação da Corretora, com sede no Rio de Janeiro. Era um momento de crescimento. E a série de batalhas não demorou a começar.

Seis anos depois da luta pela autorização para a empresa operar, um duro golpe exigiu da Fenae e das associações união, gestão, articulação e solidariedade para manter a Federação em movimento. Em 1980, sem nenhuma justificativa, a Caixa transferiu os seguros cativos operados pela Fenae Corretora para a Unei Corretora, empresa recém-criada pela União Nacional dos Economizáveis Inativos (Unei), representante dos aposentados. A Federação e as associações reagiram individual e coletivamente.

¹ O seguro cativo é realizado para proteger a própria seguradora e seus proprietários contra riscos. É um autossseguro.

O FÃ DO FENAE



Para responder à falta de recursos, suspenderam provisoriamente as reuniões mensais da Diretoria Executiva. O *Fenae Notícias* também deixou de circular momentaneamente. Arthur, o presidente, não pensou duas vezes em usar parte de suas próprias economias para ajudar nas despesas da Federação. As associações com mais disponibilidade financeira também contribuíram com valores mensais. Na época, a Caixa não informou oficialmente o motivo, apenas alegou que exerceu seu direito ao retirar os seguros da Fenae. Em 1982, a Fenae Corretora reconquistou o direito de intermediar os seguros cativos da Caixa. Era o início da gestão de José Gabrielense Gomes Duarte, que presidiu a Fenae entre 1982 e 1986.

As dificuldades enfrentadas por Arthur serviram de alerta para os próximos dirigentes. Nos quatro anos à frente da Fenae, José Gabrielense manteve a Corretora gerando recursos para promover o associativismo e alcançar vitórias históricas, como o direito à sindicalização para os empregados da Caixa. O segundo presidente da Fenae conduziu a Federação em um período marcado pela transição do movimento associativo para uma nova fase, inaugurada com a eleição de Sérgio Nunes, que diversificou as fontes de recursos para não ficar na dependência financeira de poucas fontes de renda.

Sérgio Nunes sucedeu José Gabrielense e tomou posse junto com a nova diretoria, em 1986. Naquele mesmo ano, obteve uma conquista que irrigou as finanças da Fenae e das associações: uma compensação para as perdas provocadas pelo Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986. As medidas econômicas promovidas por Dilson Funaro, ministro da Fazenda do governo Sarney, reduziram momentaneamente a inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 14,37%, em janeiro, para 4,77%, em março, e 0,78%, em abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda brusca atingiu em cheio a rentabilidade que a Federação e as Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Apcefs) obtinham com a administração do

Um exemplar da tirinha *O fã da Fenae*, sobre a Fenae Corretora, publicada no *Fenae Notícias*, em outubro de 1988.

auxílio-alimentação. No final de 1986, os ganhos com a aplicação da verba do benefício representaram quase 54% do de todo o resultado relativo ao exercício. Pelo acordo feito com as associações, a Caixa adiantava em dois meses o valor do benefício. As entidades investiam o dinheiro e aplicavam os rendimentos nas sedes e na promoção do associativismo. Com o congelamento de preços, as associações continuaram administrando o auxílio-alimentação, mas o valor recebido pelo serviço despencou. Sem a renda, a saída encontrada pela Fenae foi negociar com a Caixa a cobrança de uma taxa mensal fixa de administração, estipulada em 5% do valor do auxílio.

A experiência com o auxílio-alimentação serviu de alerta. Em 1987, a Corretora deu o primeiro passo na direção do mercado. Até aquele ano, a empresa trabalhava com os seguros cativos da Caixa. Em maio, a Fenae Corretora e a Sasse Seguros diversificaram as apólices e passaram a oferecer seguros de vida em grupo conjugados com os de acidentes pessoais para empregados e também para o cliente da Caixa. Os produtos ganharam o nome de Nosso Clube, o Clube de Seguros dos Empregados da Caixa, e sinalizaram o caminho a ser seguido. Até aquele momento, as apólices dos empregados estavam espalhadas em outras entidades, como a Corretora Cajuti, uma empresa privada carioca, a Associação Gaúcha de Economiários Aposentados (Agea), a Unei e a a própria Fenae Corretora. Os seguros foram, então, unificados, e cada uma das corretoras ficou com 25% da apólice.

Ao fim do processo, toda a carteira de seguros das quatro corretoras, antes diluída na concorrência, ficou concentrada na Sasse Seguros. A Fenae teve uma conquista significativa ao se tornar “estipulante”² da apólice e passou, então, a representar legalmente os empregados com seguro de vida. Já a Corretora ganhou o direito de ser a gestora e a administradora do seguro de vida do pessoal da Caixa, com poder de negociação junto ao Sasse. A nova fase abriu espaço para a Corretora conquistar uma participação significativa sobre os ganhos da nova apólice. O produto era uma joia rara no mercado de seguros. Os concursos da década de 1980 para ampliação do quadro de empregados fizeram da Caixa uma empresa com muitos escriturários em início de carreira. O número expressivo de trabalhadores jovens resultava em um seguro de vida de baixa sinistralidade e boa lucratividade. Os dois produtos foram bem recebidos internamente e pelos clientes. Em sete meses de operação, o Clube estava instalado em todos os estados, com um volume de 16 mil vidas, “um verdadeiro recorde no mercado segurador”, segundo editorial de dezembro de 1987 assinado por Sérgio.

O seguro de vida foi um marco na relação dos empregados da Caixa, do banco e da Sasse Seguros com a Fenae Corretora. Inaugurou uma modalidade de venda de apólice para o cliente do banco que fez a diferença na história da Fenae, das Apcefs e de todo o pessoal do universo Caixa. O seguro que mais tarde ganharia o nome de Vida Azul possibilitou

2 Estipulante é a pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investida de poderes de representação do segurado, nos termos da legislação e da regulamentação em vigor.

implantar um sistema de remuneração variável para o empregado e multiplicou em milhares a capilaridade da Corretora. Quem indicasse um cliente para a Corretora recebia uma premiação, e a venda de balcão também passou a ser um dos motores de crescimento da empresa.

VIAJAR É PRECISO

O sucesso dos dois seguros refletia um momento produtivo e criativo da Fena. O ano 1987 foi ímpar na cultura, nos esportes e nos negócios da Federação, que promoveu os Jogos Fena, o primeiro festival de teatro, o Fenarte e a segunda edição do encontro musical, o Fenec. Esses eventos propiciaram a criação da Fenaetur, uma agência de turismo própria para agilizar os processos e reduzir os custos de transportes e de hospedagens de atletas, artistas, participantes dos eventos esportivos e culturais. Os empregados da Caixa ganhavam um desconto de 5%.

Desde o início, o pessoal da Caixa divulgou os serviços da Fenaetur a amigos e familiares, e a agência começou a atender clientes que não trabalhavam no banco. Durante os eventos, oferecia serviços para atender competidores e acompanhantes vindos de outras regiões. Em 1987, empregados e seus familiares que foram a Belo Horizonte para os Jogos Fena tiveram a opção de conhecer a capital mineira e as cidades históricas de Mariana, Ouro Preto, São João del-Rei e Congonhas em excursões organizadas pela Fenaetur.

A vocação da Fenaetur como facilitadora na organização de eventos próprios não impediu que a empresa fosse longe. A agência, com sede em Brasília, no Edifício União, Setor Comercial Sul (SCS), teve atuação nacional, oferecendo passagens, hospedagens, pacotes de turismo e seguro-viagem para terceiros. Em 1994, a empresa prestou atendimento no 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo, e vendeu passagens aéreas e hospedagens para a delegação internacional de sindicalistas. Os produtos oferecidos atendiam às necessidades da Federação, da Caixa e do público externo. As ofertas de viagem da Fenaetur eram diversas, nacionais e internacionais, da Serra Gaúcha a Cuba ou Paris. Os nomes dos pacotes eram chamativos, para conquistar clientes de ideologias e curiosidades distintas. O turista, em 1990, poderia conhecer a “União Soviética – portas abertas” ou fazer “Compras de Natal em Nova York”.

A estratégia da independência financeira seguiu a lógica da diversificação de investimento. Em 1987, no mesmo ano em que entrou para o setor de turismo com a Fenaetur e ampliou a atuação no segmento de seguros com o Nosso Clube, a Fena estreou no varejo de combustível, comprando um autoposto em Brasília. A Fena Comércio e Derivados de Petróleo Ltda. teve um início animador. Graças ao desempenho positivo da primeira unidade, a Federação conseguiu a concessão de outro posto

de combustível, com investimentos zero por parte da Fenae. O nome era uma homenagem à árvore nascida e preservada na área do posto. A espécie foi a inspiração para uma campanha, em 1991, de distribuição de 5 mil mudas de árvores entre os clientes.

Apesar das muitas investidas e sucessões empresariais, as tentativas de minar a estabilidade financeira da Fenae não cessaram após o regime militar sair da cena política. No governo José Sarney, cortar fontes de financiamento da Federação foi um dos mecanismos para tentar enfraquecer a entidade. No ano em que a Federação cresceu, ao reforçar o setor de seguros e diversificar o portfólio, criando a Fenaetur e a Fenae Petróleo, a Caixa desfez um acordo, para prejudicar o movimento reivindicatório dos empregados. Em represália à greve de setembro de 1987, o banco retirou das entidades representativas do pessoal da Caixa a administração do auxílio-alimentação dos empregados.

A Federação e as associações perderam, de uma só vez, a taxa de 5% para administrar o cheque-alimentação, conquistada em 1986, e a rentabilidade obtida com o investimento do valor do benefício antecipado pela Caixa. Ao contrário de março de 1986, quando a inflação despencou após o Plano Cruzado, os preços voltaram a subir em 1987, e o IPCA fechou o ano em 363,41%, segundo o IBGE. Em outubro, mês da retaliação do banco contra a Fenae, a alta mensal foi de 11,22%. Sem o valor do benefício repassado antecipadamente pela Caixa, as entidades perderam a possibilidade de investir os recursos no mercado financeiro, serem remuneradas com taxa proporcional aos índices de inflação e aplicar os elevados rendimentos no associativismo.

O prejuízo para a Fenae e para as Apcefs foi significativo. Na época, a Federação calculou uma perda de 70% nas receitas da Fenae com o corte dos 5%. A saída emergencial para estancar a crise foi lançar, em dezembro de 1987, uma campanha de arrecadação. Os empregados receberam, por mala direta, uma carta e um requerimento para doação de 5% do salário mínimo de referência.³ A carta explicava que a quantia sugerida passou a ser creditada no contracheque após o rompimento do convênio da Caixa com a Fenae. O valor representava os 5% pagos à Federação pela administração do auxílio-alimentação. Uma das campanhas deixava clara, mais uma vez, a importância da independência da Fenae. Com o título “Doe 5% e ganhe 100%”, o texto ia direto ao ponto: a “Fenae só continuará liderando os movimentos da categoria, em nível nacional, se tiver recursos financeiros para isso”. Em janeiro de 1988, 20% do pessoal do banco, cerca de 9 mil pessoas, já tinham ouvido o chamado e aderido ao Fenae Doação.

O movimento para se defender e continuar independente fez a Fenae ir à procura de caminhos alternativos. A busca levou a duas experiências desenvolvidas em clubes de futebol do Rio Grande do Sul: o Bolão do Grêmio e o Sorteio do Internacional. A Assessoria de Marketing da Fenae

³ *Fenae Notícias*, n. 24, p. 11, dez. 1987.

foi a Porto Alegre conhecer de perto as duas iniciativas e reunir-se com os responsáveis pelas promoções. O Bolão e o Sorteio eram fontes de recursos para o Tricolor Gaúcho e o Colorado.

Em outubro de 1988, a Federação lançou uma versão própria: a Dobradinha Fenae, um sorteio nacional de carros, motos e videocassetes pela Loteria Federal. O singular da promoção era a premiação em dobro. Cada bilhete dava direito a dois prêmios. E o empregado tinha duas opções: comprar a cartela e concorrer a dois prêmios ou vender o bilhete a uma terceira pessoa. Nesse caso, se o número da Dobradinha sorteada desse direito a dois automóveis, um carro seria entregue a quem havia comprado e o outro veículo iria para o empregado da Caixa que vendera a cartela.

O sistema também era engenhoso; a Fenae firmou convênio com a Caixa, e os bilhetes tinham validade com a autenticação de pagamento. O comprador recebia a cartela com três vias e, no ato do pagamento, ficava com a primeira. A segunda era recolhida pelo banco, e a terceira, encaminhada à Fenae. Esta procedia ao controle de quem comprara e de quem vendera a cartela. No primeiro ano, a Fenae imprimiu 200 mil unidades. Uma parte foi enviada a todos os empregados da Caixa, e a outra, para as associações venderem em suas sedes.

A loteria foi motivo de festa em dose dupla. Entre os premiados, não era raro um empregado ganhar dois carros ou dividir com uma pessoa da família. Os menos sortudos podiam ser premiados se fossem recordistas de vendas no estado ou no país. Manoel Oliveira dos Santos, do Posto de Atendimento Bancário (PAB) de Açominas, em Minas Gerais, liderou o *ranking* nacional de 1989, com 3.546 cartelas vendidas. Como prêmio, foi torcer pelo Brasil na Copa de 1990, na Itália, com tudo pago.

A Federação promoveu cinco edições anuais da Dobradinha, em 1988, 1989, 1990, 1991 e 1992, mas exigências e dificuldades para a liberação obrigaram-na a interromper a série de sorteios. A Dobradinha era autorizada pelo Ministério da Fazenda, mas a realização dependia de autorização anual do setor da Caixa responsável pelos jogos lotéricos. A cada ano, ficava mais difícil conseguir a assinatura para liberá-la. A demora para obter a autorização era um obstáculo ao planejamento, e a Federação decidiu, após a edição de 1992, não promover mais a loteria.

Os desafios durante o regime militar e o governo Sarney e as soluções apresentadas pela Fenae para assegurar sua independência, como a campanha de doação de 5% e a Dobradinha, prepararam a Federação para enfrentar os ataques vindos durante o governo do presidente Fernando Collor, entre 1990 e 1992. Um capítulo protagonizado pelo novo presidente da Sasse Seguros resume o clima do período: Manoel Dantas Matos assumiu o cargo com a missão de concentrar na empresa todos os seguros habitacionais do mercado brasileiro. Ele não poupou esforços para mudar o perfil da seguradora e promoveu cortes de produtos que afetaram a Fenae Corretora.



Foto do coquetel de inauguração da Fenaetur, no Rio de Janeiro, 1976.

A decisão mexeu com todas as outras apólices negociadas pela seguradora. Primeiro, ela deixou de oferecer os seguros de vida tanto para os clientes do banco quanto para os empregados. Em seguida, as apólices do pessoal da Caixa, antes divididas com a Cajuti, a Agea e a Unei, tornaram-se exclusivas da Fenaetur Corretora. A medida, aparentemente positiva, veio acompanhada de outra decisão para desidratar as reservas da Federação: a comissão mensal de corretagem despencou de 20% para perto de 1%. A reestruturação também atingiu os profissionais de venda da Corretora, que deixaram de atuar nas agências.

As mudanças minaram o presente e postergaram para um futuro incerto projetos em andamento. Um deles estava perto de ganhar o mercado, pois a Corretora acabara de concluir o planejamento para lançar uma série de seguros de ramo patrimonial, como empresariais, residenciais e de condomínios, em parceria com outras seguradoras. Alexandre Siqueira Monteiro, que trabalhou durante 30 anos na Corretora, de 1987 a 2017, afirma que a companhia enfrentou e resistiu a constantes ameaças. Ele é filho de Idimar Ramos Bastos, um dos vice-presidentes da Fenaetur na gestão de Sérgio. O jovem foi levado à empresa depois de trabalhar em um banco privado, onde começou como contínuo, e, em dois anos, alcançou cargo de chefe de sessão, aos 17 anos. Diante dos cortes impostos

à companhia, Alexandre viu o pai repetir o gesto de Arthur Ferreira de Souza, quase dez anos depois. Idimar pagou funcionários da empresa com recursos próprios.

“A REVOLUÇÃO DA NOSSA INDEPENDÊNCIA”

O *impeachment* de Fernando Collor reduziu a pressão sobre os executivos, a Corretora e o país. Com a mudança de governo, a empresa pôs no mercado os seguros patrimoniais⁴ em parceria com a Sasse e outras seguradoras privadas e deu um passo à frente na recomposição de suas finanças, das finanças da Federação e das finanças das associações. O lançamento do bilhete de seguro, uma forma mais simples e desburocratizada, comparada com a apólice tradicional, acelerou os ganhos com vendas de até 120 mil contratos por mês. O novo produto trouxe também o profissional de vendas da Fenaec Corretora, que tinha sido afastado em 1990, de volta às agências.

O bom desempenho da Corretora ajudou a Fenaec a atravessar um longo período de luta em um cenário econômico adverso. A década de 1990 foi marcada por programas de austeridade dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e uma onda de privatizações. Em 1993, Sérgio terminou o segundo mandato consecutivo, publicando um balanço financeiro informal no *Fenaec Notícias* de março. O título “A revolução da nossa independência” dava o tom do texto do presidente da entidade. O episódio do auxílio-alimentação foi lembrado como um ponto de inflexão e para reafirmar que uma federação, para apoiar a luta sindical dos empregados, não deve ser “financiada com recursos do empregador”.

4 Seguros patrimoniais são destinados a empresas, condomínios e residências, com cobertura de incêndio, roubo e outros.

Peça publicitária da Fenaetur, no *Fenaec Notícias*, em outubro de 1988.

Anúncio da Dobradinha Fenaec, no *Fenaec Notícias*, em agosto de 1989.

E a campanha do Nosso Clube, também no *Fenaec Notícias*, em junho de 1987.

Quem trabalha na Caixa não passa trabalho para viajar.

Para quem trabalha na Caixa é muito difícil viajar sem o conforto e a segurança da Fenaetur. A Fenaetur oferece a melhor cobertura de seguro para quem trabalha na Caixa e precisa viajar. O seguro cobre danos materiais e pessoais, além de despesas com hospitalização e transporte. É um seguro simples e fácil de contratar. Para mais informações, consulte o representante da Fenaetur em sua agência.

Fenaetur é uma empresa de seguros que oferece a melhor cobertura de seguro para quem trabalha na Caixa e precisa viajar. O seguro cobre danos materiais e pessoais, além de despesas com hospitalização e transporte. É um seguro simples e fácil de contratar. Para mais informações, consulte o representante da Fenaetur em sua agência.

ATENÇÃO APOSTADORES: A DOBRADINHA VAI PARA O 2º TURNO.

Os 400 mil apostadores de Dobradinha já estão apostando. Mas a aposta continua muito quente. Por isso, a Fenaec decidiu aumentar para 100 milhões o prêmio em dinheiro para quem acertar no sorteio de 23 de dezembro. Para quem quer garantir o prêmio, basta apostar no sorteio de 23 de dezembro. Mas não se esqueça de apostar no sorteio de 23 de dezembro. Para quem quer garantir o prêmio, basta apostar no sorteio de 23 de dezembro. Mas não se esqueça de apostar no sorteio de 23 de dezembro.

Sorteio dia 23 de dezembro pela extração de Natal da Loteria Federal.

De vento em popa

Como o lançamento do *NOSSO CLUBE* a FENAEC está proporcionando um futuro brilhante para você e sua família, além de fortalecimento da sua Associação e do partido. *De vento em popa* é um seguro de vida que garante a sua família o melhor futuro.

Para quem quer garantir o futuro de sua família, basta contratar o seguro *De vento em popa*. É um seguro simples e fácil de contratar. Para mais informações, consulte o representante da Fenaetur em sua agência.

Carlos Alberto Caser assumiu a Fena e com a experiência de ter sido o vice-presidente de Sérgio durante os embates com a Caixa. O cenário político-econômico, porém, impôs um novo estilo à gestão, sem abandonar o princípio da independência como norteador das ações. Se o gaúcho “Serginho” diversificou os investimentos, o capixaba Carlos Alberto concentrou esforços para o balanço da Fena e ficar no azul e enfrentar a ameaça da privatização da Caixa, bem como o arrocho salarial dos empregados do banco público, além de contribuir com a saúde financeira das associações.

Os números contábeis da Fenaetur e da Fena e Petróleo não estavam mais equilibrados. Carlos Alberto precisou adotar medidas para proteger a autonomia da Federação. Os dois postos de gasolina foram vendidos em 1994. A empresa de turismo seguiu, tentando superar os desafios naturais de um setor com fortes concorrentes e características próprias; um negócio nada simples e que ainda enfrentava a oposição da Caixa. O banco mantinha duas contas na Fenaetur: uma para reserva de hotéis, rentável, e outra de passagens aéreas, deficitária. Quando a Caixa cancelou a primeira, o espaço para ganhos ficou ainda mais exíguo. Para estancar as perdas, a empresa foi fechada em 2002.

PÉ NO CHÃO: A PROFISSIONALIZAÇÃO FINANCEIRA DA FENAE (2000-2012)

A Corretora criada por Arthur Ferreira, mantida por José Gabrielense Gomes Duarte e ampliada por Sérgio Nunes e Carlos Alberto Caser, registrava um desempenho expressivo no fim da década 1990, mas as expectativas a médio prazo não eram boas. O faturamento da companhia havia crescido cerca de 600% entre 1994 e 1998, porém o otimismo não se projetava para o futuro. O fato de a Caixa não ter uma área de seguro estruturada era um ponto de atenção. A diretoria da Corretora propôs um programa para organizar e incrementar o setor de seguros da Caixa, o banco aceitou e montou um grupo de trabalho, com a participação da Corretora. A Sasse Seguros não participou da etapa inicial. Durante o ano 1999, a equipe da Corretora desenhou, junto com o pessoal do banco, cada etapa do processo, na ponte aérea Rio-Brasília-Rio. Na capital federal, eram definidas as estratégias tanto da parte técnica e operacional do setor de seguros da Caixa quanto da área de distribuição comercial dos produtos. Nessa etapa, os profissionais da Corretora incluíram a empresa como uma peça importante nos processos a serem implantados. Na sede da empresa, no Rio de Janeiro, as informações eram repassadas a grupos de empregados.

Os resultados, apresentados em 2000 em uma reunião entre a Corretora, a Fena e, a Caixa e a Sasse, foram aplaudidos e elogiados. Na hora de implantar o projeto desenvolvido em 1999, porém, os processos, sob a responsabilidade da Corretora, foram suprimidos e transferidos para a Sasse e a Caixa. As atividades dos agentes de vendas, por exemplo, ficaram com a seguradora. Com a decisão, os profissionais da Corretora não puderam

mais atuar nas agências. O revés aconteceu durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1999, o Partido da Frente Liberal (PFL), sigla do vice-presidente Marco Maciel (PE), abriu caminho para Emílio Carazzai ocupar a presidência da Caixa. A virada de século chegou com terceirização, perdas salariais, demissões sem justa causa e medidas contrárias aos negócios da Corretora.

A Fenae, presidida por Carlos Augusto Borges entre 1999 e 2003, seguiu na luta para proteger os empregados e foi cirúrgica nas ações de defesa da Corretora, fonte de recursos da Federação e garantia de independência financeira da entidade e das associações. Uma das decisões foi promover Alexandre Siqueira Monteiro a superintendente nacional da Corretora, em 2000. Pelo lado da Caixa, a direção trabalhava para tirar da Corretora os seguros da Sasse. Parte da cúpula do banco, porém, estava a favor da Fenae Corretora. O elogiado projeto desenvolvido para o setor de seguros do banco pesou na defesa da companhia.

A Fenae Corretora resistiu e negociou um acordo com a Caixa em 2000. A direção da Corretora entregou uma proposta que, a curto prazo, satisfizesse o banco, implementando mudanças com impactos positivos a médio prazo. Na prática, as comissões sobre seguros vendidos nas agências foram reduzidas, enquanto o comissionamento de produtos cativos foi ampliado. A Corretora saiu menor, perdeu o direito conquistado em 1993 de manter corretores nas agências, mas continuou produzindo e mantendo a autonomia da Federação. O balanço dos três anos e dois meses de Carazzai à frente do banco, publicado no *Fenae Agora*, número 30, de junho de 2002, classifica a administração como “um desastre” para o banco, os empregados, a Corretora e a Fenae.

O século 21 trouxe mudança de controle da Sasse Seguros. Em fevereiro de 2001, a estatal francesa CNP Assurance adquiriu, por meio de leilão, os 50,75% das ações da seguradora que pertenciam à Fundação dos Economistas Federais (Funcef). As participações da Caixa, da Fenae e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Sasse continuaram as mesmas. O banco manteve os 48,21% das ações da seguradora. A Federação permaneceu com 1%, e o INSS, com 0,04%. Após a transferência de controle da seguradora da Funcef para a CNP Assurance, a marca Sasse Seguros tornou-se Grupo Caixa Seguradora. A mudança na composição societária também representou a oficialização da exclusividade da Caixa Seguradora na venda de seguros no balcão da Caixa por mais 20 anos. A vantagem competitiva, antes de fato, passou a ser de direito.

Uma das primeiras decisões da Caixa Seguradora, ao não renovar o seguro de vida de 46 mil empregados, foi criar uma nova apólice. O produto substituto tinha desvantagens em relação ao anterior, como parcelas mais caras e restrições de cobertura. No primeiro momento, das 46 mil pessoas titulares da apólice descontinuada, apenas 5 mil aderiram ao novo produto. A Federação resistiu em aceitar a mudança, mas preferiu

apostar no diálogo, com o objetivo de melhorar o seguro de vida do pessoal da Caixa. Os 28 anos de experiência da Fena Corretora no mercado de seguros foram importantes no processo de ajuste no perfil da apólice, feito em parceria com a Caixa Seguradora. O tempo mostrou que a decisão foi a mais correta. Nos três anos seguintes, o trabalho da Corretora e da seguradora foi reconhecido pelo pessoal da Caixa, e os empregados voltaram a contratar o seguro.

5 Seguro de crédito é o seguro que protege a empresa contra o não pagamento de dívida de transações comerciais.

6 A Susep é uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia, o órgão responsável pelo controle e pela fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Ela supervisiona os mercados brasileiros de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.

O início dos anos 2000 foi importante para a Fena Corretora reorganizar a estrutura e os processos, implantando medidas para tornar a companhia mais eficiente operacionalmente. A Corretora reestruturou-se, reduziu custos, investiu em tecnologia e orientou o foco de atuação para segmentos mais rentáveis, como o seguro de crédito.⁵ A etapa seguinte foi a transferência da sede da empresa do Rio de Janeiro para Brasília. A diretoria da Fena e os executivos da corretora analisaram o cenário e concluíram que a empresa deveria se aproximar do banco e da Caixa Seguradora, diante dos números expressivos do setor de seguros. A série histórica com o faturamento dos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep)⁶ ajuda a traduzir o momento do setor. Entre 1996, quando a pesquisa foi iniciada, e 2003, a receita do setor quase dobrou, crescendo 99,6%, de 22,3 bilhões de reais para 44,5 bilhões, segundo a Susep. A Federação e a Corretora iniciaram, então, o processo de transferência da empresa da capital fluminense para Brasília. Assim, em setembro de 2003, a Fena inaugurou a nova sede da Corretora no Edifício Liberty Mall, na capital federal.

A Fena e a Corretora começam um novo capítulo de sua história de independência financeira. Mais próxima geograficamente da Caixa Seguradora e do banco, a empresa pôde mostrar todo o seu conhecimento do mercado brasileiro de seguros. A companhia foi fundamental na modelagem de novos negócios da seguradora e ajudou no desenvolvimento de apólices tecnicamente complexas, como as de seguros de automóveis e de lotéricos. O desenho dos produtos exigia um saber que a empresa criada por Arthur Ferreira de Souza Filho tinha adquirido nos últimos 30 anos de luta. A assessoria na implantação das apólices aproximou a companhia da Caixa Seguradora e da área de seguros do banco.

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) não interferiu na autonomia da Fena, presidida entre 2003 e 2008 por José Carlos Alonso. As portas do banco e da seguradora não ficaram fechadas à excelência técnica da companhia, inaugurada em 1973. Quando a nova administração da Caixa analisou os detalhes do estudo desenvolvido em 1999, chegou à conclusão da importância do trabalho da Corretora dentro das agências. O projeto também foi levado à Caixa Seguradora para validar um dos pontos mais importantes: a inserção da Corretora no processo comercial. A nova dinâmica previa o retorno do corretor de seguros ao ponto de vendas. Em 2000, a Corretora tinha perdido essa vantagem competitiva.



O projeto de reformulação da área de seguros da Caixa, criado em 1999 e aplicado parcialmente em 2000, foi finalmente implantado por completo em 2003. A função da Corretora dentro do processo de venda de seguro foi ampliada. A empresa passou a atuar nas áreas comercial, técnica e operacional, desde o desenho de produto, a estratégia de venda e a distribuição até a cobrança. A afinação da parceria entre a Corretora, o banco e a seguradora mostrou-se positiva. A taxa de crescimento da companhia da Federação era de dois dígitos. O momento também foi propício para a Fenaé transformar em recursos o 1% que detinha na Caixa Seguradora. Em 2003, o valor total da negociação com a CNP Assurance, investido no associativismo, ficou em torno de 25 milhões de reais.

PAR

As mesmas páginas do periódico *Fenaé Agora* de setembro e outubro de 2003, que anunciavam a chegada da Corretora a Brasília, traziam um anúncio com a sigla PAR, em maiúsculas, e texto informativo: “Um Programa de Relacionamento em que VOCÊ está em primeiro lugar. Em breve, os Empregados e os Aposentados da CAIXA vão conhecer muitas formas de benefícios para melhorar a qualidade de vida e garantir o futuro”. A publicidade institucional revelava parte do projeto do Programa PAR pensado dentro da Corretora, aprovado por José Carlos e pela diretoria da Fenaé, e lançado em junho de 2004.

O conceito que definiu o Programa PAR está na essência do associativismo desenvolvido pela Fenaé e pelas Apcefs: construir relacionamento com os empregados, ampliar o número de associados e, juntos, conquistar benefícios. A plataforma reproduziria, no universo digital, o sistema que a Federação havia erguido nos 31 anos de existência. As premiações recebidas pelo empregado também deixaram o real: o valor, que não podia mais ser pago em dinheiro, passou a ser creditado em pontos. Relacionamento, reconhecimento e recompensa formavam o tripé de sustentação do PAR.

Os canais de relacionamento procuravam trabalhar ou despertar o potencial e o talento do pessoal cadastrado. Ao acessar o *site*, o empregado entrava em contato com uma série de produtos e serviços nas áreas de

Acima e na próxima página, o diretor de Relações do Trabalho da Fenaé, José Carlos Alonso, entrega as chaves do carro à vencedora do prêmio da Dobradinha Fenaé, em dezembro de 1991.



7 Programa de relacionamento e reconhecimento do Grupo Caixa Seguros, em parceria com a Fenae Corretora, voltado a empregados da rede Caixa e focado em incentivar a indicação de novos negócios e retenção de clientes.

seguro, previdência, assistência jurídica, entre outras. No mesmo endereço, podia inscrever-se em concursos de literatura, no festival de música e para disputar os Jogos Fenae. O reconhecimento estava ligado ao grau de relacionamento na plataforma de cada pessoa cadastrada no sistema. Quanto mais o sócio acessava o *site* e interagiu com as ações, melhor era para ele, para o Programa e para os parceiros do PAR — a Fenae, as Apcefs, a Corretora, a Caixa, a Caixa Seguros e a Funcef.

O reconhecimento pela participação do empregado era traduzido em prêmios. Na prática, a premiação por indicar um produto ou por tirar o primeiro lugar no concurso de poesia, ou ainda por angariar a vitória no atletismo nos Jogos da Fenae, era convertida em pontos, a moeda do PAR. O empregado tinha uma conta, e os pontos eram trocados por produtos ou serviços. O pessoal cadastrado no Programa também podia doá-los em benefício de uma instituição chancelada pelos parceiros.

Em abril de 2005, antes de completar um ano, o Programa contabilizava 38.386 participantes e 1.258.722.383 pontos distribuídos. Isso mesmo, 1 bilhão. Os prêmios de quatro eventos culturais de 2004 — FotoFenae, LetraFenae, MúsicaFenae — somaram 2.290.000 pontos. Os parceiros e a Corretora aceleraram seus negócios com projetos no ambiente digital. O programa Sempre ao Lado⁷ ofereceu pontos em reconhecimento aos esforços de compra, venda e incentivo à comercialização dos produtos do grupo Caixa Seguros. A ferramenta também ampliou convênios com empresas de abrangência nacional e regional, oferecendo descontos para os cadastrados.

Em agosto de 2005, foi aprovada, em reunião do CDN, a organização estrutural e societária da unidade empresarial da Fenae, que até então era constituída pela Fenae Corretora de Seguros S/A. Naquele ano, ela foi ampliada com a criação da Corporate Administração Imobiliária Ltda. Essa nova organização profissionalizou ainda mais o PAR e as outras atividades de negócios da Federação. Para abrigar a nova empresa, foi criada a FPC Participações Corporativas S/A, com 99,99% de seu capital social pertencendo à Fenae. Por força de composição legal, o presidente eleito da Federação ficava com a cota de 0,01%. A ação tinha caráter intransferível, sendo obrigatória sua cessão a quem se elegeisse ao cargo.



A FPC Participações Corporativas não era uma empresa com atividades operacionais. A *holding* foi constituída com uma estrutura societária, para abrigar todos os negócios da unidade empresarial da Fena. Com a reorganização societária, a Federação deixou de ter ações ou cotas de qualquer outra empresa além da *holding*. Todas as participações passaram a ser através da FPC. O Programa PAR também ganhou outro *status*: na nova organização, a plataforma de relacionamento ganhou uma equipe e um escritório próprios, mas dentro da estrutura da Fena Corretora. Para tanto, foi criada uma Sociedade em Contas de Participação (SCP). A SCP permitiu a separação formal do que era o Programa PAR na contabilidade da Corretora, e a reorganização societária deu horizontes mais amplos ao Programa. Em 2006, estreou em novo portal, e a marca foi reformulada. Uma ação convocou os empregados e aposentados a escolher o nome do mascote, batizado de Parceirinho, e o PAR evoluiu para ser uma plataforma de lançamento regular de novidades. Todo mês, uma campanha mobilizava os sócios. Em abril, já com 53 mil participantes, a Páscoa motivou uma campanha para transferir pontos para os projetos sociais da Pastoral da Criança. Quem doasse recebia um cupom para concorrer a uma viagem para Gramado (RS) e a 20 cestas de chocolate. O Bolão PAR mobilizou torcedores do Brasil cadastrados no *site* a opinar sobre os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2006, na Alemanha, e concorrer a um automóvel.

Comemoração do
40º aniversário
da PAR Corretora,
na Hípica Arena de
Brasília (DF), 2013.

O ano fechou com o “Natal para Todos”, um resumo da multiplicidade da plataforma de relacionamento. A campanha de fim de ano reuniu quatro ações cooperadas e simultâneas: Pesquisa Premiada, Natal Cultural, Parceria Solidária e É Show. A iniciativa era voltada a empregados ativos e aposentados da Caixa, empregados do grupo Caixa Seguros, da Fenaef/Apcefs e da Fenaef Corretora, além dos empregados e dos assistidos da Funcef. A promoção Natal Cultural foi concebida como projeto, para angariar recursos com o objetivo de criar e promover eventos culturais. O alicerce da ação cooperada era o “Eu Faço Cultura – Movimento Cultural do Pessoal da Caixa”, que permitia aos empregados do banco, com base na Lei Rouanet, doarem até 6% do imposto de renda devido a projetos culturais sem pôr a mão no bolso. O empregado que investisse em cultura durante a campanha pela plataforma participaria de sorteios do “Natal para Todos” e receberia brindes especiais, a exemplo de uma camiseta com a frase “Eu faço cultura”.

A ação Parceria Solidária permitiu transformar pontos em produtos destinados ao projeto Movimento Solidário, criado em 2005 pelo Comitê de Responsabilidade Social da Fenaef, para fomentar o desenvolvimento econômico, social e sustentável de comunidades carentes. Em 2006, a cidade beneficiada foi Caraúbas do Piauí (PI), e a campanha de fim de ano estimulou a doação de filtros de barro, enxadas, foices, produtos escolares e de higiene bucal, além de brinquedos educacionais. O doador que desejasse teria a oportunidade de concorrer a uma viagem ao município piauiense e participar de um evento como voluntário.

A Pesquisa Premiada convidava o empregado e o aposentado a responderem a perguntas sobre o PAR e os parceiros dos programas. Quem participasse tinha até duas recompensas: cupons com raspadinhas virtuais, concorrendo a cinco prêmios de 50 mil pontos PAR, na época equivalente a R\$ 500,00. Quem tivesse produtos do Caixa Seguros concorria também a um sorteio de mais cinco prêmios de 50 mil pontos PAR. A ação É Show completou a campanha com a apresentação de Lulu Santos para os associados do Distrito Federal. O desafio para ganhar um dos 1.500 ingressos era responder a um *quiz* sobre música.

O Programa PAR transformou-se em empresa com CNPJ e recebeu a marca PAR Relacionamento em 2007. A recém-formada companhia passou a gerir o ambiente digital Programa PAR. A evolução e o crescimento da plataforma mostraram que a empresa era um universo de possibilidades quase infinitas de trocas entre os parceiros do PAR e os empregados e aposentados cadastrados no ambiente digital.

O pessoal da Caixa conquistou outro benefício no meio virtual, em 2007, quando a Federação criou um setor de convênios, estabelecendo parcerias com empresas e oferecendo descontos para o empregado. Os primeiros convênios firmados pela Fenaef abrangiam exclusivamente a área de educação. Os associados das Apcefs tinham acesso a cursos em

universidades do país com preços especiais. As parcerias foram ampliadas, e o *site* ganhou mais cinco categorias: gastronomia, eletrodoméstico, lazer e turismo, vestuário e veículo. Para obter o benefício, o associado à Apcef acessava a página do convênio no portal da Fenae e escolhia o produto. Um cupom de desconto era enviado ao empregado após o preenchimento de um formulário com dados pessoais, solicitando a promoção. Algumas lojas virtuais parceiras disponibilizavam um código que, inserido durante a compra, reduzia o valor final do produto.

O MUNDO CAIXA

O Programa PAR, gerido pela empresa PAR Relacionamento, trocou de nome e passou a se chamar Mundo Caixa, em dezembro de 2009. O surgimento do Mundo Caixa (ver box ao final do capítulo) fez parte de uma mudança maior. No mesmo mês, o nome Fenae Corretora foi substituído por PAR Corretora, e a empresa juntou-se a um grupo de outras criadas com a mesma marca sob o guarda-chuva da FPC Participações Corporativas, *holding* controlada pelo Grupo PAR. Em dezembro de 2009, as cinco empresas — PAR Saúde, PAR Relacionamento, PAR Finanças, PAR Negócios Imobiliários e PAR Corretora — compunham o Grupo PAR. Com o objetivo de atuar em mais áreas de negócios e gerar recursos para o fortalecimento do movimento associativo, o portfólio da *holding* foi ampliado com a PAR Férias e a PAR Tecnologia. Cada PAR tinha autonomia para gerir seus negócios. O papel da *holding* era fazer a controladoria, acompanhar a vida financeira das companhias e administrar a parte comum que existia entre as empresas.

A sintonia da Federação com os avanços sociais e econômicos pelos quais passava o país levou o Grupo PAR a aceitar o convite da Caixa para investir no setor de microcrédito. Em junho de 2012, foi criada a Crescer, uma sociedade entre a Fenae e Caixa Participações.⁸ A empresa oferecia microcrédito para pequenos e microempreendedores. O grande marco do ano, porém, aconteceria quatro meses depois, com a reorganização administrativa e societária do Grupo PAR. A principal mudança envolveu a venda de 49% das ações da PAR Corretora, empresa que recebeu nova configuração jurídica, como FPC PAR Corretora de Seguros S/A. Os compradores foram a Caixa Seguros Holding (25%) e o grupo de investimentos GP (24%). A Fenae Federação e as Apcefs mantiveram o controle da Corretora, com 51% das ações. A venda e a reorganização foram discutidas durante o ano 2012, até outubro, quando a negociação foi fechada, e os documentos, assinados, no dia 8. A aprovação foi unânime, tanto na diretoria executiva quanto no CDN da Fenae.

A mudança na composição societária da Corretora trouxe investimento, recursos e ainda mais independência na atuação da Federação e das associações. Valores que as Apcefs receberam por serem sócias da

8 Caixa Participações é uma subsidiária integral da Caixa.

empresa foram destinados à promoção do associativismo e à ampliação e reformas das sedes. Pedro Eugenio Beneduzzi Leite, presidente da Fenae entre 2008 e 2014, deu a dimensão da importância da entrada dos novos sócios na Corretora para a autonomia financeira da Federação: “Assim teremos cada vez mais e melhores eventos esportivos, culturais e sociais voltados para o bem-estar do pessoal da Caixa, e seguiremos avançando tanto na prestação de serviços aos associados como no apoio à luta do nosso movimento associativo e sindical.”

ABERTURA DE CAPITAL E ESTADO DA ARTE NOS NEGÓCIOS

A estruturação de 2012 representou o ápice de um período em que as iniciativas empresariais e empreendedoras da Federação transformaram-se em recursos divididos pelas associações, que, por sua vez, investiram em benefícios para os empregados da Caixa. Empresas controladas pela Fenae atuavam nas áreas de seguro, educação financeira, relacionamento, tecnologia, saúde e negócios imobiliários, e permitiram à Federação manter programas e avançar em projetos nas áreas cultural, esportiva, social e de infraestrutura física das Apcefs. O Mundo Caixa foi um caso de sucesso, que contribuiu para o crescimento do Grupo PAR. A plataforma de relacionamento fechada tornou-se a maior do país em sua categoria e conquistou mercados. O modelo desenvolvido dentro da Corretora foi implantado em empresas e entidades.

O cantor Lenine na ação É Show, do programa PAR, em Brasília (DF), 2007.



Nesse período, a Fenae e as associações investiram no associativismo e criaram o Circuito Cultural, o Movimento Solidário, o Movimento Cultural do Pessoal da Caixa – Eu Faço Cultura e o Programa PAR. A nova sede da Fenae, com 700 m² de área útil, inaugurada em 12 de setembro de 2012, também é um símbolo desse momento. A transferência trouxe economia já no primeiro mês, como cortes de gastos com o aluguel da sede antiga e de garagens, do que as salas locadas não dispunham. O novo endereço também passou a abrigar a Galeria do Pessoal da Caixa, espaço com objetos que contavam a história do movimento dos empregados do banco. Desde a inauguração, em 2005, o acervo com fotos, publicações, cartazes, adesivos, *bottoms*, camisetas, troféus, medalhas e outros itens foi mantido em dependência cedida pela Apcef/DF. Em agosto de 2019, o número de peças em exposição era 824, organizados em 14 vitrines. Parte do material da galeria, como camisetas e canecas, são doados quando há renovação da exposição. Documentos históricos exibidos nas estantes pertencem ao Centro de Documentação (Cedoc) da Fenae, também criado em 2005, instalado na sede da Federação. Em 2019, o Cedoc tinha 161.237 imagens de fotografias e 5.782 arquivos de imagens de documentos catalogados.

A nova sede fez parte de um programa maior da Fenae e das associações que contemplava diretamente as Apcefs. Dentro desse projeto, as 27 filiações transformaram parte dos recursos obtidos com a Corretora e outros investimentos em melhorias e obras nas sedes sociais. Entre 2008 e 2013, as associações ganharam novos equipamentos e passaram por reformas, ampliando os benefícios aos empregados da Caixa. Eventos como o Jogos da Fenae, os Jogos Regionais, o MúsicaFenae, a Corrida do Pessoal da Caixa e o Dia do Aposentado foram realizados durante o período de cinco anos graças à independência financeira da Federação.

O ano 2014 foi um marco no Grupo PAR. Foi o início de um processo de transição para um novo ciclo, com mais governança e uma estrutura simplificada, com menos empresas. Esse movimento antecipou-se ao agravamento da crise econômica do país, com a queda no produto interno bruto (PIB)⁹ de 3,5%, em 2015, e 3,3%, em 2016. Além disso, o período foi marcado por uma nova gestão, a de Jair Pedro Ferreira. Ousadia foi a palavra destacada na reportagem de sua posse na presidência da Fenae, em 29 de abril de 2014, publicada no portal da Federação. A ousadia da qual Jair falava levaria a uma reestruturação do braço empresarial da entidade. O novo presidente também destacou a importância da união para o movimento associativo: “Juntos podemos mais”, disse ele, ao assumir o cargo.

Um dos caminhos para fortalecer a união foi ampliar o relacionamento da Fenae e das Apcefs com os empregados e aposentados da Caixa. O lançamento do Nosso Valor, em 2014, afinou a sintonia da Federação e das associações com o pessoal do banco. A primeira versão era dividida em duas frentes: o Nosso Valor Cultural e o Nosso Valor Esporte e Lazer. O primeiro era aberto a todos os empregados da Caixa e sorteava ingressos

⁹ O PIB, calculado pelo IBGE, é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo Brasil.

de cinema e DVDs entre os participantes que respondessem a um *quiz* sobre a atuação da Fenae e das associações. O Nosso Valor Esporte e Lazer era exclusivo para associados das Apcefs e oferecia produtos com descontos de 50% a 70%.

Em 2016, uma reformulação deu um perfil ímpar ao portal. O Nosso Valor tornou-se o programa de relacionamento da Fenae e das Apcefs, para o empregado Caixa ter acesso a descontos exclusivos na compra de produtos e serviços, como eletrodomésticos, pacotes de viagem e vale-combustível. O benefício estava relacionado com as participações do pessoal do banco em programas da Federação e das associações, como a Rede do Conhecimento, o Movimento Solidário, o Talentos, o Eu Faço Cultura. As interações eram premiadas com moedas. Quanto mais o empregado participava, mais moedas ele ganhava, conquistando descontos maiores. O percentual ia de 40% a 70%. Em agosto de 2019, o Nosso Valor relacionava-se com cerca de 32 mil participantes.

A principal diferença entre os programas de relacionamento Nosso Valor e Mundo Caixa são as entidades envolvidas. O Nosso Valor é exclusivo da Fenae e das Apcefs e beneficia o empregado da Caixa. Já o Mundo Caixa é aberto à participação de outros parceiros, além da Federação e das associações. As duas plataformas, porém, trocam dados para refinar o relacionamento com os cadastrados. Para facilitar o acesso, a senha e o *login* dos dois portais são os mesmos. O modelo ideal de gestão para o futuro da Federação foi, em parte, deduzido de um *workshop* realizado em 2015 com executivos das empresas e diretores da Fenae. Duda Scartezini, então diretor executivo do Grupo PAR, participou dos encontros e lembra que um dos pontos discutidos tratou da redução da estrutura do grupo. Com um organograma menor, as equipes poderiam concentrar as energias em áreas mais afinadas com os valores da Fenae.

O debate preparou a Federação e a PAR Corretora para o maior desafio da empresa fundada em 1973: oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês) na BM&FBovespa. O plano da Corretora era abrir capital no Novo Mercado,¹⁰ o mais alto nível de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo.

O ano 2015 caminhava para ser um fiasco em termos de IPO. A última abertura de capital na bolsa paulista tinha sido em outubro de 2014, e o primeiro semestre de 2015 estava quase no fim. A PAR Corretora desafiou a crise e iniciou o *road show*, uma série de apresentações para o público investidor com informações da estrutura e das atividades da companhia em processo de abertura de capital. No dia 5 de junho, a IPO da PAR Corretora interrompeu a sequência de oito meses sem uma empresa abrir capital na BM&FBovespa. A oferta pública de ações da empresa surpreendeu o mercado pelo resultado acima das expectativas dos coordenadores da operação. Naquele dia, versões digitais de jornais e revistas, como *Valor Econômico*¹¹ e *IstoÉ Dinheiro*¹², destacaram que o volume de recursos captados com a IPO

¹⁰ Novo Mercado é um segmento destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

¹¹ PINHEIRO, V.; MEIBAK, D. Par Corretora faz IPO bem-sucedido; ações sobem 13,22%. *Valor Econômico*, 5 jun. 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/4081862/par-corretora-faz-ipo-bem-sucedido-acoes-sobem-1322>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹² ESTADÃO CONTEÚDO. Par Corretora capta R\$ 602,8 milhões com abertura de capital. *IstoÉ Dinheiro*, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150602/par-corretora-capta-6028-milhoes-com-abertura-capital/> 266679. Acesso em: 20 set. 2019.



Apresentação de um dos finalistas do Música Fenae, realizado na Apcef/GO, em Goiânia, 2010.

da Corretora superou as expectativas, e o valor de cada ação ficou muito perto do teto proposto pelos coordenadores da oferta.

A entrada no Novo Mercado mudou a estrutura acionária da PAR Corretora. Após a realização da IPO, juntas, a Fenae, as Apcefs e a Associação Gaúcha de Economiários Aposentados (Agea) ficaram com 26%, a maior participação no quadro dos acionistas, e a Caixa Seguradora, com 25%. O restante das ações, 49%, foi diluído no mercado. A oferta pública também injetou novos recursos na Federação e nas associações. A forma como os valores vindos do mercado acionário foram tratados refletiu um tempo de governança e de gestão de longo prazo. A Fenae e as Apcefs decidiram distribuir 40% do dinheiro recebido. Os outros 60% foram investidos em um fundo para garantir a autonomia das 27 associações e da Federação.

O bom desempenho da IPO lançou ainda mais luz sobre a PAR Corretora e o Grupo PAR. A complexidade do organograma formado por companhias com nomes semelhantes e atividades diversas poderia influenciar o desempenho dos papéis da Corretora. A ousadia, naquele momento, foi traduzida em simplificação.

A reorganização das estruturas, iniciada antes da IPO, acelerou após a oferta de ações. A gestão do patrimônio da Federação e das associações passou a ser da responsabilidade da Integra Participações. A composição acionária da gestora ficou assim: Fenae, com 64,68%, e as Apcefs e a Agea, com 35,32%. A função principal da *holding* era gerir as participações na Crescer e na Corretora. A Integra tinha um conselho de administração e três comitês: de gestão e governança; de investimentos; e de projetos associativos, que apoia com financiamento ou assessoria técnica projetos para manter ou ampliar o número de associados às Apcefs, como explica o diretor executivo da Integra Participações, David Borges.

A missão da Integra Participações era trabalhar com a Federação para fortalecer os quatro pilares que sustentavam a Fenae. O primeiro e o principal era a defesa do empregado e da Caixa 100% pública. O segundo era a promoção do bem-estar do pessoal do banco. A gestão do patrimônio sustentável, eficiente e responsável, para manter a independência financeira da Federação e das Apcefs, era o terceiro. O quarto era o compromisso com a sociedade, investindo em ações de impacto social.

NOSSA FORÇA

Um investimento da Integra feito em sistema de energia solar ilustra bem a filosofia que orienta a *holding*. Se a avaliação fosse apenas financeira, a gestora poderia entrar no mercado de energia fotovoltaica comprando ações de empresas do setor. Porém, a escolha da Fenae foi desenvolver o projeto Nossa Força, no qual as associações produziam a própria energia de forma limpa, beneficiando o meio ambiente, economizando no valor gasto com a conta de luz e estendendo o benefício aos associados das Apcefs.

O piloto do Nossa Força, que foi coordenado pela Integra, começou no Distrito Federal. Foi projetada a instalação de duas usinas fotovoltaicas na sede social da Apcef/DF. Uma será para o consumo da própria entidade, e a outra vai ofertar energia para o empregado que aderir ao programa. Um aplicativo vai cadastrar os associados que tiverem interesse em participar do projeto. A energia produzida pela usina será convertida em créditos na rede da distribuidora local, que serão abatidos do valor da conta de energia do associado. O Nossa Força soma-se a outras ações de impacto na sociedade. A Fenae também investe em iniciativas que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e sustentável de comunidades carentes com o Movimento Solidário. Em 2106, a Federação foi a primeira investidora brasileira no fundo da Yunus Negócios Sociais, a principal referência mundial no setor (veja o Capítulo 2).

A maior fonte de recursos para a independência da Federação, em suas ações sociais, continuou sendo, no entanto, a empresa inaugurada em 1º de outubro de 1973. A companhia, que nasceu com o nome de Fenae Corretora, tornou-se PAR Corretora em 2009 e ganhou nova marca em março de 2017: Wiz Soluções e Corretagem de Seguros. O objetivo da mudança foi traduzir melhor o posicionamento estratégico da empresa no mercado. A Wiz estava expandindo suas atividades de gestora de canais de distribuição de serviços financeiros.

A trajetória da Wiz seguiu com aquisições planejadas. A primeira foi a Finanseg, especializada na venda de consórcios, em 2017. Em maio de 2019, a companhia anunciou a compra de participação na unidade digital do Banco Inter, o primeiro e maior banco digital do país. O visionário Arthur Ferreira de Souza Filho aprovaria esse movimento da Corretora, empresa que contribuiu para a Federação e as Apcefs manterem-se fortes, autônomas e independentes.

MUNDO CAIXA

O Mundo Caixa foi uma evolução do Programa PAR. O lançamento da nova plataforma digital, em 2009, representou muito mais que uma mudança de marca. O nome reforçava a mensagem de que todos os parceiros e os empregados aposentados e ativos faziam parte daquele ecossistema de relacionamento *online*. A grande diferença, porém, foi na estratégia de atuação, com a valorização ainda maior do relacionamento e do incentivo à participação. A intenção era promover a interação e motivar um acesso mais duradouro e qualificado dentro do Mundo Caixa, com vantagens para o empregado e os parceiros.

O Programa PAR deixou uma herança positiva para o Mundo Caixa: reuniu em um só universo todas as ações de relacionamento da Fena, das Apcefs e dos parceiros, e unificou o acesso aos benefícios com apenas uma senha e um *login*. Em 2009, a plataforma já registrava 90 mil participantes com atividades intensas, contra 38 mil em abril de 2005, quando a versão anterior completou dez meses. A cada mês, pelo menos 60% dos participantes acessavam a plataforma, número considerado excelente pela PAR Relacionamento, empresa, na época, responsável pelo Mundo Caixa. A maioria, porém, entrava com um único objetivo: transformar os prêmios em pontos conquistados nas ações promovidas pelos parceiros. Depois, saíam do *site*, sem navegar por outras seções.

A nova plataforma criou mecanismos para que os pontos não fossem a principal atração dos participantes. O Mundo Caixa investiu em ações promocionais, como o Dia das Mães e o Dia das Crianças, uma prática iniciada ainda no Programa PAR, que foi intensificada e recebeu tratamento prioritário. A produção de conteúdo também foi ampliada, com *blogs*, fóruns, matérias, artigos, dicas, entrevistas e agenda. O número de campanhas cresceu 45% em dois anos: de 60, em 2008, para 87, em 2010. No mesmo período, as participações em ações e campanhas de relacionamento deram um salto de quase 57%, evoluindo de 508.667, em 2008, para 797.144, em 2010.

“Mundo Caixa é uma grande plataforma de relacionamento, baseada na lógica de fidelidade, de muitos parceiros, várias entidades e pessoas com interesses comuns”, definiu Duda Scartezini. O diretor executivo da PAR Relacionamento também comparava o Mundo Caixa a um *shopping center*, cuja função era coordenar as ações dos parceiros para despertar a atenção de empregados e aposentados e promover o relacionamento. Uma das rotinas era evitar duas promoções com as mesmas características dividindo o interesse do participante. O objetivo final era criar uma espiral positiva de relacionamento: mais promoções provocavam mais visitas, que levavam a mais participação, que resultava em mais premiações, gerando mais visitas. Manter a espiral positiva exigia evolução constante.

Em 2013, ano em que as mídias sociais foram intensamente utilizadas na organização de manifestações espalhadas pelo país, o Mundo Caixa lançou um portal com novas funcionalidades e incentivos à interação. Os participantes podiam formar grupos em torno de temas de seu interesse ou criar fóruns de discussão sobre um assunto de interesse geral. O novo formato incentivava a troca de experiências na área de conteúdo, permitindo a assinatura de um *blog*, em que o pessoal da Caixa podia comentar, curtir e compartilhar as publicações dentro da plataforma ou nas principais redes sociais.

Quanto mais relacionamento dentro do Mundo Caixa, melhor era a tradução dos perfis do participante. A ferramenta permitiu uma leitura mais apurada das necessidades e das expectativas dos empregados e aposentados. A plataforma foi capaz de indicar que havia um interesse por educação em todas as faixas etárias e nas cinco regiões do país para cursos de diversos níveis e interesses. As informações serviram de base para a Feneae desenvolver estudos e chegar à Rede de Conhecimento, plataforma de educação a distância da Federação e das Apcefs lançada em 2016, com cursos para o desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados da Caixa. Em agosto de 2019, o Mundo Caixa registrava mais de 90 mil cadastrados.

APCEFs



ACRE

A Apcef/AC foi fundada em 18 de maio de 1989 pela Comissão de Fundação, composta pelos empregados da Caixa Antonio dos Santos M. Costa, Mário Evangelista de Lima, Elmira Oliveira de Farias e Haroldo Onofre de A. Silva. A instituição congrega os empregados da Caixa, ativos e inativos, do estado do Acre, visando a desenvolver a cultura técnica, científica, política e artística dos associados. Oferece assistência aos associados perante autoridades administrativas ou judiciárias. Cooperar em benefício dos empregados associados com os órgãos administrativos da Caixa.

Endereço Via Verde, Km 3, bairro da Floresta
CEP 69.912-365 – Rio Branco – AC
Telefones [68] 3242-1987 / 99971-2714
E-mail apcef_acre@hotmail.com



ALAGOAS

A Apcef/AL foi fundada em 2 de agosto de 1953 como Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal (Ascefal). Em 1967, passou a se chamar Associação dos Economizadores Federais de Alagoas (Assefal). Hoje, denominada Apcef, congrega os empregados da Caixa, estimulando a união, a solidariedade e a harmonia; desenvolvendo a cultura e o espírito de cooperação, amizade, previdência e de luta pelos direitos; proporcionando diversões e atividades esportivas.

Endereço Avenida General Luiz França de Albuquerque, 6.000, Garça Torta, Rodovia AL 101 Norte, bairro Riacho Doce
CEP 57.039-230 – Maceió – AL
Telefones [82] 3355-1029 / 98884-5525
E-mail diretoria@apcefal.org.br



AMAPÁ

A Apcef/AP foi fundada por um grupo de empregados da Caixa de Macapá que não concordavam mais em contribuir com a associação de outro estado. Visa a proporcionar aos empregados mais lazer e acesso a cultura, esporte e saúde. Um dos primeiros passos foi a aquisição de um terreno para a construção da sede social, pago em várias parcelas pelos associados. A seguir, foi construída uma pequena maloca, com 25 metros quadrados, que serviu de ponto de encontro. A construção do campo de futebol foi um dos pontos fortes, pois foi feita em regime de mutirão.

Endereço Ramal da Unifap, 1.096, Km 2, bairro Universidade
CEP 68.903-436 – Macapá – AP
Telefone [96] 3312-2850
E-mail apcefap@gmail.com



AMAZONAS

A Apcef/AM foi fundada em 30 de junho de 1954 por 32 empregados da ainda autônoma Caixa Econômica do Amazonas, com o nome de Associação do Pessoal da Caixa Econômica do Amazonas (Apcea). Porém, na assembleia de fundação, foi aprovado que o dia oficial da instalação seria 1º de julho de 1954, por ser o dia do oitavo aniversário de instalação da Caixa no Amazonas. Em 1980, a associação passou a se chamar Associação dos Economizadores do Amazonas (AEA). No começo da década de 1990, nova mudança, e o nome finalmente passou a ser Apcef.

Endereço Avenida Efigênio Salles, 1.005, bairro Parque Dez de Novembro
CEP 69.060-020 – Manaus – AM
Telefones [92] 3304-9239 / 3304-9243
E-mail apcefam.diretoria@gmail.com



BAHIA

A Apcef/BA foi fundada em 22 de abril de 1930 como Associação dos Economiários da Bahia (AEB/BA). Manteve-se com essa denominação até 12 de agosto de 2008, quando passou a se chamar Apcef/BA. A associação tem como finalidade congregar os empregados ativos, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal da Bahia, da Caixa Seguros, da Fenaef Federação, da Funcef e da própria Apcef/BA, estimulando entre eles a união, a solidariedade e o desenvolvimento sociocultural, artístico, esportivo e sindical dos associados.

Endereço Rua do Cabeça, 10,
Ed. Marques de Abrantes, sala 703, bairro Dois de Julho
CEP 40.060-230 – Salvador – BA
Telefones [71] 3321-4481 / 3671-1335
E-mail apcefba@yahoo.com.br



CEARÁ

A Apcef/CE foi fundada em 1º de maio de 1949 e é uma associação de classe que tem como objetivo congregar os empregados da Caixa nos campos social, esportivo, cultural e político, assistindo-os em seu relacionamento com a entidade empregadora. A partir da década de 1990, a associação passou a ter como características principais a defesa dos empregados da Caixa e a manutenção da empresa como um agente público de desenvolvimento. Tem como missão congregar associados ativos, aposentados e pensionistas, estimulando-os à união, ao esporte e ao lazer.

Endereço Avenida Frei Cirilo, 4.700, bairro Messejana
CEP 60.840-285 – Fortaleza – CE
Telefones [85] 3253-2034 / 3229-0797



DISTRITO FEDERAL

A Apcef/DF foi fundada em 7 de setembro de 1960 sob a denominação de Associação dos Economiários de Brasília (AEB), tendo como objetivo a criação de uma associação beneficente e recreativa dos servidores da Caixa Econômica Federal de Brasília. Na época de sua fundação, a maioria dos então servidores da Caixa era estatutária, originária dos diversos estados brasileiros. Como todos os Clubes de Brasília, o terreno da Apcef/DF foi doado pelo governo do Distrito Federal. A inauguração da sede social foi em 1978, quando a associação já contava com 18 anos de existência.

Endereço SCEN trecho 3, conjunto 3, lote 2A/2B
CEP 70.800-130 – Brasília – DF
Telefone [61] 3202-5950
E-mail diretoria@apcefdf.org.br



ESPÍRITO SANTO

A Apcef/ES foi fundada em 18 de setembro de 1958 como Associação dos Empregados da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo (Apce/ES). Foi criada com o objetivo de desenvolver atividades de lazer, cultura e esporte para os empregados da Caixa no estado. No final da década de 1950 e início dos anos 1960, a então Apce/ES foi rebatizada como Associação de Pessoal Américo Coelho (Apac), em homenagem ao advogado, procurador-geral e diretor da Caixa por dez anos, e secretário do Interior e Justiça do Espírito Santo. Só no final da década de 1980 recebeu o nome atual.

Endereço Avenida Meridional, 2.129, bairro Bicanga Serra
CEP 29.164819 – Vitória – ES
Telefones [27] 3223-3815 / 3338-0833
E-mail diretoria@apcefes.org.br



GOIÁS

A Associação dos Economiários de Goiás (Aseg) foi fundada em 15 de maio de 1960 e posteriormente, em 10 de junho de 1978, passou a se chamar Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás (Apcef/GO). É uma associação de classe que congrega todos os empregados e ex-empregados da Caixa Econômica Federal. Tem por finalidade congregar os empregados em atividade, aposentados e pensionistas da Caixa, no âmbito do estado de Goiás, estimulando a união e a solidariedade entre eles, promovendo esclarecimentos e apoiando suas reivindicações.

Endereço Avenida T-1, esquina com T-8, Quadra 53, Setor Bueno
CEP 74.210-098 – Goiânia – GO
Telefone [62] 3933-0950
E-mail apcefgo@apcefgo.org.br



MATO GROSSO

Fundada em 1962 com o nome de Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal (Ascef), mantém a tradição na defesa dos direitos e interesses dos empregados da Caixa e de luta por melhores salários e condições de trabalho. Atualmente, adota a denominação Apcef/MT e tem por finalidade congregar os empregados da Caixa Econômica Federal, em atividade ou aposentados, no estado de Mato Grosso, estimulando a união e a solidariedade entre eles, promovendo esclarecimentos sobre seus problemas e assistindo-os dentro de suas possibilidades.

Endereço Rodovia Palmiro Paes de Barros, Km 2, bairro Parque Atalaia
CEP 78.095-000 – Cuiabá – MT
Telefone [65] 3315-4800
E-mail atendimento@apcefmt.org.br



MARANHÃO

A Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal do Maranhão (Ascefem) foi fundada em 22 de julho de 1958. Em 1978, o nome foi alterado para Associação do Pessoal da Caixa Econômica (APCE). Em 19 de janeiro de 1979, foi inaugurada a atual sede social da Apcef/MA, com o objetivo de congregar os empregados ativos e aposentados da Caixa, estimulando a união, o espírito cooperativo e a solidariedade, bem como incentivando o aprimoramento cultural, esportivo e social dos associados, mantendo um vasto calendário sociocultural e esportivo.

Endereço Rua José Luís Nova da Costa, s/n, bairro Calhau
CEP 65.065-210 – São Luís – MA
Telefones [98] 3248-1576 / 3248-5732
E-mail apcefma@apcefma.org.br



MATO GROSSO DO SUL

A Apcef/MS foi fundada em 1º de junho de 1985. É uma associação de classe, sem fins lucrativos, político-partidários e religiosos, e estende suas atividades a todo o território do estado do Mato Grosso do Sul. Tem por finalidade congregar, amparar, esclarecer, representar e defender os interesses de seus associados; prestar assistência social, financeira e técnico-profissional a seus associados; incentivar, desenvolver, produzir e implementar programas e atividades assistenciais, sociais, culturais, esportivas, de relações do trabalho, lazer e outras.

Endereço Avenida Gury Marques, s/n, bairro Jardim Santa Felicidade
CEP 79.064-245 – Campo Grande – MS
Telefone [67] 3321-4204
E-mail apcefms@apcefms.org.br



MINAS GERAIS

Criada em janeiro de 1952 como Associação dos Economiários Federais de Minas Gerais (AEF/MG), nas gestões de 1989 a 1992 e 1992 a 1995 passou a se chamar Apcef/MG. Tem como objetivo agregar seus associados por meio de atividades socioculturais, esportivas e de lazer, atuar nas questões de defesa dos interesses dos empregados da Caixa e manter infraestrutura para atendimento de seus associados. A sede social de Belo Horizonte, localizada na Pampulha, foi inaugurada em 1969. Há ainda 17 sedes regionais, nas principais cidades do interior do estado.

Endereço Rua Expedicionário Celso Racioppi, 185, bairro São Luis
CEP 31.310-070 – Belo Horizonte – MG
Fone [31] 3439-5000
E-mail apcefmg@apcefmg.com.br



PARÁ

A Apcef/PA foi fundada em 22 de outubro de 1952 com o nome de Caixa Beneficente dos Economiários do Pará. Em 22 de dezembro de 1978, foi inaugurada a Sede Campestre, com projeto de construção de Marcos Barros, recebendo o nome de Caixaparrah. Posteriormente, seu nome foi mudado mais uma vez, para Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal do Pará (Ascef). Em fevereiro de 1963, nova troca de nome, passando a se chamar Associação dos Economiários do Pará (Aepa), para finalmente, em janeiro de 1996, adotar a atual denominação: Apcef/PA.

Endereço Rua da Providência, 419, bairro Coqueiro
CEP 67.015-260 – Ananindeua – PA
Telefones [91] 3237-7412 / 3212-6526
E-mail apcefpa@apcefpa.org.br



PARAÍBA

A Apcef/PB foi fundada em 1957 a partir da determinação e do desprendimento de um grupo de empregados da Caixa. Os primeiros passos foram trilhados em uma manhã de julho, na sala de sessões da então agência Gama e Melo, em João Pessoa. Na ocasião, foi eleita uma diretoria provisória, presidida por Haroldo Lucena, funcionário aposentado da Caixa. Uma comissão recebeu a incumbência de elaborar as normas que iriam reger a entidade. Nesse primeiro momento, o órgão ganhou a denominação de Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal (Ascefep).

Endereço Avenida João Cirilo, s/n, Altiplano, bairro Cabo Branco
CEP 58046-005 – João Pessoa – PB
Telefones [83] 3226-3105 / 3226-6086
E-mail apcefpb@apcefpb.org.br



PARANÁ

Em 1935, foi fundada a Associação Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica Federal. Na década de 1970, foi construída a sede social integrada a um ginásio, em Curitiba, com projeto dos arquitetos Luiz Perry e irmãos Edison e Everson Morozowski. Na década de 1980, a expansão regional ganhou impulso, com a implantação de unidades em Pato Branco, Cascavel, Maringá e Ponta Grossa. Em 1999, foi inaugurada a sede litorânea de Caiobá. Em seguida, foram adquiridas as sedes de Porto Rico e de Alvorada do Sul. Hoje, está presente em 23 cidades.

Endereço Rua Capitão Leônidas Marques, 3.020, Uberaba
CEP 81.550-000 – Curitiba – PR
Telefones [41] 3083-1001 / 8710-1395
E-mail secretaria@apcefpr.org.br



PERNAMBUCO

A Apcef/PE, sucessora da Associação do Pessoal da Caixa Econômica (APCE/PE), foi fundada em 21 de setembro de 1917, sob a denominação de Sociedade Beneficente dos Empregados da Caixa Econômica Federal de Pernambuco. Tem por finalidade congregar os empregados em atividade e os aposentados da Caixa no estado de Pernambuco, estimulando a união solidária entre eles; promover e incentivar o aprimoramento cultural, esportivo e social dos associados e de seus dependentes, auxiliando-os e orientando-os dentro de suas possibilidades.

Endereço Rua Aureliano Arthur Soares Quintas, 799, Janga/Paulista
CEP 53.437-170 – Recife – PE
Telefones [81] 3434-0450 / 3434-1074
E-mail apcefpe@apcefpe.org.br



RIO DE JANEIRO

A Apcef/RJ foi fundada em 15 de agosto de 1938. Desde então, os empregados da Caixa do Rio de Janeiro passaram a contar com uma entidade representativa cujo principal objetivo é buscar melhores condições de emprego, promover qualidade de vida e defender os interesses dos bancários da Caixa. Sua finalidade é congregar os empregados ativos, aposentados e pensionistas da Caixa no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de aproximar, estimular e proporcionar o desenvolvimento socio-cultural, artístico, esportivo e associativo entre eles.

Endereço Avenida 13 de Maio, 23, sobreloja, Centro
CEP 20.031-000 – Rio de Janeiro – RJ
Telefones [21] 2240-1390 / 2240-1613
E-mail apcefrj@apcefrj.org.br



PIAUI

Foi fundada em 21 de setembro de 1960 como Associação dos Economiários do Piauí (AEP), passando a ser denominada Apcef/PI em 1985, após determinação em assembleia da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica (Fenae). Tem por finalidade congregar seus associados por meio de atividades socioculturais, desportivas e de lazer, buscando propiciar uma melhor qualidade de vida. Busca o desenvolvimento de seus associados para a construção da cidadania. Atualmente, integram a Apcef/PI a sede administrativa, a sede social, colônia de férias e duas subsedes.

Endereço Rua Barroso, 632 N, Centro
CEP 64.000-130 – Teresina – PI
Telefones [86] 3216-4400 / 3216-4412
E-mail contato@apcefpi.org.br



RIO GRANDE DO NORTE

Em 15 de agosto de 1960, a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte, na época autarquia do governo federal, tinha apenas uma agência, localizada à Avenida Duque de Caxias, 124, no bairro da Ribeira, em Natal, e contava com pouco mais de 30 empregados. Nesse dia, reunidos após o expediente no próprio local de trabalho, em assembleia geral, com a participação de todos os empregados do estado, foi constituída a Apcef/RN, a exemplo do que já ocorria em outros estados.

Endereço Rua Edgard Medeiros, 186, bairro Pium Parnamirim
CEP 59.160-730 – Natal – RN
Telefone [84] 3026-6389
E-mail apcefrn@apcefrn.org.br



RIO GRANDE DO SUL

A história da Apcef/RS tem início em 13 de junho de 1953, quando foi criada, sob o nome de Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Apcefer). A primeira assembleia geral foi realizada em 30 de agosto de 1957. Nesse mesmo ano, circulou a primeira edição do jornal *João de Barro*. Na década de 1980, envolveu-se na luta pela redemocratização do país e teve papel fundamental nas grandes mobilizações pelo direito à jornada de seis horas e pelo direito à sindicalização ao pessoal da Caixa. Hoje, a Associação mantém também um importante trabalho nas áreas social, da cultura, do esporte e do lazer.

Endereço Avenida Coronel Marcos, 851, bairro Pedra Redonda
CEP 91.760-230 – Porto Alegre – RS
Telefone [51] 3268-1611
E-mail apcefrs@apcefrs.org.br



RONDÔNIA

A Apcef/RO foi fundada em 28 de maio de 1988 com o intuito de oferecer aos associados um espaço de integração entre empregados da Caixa, seus dependentes e familiares. A Associação tem como missão proporcionar aos associados tranquilidade, segurança, atividades esportivas, lazer e entretenimento, com responsabilidade. Como finalidade, a instituição deve congrega os empregados ativos, aposentados e pensionistas da Caixa no estado de Rondônia, assim como incentivar o aprimoramento sociocultural, artístico e esportivo dos associados.

Endereço Avenida Manoré, 300, bairro Cascalheira
CEP 76.812-415 – Porto Velho – RO
Telefone [69] 3212-4015
E-mail secretariaapcefro@gmail.com



RORAIMA

A Apcef/RR foi fundada em 22 de maio de 1991 sob a denominação de Associação dos Empregados da Caixa Econômica Federal de Roraima (Apcef/RR). Tem por objetivo proporcionar a seus associados a prática esportiva, bem como o desenvolvimento de atividades culturais, sociais, recreativas e educacionais. A Associação oferece ainda assistência aos associados perante autoridades administrativas ou judiciárias, bem como a possibilidade de ser estipulante de seguros coletivos, em todos os ramos de cobertura.

Endereço Rua Pixinguinha, s/n, bairro Santa Cecília
CEP 69.301-300 – Cantá – RR
Telefone [95] 99144-0021
E-mail apcef.roraima@gmail.com



SANTA CATARINA

A Apcef/SC foi fundada em 1960 como um órgão representativo de classe. Atua também na promoção do bem-estar e da qualidade de vida de seus associados por meio da promoção de eventos e atividades esportivas, culturais e de lazer. Além de hospedagem e espaço para realização de festas na sede balneária, em Jurerê, os sócios podem usufruir da infraestrutura existente em outras cidades de Santa Catarina. Sedes regionais: Tubarão, Chapecó, Criciúma, Lages, Araranguá, Blumenau, Itaboriu, Brusque, Concórdia, Campos Novos, Jaraguá do Sul e Grêmio Braço do Norte.

Endereço Alameda César Nascimento, 700, bairro Jurerê
CEP 88.053-500 – Florianópolis – SC
Telefone [48] 3239-6200
E-mail apcef@apcefsc.org.br



SÃO PAULO

A Apcef/SP foi fundada em 1907 como Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica de São Paulo. Primeira do gênero entre os bancários da cidade, seu objetivo era o auxílio nas despesas com assistência médica, farmácia e funerários. Em 11 de dezembro de 1948, surgiu o Grêmio CEF, posteriormente alterado para Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal de São Paulo (Ascef/SP). Em 1971, foram fundidas: a Sociedade Beneficente, a Ascef e outras duas associações, nascendo, assim, a Associação Beneficente dos Economistas Federais, que, em 1988, passou a ser denominada Apcef/SP.

Endereço Rua 24 de maio, 208, 10º andar, bairro República
CEP 01.041-000 – São Paulo – SP
Telefone [11] 3017-8324
E-mail diretoria@apcefsp.org.br



TOCANTINS

Fundada em 20 de novembro de 1992, a Apcef/TO é uma associação com natureza social, cultural, esportiva, beneficente e de representação dos interesses dos empregados da Caixa Econômica Federal no Tocantins. Seu objetivo é disponibilizar um espaço de integração e lazer para os associados. Os funcionários da Caixa no Tocantins encontram na Apcef o espaço adequado para a discussão dos assuntos de interesse da categoria e para interagir com a comunidade. A Apcef/TO dispõe de três áreas: a sede social, em Palmas, e as subseções, em Araguacema e Miracema.

Endereço Q ALC-SO 55, conjunto 01, lote 04, Setor de Clubes
CEP 77.270-000 – Palmas – TO
Telefone [63] 3215-4068
E-mail apceftocantins@gmail.com



SERGIPE

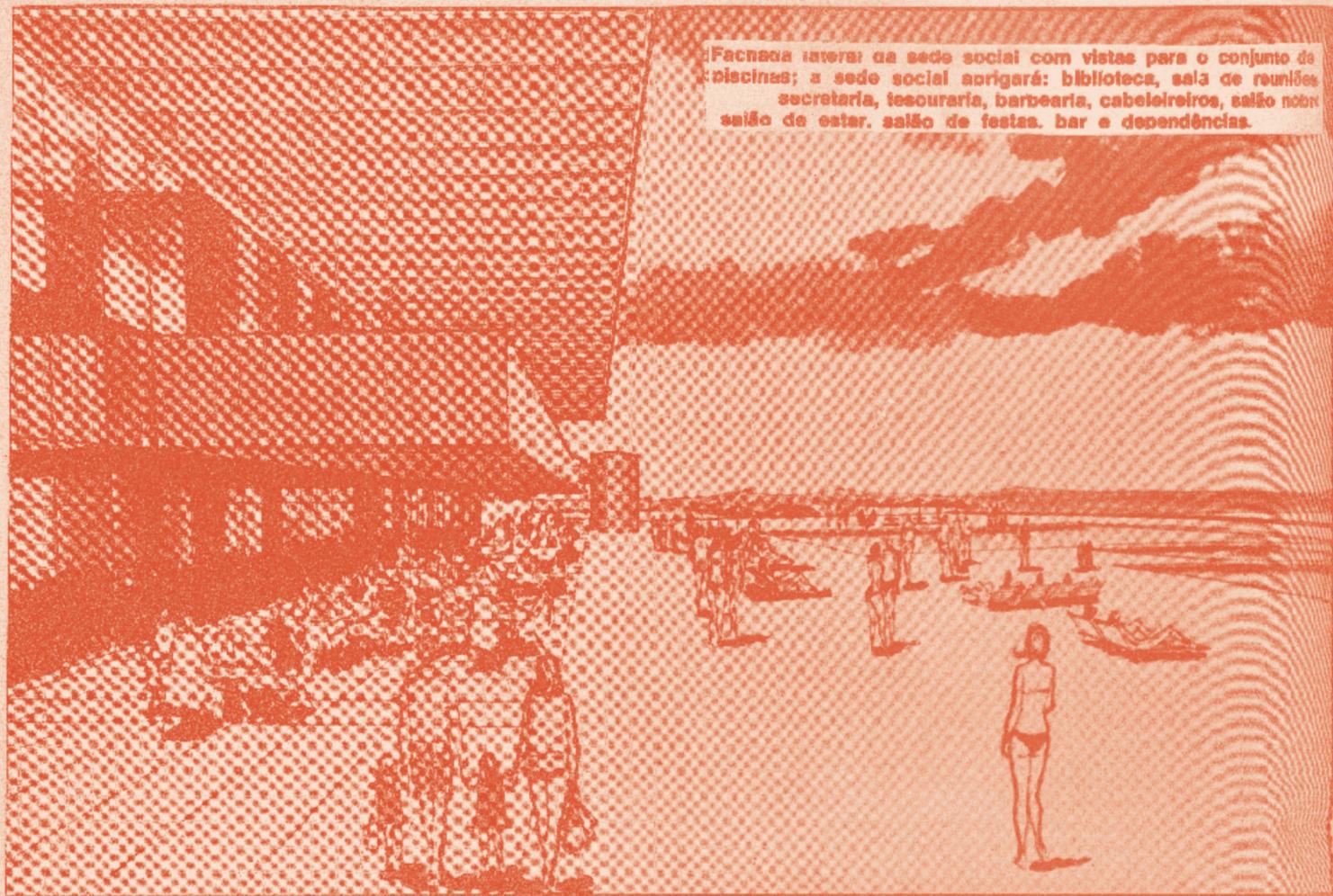
A Apcef/SE foi fundada em 1957. Porém, somente no dia 20 de agosto de 1978 o coletivo de empregados da Caixa adentrou pela primeira vez as dependências da sede para sua inauguração. O local contava com centro social, formado pela estrutura administrativa e por banheiros, além das duas piscinas, infantil e adulto, e um já frequentado campo de futebol. Atualmente, a Apcef/SE tem por finalidade congregar os empregados da Caixa, da ativa ou aposentados, do estado de Sergipe, promovendo esclarecimentos sobre seus problemas e assistindo-os dentro de suas possibilidades.

Endereço Avenida Melício Machado, 820, bairro Aeroporto
CEP 49.038-443 – Aracaju – SE
Telefone [79] 3243-3279
E-mail apcefse@apcefse.org.br



Acima, logomarca das Apcefs aprovada no CDN em 2006, em Salvador (BA).

Na página seguinte, matéria do *Fenae Notícias* (p. 15, maio/ago. 1976) sobre a construção da primeira sede da Apcef/DF.

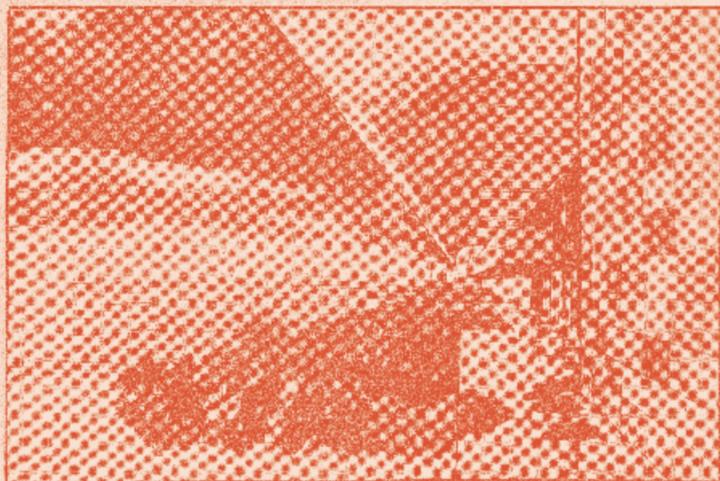


Fachada lateral da sede social com vistas para o conjunto de piscinas; a sede social abrigará: biblioteca, sala de reuniões, secretaria, tesouraria, barbearia, cabeleireiros, salão nobre, salão de estar, salão de festas, bar e dependências.

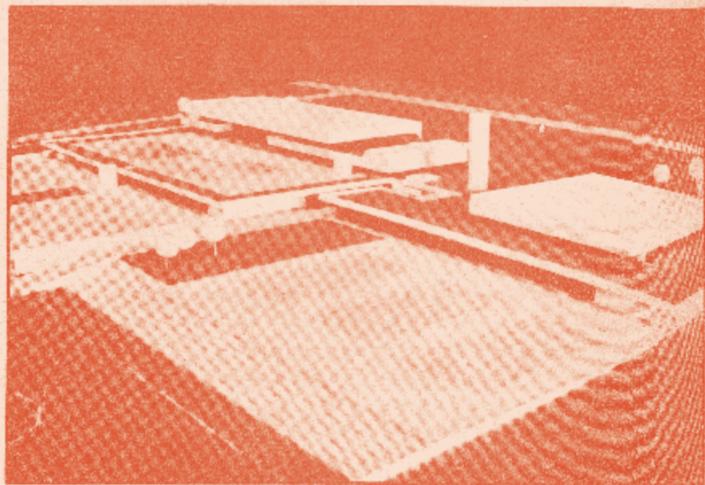
NOVA SEDE SOCIAL E ESPORTIVA PARA A AEB

Dentro de aproximadamente 210 dias, a Associação dos Economiários de Brasília vai entregar aos seus associados a nova sede social e esportiva, com linhas arquitetônicas avançadas, em projeto assinado pelo arquiteto Silas R. Varizo.

O empreendimento da AEB está sendo apoiado pelo programa de ajuda às Associações Economiárias, posto em prática pela Caixa Econômica Federal, que deste modo mostra que entende a necessidade de dar maiores condições de lazer aos seus funcionários, em cada uma das Filiais e na Matriz.



Fachada externa voltada para a pista de acesso, de concepção moderna, seus aspectos arquitetônicos compõem a decoração ambiental.



Vista geral, observando-se no primeiro plano: campo de futebol-society — com arquibancadas, quadras de tênis e ginásio coberto; no segundo plano: quadras de esportes polivalentes, conjunto de piscinas e sede social; no subsolo das piscinas estão as dependências dos vestiários e sauna.





INMAOS
MALACCO

gradiente
graves & agidos

Cava Martin

ABC
ABC

PELO RECONHECIMENTO DA NOSSA
CONDIÇÃO DE BANCÁRIOS

SINDICALIZAÇÃO

QUEM NÃO LUTA
POR SEUS DIREITOS
NÃO É DIGNO DELES

ESTAMOS EM GREVE
VEM PRA GREVE VOCE TAMBEM...
CONCURSO DE POSIÇÃO SALARIAL

CHEGA
DE
EMBORGALHO

A IMPORTÂNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PÚBLICA, SOCIAL E FORTE

Jessé Souza*

Quem estuda a história dos últimos cem anos da sociedade brasileira percebe claramente dois projetos alternativos de país que lutam entre si, visando tornarem-se discurso hegemônico. O primeiro deles, hoje no poder na sua pior face, significa a continuidade do passado escravocrata. O outro projeto, inaugurado por Getúlio Vargas, aposta em um Brasil pujante e forte para a maioria de sua população.

O projeto de continuidade da escravidão, com máscaras “modernas”, começou na assim chamada “República Velha” e persistiu na ditadura militar, nos governos elitistas e, hoje, na sua versão mais trágica e ridícula, no desgoverno de Jair Bolsonaro. Esse projeto significa não apenas exploração econômica dos mais pobres, mas também manutenção do “prazer em humilhar” os mais frágeis, que é a herança mais típica das classes privilegiadas escravocratas.

Como as classes médias brasileiras e parte da elite foram importadas da Europa — os italianos, em São Paulo e no Sul, os portugueses, no Rio de Janeiro e no Nordeste — para servirem de “bolsão racista” contra os pobres, negros e mestiços, é sob essa forma “moderna” que a escravidão continua entre nós. Qualquer progresso para os pobres, mestiços e negros é punido com golpes de Estado e perseguição política contra seus líderes. De Getúlio Vargas a Lula, a história é a mesma, basta ter olhos para ver e coragem para compreender. Bolsonaro é apenas a versão turbo do escravismo que não quer morrer.

Como o Brasil, um dos países mais racistas do mundo, “proibiu” o reconhecimento do racismo e inventou a mentira da “democracia racial”, o ódio racial e de classe tem que assumir a forma mascarada de outro discurso. É essa, precisamente, a função do suposto combate à “corrupção política”, sempre muito seletiva e abrangendo apenas partidos e líderes populares. De resto, como mostra *The Intercept*, ninguém é mais corrupto que os autointitulados combatentes da corrupção seletiva.

Como o combate à corrupção possui um verniz “moral”, ele, na realidade, transforma o racista não assumido e descontente com qualquer ascensão dos setores populares em alguém que se crê elevado e guiado pelos melhores sentimentos. Na verdade, ele transforma o canalha que odeia os mais

Na página anterior, grevistas protestam pelas ruas de Belo Horizonte (MG) durante a Campanha pelas Seis Horas, 1985.

frágeis e quer continuar a humilhá-los e explorá-los em um suposto herói da moralidade. É isso que explica a penetração e a atração do discurso falso moralista do combate à corrupção entre nós nesses últimos cem anos. Se houvesse outra razão, a classe média branca e privilegiada teria saído às ruas também contra muita gente, e não apenas contra Lula e Dilma.

O que essa discussão tem a ver com Caixa Econômica Federal e com os bancos públicos, hoje diretamente ameaçados? Aparentemente nada, mas no fundo tem tudo a ver. Afinal, o discurso da “moralidade na política” foi inventado pela elite, por seus intelectuais e por sua imprensa para desviar o foco das questões efetivamente importantes, como a desigualdade, a industrialização e a formação de um Estado forte e de instituições com espírito público e solidário.

É que a elite econômica brasileira é uma elite colonizada por interesses externos, especialmente os interesses americanos, de quem se vê como uma sócia minoritária, ficando com as sobras do saque e da rapina que os americanos percebem como seu direito colonial em toda a América Latina. Para que essa associação na rapina e no roubo do trabalho coletivo pudesse se consolidar é que foi inventada a balela da corrupção, mas só para quem quer fazer do Brasil um lar para todos os brasileiros.

O projeto alternativo inaugurado por Vargas, sonhado por Jango e continuado por Lula e Dilma é baseado na ação do Estado como impulsionador de políticas majoritárias que se opõem à rapina de uns poucos. Ao lado de instituições de pesquisa, como o CNPq ou a Embrapa, e de empresas públicas como a Petrobras e a Embraer (infelizmente já vendida aos patrões coloniais), o Banco do Brasil e a Caixa construíram um nome que é umbilicalmente ligado ao projeto de devolver o país à maioria abandonada e humilhada de sua população.

São todas empresas públicas com pessoal altamente treinado e competente, sem igual no mercado privado. A tradição de uma burocracia estatal eficiente é uma das riquezas mais importantes de qualquer país moderno. A base de um projeto social alternativo e inclusivo sempre foi feita, em todos os casos históricos de sucesso no mundo moderno, na força das competências estatais. E não existe competência do Estado sem pessoal bem treinado e comprometido com o sentido público de sua ação.

Essas competências foram, no nosso caso, criadas com muito esforço pessoal e social, como o presente livro ilustra tão bem. É isso que faz, na verdade, com que a Embrapa, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa tenham excelência em tudo que empreendem e fazem. Além do pessoal bem treinado e com visão ampla sobre o país, como no caso da Caixa — como a Fena e seus dirigentes ilustram de modo insofismável —, é fundamental preservar a atitude solidária e de comprometimento com o bem comum. Em um país tão “privatista” como o Brasil, outra herança clara do escravismo, nada é mais precioso. A posição dos empregados da Caixa não pode ser outra que não a de reação contra a destruição de seu bem mais precioso.

Afinal, nada disso caiu do céu. Ao contrário, como mostram os textos desta coletânea, levaram-se décadas de esforço para se construir essa instituição, com extraordinário trabalho de muitos indivíduos. Infelizmente, por outro lado, esse trabalho pode ser facilmente destruído. Destruir é muito mais fácil. Creio que estamos, hoje em dia, no instante mais difícil da história brasileira. A luta pela preservação da Caixa e do patrimônio público brasileiro é a luta mais importante desta quadra histórica. Tenho certeza de que os empregados da Caixa percebem a importância de seu trabalho e de sua missão. O Brasil jamais precisou tanto de vocês!

Em quase cinco décadas de existência, a Fenae segue como uma das principais representantes de gerações de trabalhadores que expandem as fronteiras da cidadania política, influenciando decisivamente o cotidiano de muita gente, na Caixa e em outros ambientes. É assim porque, mais do que uma entidade de um segmento importante da categoria bancária, a Fenae se notabiliza como um movimento essencial e atua com otimismo diante das circunstâncias conjunturais. E mesmo quando as situações se mostram difíceis, insiste em fazer perguntas: quais são as possibilidades? O que se pode fazer? Isso torna a Fenae cada vez mais aberta a um processo de radical virada em prol do papel dos bancos públicos no fomento ao desenvolvimento econômico e social do país.

Este livro mostra que a mobilização coletiva sempre se revelou vital para a Fenae. Tanto que, no mundo do Brasil e da Caixa, a tarefa não é só a de quem constata o que ocorre, mas também a de quem intervém como sujeito dos acontecimentos, para mudá-los em favor de todos os trabalhadores. Diante da premência de entender o Brasil, a Caixa e todo o patrimônio público de modo crítico, tornou-se mais necessário lutar contra o retrocesso nestes tempos de cinismo e mentiras.

Apenas uma mudança radical da atual política econômica será capaz de criar um ambiente de desenvolvimento sustentável em nosso país, além de fazer com os que os bancos públicos voltem a atuar como financiadores de setores e projetos estratégicos, para retomar uma dinâmica de ampliação da demanda agregada da economia. Assim, o ciclo de dominação das elites do atraso, no momento representadas pelo atual governo e seus aliados, tenderá a ceder espaço para uma democracia que venha de baixo, participativa e inclusiva.

**Jessé Souza é sociólogo, professor e pesquisador nas áreas de teoria social, pensamento social brasileiro e estudos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo. É autor de A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro (Estação Brasil, 2019), A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade (Estação Brasil, 2018) e Ralé brasileira (Contracorrente, 2017), entre outros.*

**FENAE – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Loja 126, Térreo II,
Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul Brasília (DF) – CEP 70.340-906

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-presidente

Jair Pedro Ferreira

Diretor-vice-presidente

Sérgio Takemoto

Diretor de Administração e Finanças

Clotário Cardoso

Diretor de Comunicação e Imprensa

Marcos Aurélio Saraiva Holanda

Diretor de Esportes

Carlos Alberto Oliveira Lima (Caco)

Diretor Sociocultural

Moacir Carneiro da Costa

**Diretora de Assuntos de Aposentados
e Pensionistas**

Marlene Rodrigues Dias

Diretora de Saúde e Previdência

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

Diretora de Juventude

Rachel de Araújo Weber

Diretora de Relações de Trabalho

Rita de Cássia Santos Lima

Diretor da Região Norte

Jerry Fiusa dos Santos

Diretora da Região Nordeste

Giselle Maria Araujo Lima

Diretor da Região Centro-Oeste

José Herculano do Nascimento Neto (Bala)

Diretor da Região Sudeste

Dionísio Reis Siqueira

Diretora da Região Sul

Célia Margit Zingler

CONSELHO FISCAL

Titulares

Francisca de Assis Araújo Silva,
Maria Rita Serrano e José Megume Tanaka

Suplentes

Paulo César Barros Cotrim,
Laércio Silva e Anabele Silva

CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL

Presidente

Paulo Roberto Masseti Moretti

Vice-presidente

Paulo Roberto Damasceno

Secretária

Maria da Glória Araújo Silva

**Superintendente de Comunicação
e Relacionamento**

Gioconda Bretas

Gerente de Comunicação

Flávia Filipini

Gerente de Relacionamento

Gisele Mota

Superintendente de Operações

Rodrigo Ortiz Davila Assumpção

Revisão de Conteúdo

Antônio José Soares dos Reis

Centro de Documentação da FenaE (Cedoc)

Gerente de Informação

Felipe Freire de Miranda

Equipe Técnica

Dilná Silva Almeida e

Carlos Augusto Ferreira Souza

EDIÇÃO DO LIVRO

Conselho Editorial

Jair Pedro Ferreira
José Carlos Alonso
Olívio Gomes Vieira
Alexandre Siqueira Monteiro
David Borges
Sandra Flosi
Gioconda Bretas

SELO PERFIL

Criação e coordenação editorial

Selo Perfil

Redatores

Aydano André Motta
Luciano Dias
Lucila Soares

Pesquisa iconográfica e assistente editorial

Priscila Serejo/Liame

Projeto gráfico

Bloco Gráfico

Capa e diagramação

Kiri Design

Reprodução e tratamento fotográficos

Motivo

Licenciamento de imagens

Priscila Serejo/Liame

Copidesque e revisão de textos

Débora de Castro Barros
Beatriz d'Oliveira

Apuração e pesquisa

Ana Paula Amaral
Claudia Silva

Linha do tempo histórica

Gustavo Cavalcanti Zilli
Luiz Fernando Caldas
Mário Novaes César Rezende

Produção e administrativo

Marli Lima

Produção gráfica

Acássia Valéria Correia

Gráfica

Ipsis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Título por título: meio século de história do pessoal da Caixa/Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).
Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2019.

ISBN 978-85-62767-25-8

1. Bancários 2. Caixa Econômica Federal
3. Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) – História
4. Greves e lutas 5. Movimento associativo

19–31398

CDD–332.12230981

Índices para catálogo sistemático:

1. Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae): História
332.12230981

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Todos os esforços foram feitos para reconhecer os direitos morais, autorais e de imagem neste livro.

O Selo Perfil/Verso Brasil Editora agradece qualquer informação relativa à autoria, titularidade e/ou outros dados que estejam incompletos nesta edição, e se compromete a incluí-los nas futuras reimpressões.

REDATORES

AYDANO ANDRÉ MOTTA é jornalista desde 1986. Trabalhou em alguns dos principais veículos de imprensa do país e conquistou, em 2012, o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa. É autor de sete livros, entre eles *Maravilhosa e soberana: histórias da Beija-Flor*, *Onze mulheres incríveis do Carnaval carioca* e *Guardiões da alma carioca*.

LUCIANO DIAS é jornalista formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com 29 anos de experiência em jornalismo. Trabalhou como repórter, redator e editor no jornal *O Globo*, na revista *IstoÉ Dinheiro*, nos sites *IG* e *Globo.com*, e na TV Globo. Atualmente, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF (PPGMC/UFF).

LUCILA SOARES é jornalista desde 1985. Trabalhou em veículos como *O Globo* — do qual foi correspondente em Buenos Aires —, *Jornal do Brasil* e *Veja*. Desde 2012, tem atuado em projetos de comunicação corporativa para instituições como Firjan e BNDES. É autora do livro *Rua do Ouvidor 110, uma história da Livraria José Olympio*.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram de alguma forma para a trajetória da Fena e a elaboração desta obra, mesmo aos que não participaram da produção ou não foram citados. Temos certeza de que o resultado deste trabalho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas que participaram direta ou indiretamente dessa história.

CRÉDITOS

PREFÁCIO

Página 4: Luiz Lemos/
Cedoc – Fenae

SUMÁRIO

Página 8: Ricardo Freitas/
Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 1

Página 10–11: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 12: Marcel Gautherot/
Instituto Moreira Salles

Página 14: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 16: Cedoc – Fenae

Página 17: Juska/
Cedoc – Fenae

Página 18: Cedoc – Fenae

Página 19: Cedoc – Fenae

Página 20a: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 20b: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 23a: Cedoc – Fenae

Página 23b: Cedoc – Fenae

Página 23c: Cedoc – Fenae

Página 24: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 27: Cedoc – Fenae

Página 28: Olivio Lamas/
Agência O Globo

Página 31: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 32: Esdras Martins/
Cedoc – Fenae

Página 35a: Cedoc – Fenae

Página 35b: Arquivo Apcef/SP/
Cedoc – Fenae

Página 36: Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 2

Página 40–41: César Tadeu/
Cedoc – Fenae

Página 42: Kleber Melo/
Cedoc – Fenae

Página 45a: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 45b: Cedoc – Fenae

Página 48a: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 48b: Cedoc – Fenae

Página 50: Regis Santos/
Cedoc – Fenae

Página 53a: Arquivo Par/
Cedoc – Fenae

Página 53b: Apcef/TO/
Cedoc – Fenae

Página 57: Arquivo Fenae
Corretora/Cedoc – Fenae

Página 58: Kleber Melo/
Cedoc – Fenae

Página 63: Claudio Cunha/
Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 3

Página 66–67: Esdras Martins/
Cedoc – Fenae

Página 68: Sylvio Sirangelo/
Cedoc – Fenae

Página 71: Esdras Martins/
Cedoc – Fenae

Página 72: Esdras Martins/
Cedoc – Fenae

Página 73: Cedoc – Fenae

Página 74: Sylvio Sirangelo/
Cedoc – Fenae

Página 75: Cedoc – Fenae

Página 76a: Waldir Evangelista/
Cedoc – Fenae

Página 76b: Ricardo Freitas/
Cedoc – Fenae

Página 79: Esdras Martins/
Cedoc – Fenae

Página 80: APCEF/PI/
Cedoc – Fenae

Página 81: Cedoc – Fenae

Página 83a: Luiz Lemos/
Cedoc – Fenae

Página 83b: Luiz Lemos/
Cedoc – Fenae

Página 84: Adatao Cruz/CB/
D.A Press

Página 85: Cid Barbosa/
Cedoc – Fenae

Página 86: Nery/Cedoc – Fenae

Página 88–89: Sylvio Sirangelo/
Cedoc – Fenae

Página 90: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae

Página 92: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae

Página 92–93: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae

Página 93: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 94: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 4

Página 96–97: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 98: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 100: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 102: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 104: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 105: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 106–107: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 108: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 111a: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 111b: Roney Saldanha/
Cedoc – Fenae
Página 112: João Castilho/
Cedoc – Fenae
Página 114a: Débora Nis
Fotografia/Cedoc – Fenae
Página 114b: Douglas de
Campos/Cedoc – Fenae
Página 115a: Débora Nis
Fotografia/Cedoc – Fenae
Página 115b: Débora Nis
Fotografia/Cedoc – Fenae
Página 116: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 119: Lee Rodrigues/
Cedoc – Fenae
Página 120a: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 120b: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 122: Cedoc – Fenae
Página 124: Carla Carniel/
Cedoc – Fenae
Página 125: Juca Rodrigues/
Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 5

Página 126–127: Luciana Gama/
Cedoc – Fenae
Página 128: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 130: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 133: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 134: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 136: Arquivo/
Cedoc – Fenae

Página 139a: : Alvarus/
Cedoc – Fenae
Página 139b: Cedoc – Fenae
Página 140: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 143: Cedoc – Fenae
Página 144–145: Cedoc – Fenae
Página 146: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 147: Cedoc – Fenae
Página 148: Cedoc – Fenae
Página 150–151:Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 153a: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 153b: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 154: Arquivo/
Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 6

Página 156–157: Cedoc – Fenae
Página 158: Cedoc – Fenae
Página 160: Juska/
Cedoc – Fenae
Página 165: Arquivo/
Cedoc – Fenae
Página 166a: Cedoc – Fenae
Página 166b: Cedoc – Fenae
Página 166c: Cedoc – Fenae
Página 170a: Arquivo Apcef/SP/
Cedoc – Fenae
Página 170b: Arquivo Apcef/SP/
Cedoc – Fenae
Página 171a: Arquivo Apcef/SP/
Cedoc – Fenae
Página 171b: Arquivo Apcef/SP/
Cedoc – Fenae
Página 172: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 175: Augusto Coelho/
Cedoc – Fenae
Página 178: : François Calil/
Cedoc – Fenae

CAPÍTULO 7

Página 182a: Apcefs/Divulgação
Página 182b: Apcefs/Divulgação
Página 182c: Apcefs/Divulgação
Página 182d: Apcefs/Divulgação
Página 183a: Apcefs/Divulgação
Página 183b: Apcefs/Divulgação
Página 183c: Apcefs/Divulgação
Página 183d: Apcefs/Divulgação
Página 184a: Apcefs/Divulgação
Página 184b: Apcefs/Divulgação
Página 184c: Apcefs/Divulgação
Página 184d: Apcefs/Divulgação
Página 185a: Apcefs/Divulgação
Página 185b: Apcefs/Divulgação
Página 185c: Apcefs/Divulgação
Página 185d: Apcefs/Divulgação
Página 186a: Apcefs/Divulgação
Página 186b: Apcefs/Divulgação
Página 186c: Apcefs/Divulgação
Página 186d: Apcefs/Divulgação
Página 187a: Apcefs/Divulgação
Página 187b: Apcefs/Divulgação
Página 187c: Apcefs/Divulgação
Página 187d: Apcefs/Divulgação
Página 188a: Apcefs/Divulgação
Página 188b: Apcefs/Divulgação
Página 188c:Apcefs/Divulgação
Página 189: Cedoc – Fenae

POSFÁCIO

Página 190: Walmir Evangelista/
Cedoc – Fenae

Este livro foi composto com os tipos italian plate, nos títulos e, tiempos, nos textos. Tendo sido impresso, no miolo, com o papel munken lynx, 120 gr., e, na capa, com o papel supremo duo design, 250gr., em novembro de 2019.



ISBN 978-85-62767-25-8



9 788562 767258

